



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DOUTORAMENTO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: GEOPOLÍTICA E

GEOECONOMIA

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

**A SEGURANÇA PESSOAL DE DIGNITÁRIOS ESTRANGEIROS EM
PORTUGAL, FATOR EMBRIONÁRIO DA DIMENSÃO EXTERNA DA
SEGURANÇA INTERNA**

Tese para a obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais: Geopolítica e
Goeconomia

Autor: Carlos Alberto Sousa Magalhães

Orientador: Professor Catedrático Convidado Fernando Jorge de Castro Teixeira Cardoso

Número do candidato: 30007811

Março de 2025

Lisboa

(Página intencionalmente deixada em branco)

A investigação aqui expressa é da responsabilidade do autor. A mesma não representa a posição oficial da Polícia de Segurança Pública sobre a matéria.

Dedicatória

À minha família.

Ao meu Pai, *in memoriam*

Agradecimentos

Dedico esta secção a todos os que de alguma forma, contribuíram, para a realização desta investigação.

Ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso, uma fonte inesgotável de conhecimento. A sua dedicação e disponibilidade foram sem qualquer sombra de dúvida um fator preponderante para a conclusão bem-sucedida desta investigação.

À Universidade Autónoma de Lisboa e aos meus professores por me terem acolhido e me terem proporcionado mais uma etapa de conhecimento.

Aos meus colegas de curso pelo apoio incondicional.

À Polícia de Segurança Pública, minha casa de sempre com uma enorme gratidão pela forma como me tem permitido servir a causa pública.

Epígrafe

Pelo Sonho é que vamos,
comovidos e mudos.

(Sebastião da Gama, 1999)

Os meus olhos são uns olhos.
E é com esses olhos uns
que eu vejo no mundo escolhos
onde outros, com outros olhos,
não vem escolhos nenhuns.

(António Gedeão, 1956)

Resumo

A história da Humanidade é marcada pela violência entre os homens. Os líderes das sociedades enquanto representantes do poder foram, são e continuarão a ser destinatários de ameaças de natureza difusa transformando-se amiúde em alvos das mesmas.

A segurança pessoal desses dignitários como competência dos Estados, abarca não só a proteção dos nacionais, mas também dos enviados estrangeiros numa ótica de diplomacia internacional e de relacionamento entre Estados.

Os atentados contra dignitários estrangeiros ocorridos em Portugal no pós-revolução de Abril de 1974, num momento em que a jovem democracia portuguesa se organizava em termos políticos, económicos, sociais e culturais e em que a abertura de fronteiras ao mundo, potenciou essas ações criminógenas, abalando ou destruindo a frágil estabilidade democrática e potenciando por parte dos países visados eventuais ações de repúdio, inseriu-se numa época em que a própria Europa se via fustigada por ações violentas e armadas perpetradas por grupos radicais que abalavam a autoridade dos Estados com ataques dirigidos aos seus líderes ou a líderes estrangeiros.

Na presente investigação subordinada ao tema, a segurança pessoal de dignitários estrangeiros em Portugal, fator embrionário da dimensão externa da segurança interna, através de uma visão ontológica objetivista, de um domínio epistemológico de natureza positivista, e de uma estratégia de investigação alicerçada num raciocínio indutivo fundamentado na análise de estudo de caso, apresentamos padrões que extrapolaram cada um dos quatro eventos investigados.

Fizemo-lo alicerçados num quadro teórico de análise Realista onde o Estado apresenta-se como o ente soberano e principal ator de uma visão para todo o território e dentro deste o único fazedor das políticas de segurança e de defesa.

Esta investigação insere-se no âmbito do doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia bem como na dimensão externa da segurança interna.

Palavras-chave: Atentados, Polícia, Protegido, Segurança Pessoal.

Abstract

The history of humanity is marked by violence between men. The leaders of societies, as representatives of power, have been, are and will continue to be the recipients of threats of a diffuse nature, often becoming their targets.

The close protection of these dignitaries, as a responsibility of States, includes not only the protection of nationals, but also the protection of foreign envoys from the perspective of international diplomacy and relations between States.

The attacks against foreign dignitaries that occurred in Portugal after the April 1974 revolution, at a time when the young Portuguese democracy was organizing itself politically, economically, socially and culturally, and when the opening of its borders to the world increased these criminogenic acts by shaking or destroying the fragile democratic stability and encouraging possible acts of rejection on the part of the countries targeted, came at a time when Europe itself was being shaken by violent and armed actions perpetrated by radical groups that undermined the authority of States through targeted attacks against their leaders or foreign leaders.

In the present research on the subject, the close protection of foreign dignitaries in Portugal, an embryonic factor in the external dimension of internal security, through an objectivist ontological vision, an epistemological domain of a positivist nature and a research strategy based on inductive reasoning based on case study analysis, we present patterns that extrapolate each of the four events studied.

We have done so on the basis of a theoretical framework of realist analysis, in which the state is presented as the sovereign entity and main actor of a vision for the entire territory and, within it, the sole maker of security and defense policies.

This research falls within the scope of the doctorate in International Relations: Geopolitics and Geoeconomics and the external dimension of internal security.

Keywords: Attacks, Police, Dignitary, Close Protection.

Résumé

L'histoire de l'Humanité est marquée par la violence entre les hommes. Les dirigeants des sociétés en tant que représentants du pouvoir ont été, sont et continueront d'être les cibles de menaces de nature diffuse.

La protection rapprochée de ces dignitaires, en tant que responsables des États, englobe non seulement la protection des nationaux, mais aussi des envoyés étrangers dans la perspective de la diplomatie internationale et des relations entre États.

Les attaques contre des dignitaires étrangers sont survenues au Portugal après la révolution d'avril 1974, à une époque où la jeune démocratie portugaise s'organisait sur le plan politique, économique, social et culturel. L'ouverture des frontières au monde extérieur a augmenté ces actions criminelles. En ébranlant ou en détruisant la fragile stabilité démocratique et en encourageant d'éventuelles actions de répudiation de la part des pays visés. L'Europe elle-même s'est retrouvée secouée par des actions violentes et armées perpétrées par des groupes radicaux qui ont miné l'autorité des États, par des attaques ciblées contre leurs dirigeants ou contre des dirigeants étrangers.

Dans la présente enquête sur le thème de la protection rapprochée des dignitaires étrangers au Portugal, un facteur embryonnaire dans la dimension externe de la sécurité intérieure, à travers une vision ontologique objectiviste, un domaine épistémologique de nature positiviste et une stratégie de recherche basée sur un raisonnement inductif sur la base de l'analyse d'études de cas, nous présentons des motifs qui extrapolent chacun des quatre événements étudiés.

Nous l'avons fait en nous basant sur un cadre théorique d'analyse réaliste où l'État se présente comme l'entité souveraine et l'acteur principal d'une vision pour l'ensemble du territoire et, en son sein, l'unique créateur des politiques de sécurité et de défense.

Ces recherches s'inscrivent dans le cadre du doctorat en Relations Internationales : Géopolitique et Gééconomie ainsi que la dimension externe de la sécurité intérieure.

Mots-clés : Attaques, Police, Protégé, Protection Rapprochée.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Índice

Lista de Figuras	12
Índice de Tabelas.....	13
Lista de Siglas e Acrónimos.....	14
Lista da Abreviaturas	18
Introdução.....	20
Capítulo I - Problemática, Metodologia, Fundamentação Teórica e Estado da Arte.....	30
Problemática.....	30
Objetivos gerais e específicos	31
Hipóteses	32
Metodologia.....	32
Fundamentação teórica.....	39
Estado da Arte	45
Capítulo II - A Segurança Pessoal enquanto Função do Estado	50
Enquadramento internacional.....	50
Enquadramento nacional	53
Uma atividade de Polícia.....	59
A aplicabilidade da medida, direito ou obrigação?	65
Os Intervenientes	74
Sonho e realidade	84
Síntese capitular	85
Capítulo III - Ameaças e Riscos aos Dignitários	88
Enquadramento concetual	88
A ausência de uma Defesa Comum.....	89
As ameaças e informações em Portugal	91
As ameaças; conceitos, elementos e perceções	95
Risco e impactos para os Protegidos	101
A incerteza e a cenarização	105
A inteligência Policial no pós 25 de Abril.....	106
Síntese capitular	108
Capítulo IV - Tempos violentos na Europa e em Portugal.....	110
A revolução vista de fora.....	110
A revolução vista de dentro.....	117

A luta armada externa.....	125
A luta armada interna	129
Os movimentos armados de inspiração política de direita	131
Os movimentos armados de inspiração política de esquerda	138
Os alvos e interesses estrangeiros	140
Síntese capitular	142
Capítulo V - Os Atentados contra Dignitários, os casos não julgados.....	144
Estudo de Caso, nº. 1 - O atentado ao embaixador de Israel.....	148
Estudo de Caso, nº. 2 - O atentado contra a Embaixada da Turquia.....	164
Síntese capitular.	176
Capítulo VI - Os Atentados contra Dignitários, os casos julgados	180
Estudo de Caso, nº. 3 - O atentado ao Papa	180
Estudo de Caso, nº. 4 - O atentado ao dirigente da OLP.....	196
Síntese capitular.	213
Capítulo VII - Apresentação e Análise de Resultados	216
Conclusões	242
Bibliografia.....	246
Anexos.....	272

Lista de Figuras

Figura 1 Chegada de Salazar à FNAT	55
Figura 2 Elementos constitutivos da ameaça	97
Figura 3 Interseção do risco nas ameaças, vulnerabilidades e consequências	102
Figura 4 Processo de avaliação de análise e resposta ao risco	103
Figura 5 Ataques na Europa Ocidental 1974-1985	128
Figura 6 Tipos de ataques realizados	128
Figura 7 Zonas geográficas de Portugal em agosto de 1975	130
Figura 8 Zonas geográficas de influência e manifestações a favor da igreja	131
Figura 9 Símbolo do Movimento ELP	134
Figura 10 Símbolo do Movimento MDLP	135
Figura 11 Símbolo do Movimento CODECO	136
Figura 12 Símbolo do Movimento PRP-BR	139
Figura 13 Símbolo do Movimento FP-25	140
Figura 14 Croqui de atuação dos terroristas	149
Figura 15 Transeuntes no local do atentado	150
Figura 16 Destaque de Jornal	151
Figura 17 Destaque de Agência Noticiosa	151
Figura 18 Resgate de refém do atentado	166
Figura 19 Guarda da segurança Túlio em ação	175
Figura 20 O sabre utilizado pelo Padre Krohn	187
Figura 21 Detenção do Padre Krohn	192
Figura 22 O Corpo de Sartawi jaz no solo do hotel	199
Figura 23 Linha temporal de atentados	222

Índice de Tabelas

Tabela 1 Grelha de pesquisa-os atentados não julgados	37
Tabela 2 Grelha de pesquisa-os atentados julgados	38
Tabela 3 Destinatários da segurança pessoal	64
Tabela 4 Categorias protocolares das entidades.....	65
Tabela 5 Grau de ameaças das entidades	98

Lista de Siglas e Acrónimos

AR	Assembleia da República
ANOP	Agência Noticiosa Portuguesa
ASALA	Armenian Secret Army for the Liberation of Armenia
BKA	Bundeskriminalamt
BVT	Bundesamt für Verfassungsschutz und Terrorismusbekämpfung
CDS	Centro Democrático e Social
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CED	Comunidade Europeia de Defesa
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CFSP	Common Foreign and Security Policy
CI	Corpo de Intervenção
CIA	Central Intelligence Agency
CIEXSS	Centro de Inativação de Engenheiros Explosivos e Segurança em Subsolo
CODECO	Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental
COPCON	Comando do Continente
CP	Código Penal
CPP	Código Processo Penal
CR	Conselho da Revolução
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSP	Corpo de Segurança Pessoal
CSCE	Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa
CVRC	Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas
CVRD	Convenção de Viena sobre Relações Consulares
DCCB	Direção Central de Combate ao Banditismo
DINFO	Divisão de Informações
DGME	Depósito Geral de Material de Guerra
DGS	Direção Geral de Segurança
DS - DSS	Diplomatic Security Service
ELP	Exército de Libertação de Portugal
EPPSP	Estatuto Profissional do Pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública

EME	Estado Maior do Exército
EMGFA	Estado Maior General das Forças Armadas
ENPPF	European Network for Protection of Public Figures
EUA	Estados Unidos da América
ETA	Euskadi Ta Askatasuna
FA	Forças Armadas
FNAT	Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
FP 25	Forças Populares 25 de abril
FSP	Frente Socialista Popular
GV	Governo
GOC	Grupo Operacional Cinotécnico
GOE	Grupo de Operações Especiais
IGAI	Inspeção Geral da Administração Interna
IRA	Irish Republican Army
IS	Internacional Socialista
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
JAI	Justiça e Assuntos Internos
JSN	Junta de Salvação Nacional
KGB	Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti
LOFPSP	Lei de Organização e Funcionamento da Polícia de Segurança Pública
LOIC	Lei de Organização de Funcionamento de Investigação Criminal
LSI	Lei de Segurança Interna
MDLP	Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MDP- CDE	Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral
MÊS	Movimento de Esquerda Socialista
MFA	Movimento das Forças Armadas
MP	Ministério Público
NATO	North Atlantic Treaty Organization
OLP	Organização de Libertação da Palestina
OCS	Órgãos de Comunicação Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCCCOFSS	Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança

PCP	Partido Comunista Português
PCE	Partido Comunista Espanhol
PDC	Partido da Democracia Cristã
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PIP	Pessoa Internacionalmente Protegida
PJ	Polícia Judiciária
PPD - PSD	Partido Popular Democrático – Partido Social Democrata
PPM	Partido Popular Monárquico
PM	Primeiro-ministro
PR	Presidente da República
PRP/BR	Partido Revolucionário do Proletariado / Brigadas Revolucionárias
PREC	Processo Revolucionário em Curso
PS	Partido Socialista
PSOE	Partido Socialista Operário Espanhol
PSP	Polícia de Segurança Pública
RALIS	Regimento de Artilharia de Lisboa
RCP	Rádio Clube Português
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal Alemã
RI	Relações Internacionais
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SAS	Special Air Service
SDCI	Serviço Coordenador de Informações
SDLP	Service de La Protection de la Police Nationale
SI	Serviço de Informações
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
SIM	Serviço de Informações Militares
SIR	Serviço de Informações da República
SIRP	Serviço de Informações da República Portuguesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SOP	Śłużba Ochrony Państwa
SPD	Partido Social Democrata Alemão (RFA)

SPP	Serviciul de Protecție și Pază
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TR	Tribunais
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USSS	United States Secret Service
TEK	Terrorelhárítási Központ
UCP	Unidad Central de Protección da Polícia Nacional
UDP	União Democrática Popular
UE	União Europeia
UEP	Unidade Especial de Polícia
UNPROFOR	United Nations Protection Force

Lista da Abreviaturas

cfr. - conferir

cit. - citação

ibidem. - mesmo autor, mesma obra

idem. - mesmo autor

i.e. - isto é

n.º - número

ob. cit.- obra citada

obs.- observação

p. - página

pp. - páginas

Proc. - Processo Judicial

Querela - Processo Judicial com acusação e levado a julgamento

www - World Wide Web

s.d. - sem data

s.n. - sem número

s.r. - sem referências

ss. - seguintes

vol. - volume em processo judicial

vs. - uma parte contra outra

(Página intencionalmente deixada em branco)

Introdução

“O início não é apenas metade
do todo, mas prolonga-se em direção ao fim”.
(Políbio, 203 A.C. - 120 A.C.)

A história da Humanidade é fervorosamente marcada pela violência entre os homens. A contenda tem acompanhado o Homem desde os mais remotos tempos de conquista de terras, de conflitos armados, de assunção, legitimação ou usurpação do poder. A luta pela sobrevivência e o “uso da violência, nada disso pode ser pensado, e vivido, fora do horizonte da possibilidade da própria morte e da de poder matar” (Castanheira, 2018, p. 170).

Nas palavras de Laqueur (1999) o “assassinato político aparece nos primeiros anais da Humanidade, incluindo a Bíblia. As histórias de Judith e Holofernes, de Jael e Sisara, os heróis e vilões do Velho Testamento, deram inspiração a pintores bem como aos teólogos e filósofos” (p.10).¹ Os líderes das sociedades tornaram-se desde cedo alvo daqueles que pela violência se predispuseram a mudar regimes políticos ou a alterar o rumo da história.² Nas palavras do mesmo autor, citando Séneca e Cícero “nenhum sacrifício era tão agradável aos Deuses quanto o sangue de um tirano e que os tiranos atraíram sempre um fim violento” (Laqueur, 1999, p. 10).

Desde as primeiras civilizações, e na visão de Rémond (1994) “os homens são apanhados num conjunto de relações sociais que derivam do seu habitat, da sua condição profissional, da natureza da sua atividade e também das concepções inspiradoras da sociedade. Encontram-se associados em pirâmides e agrupamentos sobrepostos” (p. 35). A unidade da organização social das primeiras comunidades era segundo Cameron “o bando, o clã ou a tribo,

¹ Episódios magnificamente representados em tela. O primeiro numa pintura de Caravaggio, pintor italiano Barroco do século XVII, está descrito no Antigo Testamento, no Livro de Judite. Durante o cerco de Betúlia pelos Assírios, a viúva Judite seduz o general assírio Holofernes e quando este adormece assassina-o para livrar o seu povo deste tirano. No segundo episódio representado numa pintura de Artemisia Gentileschi, pintora italiana Barroca do século XVII. Sisara era chefe do Exército de Canaã no reinado de Jabim. Organizou um combate contra Israel tendo saído derrotado. Escapando sozinho a pé, o general refugiou-se na tenda de uma mulher chamada Jael que ofereceu uma cama para descansar. Após ter adormecido, o general foi morto pela mulher que lhe cravou na têmpora uma estaca com um martelo.

² Vejam-se alguns exemplos como os assassinatos de: Thomas Becket de Cantuária (1170); Guilherme I Príncipe de Orange (1584); Rei Henrique IV de França (1610); Czar da Rússia Alexandre II (1818), Presidente de França Sadi Carnot (1894), Chefe do governo de Espanha António Cánovas (1897), Imperatriz Isabel da Áustria (1898), Rei Humberto de Itália (1900).

consistindo as mesmas em torno de meia dúzia de famílias” (2000:42) numa época onde a mobilidade era necessária não só na busca de alimento como na procura de espaços seguros.

Com a fixação das primeiras civilizações, (Magalhães, 2018, p. 12) o estabelecimento de relações pessoais e sociais tornou-se um facto normal, numa altura em que a vida era “desagradável, brutal e curta” (Thomas Hobbes, cit. in Cameron, 2000:42) e foi esse relacionamento interpessoal, que conduziu à criação de necessidades funcionais que nas palavras de Cardini (1989) impuseram “a divisão da sociedade em três níveis fundamentais: os *oratores*, os *bellatores* e os *laboratores*” (p.57).

Fruto desta hierarquização social muito vincada, a ideia de segurança tem estado no pensamento das sociedades desde os mais remotos tempos. Na visão de Afonso (2015) a “História demonstra que a segurança (interna e externa) é indispensável e indissociável da organização jurídico-política de um Estado, enraizando-se em postulados fundamentais como a soberania, a autoridade ou a supremacia do poder público” (p.4). O Estado existe porque a sociedade acredita que sem ele não é possível manter a paz interna e assegurar a defesa externa, e que “adota os mecanismos e mobiliza os meios necessários para assegurar a estabilidade e manter a confiança dos cidadãos integrantes da sociedade politicamente organizada” (A. J. Fernandes, 2005, pp. 23–37). Daí “que as sociedades se tenham aberto e os homens se movam entre elas aderindo àquelas em cujo seio melhor se realizam. A vida social, na sua origem é um pacto de permuta em que o individuo dá e recebe, e na qual prescinde de certos direitos e abdica de algumas liberdades em troca de maior segurança.”(Spínola, 1974, p. 22).

Competência primeira dos Estados (Buzan & Hansen, 2009; Coutinho, 2018; R. Jackson & Sorensen, 2013; Rothschild, 1995; Tomé, 2017) a segurança, termo de difícil conceptualização (Rothschild, 1995) sabendo-se de antemão que se trata de um conceito contestado (Brandão, 2004; Buzan & Hansen, 2009) e que está em debate permanente (Ullman, 1983) exprime no entanto a “proteção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade” (Tomé, 2010, p. 46).

Nas palavras de Elias (2011) “ao longo dos séculos foi-se adensando a noção de que a segurança não é algo estático, mas sim dinâmico, polimorfo e que se deve adaptar à conjuntura sociopolítica e económica bem como ao contexto histórico, geográfico e cultural” (p.25) de cada país. O seu conceito polissémico tem sido assim, quer a sua maior vantagem - dada a abrangência que encerra: interna e externa, pública e privada, nacional e supranacional – “quer a sua maior dificuldade quando se pretende definir ou clarificar” (Magalhães, 2018, p. 14).

No mundo em que vivemos “globalizado e complexo com uma criminalidade organizada, transnacional e profissionalizada e com incontáveis terroristas sem rosto”

(Magalhães, 2022, p. 22) torna-se “relativamente consensual que nas últimas décadas praticamente tudo se alterou no domínio da segurança, incluindo a tradicional dicotomia entre as dimensões interna e externa” (Tomé, 2018, p. 77). Neste propósito como bem nos ensina Moreira (2005) a “principal lição traduz-se em reconhecer que a segurança é um tema transnacional, que afeta todas as sociedades civis e que não consente uma distinção operacional entre segurança interna e segurança externa” (Prefácio).

No domínio holístico da segurança, a Segurança Pessoal, entendida enquanto necessidade de proteção do “Príncipe” será tão antiga quanto o poder. Não o podemos proclamar de forma perentória, no entanto e mesmo antes do aparecimento em textos bíblicos de referências a soldados especiais ou guardas reais, já existiam na antiguidade³ e ganharam um suplemento com menções nos textos sagrados, Bíblia (2000) “Eis a cama de Salomão! Sessenta nobres à volta dela, dentre os nobres de Israel. Todos segurando uma espada, experientes na guerra”⁴. Uma ideia reforçada com os registos da Roma Antiga, quando demonstram que soldados especiais da Guarda Pretoriana⁵ eram responsáveis pela escolta do imperador (Guinote, 2009).

Uma atividade que se prolongou pela Idade-Média quando “o guarda-mor dormia à porta da câmara do rei, a quem tinha a obrigação de ver depois de deitado, indo em companhia do *sumilher*, sem a qual cerimónia se não corria a cortina; sendo o primeiro também o primeiro na manhã na dita câmara” (P. Cardoso, 1980, p. 153) e que se prolongou no tempo e no espaço quando os mosqueteiros franceses (Chartrand & Turner, 2013) protegeram os reinados de Luís XIII e Luís XIV o mesmo se passando com Roustam Raza em relação a Napoleão Bonaparte (North, 2015) com Walter H. Thompson face a Winston Churchill (Hickman, 2005) e que o agente dos Serviços Secretos Americanos McCarthy se interpôs entre as munições disparadas por John Hinckley e o Presidente americano Ronald Reagan⁶ (Del, 2011).

O crescendo da atividade terrorista⁷ na Europa ocidental, no início dos anos setenta que

³ A Guarda Real Espartana, eternizada após a resistência e morte na batalha de Termópilas em 481, Antes de Cristo, (AC). Para um aprofundamento desta temática, veja-se, Roa, Sebastian. (2019). Inimigos de Esparta. Edição B. de Bolsillo. Atente-se aos chamados *somatophylax*, guerreiros macedónios que eram responsáveis pela segurança do rei e que por vezes chegaram a partilhar o reino, atente-se ao caso de Lisímaco (AC. 360-281 A.C.) que foi um guarda-costas macedónio de Alexandre, o Grande, e um dos diádocos (sucessor) que partilhou o Império após a sua morte. Lisímaco ao ter-se distinguido como guerreiro tornou-se rei da Trácia, Ásia Menor e da Macedónia.

⁴ Cfr. Bíblia Sagrada - Para o Terceiro Milénio. (2000). Livro dos Cânticos, capítulo 3, versículos 7 e 8, (p. 1054).

⁵ Para aprofundamento desta temática, veja-se, Bédoyère, Guy De la. (2017). Praetorian: The Rise and fall of Rome's Imperial Bodyguard. Yale University Press.

⁶ 40º Presidente americano, cargo exercido entre 1981-1989.

⁷ Sem qualquer pretensão de exaustividade referenciamos: A tomada da embaixada francesa em Haia em 1973. A tomada como reféns de onze ministros de diversos países na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em Viena em 1975. O desvio do avião da Air France em 1976, para a cidade de Entebbe no Uganda. A

se prolongou até meados dos anos oitenta do século XX, tornou - a “no palco privilegiado das ações destinadas a dar visibilidade à causa palestina e à luta ideológica entre o ocidente e o leste, ao mesmo tempo que a Espanha e o Reino Unido eram confrontados com terrorismo de natureza independentista” (L. F. Fernandes, 2014, p. 38). Essa crescente insegurança foi impulsionadora da cooperação entre os Estados-membros da União Europeia (UE) no domínio da justiça e dos assuntos internos (Brandão, 2011).

Face a um primeiro encontro de ministros da Justiça e Assuntos Internos (JAI) decidiram os titulares das pastas, criar em 1976 uma estrutura informal de cooperação -TREVI -, fora do quadro das comunidades europeias (Mitsilegas et al., 2003, p. 23). A estrutura “consistiu inicialmente em dois grupos - TREVI I, dedicado ao terrorismo transnacional, e TREVI II, orientado para assuntos relativos à ordem pública, à organização e à formação de forças policiais” (Brandão, 2015a, p. 10).

Uma segunda fase foi impulsionada pelo Tratado de Maastricht⁸ ao ver a cooperação JAI inserida no terceiro pilar da UE Common Foreign and Security Policy (CFSP). No entanto a incapacidade securitária da UE em materializar uma política de segurança comum encontrou um sobressalto apenas com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA). Estes fizeram com que as ameaças antes longe e distantes, passassem a ser vistas já não numa escala local ou regional, mas “global, externas às sociedades democráticas, atentando contra os valores e princípios que as regem” (Brandão, 2011, p. 48).

A Segurança Pessoal às personalidades oficiais de cada Estado-membro da EU, apenas encontrou respaldo legal em 2002 com a criação da European Network for Protection of Public Figures (ENPPF)⁹. *Ad contrarium*, a Organização das Nações Unidas (ONU) já tinha previsto

tomada de assalto a um comboio de passageiros em Essen - Holanda em maio de 1977 e os assassinatos de Haans-Martin Schleyer, um poderoso industrial alemão em setembro de 1977 e de Aldo Moro, ex. Primeiro-ministro italiano, em março de 1978.

⁸ O Tratado de Maastricht marcou uma nova etapa no processo da justiça e dos assuntos internos, criando uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus. A UE foi instituída com base nas Comunidades Europeias e é apoiada pelas políticas e formas de cooperação instauradas pelo Tratado da União Europeia. A União dispunha de um quadro institucional único, composto pelo Conselho Europeu, o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas que, em sentido estrito, constituíam, nessa altura, as únicas instituições da União e exerciam os seus poderes em conformidade com as disposições dos Tratados. O Tratado instituiu o Comité Económico e Social e o Comité das Regiões, que exercem funções consultivas, foram instituídos ainda o Sistema Europeu de Bancos Centrais e o Banco Central Europeu, além das instituições financeiras existentes no grupo BEI, nomeadamente o Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento. Para aprofundamento desta temática, vejam-se as fichas temáticas sobre a União Europeia disponíveis em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/3/os-tratados-de-maastricht-e-de-amesterdao>. Acedido em 14 de novembro de 2023.

⁹ Criada pela Decisão do Conselho da União Europeia nº. 2002/956/JAI, de 28 de novembro. Publicada em (OJ L 333) 10 de dezembro de 2002, (p. 1), alterada pela decisão nº. (2009/796/JAI), de 04 de junho. Publicado em (L 283/62) 30 de outubro de 2009, tendo o Corpo de Segurança Pessoal (CSP) integrado a mesma desde março de 2004.

uma convenção sobre Pessoas Internacionalmente Protegidas (PIP) plasmando que o cometimento de crimes contra as mesmas era matéria de grande preocupação para a comunidade internacional e que se tornava urgente a adoção de medidas eficazes e apropriadas para a prevenção de tais crimes (ONU, 1973).

A nível nacional a temática apenas foi transposta para o ordenamento jurídico interno vinte anos mais tarde através de ato jurídico legislativo¹⁰. A atividade em Portugal era, no entanto, exercida desde 25 de Abril de 1974, pela Polícia de Segurança Pública (PSP) na sequência da extinção da Direção Geral de Segurança (DGS)¹¹ pelo Movimento das Forças Armadas (MFA)¹².

A nossa investigação ancora-se no estudo de quatro ações crimínógenas e violentas de cariz terrorista que se fizeram sentir em território nacional todas dirigidas a dignitários estrangeiros e onde se encontravam polícias da segurança pessoal nomeadamente:

- a) O atentado ao embaixador de Israel em Portugal, Efhraim Eldar ocorrido no dia 13 de novembro de 1979;
- b) O ataque do padre espanhol Juan Fernández Krohn ao Papa João Paulo II no Santuário de Fátima no dia 12 de maio de 1982;
- c) O atentado ao ex. dirigente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Issam Sartawi no hotel Montechoro no Algarve no dia 10 de abril de 1983;
- d) O ataque à embaixada da Turquia em Lisboa no dia 27 de julho 1983.

A criminalidade organizada e violenta de natureza político-ideológica que se fez sentir durante o período de estudo perpetrada por nacionais contra interesses nacionais em território português esteve presente de forma subsidiária no escopo investigatório, na medida em que permitiu projetar um enquadramento social, político e securitário que se viveu durante esses anos.

A nossa investigação inseriu-se no período temporal entre abril de 1974 com a implantação da democracia e o final do ano de 1985 coincidindo com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE).

No início da investigação, questionamos se passados mais de quarenta anos sobre o

¹⁰ Cfr. Resolução n.º. 20., da Assembleia da República. Publicada no Diário da República, 1ª. Série, n.º. 104, de 5 de maio de 1994.

¹¹ Cfr. Decreto-lei n.º 368/72 de 30 de setembro. Publicado no Diário do Governo, 1ª. Série n.º 229 e que plasma a organização da DGS, criada pelo Decreto-lei n.º 49401 de 24 de novembro de 1969. Publicado no Diário do Governo, 1ª. Série n.º 275.

¹² Cfr. Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas. Publicado no Diário do Governo, 1ª. Série, n.º. 112, de 14 de 1974 de maio.

estudo do primeiro atentado contra um dirigente estrangeiro em solo nacional, - o primeiro estudo de caso- existiria interesse na comunidade científica sobre a importância da atividade da segurança pessoal de dignitários estrangeiros em Portugal.

Entendemos que sim.

Primeiro porque após a revolução de 1974 Portugal iniciou uma reorganização geral da sua estrutura política, do seu tecido económico, da sua estrutura social e cultural tendo sido governado “por seis governos provisórios, todos de curta duração fruto da grande instabilidade política que se viveu até à aprovação da nova Constituição da República Portuguesa¹³ (CRP) em abril de 1976” (Magalhães, 2018, p. 8).

Segundo porque quer na dimensão europeia quer na dimensão mundial, a “esmagadora maioria dos países e ou organizações, dispõem deste produto securitário” (Magalhães, 2018, p. 8) que garante que os dignitários nacionais e estrangeiros se sintam protegidos no desempenho das suas funções.

Terceiro porque na ótica da diplomacia internacional e no relacionamento entre Estados, os atentados que estudamos dirigiram-se em exclusivo a dignitários e a interesses estrangeiros em território português abalando assim a frágil estabilidade democrática e política existente e potenciando por parte dos países visados eventuais ações de repúdio a tais incidentes.

Quarto porque a nível nacional não são conhecidos muitos estudos académicos que reflitam sobre esta temática sendo também por isso - pelo carácter inovador da investigação - uma variável relevante a considerar.

Quinto porque o tema surgiu com naturalidade pela carreira policial do investigador com mais de vinte e sete anos de experiência na atividade e pela curiosidade pessoal do fenómeno da segurança de dignitários para as sociedades.

Para a presente investigação consideramos vantajoso realizar uma definição prévia de conceitos que não são mais “do que uma tarefa de inclusão e exclusão de características, dimensões e dinâmicas num tipo ideal que se pretende ilustrativo da realidade” (Nolasco, 2016, p. 2) e que permitem de uma forma mais simples a assimilação da matéria abordada.

Estes conceitos operacionais são seguidamente referidos.

Segurança Pessoal: Expressão escrita com iniciais maiúsculas quando nos referimos à disciplina específica da área da segurança. Empregamos a mesma expressão com iniciais minúsculas quando o seu sentido é material, quando nos referimos a uma tarefa ou atividade

¹³ Texto original aprovado em sessão plenária em 2 de abril de 1976. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Consultado em 14 de agosto de 2023.

securitária.

Protegido: Expressão escrita com iniciais maiúsculas quando nos referimos ao destinatário da medida de segurança pessoal, enquanto como adjetivo ou nome masculino utilizamos as iniciais minúsculas.

Protetor: Expressão escrita com iniciais maiúsculas quando nos referimos ao polícia, enquanto como adjetivo ou nome masculino escrevemos o mesmo com as iniciais minúsculas.

Perpetrador: Expressão escrita com iniciais maiúsculas quando nos referimos a quem quer atingir ou fazer mal ao Protegido, enquanto, como adjetivo ou nome masculino, utilizamos as iniciais minúsculas.

Plano: Expressão escrita com iniciais maiúsculas, quando nos referimos ao Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCCOFSS)¹⁴ enquanto como adjetivo o mesmo é escrito com as iniciais minúsculas.

25 de Abril: Expressão escrita com iniciais maiúsculas quando nos referimos à data histórica do fenómeno da revolução de 1974, enquanto como mês do calendário gregoriano é escrito com as iniciais minúsculas.

28 de Setembro: Expressão escrita com iniciais maiúsculas quando nos referimos à data histórica em que uma manifestação a nível nacional de adesão às ideias e políticas do Presidente da República, general Spínola, resultou numa série de tumultos e que levou à demissão do mesmo, enquanto como mês do calendário gregoriano é escrito com as iniciais minúsculas.

11 de Março: Expressão escrita com iniciais maiúsculas quando nos referimos à data histórica em que um grupo de oficiais ligados ao general Spínola desencadeou uma intentona militar, em que o Regimento de Artilharia 1, Ralis foi cercado e metralhado por tropas paraquedistas de Tancos, enquanto como mês do calendário gregoriano é escrito com as iniciais minúsculas.

25 de Novembro: Expressão escrita com iniciais maiúsculas quando nos referimos à data histórica de estabilização de um período político, o chamado fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC) em 1975, enquanto como mês do calendário gregoriano o mesmo é escrito com as iniciais minúsculas.

Na presente investigação, A Segurança Pessoal de Dignitários em Portugal, Fator

¹⁴ O Plano de Coordenação e Cooperação das Forças e Serviços de Segurança, aprovado pela Deliberação n.º 230/2006, de 18 de maio, do Conselho de Ministros (e que consubstanciou uma atualização da anterior versão, de 16 de março de 1989), resultou do disposto na anterior Lei de Segurança Interna, aprovada pela Lei n.º 20/87 de 12 janeiro e publicada no Diário da República, 1.ª Série n.º 134 de 12 de junho e que determinava, na al) c) do n.º 2 do artigo 8º, que o Conselho de Ministros devia aprovar um Plano de Coordenação e Cooperação das Forças e Serviços de Segurança, por proposta do Primeiro-ministro, nos termos da al. c) do art.º 9º. O atual Plano foi aprovado através da Deliberação n.º 140/2010, de 25 de março do Conselho de Ministros.

Embrionário da Dimensão Externa da Segurança Interna, adotamos uma abordagem multidisciplinar integrando contributos de várias áreas do saber, do Direito Internacional e Nacional, da História, da Sociologia, da Psicologia, dos Estudos de Segurança, das Ciências Policiais e por maioria de razão das Relações Internacionais (RI).

A investigação está organizada em sete capítulos: introdução, o capítulo I sobre a problemática, metodologia, fundamentação teórica e estado da arte, o capítulo II sobre a segurança pessoal enquanto função do Estado, o capítulo III sobre ameaças e riscos aos dignitários, o capítulo IV sobre os tempos violentos na Europa e em Portugal, o capítulo V que retrata os atentados contra os dignitários e os casos não julgados em tribunal, o capítulo VI que estuda os atentados que foram levados à barra de julgamento, o capítulo VII em que apresentamos os resultados e por fim plasmamos a conclusão. No final da investigação adicionamos a bibliografia de suporte e os anexos da mesma.

Por opção metodológica de natureza formal decidimos não englobar os quatro estudos de caso num mesmo capítulo. Tal opção permitiu-nos que os capítulos da investigação pautassem pelo equilíbrio em detrimento de um capítulo muito extenso face aos restantes.

Na introdução, apresentamos a temática onde assinalamos que a História da Humanidade é marcada pela violência entre os homens e que os líderes das sociedades foram amiúde alvo de ações que atentaram contra as suas vidas. Delimitamos o objeto de investigação às décadas de setenta e oitenta do século XX e ao estudo de quatro ações criminosas e violentas de cariz terrorista que se fizeram sentir no território nacional todas elas dirigidas a interesses estrangeiros. Justificámos a pertinência da investigação, sublinhando o carácter inovador como variável a ter em consideração e mencionamos alguns conceitos operacionais de auxílio à investigação.

No capítulo primeiro, apresentamos a problemática, o problema de investigação, os objetivos gerais e específicos e as hipóteses de investigação. No domínio da metodologia suportamo-nos ontologicamente numa perspetiva objetivista e no domínio da epistemologia numa visão positivista. Quanto ao método alicerçamos as opções investigatórias num raciocínio de natureza indutiva com os estudos de casos como sustentáculo da investigação. Assinalamos as fontes e recolha de dados, nomeadamente os livros sobre os atentados, documentos judiciais, perícias médicas, relatórios balísticos, jornais da época e entrevistas a participantes para além de material audiovisual em arquivos de canais de televisão e ou de plataformas *on line*. Na fundamentação sustentamos o quadro teórico na corrente Realista que identifica o Estado como principal ator e único fazedor de uma visão para todo o território das políticas de segurança e de defesa.

No capítulo segundo, apresentamos um enquadramento internacional sobre a temática da Segurança Pessoal, integrando quer os Estados Unidos da América, quer o nível europeu com referências ainda que breve a alguns países. Fizemos um enquadramento nacional e sublinhamos os antecedentes históricos da atividade no-pós 25 de Abril de 1974. Identificamos a atividade como de Polícia, inserida no domínio da atuação preventiva inscrita na Constituição e na Lei e mencionamos os destinatários da medida. Discorremos sobre a aplicabilidade da medida na ótica do direito ou obrigação face ao Protegido desenvolvendo a duração da medida logo que aceite. Identificamos a tríade de intervenientes na temática o Perpetrador, o Protegido e o Protetor, fazendo uma breve caracterização dos mesmos.

No capítulo terceiro, fazemos um enquadramento dos conceitos discorrendo sobre o objeto da inteligência no domínio estratégico, operacional e tático. Apresentamos alguns atentados ocorridos em território europeu e enquadrámos um percurso com origem na década de setenta do século XX e que contribuiu para despertar a Europa face às novas ameaças. Revisitamos o percurso das ameaças em Portugal no pós-25 de Abril e densificamos os elementos constitutivos das mesmas. Cogitamos sobre o risco, a incerteza e os eventuais impactos para os Protegidos. Discorremos ainda sobre a cenarização e sobre a importância da inteligência policial na proteção de dignitários.

No capítulo quarto, abordamos de que forma a revolução do 25 de Abril foi encarada pela comunidade internacional desde o início. Fazemo-lo retratando alguns períodos distintos que marcaram fases importantes no processo de consolidação democrática até à tomada de posse do I Governo constitucional. A nível interno também retratamos de que forma esses períodos foram vividos em termos políticos e sociais. Num segundo plano abordamos a revolução numa perspetiva da luta armada e discorremos sobre uma série de atentados perpetrados em alguns países europeus nomeadamente em Espanha, França, Itália, RFA e Reino Unido e como esse clima não deixou Portugal imune a esses fenómenos. No domínio interno, adicionamos alguns atos praticados por grupos violentos de inspiração de extrema-direita e de extrema-esquerda, que se fizeram sentir durante o período temporal e que foram enquadradores dos atos que vieram a desenrolar-se no capítulo seguinte.

No capítulo quinto, iniciamos a descrição, - ainda que de forma sumária, do atentado contra o ex. Presidente americano Ronald Reagan ocorrido em 1981 que embora não faça parte da investigação, é adequadamente ilustrativo da fugacidade com que os atentados ocorrem. Abordamos os atentados perpetrados contra dignitários estrangeiros em território nacional nomeadamente o atentado contra o embaixador de Israel e o atentado contra a Embaixada da Turquia. Em ambos fazemos um enquadramento prévio e situacional, referimos as condições

em que os mesmos ocorreram, os impactos que materializaram e a forma como a investigação foi desenvolvida. No final de cada, apresentamos a nossa análise e sublinhamos as asserções ou padrões entre ambos.

No capítulo sexto, abordamos os restantes atentados nomeadamente o ataque ao Papa João Paulo II e o atentado contra o ex. dirigente da OLP, Sartawi. Em ambos fazemos um enquadramento prévio e situacional, referimos as condições em que os atentados ocorreram, os impactos que materializaram e a forma como a investigação foi desenvolvida. No final de cada, apresentamos a nossa análise e sublinhamos as asserções ou padrões entre ambos.

No capítulo sétimo, apresentamos os dados obtidos na investigação juntamente com a respetiva análise. Respondemos à questão central que fragmentamos em questões particulares mais simples e mais concretas bem como confirmamos as hipóteses de investigação. Por fim respondemos à pergunta de partida.

Na conclusão fazemos uma súmula de toda a investigação.

Terminamos com proposta de futuras investigações académicas sobre a temática da Segurança Pessoal.

Capítulo I - Problemática, Metodologia, Fundamentação Teórica e Estado da Arte

“O primeiro sentimento do Homem foi o da existência,
o seu primeiro cuidado, o da conservação”.

(Jean-Jacques Rousseau, 1712-1778)

Problemática

Qualquer projeto de investigação nas palavras de Quivy & Campenhoudt (2005) é considerado como “um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica” (p.31). No entanto e como afirmam Almeida & Freire (1997) “uma investigação inicia-se sempre pela definição de um problema” (p.37) que pode “ser expresso em forma de pergunta ou enunciando-o através de uma afirmação” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 83).

É assim, sobre esse impulso disruptivo que assenta qualquer investigação científica. É a mesma linha defendida por Ramos & Naranjo (2014) quando afirmam que “em toda a investigação independentemente de qualquer conceção paradigmática que se adote, a sua categoria básica principal será o problema científico já que este determina o resto das categorias” (p.71).

O nosso problema de investigação é:

A segurança pessoal de dignitários estrangeiros em Portugal, como fator embrionário da dimensão externa da segurança interna.

Plasmada que está a questão central da nossa investigação pode-se, na visão de Marconi & Lakatos (2003) fragmentá-la em outras tantas particulares, mais simples e mais concretas que possam contribuir para solucionar a problemática arguida. É o que fazemos em seguida.

Questão nº. 1: Que ator de segurança era Portugal no pós-revolução (1974-1985) no espaço europeu?

Questão nº. 2: Quais eram as ameaças internas e externas (1974-1985) percecionadas por Portugal?

Questão nº. 3: Que garantias de segurança (1974-1985) tinham os dignitários estrangeiros em território nacional?

Questão nº. 4: O que significou para Portugal a ocorrência destes atentados - ao embaixador de Israel, ao Papa João Paulo II, a Issam Sartawi e à Embaixada da Turquia - quando o país se preparava para aderir à CEE?

Objetivos gerais e específicos

O debate sobre o papel - relativo - dos líderes e da sua força determinística em moldar a História é antigo e incerto considerando que o tipo de políticas que desempenham pode potenciar resultados diversos (Jones & Olken, 2005). O que é consabido é que a morte de líderes políticos tem ocorrido através da História, desde Júlio César¹⁵ (Parenti, 2006), Abraham Lincoln¹⁶ (O'Reilly & Dugard, 2013), passando por John F. Kennedy¹⁷ (Shenon, 2013), a Yitzhak Rabin¹⁸ (Kapeliouk, 1996). Estes, encontraram um fim violento, outros escaparam com vida a atentados por motivos fúteis, por falta de perícia do Perpetrador ou por meros erros técnicos¹⁹.

Portugal não ficou isento de tais atos e durante o século XX uma série de atentados terroristas foram dirigidos a dignitários nacionais, como se ilustra nos parágrafos seguintes.

A morte do Rei D. Carlos I e do Príncipe herdeiro D. Luís Filipe no dia 1 de fevereiro de 1908 em Lisboa, perpetrada supostamente por dois elementos da carbonária - Manuel Buiça e Alfredo Costa (Tavares & Samara, 2008).

A morte do Presidente da República, Sidónio Pais no dia 14 de dezembro de 1918 em Lisboa, (Telo, 2011) por José Júlio da Costa, quando embarcava para uma viagem de comboio

¹⁵ Morto à facada em pleno Senado Romano, por um grupo de senadores em março do 44. A.C.

¹⁶ 16º Presidente americano, cargo exercido entre 1861-1865. Morto com arma de fogo no teatro Ford, em Washington por John Wilkes Both, no dia 15 de abril de 1865.

¹⁷ 35º Presidente americano, cargo exercido entre 1961-1963. Morto com arma de fogo em Dallas, por Lee Harvey Oswald, no dia 22 de novembro de 1963.

¹⁸ Morto com arma de fogo em Tel - Aviv, Israel, por Yigal Amir, no dia 4 de novembro de 1995.

¹⁹ Sem qualquer pretensão de exaustividade referenciamos: No dia 24 de dezembro de 1815 na Rue Saint-Nicaise, na cidade de Paris uma tentativa de assassinato ao então primeiro Cônsul da França, Napoleão Bonaparte, com recurso a uma bomba feita com um barril de pólvora, aros de ferro e balas falhou por conta de um erro do condutor da sua carruagem, um homem chamado César, que por se encontrar embriagado não parou no lugar onde devia fazê-lo.

Adolf Hitler escapou a um atentado à bomba, na cervejaria Bürgerbräu em Munique, que matou oito pessoas e causou ferimentos em outras sessenta e três. Adolf Hitler, tinha-se retirado do local pouco tempo antes da explosão do engenho. O autor do atentado, Johann Georg Elser, foi capturado na mesma noite ao tentar fugir para a Suíça, ficando preso no campo de concentração de Dachau.

O líder do partido Movimento pelos Direitos e Liberdades da Bulgária (MRF, na sigla em inglês) Ahmed Dogan, sofreu uma tentativa de assassinato enquanto discursava numa conferência realizado na cidade de Sofia no dia 19 de janeiro de 2013 e transmitida pela televisão. O autor do atentado de nome Oktay Enimehmedov, na posse de uma arma de fogo subiu ao palco onde o líder político se encontrava e apontando-lhe a arma à sua cabeça, premindo três vezes o gatilho. A arma não funcionou por mero acaso e o atentado não foi consumado.

No dia 1 de setembro de 2022, a Vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, foi vítima de um ataque com arma de fogo em Buenos Aires. O atirador apontou uma arma de fogo ao rosto da Vice-presidente, mas a arma acabou por não disparar.

que o levaria ao à cidade do Porto.

O assassinato do chefe do Governo, António Granjo no dia 19 de outubro de 1921 em Lisboa (J. Brandão, 1990) por marinheiros e soldados da Guarda Nacional Republicana (GNR), no Arsenal da Armada.

O atentado contra o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar no dia 4 de julho de 1937 (Madeira, 2013) perpetrado supostamente por anarquistas que à bomba tentaram matar Salazar.

Mas a sociedade portuguesa também vivenciou atentados dirigidos contra dignitários estrangeiros sendo esse o objetivo central da nossa investigação.

De que forma a proteção, da segurança pessoal providenciada pelo Estado português foi o embrião da externalização da segurança interna no pós-25 de Abril?

Pretendemos ainda dar resposta aos seguintes objetivo específicos:

1. Porque foi Portugal escolhido para palco destes atentados?
2. Como se materializaram e quais os impactos?
3. Como foram percecionados a nível interno e a nível internacional?
4. Como Portugal se redefiniu em termos securitários no pós atentados?

Hipóteses

Face ao objetivo geral e específicos, lançamos duas hipóteses de investigação que procuramos que sejam “respostas supostas e provisórias” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 122) para que possam ser aceites ou rejeitadas somente depois de devidamente testadas (A. C. Gil, 2008).

Hipótese nº. 1: A presença da segurança pessoal junto a esses dignitários mitigou o impacto dos atentados.

Hipótese nº. 2: A atuação da segurança pessoal maximizou a dimensão externa da segurança interna.

Metodologia

A construção do processo científico no domínio das Relações Internacionais tem segundo (Grix, 2002; Hay, 2002) na ontologia o seu ponto inicial. É nesta visão que se responde à questão: “*what is the nature of the social and political reality to be investigated*” (Hay, 2002, p. 63) sendo que, só após tal desiderato se materializar, se pode discutir como podemos saber o que há sobre o fenómeno social e a realidade do pensamento que existe (Hay, 2002).

As questões ontológicas fundamentais assentam assim nas palavras de (Jane et al., 2014)

em saber se a realidade social existe independentemente das concepções e interpretações humanas. Na arguição teórica, o nosso posicionamento ontológico, espelho da construção social em que nos revemos (Blaikie, 2010) fundamentou-se numa perspetiva objetivista (Bryman, 2012; Bunge, 1993) onde os fenómenos sociais e os seus significados têm existência independentemente dos atores sociais e das suas experiências, ideias ou crenças estando mesmo fora do nosso alcance ou influência (Bryman, 2012; R. Fernandes, 2022; Marsh & Furlong, 2002). Um posicionamento ontológico que nos “instiga a eliminar todos os elementos subjetivos das nossas visões da realidade. Por outras palavras o objetivismo prescreve que devemos potenciar a exclusão dos nosso sentimentos e desejos na forma como abordamos os fenómenos” (Bunge, 1993, p. 210).

No domínio epistemológico, considerando-o como o caminho através do qual podemos adquirir o conhecimento que existe (Hay, 2002; Jane et al., 2014) posicionamo-nos numa visão de natureza positivista onde se indica que o “*scientific knowledge emerges only with the collection of observable data*” (Dunne Tim, Kurki Milja, 2013, p. 18) e que pode ser comprovado, alicerçando-se na premissa do investigador ser um observador neutro do fenómeno estudado (R. Sousa, 2017) ideia reforçada por (Al-Saadi, 2014) quando salienta que a procura da verdade não é afetada pelo investigador. A visão de natureza positivista nas RI tem sido a dominante (V. Brown, 2011) considerando que “*the positivists is a kind of intellectual gatekeeping act, simply stipulated what could count as facts in IR and thereby excluded forms of knowledge that did not confirm to positivism*” (Sutch & Elias, 2007, p. 14). Um posicionamento epistemológico por nós assumido que não está no entanto, isento de crítica, como bem salientam (Jane et al., 2014) quando afirmam que desde o início do século XX a tradição do pensamento baseando-se apenas que pela observação seria possível a apreensão do conhecimento, abriria portas a que no futuro essa mesma se provasse a exceção à lei de partida.

As nossas posições ontológicas e epistemológicas direcionaram assim a nossa estratégia de investigação como salientam (Quivy & Campenhoudt, 2005) sobre que método científico contempla a ferramenta padronizada que permite a construção do conhecimento que se obtém com observações válidas, e com a interpretação de resultados.

Para suportar a visão científica da nossa investigação alicerçamos as opções num raciocínio indutivo que nos permitiu partindo de dados suficientemente constatados, levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam, Marconi & Lakatos (2003). Visão sustentada por Bryman (2012) quando refere “*in other words, the process of induction involves drawing generalizable inferences out of observations*” (p.26) e comungada por Stake (1999) ou por Patton (2002) quando admitem fazer extrapolações

sempre que a investigação incorpore uma quantidade de estudo representativa aumentando os níveis de confiança no método.

A nossa estratégia de investigação fundamentou-se na análise de estudos de caso. Um processo que possibilitou explorar e compreender assuntos da vida real (Dooley, 2002; Gillham, 2000; Tellis, 1997; VanWynsberghe & Khan, 2007; Yin, 2003) e permitiu ainda um “*closely examine the data within a specific context*” (Zainal, 2007, p. 2). Uma estratégia frequentemente criticada na comunidade científica e acusada de falta de rigor (Zainal, 2007, p. 5) e com uma tendência de viés do investigador na interpretação da informação recolhida, mas que ainda assim considerados como fundamental no nosso percurso investigatório.

Quanto aos estudos de caso, suportamo-nos na visão de (Creswell, 2014b; de Stake, 2006; e de Yin, 2003) e optamos pela investigação de quatro. Casos de natureza explanatória que “procuram informação que possibilite o estabelecimento de relações de causa-efeito, ou seja, procuram a causa que melhor explica o fenómeno estudado” (Meirinhos & Osório, 2010, p. 57) e que permite responder a Quem? Onde? o Quê? Como? Porquê? (Yin, 2003, pp. 21–22). Casos que foram escolhidos em contextos temporais e geográficos diferentes, depois de sinalizados como representativos e claramente identificados no universo que pretendemos estudar, as ações dirigidas contra dignitários estrangeiros em Portugal entre 1974-1985. Ainda assim não descartamos eventuais referências de viés do investigador, pois ao escolher estes e não outros, podíamos, - ainda que não intencionalmente - sermos acusados de falta de rigor. Destarte, e para mitigarmos essa - eventual – crítica, acolhemos como necessário a verificação de auditores externos para as conclusões obtidas como sugere Cohen et al. (2000). Tais verificações de concordância constam nos anexos 1, 2 e 3 da nossa investigação.

Esta estratégia de investigação permitiu uma abordagem quer quantitativa, quer qualitativa da informação recolhida (Zainal, 2007) ideia partilhada por Meirinhos & Osório (2010) quando afirmam que os casos de estudo “parecem herdar as características da investigação qualitativa” (p.52) mas não se cingiu à mesma pois pode contemplar também uma perspetiva quantitativa, visão partilhada por Stake (1999) quando menciona que a “distinção entre métodos é uma questão de ênfase, já que a realidade é uma mistura de ambos” (p.41). Corroboramos assim com Meirinhos & Osório (2010) quando afirmam que “a utilização de dados qualitativos e quantitativos na mesma investigação, vai no sentido de olhar para estas metodologias como complementares e não como opostas ou rivais” (p.51).

Um caminho investigatório que na nossa visão beneficiou de múltiplas fontes de informação Dooley (2002) documentos, relatórios, entrevistas e material audiovisual diverso, que carrou vantagens para o percurso científico e permitiu-nos fazer uma triangulação - através

de métodos de estudo diferentes com recurso a duas ou mais fontes de informação referentes ao mesmo acontecimento aumentando assim a fiabilidade da informação (Meirinhos & Osório, 2010).

Respeitante aos princípios norteadores da nossa investigação científica enfatizados por (Bryman, 2012) de compromisso intelectual e de garantia deontológica da investigação foram respeitados. As normas de conduta e os princípios éticos inerentes a um projeto académico cumpriram as recomendações da Carta Europeia do Investigador no que diz respeito às boas práticas na investigação (UE - Comissão Europeia, 2005) bem como o Código Deontológico do Serviço Policial (MAI, 2002).

Na visão de Grix (2002) os métodos devem ser livres das posições ontológicas e epistemológicas escolhidas e a escolha dos mesmos deve ser apenas guiada pela problemática em questão (p.180). Uma linha também defendida por Ramos & Naranjo (2014) quando consideram que “o método é a organização interna do processo investigativo. É uma reconfiguração sucessiva de procedimentos que envolvem diversas técnicas e instrumentos que finalmente lhe outorgam validade” (p.99).

Assim, optámos por realizar uma pesquisa histórica na senda como defende Laville (1999) de cada comunidade querer ver a sua própria história contada (p.132) e essa parte da história recente de Portugal consideramos que não está suficientemente estudada. A presente investigação para além de descritiva é também analítica e explicativa.

Em termos de linha de investigação recorreremos numa primeira fase, ao estudo documental de fontes primárias. Documentos legais e originais, nomeadamente todos os inquéritos judiciais realizados pelo Ministério Público (MP) sobre os atentados em referência, que nos permitiu o aceder a Autos de Declarações, perícias médicas, relatórios balísticos, relatórios de armamento e a outra matéria de especial confidencialidade. Documentos oficiais, produzidos pelo chamado “poder do Estado” (Luci Oliveira & Virgínia Ferreira Silva, 2005, p. 25) na condução da investigação e na administração da justiça em tribunal. Saliente-se que dos processos e após as correspondentes investigações judiciais concluídas, dois não foram a julgamento - o atentado ao embaixador de Israel e o ataque à embaixada da Turquia - ficaram-se pela fase da investigação e que retratamos no capítulo V. Os remanescentes - foram a tribunal, logo fez-se justiça, o atentado contra o Papa João Paulo II e a morte do ex. dirigente da OLP, Issam Sartawi e que são retratados no capítulo VI. Apesar de serem assimétricos quer no domínio dos alvos, dos métodos de ataque e nos impactos humanos e materiais, construímos duas grelhas de orientação de pesquisa com um tronco comum relativamente aos dois blocos de atentados. Assim, a tabela 1, é relativa à grelha de pesquisa dos casos não julgados, enquanto

a tabela 2, representa a grelha dos casos que foram a julgamento. Concluímos a primeira fase com uma revisão da literatura especializada sobre a temática, especialmente a estrangeira e apoiamo-nos em fontes de domínio público, nomeadamente em tecnologias de informação do universo da multimédia e em reportagens televisivas.

Na segunda fase, optámos por realizar trabalho de campo utilizando o método de entrevista, técnica que, no âmbito das RI, “adquire real importância, já que, por característica, permite uma abordagem temática aberta e adaptável entre o entrevistador e o entrevistado” (B. Brito, 2021, p. 28). Entrevistas de natureza semidirectivas no sentido de “não ser uma entrevista inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” (Pocinho, 2014, p. 97) junto de interlocutores privilegiados. Pessoas que estiveram ligadas diretamente aos eventos mencionados, nomeadamente polícias que os vivenciaram na primeira pessoa. No entanto a natureza desta técnica de pesquisa foi subsidiária e complementar da pesquisa documental pois como afirma Bloch (2002) “muitos acontecimentos históricos só puderam ser observados em momentos de violenta perturbação emotiva ou por testemunhas cuja atenção, ora solicitada tarde demais, quando havia surpresa, ora retida pelas preocupações com a ação imediata era incapaz de incidir com intensidade suficiente sobre as características às quais o historiador, com razão, atribuiria atualmente um interesse preponderante” (p.104).

Tabela 1 Grelha de pesquisa-os atentados não julgados

Ataque ao embaixador de Israel	Ataque à embaixada da Turquia
Data, local e hora	Data, local e hora
Quem? O que? Como?	Quem? O que? Como?
Contenção/ Gestão inicial do local do crime	Contenção/ Gestão inicial do local do crime
Mediatização do atentado – Órgãos de comunicação social	Decisão política
Reivindicações do atentado	Ação tática
Diversas formas de repúdio do atentado	Mediatização do atentado – Órgãos de comunicação social
Da investigação	Reivindicações do atentado
Tomada de declarações na fase inicial	Diversas formas de repúdio do atentado
Recolha de indícios	Da investigação
Da prova testemunhal em inquérito, inquirições subsequentes	Recolha de indícios
Da prova pericial	Da prova testemunhal em inquérito, inquirições subsequentes
Exames balísticos, exames médico-legais, danos e reconstituições	Da prova pericial
Cooperação internacional	Exames balísticos, exames médico-legais, danos e reconstituições
Resumo do relatório final dos investigadores	Cooperação internacional
Apreciação do relatório da investigação	Resumo do relatório final dos investigadores
A nossa análise	Apreciação do relatório da investigação
Contexto internacional	A nossa análise
Escolha de Portugal	Contexto internacional
Motivações	Escolha de Portugal
Intenções e capacidades	Motivações
Plano de fuga	Intenções e capacidades
Intervenção da segurança pessoal	Plano de fuga
Fatores complementares	Intervenção da segurança pessoal
Arquivo judicial	Arquivo judicial
O pós arquivo judicial	O pós arquivo judicial

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 Grelha de pesquisa-os atentados julgados

Ataque ao Papa João Paulo II	Ataque ao Issam Sartawi
Antecedentes	Antecedentes
Data, local e hora	Data, local e hora
Quem? O que? Como?	Quem? O que? Como?
Gestão inicial do local do crime	Gestão inicial do local do crime
Mediatização do atentado – Órgãos de comunicação social	Mediatização do atentado – Órgãos de comunicação social
Diversas formas de repúdio do atentado	Diversas formas de repúdio do atentado
A detenção do suspeito	Reivindicações do atentado
Da investigação	A detenção do suspeito
Da prova testemunhal em inquérito, inquirições subsequentes	Da investigação
Da prova pericial, exames forenses	Da prova testemunhal em inquérito, inquirições subsequentes
Material apreendido	Da prova pericial, exames médico-legais, danos e reconstituições
Cooperação internacional	Cooperação internacional
Acusação do MP	Acusação do MP
Do julgamento	Do julgamento
Leitura do acórdão	Leitura do acórdão
A nossa análise	A nossa análise
Escolha de Portugal	Escolha de Portugal
Motivações	Motivações
Intenções e capacidades	Intenções e capacidades
Plano de fuga	Plano de fuga
Vulnerabilidades do local	Vulnerabilidades do local
Intervenção da segurança pessoal	Intervenção da segurança pessoal
Arquivo judicial	Arquivo judicial
O pós arquivo judicial	Impactos políticos do evento
	O pós julgamento

Fonte: Elaboração própria

Na análise da informação recolhida, focamo-nos no estudo individualizado de cada um dos estudos de caso numa fase inicial. Numa fase subsequente identificamos as questões e os temas comuns entre os mesmos e que os transcendem, na linha das chamadas “asserções” de (Stake, 2006, p. 10) ou construção de “padrões” ou “explicações” de (Yin 2003).

Em virtude da informação privilegiada e com dados nominativos que consultamos nos processos judiciais, aplicamos o princípio da minimização de exposição dos mesmos, mantendo assim a confidencialidade e o sigilo necessários como bem recomenda o regulamento da EU, nº. 679/2016²⁰ do Parlamento e do Conselho. Os nomes dos intervenientes não são mencionados na totalidade pois utilizamos sempre abreviaturas, omitimos ainda a naturalidade bem como o número de polícia das suas residências. Ainda sobre a confidencialidade dada à informação dos participantes e sempre que a mesma é mais densificada ou mais completa na investigação, significa que a mesma foi recolhida de fontes abertas nomeadamente em jornais e ou textos escritos que se encontram *on line*, estando assim no âmbito do domínio público.

Entendemos ainda como necessário e de forma subsidiária incorporar parcialmente na investigação excertos do conteúdo de cinco entrevistas realizadas por Magalhães (2018) nomeadamente no capítulo II, A Segurança Pessoal de Dignitários enquanto Função do Estado e no capítulo III, Ameaças e Riscos aos Dignitários.

No domínio da citação de autores estrangeiros e porque os mesmos expressam na sua língua materna ideias e visões muito *sui generis*, mantivemos algumas das frases na língua original, tentando assim preservar a maior genuinidade possível de pensamento, pelo que ao longo do trabalho serão encontrados excertos em língua estrangeira.

Com a premissa que possam de uma forma mais intuitiva contribuir para a assimilação do conhecimento que se pretende transmitir recorreremos à utilização de quadros de criação própria bem como à inclusão de diversas fotografias relativas aos atentados. Por opção metodológica de natureza formal decidimos enquadrar (os), (as), mesmos (as) no corpo do texto e não remetê-los (as), para anexos possibilitando assim uma maior fluidez na leitura.

Fundamentação teórica

Na origem, o Homem foi criado para viver integrado pelos seus pares pois

²⁰ Publicado no Jornal oficial da EU L/119 /1 de 4 de maio de 2016.

difícilmente poderia sobreviver às adversidades sozinho “ninguém se basta a si próprio, por isso cada Homem associa-se aos demais para sobreviver” (Clemente, 2016, p. 36). O conceito de unidade social e depois de comunidade foi a chave da sobrevivência humana. Os textos religiosos reforçam essa noção quando sublinham a resiliência sempre que o Homem diluiu as suas franquezas pessoais numa comunidade “se um só é oprimido, dois já conseguem resistir a isso; o cordel dobrado em três não se parte facilmente”²¹.

Desde cedo, as sociedades foram marcadas por uma hierarquização bastante vinculada, ascendendo a líder aquele que fosse mais forte, que tivesse maior *status* ou que fosse possuidor de maior riqueza. Os homens eram assim na visão de Rémond (1994) “apanhados num conjunto de relações sociais que derivam do seu habitat, da sua condição profissional, da natureza da sua atividade e também das concepções inspiradoras da sociedade” (p.35). Nas palavras de Afonso (2015) a “vocação inata do homem para a vida social traduz um pensamento milenar que entronca na doutrina aristotélica (...) segundo a qual o homem é, desde a origem, um ser político que não pode viver fora da sociedade” (p.35) apesar dessa mesma sociedade ser a origem dos maiores perigos. Nas cartas a Lucílio de Sêneca (1965) “o homem - que para o homem devia ser coisa sagrada” (p. 512) transformou-se, porém naquilo a que Plauto²² designava como “*homo homini lupus est*”²³ ideia reforçada por Hobbes quando considerava que os seres humanos são naturalmente compelidos a viver em guerra uns com os outros “*man to man is a kind of God; and that man to man is an arrant wolf*” (Molesworth, 1841, parágrafo. iii). Para além da propensão inata para o conflito, Clemente (1998) defende ainda que o Homem é o “único animal capaz de matar dolosamente” (p.22).

Para manter a ordem necessária na sociedade e controlar a violência entre Homens nas palavras de Afonso (2015) “o fenómeno da organização político-jurídica terá surgido num momento em que as formas primitivas de sociabilidade, conduzidas de modo espontâneo pelo instinto e pela necessidade se converteram numa sociabilidade mais ou menos organizada, caracterizada pela existência de regras e disciplina” (p. 35). Em contínuo, o Estado como entidade forjada na violência (Thales, 2012) tornou-se no “ente principal e norteador em termos de estática e dinâmica das Relações Internacionais, (...) teve como marco a secularização das relações políticas internacionais a partir de Westfália (1648) cujo jogo de poder revelava o aprofundamento do fosso entre o poder

²¹ Cfr. Bíblia Sagrada. (2000). Antigo Testamento, Livro de Eclesiastes, 4.12. (pp.1041).

²² Plauto. (254-184 A.C.). Asinária. A Comédia dos Asnos, versos 495-496.

²³ O Homem como lobo do próprio homem, tradução do autor.

temporal e o poder espiritual (...) formando o conceito do Estado soberano e estruturado em dinâmicas internas de formação nacional” (p. 100). Ao tornar-se essencial “para manter a paz interna e assegurar a defesa externa” (A. J. Fernandes, 2005, p. 23) o sistema Estatal abarcou, de “forma instrumental, a soberania - conceito derivado do latim, *summa potestas*”(Thales, 2012, p. 109) .

O estabelecimento de relações de equilíbrio entre os novos seres soberanos, encontraram nas relações diplomáticas o seu canal privilegiado fosse para negociarem e defenderem os seus mais diversos interesses (económicos, sociais, culturais) fosse para resolverem pacificamente questões ou conflitos. A diplomacia, constituiu-se tradicionalmente como um dos principais instrumentos utilizadas pelos Estados, ideia de proteção espelhada em 1758, pelo filósofo suíço Emer de Vattel,²⁴ na sua obra de referência “O Direito das Gentes”, a qual, discorrendo sobre a noção do conceito de Estado soberano e da sua organização interna, estipulava como este devia reger os seus comportamentos nas suas relações externas, estabelecendo um normativo de boa conduta, a praticar nas relações entre os mesmos. Segundo (Vattel, 2004) “todo Estado soberano tem, pois, o direito de enviar e receber ministros públicos, pois eles são os instrumentos necessários dos negócios que os soberanos têm uns com os outros, e da correspondência que eles têm o direito de manter (p.625) (...) no que toca à sua proteção conferida pelo Estado acolhedor, é um dever particular do soberano, para quem o ministro é enviado, garantir-lhe esta segurança” (p. 640).

Os cientistas sociais que estudam as RI, ancoram-se em diferentes paradigmas de pensamento com base nas lentes com as quais abordam a sociedade. As teorias encarregues de explicar o fenómeno não são fundadas em vácuos históricos, mas sim revestidas mais discreta ou abertamente de perfurações temporais e socioculturais (Thales, 2012, p. 313).

Os grandes debates das RI iniciaram-se e prolongaram-se pelo século XX subsistindo na hodiernidade, fundaram-se e fundam-se em preocupações específicas de ver e entender o mundo. Deveria o mundo ser visto e interpretado como os povos desejavam ou ser entendido como ele na realidade era? Foi este o confronto ideológico das décadas de trinta e quarenta do século XX opondo o Realismo e o Idealismo. A continuidade do debate entre o Tradicionalismo e o Behaviorismo nas décadas de

²⁴ Emer de Vattel (1714-1767), filósofo, diplomata e jurista suíço, fortemente influenciado pelo pensamento dos filósofos e juristas alemães Gottfried Leibniz e sobretudo de Christian Wolff.

cinquenta e sessenta. O debate Inter-paradigmático entre Realismo, Liberalismo e Marxismo nos anos setenta e oitenta e desde os anos noventa entre Racionalistas e Reflectivistas (R. Sousa, 2017) têm marcado a atualidade do pensamento das RI.

Dentro das visões mencionadas, o Realismo e o Liberalismo travaram e ainda o fazem, o grande combate dos pessimistas da natureza humana e dos egoístas realistas com os humanistas liberais defensores e crentes no valor das pessoas como sublinham (R. Jackson & Sorensen, 2013, p. 101) “*progress for liberals is always progress for individuals. The core concern of liberalism is the happiness and contentment of individual human beings.*” Realistas que se fundam em postulados de entes soberanos; os Estados ou (cidades-estado) antagonistas de filósofos idealistas que se ancoram no valor do ser humano. Ainda assim e “apesar de significativamente diferentes nas suas visões, estas abordagens teóricas partilham os princípios do racionalismo, secularismo e crença no pensamento científico e progresso característicos do Iluminismo Europeu do século XVIII” (R. Sousa, 2017, p. 57).

O Realismo identifica no Estado um ente soberano que “não está subordinado a nenhum outro membro da comunidade internacional” (Boniface, 2015, p. 35) sendo o principal ator, o único fazedor de uma visão para todo o território e dentro deste das políticas de segurança e de defesa como sublinhou (Morgenthau, 1948) - o poder acima da moralidade dado que as políticas baseadas na moralidade ou no idealismo podem conduzir à fraqueza dos Estados.

Uma história de pensamento que funciona “como garante da racionalidade possível da política externa dos Estados, no inferno da luta permanente pelo poder” (C. Gaspar, 2013, p. 8) e que se ancora desde a Grécia Antiga, quando Tucídides havia já refletido sobre a problemática da importância dos poderes e do relacionamento entre homens “pois deveis saber tanto quanto nós que o justo, nas discussões entre os homens, só prevalece quando os interesses de ambos os lados são compatíveis, e que os fortes exercem o poder e os fracos se submetem” (Tucídides, 1987, p. 348).

Um contributo reforçado por Maquiavel²⁵ no Príncipe, quando o autor defendia que a moralidade não tem lugar na política, pois esta permite o uso do engano, do ardil, da traição do crime e da violência. As formas de consubstanciar tal desiderato passavam

²⁵ Para Maquiavel (1469-1557), os verdadeiros fins da política seriam fundar uma República, manter um Estado, governar um reino, organizar um Exército, conduzir a guerra, administrar a justiça e aumentar um Império. Para tal era necessário deter o poder e medido em cada principado tendo as conta as forças armadas que dispunham, as disponibilidades financeiras e o talento militar.

na visão do mesmo por “*using the law and using force. Typically, humans use laws and animals force. But since playing by the law often proves inadequate, it makes sense to resort to force as well*”(Machiavelli, 2009, p. 69).

Esta visão é reiterada com o *Leviathan* de Thomas Hobbes²⁶ onde se caracterizou o estado de natureza do Homem como de luta permanente de todos contra todos e onde a vida sem segurança seria desagradável, solitária, brutal e curta e, como por metamorfose, o homem se tornava no “lobo do homem” (Faria, 1996, p. 219), plasmando-se essa capacidade de impor aos outros a nossa vontade em Carl Von Clausewitz em Da Guerra onde reflete sobre as relações entre a política externa e a guerra e em que considera que “a guerra não é senão a continuação das relações políticas pelo recurso a outros meios. É o ato de violência cujo fim é forçar o adversário a executar a nossa vontade” (Maltez, 2012, p. 146).

Desde a autonomização das RI como disciplina científica no início do século XX, que os realistas clássicos - Carr e Morgenthau - criticaram a visão otimista e idealista da política e da natureza humana. Para Carr, na obra *The Twenty year's crises 1919-1939* (1946) “*The state is built up out of these two conflicting aspects of human nature. Utopia and reality, the ideal and the institution, morality and power, are from the outset inextricably blended in it*” (Carr, 1946, p. 96). Para Morgenthau, na sua obra *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace* (1948) escrita “contra o consenso pacifista e a visão utópica de uma nova ordem mundial assente na aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética e para preparar os responsáveis e a opinião pública para a Guerra Fria” (C. Gaspar, 2013, p. 7), considera que a política internacional, como qualquer outra política, é uma luta pelo poder, isto porque o sistema é anárquico, ou seja, não há no ambiente internacional uma autoridade suprema acima dos Estados, logo a luta é constante. A “*political Policy seeks either to keep power, to increase power, or to demonstrate power*” (Morgenthau, 1948, p. 2.) Uma luta pelo poder baseada em princípios políticos que consagram nomeadamente:

- a) A política, tal como a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que têm as suas raízes na natureza humana. Que se pode desenvolver um conhecimento científico da política, baseado no nosso entendimento da natureza humana e que esta é percecionada sob uma lente de pessimismo. Que somos como espécie eminentemente egocêntricos e com interesses próprios.

²⁶ Thomas Hobbes (1588-1679), via no Homem um ser egoísta, ávido de autoconservação e de segurança, a alcançar somente, através do poder ilimitado do Estado.

- b) O caminho pragmático do Realismo na paisagem política internacional, é definido em termos de poder. Os Estados sempre tentarão assegurar os seus objetivos em termos de poder. Isto na visão do autor, retira da visão dos realistas pressupostos associados à moralidade ou ideologias políticas.
- c) Enquanto os interesses nacionais são sempre definidos em termos de poder a natureza e a materialização do mesmo é sempre dinâmica e mutável.
- d) Os princípios morais e abstratos não se podem aplicar à política. Enquanto os princípios morais possam ser importantes eles não podem ser aplicados de forma abstrata à política internacional. A moralidade não determina as ações dos Estados, embora possa ter alguma influência. A moralidade a ser aplicada apenas o deverá ser em circunstâncias específicas.
- e) As aspirações morais de uma determinada Nação não podem ser identificadas com leis morais que regem o universo. *“What rules of ethics, mores, and law are effective on the international scene? What functions do they fulfill for international society? What kind of international ethics, international mores in the form of the world public opinion, and international law is there which would delimit, regulate, and civilize the struggle for power among nations in the same way as the domestic normative orders fulfill this function for struggle for power among individuals belonging to the same domestic society?”* (Morgenthau, 1948, p. 173).
- f) A esfera política internacional é independente do âmbito nacional *“domestic and international politics are but two different manifestations of the same phenomenon, the struggle for power. Its manifestations differ in the two different spheres because different moral, political, and general social conditions prevail in each sphere”* (Morgenthau, 1948, p. 21).

In Politics Among Nations (1948).

No espectro das RI este paradigma Realista, que considera que os Estados nunca podem ter amigos, mas apenas aliados e não têm amigos, mas sim interesses (Leal, 2013) encontra nas palavras de Brandão (2004) a base da sua longevidade “quer pela sua simplicidade quer pela sua aproximação em relação à prática política. O eixo é o Estado: ele é o ator, ele é quem detém o poder, ele é quem define os interesses da coletividade, ele é que faz a guerra ele é quem assina os tratados” (p.38).

Uma corrente de pensamento que entende o poder de um homem sobre o outro e

tende a considerar como justo o seu desejo de poder, mas que condenará como injusto o desejo dos outros de conquistar o poder sobre eles (Morgenthau, 1948).

Uma corrente de pensamento onde os líderes dos Estados e suas avaliações subjetivas das relações internacionais estão ainda no centro das atenções (Dagios, 2011).

Estado da Arte

Antes do nascimento dos Estados modernos e avocando que a segurança “é uma das mais ambíguas, debatidas e contestadas noções em todo o edifício conceptual das relações internacionais” (Tomé, 2010, p. 33) a Segurança Pessoal aos líderes políticos tem sido determinante para o equilíbrio político em determinadas regiões e países:

No caso das regiões:

- a) A morte do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono imperial austríaco e da sua mulher em Sarajevo no dia 28 de junho de 1914 ²⁷- especulativamente - e mesmo que não tenha sido o motivo decretório para o início da primeira Guerra Mundial, desfez seguramente o equilíbrio já instável da paz na região²⁸.
- b) A morte de Anwar-el-Sadat (Chando, 2020) Presidente do Egipto no dia 6 de outubro de 1981 por extremistas egípcios, que aproveitaram a realização de uma parada militar, para assassinar aquele que consideravam o principal traidor por ter assinado os acordos de paz com Israel três anos antes em Camp David, terminando assim com o processo de normalização de relações com Israel.
- c) A morte de Yitzhak Rabin (Peres, 2018) Primeiro-ministro de Israel no dia 4 de

²⁷ Cfr: Pinto, Paulo. (2017). RTP Ensina. Os dias de História - O assassinato do Arquiduque Francisco Fernando. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/assassinato-do-arquiduque-francisco-fernando/>. Acedido em 19 de novembro de 2023.

²⁸ Na época, pequenos reinos independentes as regiões dos Balcãs estavam retalhadas entre o Império Otomano e o Império Austro-Húngaro, num estado de permanente tensão e conflito que envolvia igualmente a Grécia, a Bulgária e a Roménia. O atentado foi planeado com a colaboração de elementos do Exército e da Polícia da Sérvia, tratando-se, portanto, de uma conspiração que envolvia e comprometia a hierarquia deste Estado.

Os autores do atentado foram presos e julgados, assim como boa parte dos envolvidos na conspiração, tanto nos domínios do Império Austro-Húngaro como na Sérvia. Porém, para os austríacos, isto não era suficiente e em julho as autoridades imperiais lançaram um ultimato à Sérvia com exigências concretas destinadas a cessar de imediato todas as atividades destes grupos que conspiravam contra os interesses austríacos. A Sérvia recusou e o Império Austro-Húngaro cortou relações diplomáticas e declarou a guerra. A partir daqui todo o frágil sistema de alianças e pactos secretos entre as potências europeias desabou, numa espécie de efeito dominó. A Rússia e a França saíram em defesa da Sérvia e a Alemanha colocou-se ao lado da Áustria-Hungria. Seguiu-se o Reino Unido. Toda a Europa acabou por se envolver no conflito, que alastrou à escala mundial e durou quatro anos, quando se supunha que terminasse rapidamente. Cfr: Pinto, Paulo. (2017). Ob. cit página atual.

novembro de 1995 perpetrada por um extremista religioso, possibilitou a ascensão de partidos políticos da extrema-direita ao poder e foi um golpe duro para os palestinianos e para a comunidade internacional que apostava numa solução pacífica para o conflito Israel / Árabe.

No caso de países:

- a) A morte do Presidente Kennedy no dia 22 de novembro de 1963, colocou diretamente no poder o seu Vice-presidente Lyndon B. Johnson²⁹. Com uma visão da política externa totalmente divergente da do seu antecessor, aprofundou a intervenção americana armada no conflito do Vietname fazendo ingressar nas fileiras de combate milhares de jovens americanos. Ao nível da política interna enfrentou enormes conflitos nomeadamente confrontos contra ativistas anti - guerra bem como confrontos raciais que potenciaram uma crise económica e política.
- b) A morte de Aldo Moro (Drake, 1995) ex. Primeiro-ministro italiano que depois de sequestrado durante cinquenta e cinco dias foi assassinado pelas Brigadas Vermelhas, chocou a sociedade italiana e foi comparada ao assassinato de Kennedy suscitando diversas teorias de conspiração.
- c) A morte de Olof Palme (Nordstrom, 2000) Primeiro-ministro sueco no dia 28 de fevereiro de 1986 chocou a nação. Os assassinatos de líderes políticos eram virtualmente desconhecidos na Escandinávia.

Os ataques aos líderes políticos têm sido objeto de múltiplas abordagens das quais se destacam os trabalhos de (Jones & Olken, 2005) sobre a importância dos líderes e da sua morte nas sociedades, os efeitos dos assassinatos nas instituições e na guerra de (Jones & Olken, 2009) ou a relevância do assassinio de líderes na economia e no crescimento económico dos países de (Gilbert et al., 2011).

A segurança pessoal dos líderes políticos e em particular dos que têm o estatuto de PIP de acordo com a ONU e desde 1973, tornou-se fundamental na “manutenção da paz internacional e na promoção de relações de amizade entre os Estados”(ONU, 1973, p. 2) dado que crimes contra estes agentes diplomáticos potenciam uma ameaça séria para a manutenção da normalidade das RI e afetam as instituições políticas potenciando conflitos (Jones & Olken, 2005).

²⁹ 36º Presidente americano, cargo exercido entre 1963-1969.

Na UE essa preocupação ficou plasmada apenas em 2002 colmatando um vazio de legislação, de normas e de manuais de carácter geral na União, que regulassem a proteção de personalidades oficiais, tanto nacionais, como comunitárias ou estrangeiras. Por decisão do Conselho da UE, definiu-se assim como personalidades oficiais “as pessoas às quais é atribuído um serviço de proteção, por força da legislação nacional de um Estado - membro ou da regulamentação de uma organização ou instituição internacional ou supranacional”³⁰. Uma decisão que reforçou um dos principais objetivos da EU “tornar-se num espaço seguro sem fronteiras internas”(Terziev et al., 2018) e que encontrou em 2003 na European Security Strategy’s, um esforço de ataque às ameaças dentro e fora de fronteiras próprias (Bossong & Rhinard, 2013).

A segurança pessoal de dignitários no espaço europeu com a interação de todos os Estados - membros tornou-se assim um objetivo garantístico de primeira linha dado como prevê o nº. 2 da decisão do Conselho “Não pode ser excluída a possibilidade de agressões e atentados dirigidos a essas personalidades”³¹.

Na visão da (ONU, 2012) a segurança pessoal define-se como “*the 24/7 provision of multiple protection officers, armed, in concentric layers of defense around the protected person to prevent or minimize the effect, primarily through extraction from the area, of an attack intended to cause physical harm or embarrassment*”(p.1). Uma definição considerada muito assertiva sobre a necessidade de numa multiplicidade de anéis protetores e de utilização de elementos armados na defesa do Protegido em especial quando se trata de reduzir o risco de rapto, assassinato ou de atos de natureza criminal (Consterdine, 2000, p. 5).

Por outro lado e de acordo com o manual da Rede Europeia de Proteção de Figuras Públicas a segurança pessoal é “entendida como a atividade de proteger pessoas cuja proteção é necessária ou justificada” (ENPPF, 2002, p. 2). Assistimos nesta visão a uma coartação da componente armada e das camadas concêntricas de segurança face à doutrina da ONU para se circunscrever o âmbito da atividade à necessidade, não aprofundando, no entanto, os destinatários da mesma. Esta abordagem - eventualmente - muito generalista está na mesma linha defendida pelos United States Secret Service (USSS) que caracterizam a atividade como a necessidade de “*provide a safe and secure environment for those we protect*” (Homeland Security Department, 2009, p. 2).

Em contraciclo o Departamento de Estado Americano (2011) densifica o conceito

³⁰ Criada pela Decisão do Conselho da União Europeia, ob.cit., (p. 23).

³¹ *Ibidem*.

ao caracterizá-lo como “*the set of measures enacted to ensure that the diplomatic representatives of a nation-state, kingdom, or other political entity are able to conduct that entity’s foreign affairs in a confidential, safe manner*” (p. x). Desta visão resulta uma clara definição dos destinatários, representantes de Estados ou de outras entidades políticas, adicionando para além do objetivo securitário a confidencialidade necessária das medidas tomadas. Esta ideia também é defendida por (Oatman, 2006) quando plasma que a atividade “consiste na salvaguarda das pessoas ameaçadas devido às posições que detêm no mundo dos negócios ou pelos cargos públicos que ocupam” (p.2). Uma mesma linha consagrada no manual de segurança de grandes eventos (Unicri, 2007) quando se refere à segurança pessoal como “*Dignitary Protection and Personal Protection* definindo-a como conjunto de medidas de precaução, preparatórias e proactivas que garantem a segurança de indivíduos em risco. O grande objetivo é proteger grupos ou indivíduos específicos, por exemplo, altas entidades, VIPs e atletas” (p. 46).

Numa abordagem menos institucional e mais operacional (Aitch, 2012) considera que “*the Role of Close Protection encompasses all aspects of protective measures that work in concert; physical and technical combined with constant thorough planning and sound operational procedures to negate/ minimize risk or the threat of risk to kill/ injure/ or harm another in any way*” (p.42). Esta visão reforça a ideia de segurança preventiva ancorada num planeamento constante, enquanto (Schneider, 2005) dá ênfase aos Protetores “*activities by trained professionals*” (p.63), lançando uma nova variável “*this safety also implies the Principal’s peace of mind and if possible physical comfort*” (*Ibidem*).

A nível nacional para (Carrilho, 2007) a segurança pessoal é “o conjunto de medidas ativas e/ou passivas destinadas a salvaguardar a integridade física de uma pessoa na sua vida oficial e/ou particular, levadas a efeito por pessoal especialmente preparado e vocacionado, em estreita colaboração com o seu Protegido” (p. 122) sendo que para (J. F. Oliveira, 2015) a segurança pessoal consiste no “conjunto de operações policiais praticadas por um ou mais elementos policiais (equipas) com vista à proteção pessoal, imediata e próxima, de uma entidade, com o objetivo de evitar ou enfrentar atentados à sua vida ou integridade física” (p. 452). Sobre estas visões (Magalhães, 2018) considera a primeira muito ortodoxa, no “conceito de apenas salvaguardar a integridade física de uma pessoa” (p. 51) “mas também redutora ao não enquadrar a atividade numa representação mais multidisciplinar em termos securitários com outros atores policiais indiciando que a atividade apenas é levada a efeito por pessoal”(Magalhães, 2018, p. 51)

especialmente preparado.

Respeitante à segunda visão, a mesma é “limitadora ao restringi-la a um conjunto de medidas” (Magalhães, 2018, p. 51) policiais com o objetivo de evitar ou enfrentar atentados à sua vida ou integridade física e “não contemplar a salvaguarda da imagem ou consagração protocolar da alta entidade ameaçada” (Magalhães, 2018, p. 51) não fazendo assim qualquer distinção nem diferenciação entre o cidadão comum e aquele que tem direito a precedências protocolares.

Capítulo II - A Segurança Pessoal enquanto Função do Estado

“Se quiseses que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas,
jamais devemos perder de vista os seguintes fatores:
a doutrina, o tempo, o espaço, o comando e a disciplina”
(Sun Tzu, 2000, p. 1)

Enquadramento internacional

Os EUA na sua pluralidade securitária e no que concerne às agências e forças de segurança, têm no domínio de Segurança Pessoal um sistema protetivo que assenta em dois grandes pilares:

Os serviços prestados pelo U.S. Department of State Diplomatic Security Service (DS - DSS) que garante a segurança do secretário de Estado em solo americano e no estrangeiro. Com origens que datam a 1916, este serviço foi estabelecido na sua estrutura atual apenas em 1985 com vista a uma resposta efetiva em questões de segurança nomeadamente as dirigidas aos diplomatas americanos³² no estrangeiro. Hodiernamente, o DS - DSS mantém uma forte ligação securitária a interesses americanos em inúmeras embaixadas e consulados no estrangeiro protegendo ainda outros dignitários estrangeiros que visitem os EUA, desde que enquadrados protocolarmente ao nível de ministros, embaixadores ou membros de famílias reais que não o soberano.

No outro patamar estão os USSS, fundados em 1865 são a Agência federal mais antiga dos Estados Unidos. Criados com um primeiro objetivo de combater a falsificação da moeda americana (Dólar) protegendo o sistema financeiro interno, receberam em 1901 após a morte de McKinley³³ e por delegação do Congresso, o mandato de protegerem o Presidente americano. Integrados atualmente no Department of Homeland Security³⁴ continuam a proteger o Presidente em exercício, o Vice-presidente e os ex. Presidentes, garantindo ainda a proteção dos chefes de Estado e de Governo estrangeiros que visitem

³² Veja-se o ataque à embaixada dos Estados Unidos no Líbano em 18 de abril de 1983 que matou mais de sessenta pessoas, a maioria das quais membros da embaixada, bem como fuzileiros e marinheiros. Foi o mais mortífero ataque a uma missão diplomática dos EUA no estrangeiro até ao presente (2022).

³³ William McKinley foi o 25º. Presidente dos EUA e exerceu o cargo presidencial entre 1897-1901.

³⁴ Em março de 2003 os Secret Service foram transferidos do Treasury Department onde tinham estado inseridos durante mais de cem anos para o Department of Homeland Security. Act of 2002 (P.L. 107-296).

o território americano³⁵.

Ainda nos EUA mas numa dimensão mais reduzida, existem serviços de segurança pessoal integrados em diversas agências federais que funcionam em regime de autoproteção dos seus “quadros” mais importantes sendo assim independentes quer do DSS quer dos USSS.

No contexto geo-securitário europeu consideramos oportuno referenciar alguns países europeus que integram a ENPPF, onde existem serviços de segurança pessoal com o propósito de termos uma visão holística da atividade.

Em Espanha, na dependência do ministério do Interior e integrada na Jefatura Central Seguridad Ciudadana Y Coordinación, a Comisaría General de Seguridad Ciudadana,³⁶ por intermédio da Unidad Central de Protección da Policía Nacional (UCP) garante a segurança pessoal das altas entidades nacionais e estrangeiras que se desloquem a Espanha. Assegura ainda a segurança dos membros da Casa Real, da Presidência do Governo, dos membros do Congresso e do Senado.

Situação análoga verifica-se em França onde também na dependência do ministério do Interior o Service de La Protection de la Police Nationale³⁷ (SDLP) com um dispositivo permanente sediado na cidade de Paris, garante a segurança pessoal do Presidente da República, do Presidente da Assembleia Nacional e do Senado bem como do chefe do Governo, dos ministros do Interior, da Justiça, da Defesa e dos Negócios Estrangeiros. Dispõe de uma subdireção que assegura a proteção dos restantes membros do Governo e de outras pessoas ameaçadas, sejam nacionais ou estrangeiras. Conta ainda com destacamentos securitários na Córsega e em Estrasburgo sede do Parlamento Europeu.

A proteção dos membros dos órgãos constitucionais da Federação Alemã é uma tarefa legalmente ditada pelo Bundeskriminalamt³⁸(BKA) também dependente do ministério do Interior. Na execução das medidas a divisão de proteção coopera estreitamente com as autoridades policiais dos Estados Federais, a Polícia Federal, a Polícia e o Serviço de Segurança do Parlamento Federal Alemão.

³⁵ U.S. CODE § 3056. Powers, authorities, and duties of United States Secret Service protected (...). (5) Visiting heads of foreign states or foreign governments. Disponível em <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/18/3056>. Acedido em 8 de novembro de 2023.

³⁶ Estrutura criada por Decreto Real nº. 1375/78 de 16 de junho.

³⁷ Herdeira de um passado que começou no século XIX aquando da criação da 6ª. Brigada de Polícia na dependência na Segurança Nacional. O SDLP foi criado em 2 de outubro de 2013 resultado de uma fusão de vários serviços de proteção franceses.

³⁸ Estabelecida no início da década de cinquenta do século XX pelo Chanceler Konrad Adenauer para proteção do Presidente da Federação e do Governo.

O Serviciul de Protecție și Pază³⁹(SPP) da Roménia é um organismo estatal, com funções no domínio da segurança nacional especializado na proteção dos dignitários romenos e estrangeiros durante a sua estadia no país. A atividade do SPP é organizada e coordenada pelo Conselho Supremo de Defesa Nacional e controlada pelo Parlamento. Para o desempenho das suas funções este organismo colabora com o ministério da Defesa Nacional, o ministério do Interior, o serviço de informações interno, e o serviço de informações externas.

A Bundesamt für Verfassungsschutz und Terrorismusbekämpfung⁴⁰(BTV) está sob a tutela do ministério do Interior da Áustria. Como unidade organizacional da Direção Geral de Segurança Pública, a BVT tem os mesmos poderes que outras forças policiais. Para além da proteção das instituições constitucionais e do seu funcionamento, a organização é responsável pela proteção dos representantes de Estados estrangeiros, organizações internacionais e outros assuntos de direito internacional.

A Terrorelhárítási Központ⁴¹(TEK) é a agência governamental húngara responsável pelo combate ao terrorismo nacional e internacional, incluindo a deteção e prevenção. A TEK fornece proteção pessoal incluindo ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro e pode também fornecer uma escolta para extradições de pessoas perigosas para o estrangeiro. A organização está sob o controlo direto do ministério do Interior.

O Służba Ochrony Państwa⁴²(SOP) é um serviço polaco de segurança pessoal ao Presidente da República, ao Presidente do Parlamento, ao Presidente do Senado, ao Primeiro-ministro, ao Vice-Presidente do Conselho de Ministros, ao ministro do Interior e o ministro dos Negócios Estrangeiros. Paralelamente, o SOP protege os ex-presidentes da República, bem como pessoas com o estatuto de chefe de Estado, chefe de Governo e seus ministros, o Presidente do Parlamento ou o ministro dos Negócios Estrangeiros e de comitivas de países estrangeiros em permanência em território polaco. A sua dependência funcional é ao ministério do Interior.

Poderíamos continuar a dar mais exemplos, mas seria uma mera enumeração de países e organizações o que consideramos desnecessário. Da análise supra, ainda que não profunda, podemos agregar algumas asserções para a nossa investigação.

³⁹ Instituição criada em 1990.

⁴⁰ A BTV foi criada em 2002.

⁴¹ Instituição criada em 2010.

⁴² Com a atual estrutura que data de 2017, o SOP tem as suas origens em 1918.

- a) Os Estados assumem como sua a segurança pessoal dos seus dignitários.
- b) A maioria dos serviços são garantidos por forças de polícia com subordinação hierárquica ao respetivo ministério do Interior ou da Administração Interna.
- c) Os destinatários de medida de segurança pessoal são o chefe de Estado, Presidentes dos Parlamentos ou Senados, chefes de Governo, ministros dos Negócios Estrangeiros, Defesa, Administração Interna, e Justiça bem como outros titulares de pastas ministeriais.
- d) No que respeita aos dignitários estrangeiros em trânsito por território nacional o regime da reciprocidade na atribuição da medida é a regra fundamental sendo que o estreitamento de informação entre as autoridades da entidade visitante ao país visitado potencia a execução de um melhor serviço.
- e) A cooperação entre polícias de vários Estados é também prática corrente.

Enquadramento nacional

O conceito de atividade de segurança pessoal até agora expresso é ainda muito abrangente tornando-se assim necessário materializar o que G. Santos (2020) classifica como “delimitação negativa” (p.16) do mesmo. Destarte excluimos deste enquadramento, todas as medidas securitárias de prevenção e mitigação que cada cidadão adota na sua vida pessoal no sentido de salvaguardar os riscos a que está exposto.

Rejeitamos ainda o sentido dado à expressão pela redação da Constituição portuguesa de 1822, no seu artigo 3º quando considerava que: “a segurança pessoal consiste na proteção, que o Governo deve dar a todos, para poderem conservar os seus direitos pessoais”⁴³.

Um outro enfoque a considerar, pese embora a aparente incongruência da matéria, é que esta atividade - mesmo assegurando a proteção de dirigentes políticos - não se destina à perpetuação do Estado tendo como referência uma não “instrumentalização da Polícia para a vigilância e ação a favor do Regime” (Magalhães, 2018, p. 17) conforme se verificou durante o Estado Novo em que a Polícia se tornou ela própria “violadora de direitos, estando essencialmente ao serviço do Estado em detrimento dos cidadãos” (Elias, 2018, p. 23).

Numa outra visão afigura-se-nos indeclinável não confundir o conceito de

⁴³ Cfr. Constituição política da Monarquia Portuguesa de 1822, disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1822.pdf>. Acedido em 2 de dezembro de 2023.

segurança pessoal com o de proteção policial. Ainda que ambos tutelem os mesmos bens jurídicos, não se emaranham desde logo porque a “segurança pessoal é uma atividade de segurança interna cabendo ao Executivo estabelecer a sua aplicação, enquanto a proteção policial é do foro dos tribunais só podendo ser atribuída mediante ordem da autoridade judiciária competente”(G. Santos, 2020, p. 37)⁴⁴.

Por fim e da nossa investigação excluímos ainda os serviços de proteção de pessoas fornecidos por particulares ou empresas de segurança privada, a denominada “atividade de acompanhamento de pessoas efetuada por vigilante de proteção e acompanhamento pessoal para sua defesa e proteção”⁴⁵. Esta Lei consagra o serviço de proteção pessoal, sem prejuízo das competências exclusivas atribuídas às forças de segurança⁴⁶ no entanto e segundo G. Santos (2020) mesmo “que no campo juspublicista da segurança e por sua vez, o legislador não adiante uma definição legal de segurança pessoal, mantendo a expressão enquanto conceito indeterminado, não haverá forma de confundir ambos os conceitos, já que uma das atividades se situa no ramo privado do direito e a outra no direito público” (p.17).

A atividade de segurança pessoal em Portugal encontrou consagração legal com o Decreto-lei n.º 43582,⁴⁷ que alterou a orgânica dos serviços, cabendo à Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) de modo especial, “Estabelecer e promover as medidas de segurança em relação a todas as altas entidades, quer nacionais, quer estrangeiras, adentro do território nacional, podendo recorrer, se necessário, à colaboração e auxílio das outras forças de segurança” (art. 7.º).

Sucedânea da PIDE, a DGS manteve aquela atribuição conforme o Decreto-lei n.º 368/72 de 30 de setembro⁴⁸ menciona, “estabelecer e promover a segurança pessoal do chefe do Estado, Presidente do Conselho de Ministros e de todas as altas entidades, quer nacionais, quer estrangeiras, adentro do território nacional” (art. 14.º).

A atividade securitária decorreu de forma ininterrupta até à revolução de Abril de

⁴⁴ Lei de Proteção de Testemunhas, Lei n.º 93/99, art.º 20º, n.º. 2. Publicada no Diário da República, 1ª. Série A, n.º. 162, de 14 de julho, com as sucessivas alterações sendo a mais atual a Lei n.º. 2/2023. Publicada no Diário da República, 1ª Série, n.º. 11, de 16 de janeiro de 2023 e que completa a transposição da Diretiva (EU) n.º. 2017/541, alterando a Lei de Combate ao Terrorismo, o Código Penal (CP), Lei n.º. 26/2025 de 19 de março, o Código de Processo Penal Lei n.º. 52/2023 de 28 de agosto.

⁴⁵ Lei que estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada, Lei n.º. 34/2013. Publicada no Diário da República, 1ª. Série n.º 94 de 16 de maio de 2013, alterada pela Lei que altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção, Lei n.º. 46/2019. Publicada no Diário da República, 1ª. Série n.º 128 de 08 de julho de 2019.

⁴⁶ Cfr. Art.º. 3º. n.º. 1, al) b) do citado diploma.

⁴⁷ Publicado no Diário do Governo, 1ª. Série, n.º 78/1961, de 04 de abril.

⁴⁸ Publicado no Diário do Governo, 1ª. Série, n.º 229/1972, de 30 de setembro.

1974, sendo frequente ver os agentes da segurança pessoal do Presidente do Conselho junto ao mesmo especialmente em eventos públicos. Na imagem infra regista-se a chegada de António de Oliveira Salazar ao bairro de Alvalade na inauguração oficial do Estádio da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)⁴⁹, em 1959, sendo recebido pelo ministro das Corporações, Henrique Veiga de Macedo e em segundo plano á direita, (assinalado com um círculo vermelho) o subdiretor da PIDE, Barbieri Cardoso, chefe da segurança de Salazar.

Figura 1 Chegada de Salazar à FNAT



Fonte: Foto de Óscar Coelho da Silva

Com a revolução de Abril de 1974 e nas palavras de Magalhães (2022) “O movimento do 25 de Abril eclodiu em Portugal com o firme propósito de substituição do atual regime” (p.27) sendo esse o prenúncio dominante nas primeiras páginas dos jornais da época⁵⁰. O manifesto do MFA⁵¹ assente na publicação de um conjunto de medidas

⁴⁹ Projeto criado desde 1935 em Portugal pelo Governo de Salazar e inserido no chamado Movimento Internacional Alegria e Trabalho, que tinha estruturas semelhantes em diversos países europeus; em 1925 – Itália – “Obra Nacional dos Tempos-livres” – “Opera Nazionale Dopolavoro”; em 1933 – Alemanha – “Força pela Alegria” – “Kraft durch freude”; em 1937 – Grécia – “Saúde dos Trabalhadores”, “Ergatixi Estia” e em 1940 – Espanha – “Educação e Descanso”, “Educación y Descanso”.

⁵⁰ Cfr. Jornal, Diário de Notícias. (1974), n.º. 12379. Eclodiu um Movimento Militar - A substituição do actual regime. Edição de 25 de abril, primeira página.

⁵¹ Cfr. Programa do MFA. Lei que restabeleceu as condições necessárias ao exercício da democracia e à realização da paz social na justiça e na Liberdade, Lei n.º. 3/74. Publicada no Diário do Governo, 1ª. Série, n.º. 112 de 14 de maio. Este programa apresentou um projeto político mínimo, limitando-se a estabelecer as linhas mestras do processo. Muitas questões foram deixadas em aberto. Esta ambiguidade teve pesadas consequências, tanto mais que era impossível nesse momento prever a intensidade da explosão social, a desagregação da cadeia hierárquica de comando tradicional nas Forças Armadas e, sobretudo, as ferozes lutas pelo poder a que se assistiram. O Programa do MFA foi, em última análise, pioneiro da ambiguidade que caracterizou o processo revolucionário português. E as armadilhas desta ambiguidade cedo se começaram a sentir, em episódios de consequências inesperadas para o rumo da Revolução. Para um aprofundamento desta temática, veja-se, Rezola, Maria Inácia. (2002). Uma Epidemia de Planos: O projeto Político do MFA no “Verão Quente” de 1975, (pp. 43-60) in Arquivos da Memória, Portugal 1974-1976, coordenador Jorge Crespo, Universidade de Lisboa.

políticas prementes e reestruturantes, procedeu de imediato a uma a uma série de exonerações.

Os novos governantes deixaram de ter - em regime democrático - um serviço que fosse responsável pela sua segurança pessoal, numa altura em que o país se reorganizava em termos políticos, económicos, sociais e culturais. Ainda segundo o mesmo autor (2018) “a rutura doutrinária com as práticas securitárias anteriores - que o novo regime democrático não só aconselhava como impunha - levou à realização de um primeiro curso específico de formação de formadores de segurança pessoal, ministrado no Regimento de Caçadores Para-quedistas em Tancos” (p.9).

Sob a égide da 2.^a Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e ministrado por oficiais do Exército britânico, uma equipa constituída por quatro oficiais que pertenciam ao Special Air Service (SAS) formaram entre o dia 4 de novembro e o dia 14 de dezembro de 1974, vinte elementos entre militares, civis e polícias: O léxico *Bodyguard* passou a fazer parte do património policial⁵².

Os tempos políticos e sociais no pós-revolução - densificamos este tema no capítulo IV - eram conturbados e as necessidades da segurança prementes em particular as sentidas pelos embaixadores estrangeiros acreditados em Portugal que a reivindicavam regularmente.

Por outro lado o país tinha “aberto as portas ao mundo” (Magalhães, 2022b, p. 30) e as visitas quer de dignitários nacionais ao estrangeiro, quer de chefes de Estado, de chefes de Governo e de outras personalidades estrangeiras a território nacional sucediam-se⁵³.

No entanto e no domínio securitário o legislador foi muito circunspecto face ao tema dado que o enquadramento jurídico no pós-revolução “integrou a segurança com alguma timidez e em doses homeopáticas “ (...), “a segurança não era sequer mencionada no elenco das tarefas fundamentais do Estado e só era referida, quase incidentalmente no artigo dedicado à polícia” (Pereira, 2012, pp. 12-13). A atenção e os esforços do poder

⁵² Hodiernamente utilizam-se as seguintes denominações: Técnico de Segurança Pessoal (TSP); Professional Protection Officer (PPO); Personal Protection Specialists (PPS); Close Protection Officer (CPO); Executive Protection Officer (EPO); Personal Protection Professional (PPP) ou Personal Protection Officer (PPO).

⁵³ O Presidente da República, Costa Gomes para além de França, visitou ainda a Roménia, a Polónia e a União Soviética, tendo participado nas cerimónias de encerramento da Conferência de Helsínquia em agosto de 1975. Em termos de dignitários estrangeiros de visita a Portugal a título de exemplo: O Dr. Agostinho Neto em abril de 1975, o almirante Cousins em maio de 1975, a cosmonauta Soviética Valentina Terechkova em junho de 1975, o secretário-geral do partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Aristides Pereira em junho de 1975 e o ministro da Defesa da República Federal da Alemanha (RFA) em outubro de 1975.

político estavam dirigidos para outras prioridades; a estagnação económica e alta inflação; a debandada de quadros humanos e de capitais para o estrangeiro; a necessidade imperiosa de controlar as despesas públicas e a necessidade de acolhimento dos retornados que abandonavam as ex. colónias e regressavam a Portugal (Saraiva, 2021).

Face a este quadro foi perfeitamente expectável que o Decreto-lei n.º 325/79 de 23 de agosto⁵⁴, expusesse a inadequabilidade da organização dos quadros da Polícia - que provinham de 1954 - face às necessidades securitárias que as populações reivindicavam, com especial incidência na definição dos perímetros urbanos à responsabilidade da PSP.

A criação de novas Divisões policiais impôs-se e a Portaria n.º 613/79 de 24 de novembro⁵⁵ consagrou um novo conjunto, entre elas a Divisão de Segurança que foi “constituída por três secções: instalações oficiais; instalações diplomáticas e segurança pessoal”(Magalhães, 2018, p. 10).

Destarte, a segurança pessoal dos representantes eleitos e das altas entidades estrangeiras de visita a Portugal passou a ser desempenhada por esta nova Divisão que tinha uma inspiração no modelo britânico - aplicado pela Scotland Yard - Diplomatic Protection Group - e com isso, à consecução de uma visão integrada em relação à segurança dessas individualidades. A “secção de segurança pessoal, pela especificidade do seu trabalho, rapidamente se catapultou para um nível de notoriedade de âmbito nacional ainda que, organicamente dependesse de uma Divisão inserida no comando de Polícia de Lisboa” (Magalhães, 2018, p. 10). A sua missão extravasava os limites geográficos que delimitavam a área de jurisdição da capital, sendo frequente ver polícias desta Divisão a protegerem entidades estrangeiras em todas as capitais de distrito. A extensão da atividade para fora do território nacional, com a integração de polícias nas comitivas quer do chefe de Estado ou do chefe do Governo nacionais nas deslocações ao estrangeiro foi o corolário há muito esperado. O modelo securitário ainda que jovem, tinha-se tornado integral e extravasado o âmbito nacional, ao assegurar a segurança de dignitários nacionais para além-fronteiras.

A revisão constitucional de 1982⁵⁶ foi extremamente importante na clarificação

⁵⁴ Publicado no Diário da República, 1ª. Série n.º 194 em 23 de agosto.

⁵⁵ Publicada no Diário da República, 1ª. Série n.º 272 em 21 de novembro.

⁵⁶ A revisão constitucional de 1982 procurou diminuir a carga ideológica da Constituição, flexibilizar o sistema económico e redefinir as estruturas do exercício do poder político, sendo extinto o Conselho da Revolução e criado o Tribunal Constitucional. Para aprofundamento desta temática, veja-se: Revisões constitucionais no Parlamento. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx>. Acedido em 22 de novembro de 2023.

do papel desempenhado pela Polícia e pelas Forças Armadas (FA) na segurança do país criando assim condições para a reestruturação do sistema securitário nacional. A expressão “segurança interna” foi então introduzida no artigo 272º da CRP, enquanto função da Polícia, opondo-se à missão de defesa nacional. Em 1985 foi conferida à PSP a missão específica de segurança pessoal consumada pela revisão do primeiro estatuto desta força, através do Decreto-lei n.º 151/85 de 9 de maio,⁵⁷ tornando-a assim na única força de segurança legalmente acreditada a desempenhar este tipo de missões em Portugal:

Outras competências;

Em matéria de segurança pessoal, compete à PSP, sem prejuízo da competência territorial das demais forças de segurança:

- a) Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania;
- b) Garantir a segurança pessoal de altas entidades nacionais ou estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante.

As condições em que deve ser garantido o regime especial de segurança pessoal a que se refere o número anterior, bem como os meios a utilizar para esse fim, serão definidas por despacho do ministro da Administração Interna (art.º 7º).

Com a criação da Lei de Segurança Interna n.º 20/87 de 12 de junho⁵⁸ (LSI) ficou consagrado para além dos fins da segurança interna, os seus princípios fundamentais bem como os seus executantes.

No entanto e no que respeita à segurança pessoal, continuava a urgir a definição da responsabilidade da PSP na segurança dos órgãos de soberania, enquanto valência integrada no sistema de segurança interna, pelo que, internamente,⁵⁹ foram produzidas várias normas orientadoras que permitiram reger a atuação dos polícias nas missões.

A projeção que a segurança pessoal tinha atingido na Divisão de Segurança de Lisboa apontava para a sua autonomização e o Comando-Geral da PSP atento a esse evoluir promoveu a criação de uma unidade própria⁶⁰.

⁵⁷ Publicado no Diário da República, 1ª. Série, n.º. 106 de 9 de maio.

⁵⁸ Publicada no Diário da República, 1ª. Série, n.º.134 de 12 de junho, com as sucessivas alterações até à atualização conferida pelo Decreto-lei n.º. 99 - A /2023. Publicada no Diário da República, 1ª. Série, n.º. 209 3º., suplemento de 27 de outubro.

⁵⁹ Cfr. Despacho n.º 24/CG/83 do Comando-Geral da PSP.

⁶⁰ Cfr. Despacho n.º 08/CG/86 do Comando-Geral da PSP.

No final de 1994, com a aprovação de uma nova Lei orgânica⁶¹ reiterou-se a competência desta Polícia em matéria de segurança pessoal a nível nacional, atribuindo-lhe esta missão como competência exclusiva nascendo assim o CSP. O artigo 48º nº. 1 do citado diploma, passou a designar esta unidade como especialmente preparada e vocacionada para a segurança pessoal e competindo-lhe:

- a) Garantir a segurança pessoal de membros de órgãos de soberania;
- b) Garantir a segurança de altas entidades nacionais e estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante;
- c) Garantir, em situações especiais, a segurança interna de instalações oficiais.

A reforma na PSP ocorrida em 1999⁶² configurou o CSP como unidade autónoma na direta dependência do diretor nacional⁶³ onde permaneceu até 2007, altura em que e de acordo com (Farinha, 2013) a necessidade de maior coordenação, integração e complementaridade de ação das valências especiais da PSP aconselhavam à criação de uma estrutura mais integrante incluindo o Corpo de Intervenção (CI) o Grupo de Operações Especiais (GOE) o Centro de Inativação de Engenheiros Explosivos e Segurança em Subsolo (CIESS) e o Grupo Operacional Cinotécnico (GOC). Consagrou-se assim a Unidade Especial de Polícia (UEP)⁶⁴.

Uma atividade de Polícia

Nas palavras de Magalhães (2018) “a atividade da segurança interna em Portugal advém de princípios consagrados na Constituição e na Lei. O Estado subordina-se à mesma⁶⁵ e assume como uma das suas tarefas fundamentais o [garantir os direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos]”⁶⁶ garantindo a todos o “direito à liberdade e à segurança”⁶⁷. No entanto o texto constitucional não se compromete com a “dimensão objetiva (o que se faz) nem com a dimensão subjetiva (quem o faz) sendo escasso o estatuto constitucional da administração interna” (G. Santos, 2020, p. 43). O conceito é

⁶¹ Cfr. Decreto-lei n.º 321/94, Lei orgânica da Polícia de Segurança Pública. Publicada no Diário da República, 1ª. Série A, nº. 300, de 29 de dezembro.

⁶² Cfr. Lei n.º. 5/99, aprova a Lei de Organização e Funcionamento da Polícia de Segurança Pública. Publicada no Diário da República, 1ª. Série A, nº. 22, de 27 de janeiro.

⁶³ O Comando-geral da PSP passou a designar-se Direção Nacional.

⁶⁴ Cfr. Lei n.º. 53/2007, aprova a Lei orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOFPSP). Publicada no Diário da República, 1ª. Série, nº. 168, de 31 de agosto, com sucessivas alterações dadas pela Lei n.º. 53/2023, publicada no Diário da República, 1ª. Série, nº. 169, de 31 de agosto.

⁶⁵ Cfr. CRP, (1976), art.º 3, n.º 2.

⁶⁶ Cfr. art.º 9, al) b. *Ibidem*.

⁶⁷ Cfr. art.º 27, n.º 1. *Ibidem*.

assim desenvolvido na LSI designando os seus domínios: manutenção da ordem pública, prevenção e repressão criminal e investigação criminal bem como indicando quem são os produtores de segurança: as Forças e Serviços de Segurança.

A segurança interna é assim nos termos da Lei, considerada como a “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”⁶⁸.

A PSP como produtora de segurança, tem plasmado na sua Lei de Organização e Funcionamento (LOFPSP)⁶⁹ “a responsabilidade de garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante” e dentro da PSP é ao CSP quem compete materializar tal competência resultante de um princípio de especialidade “um ajustamento funcional do exercício da capacidade aos fins a atingir” (Caetano, 1973, p. 202).

A “atividade segurança pessoal em Portugal insere-se assim no princípio de atuação preventiva da Polícia que decorre da Constituição. O art.º 272 n.º. 3º é bem explícito sobre a matéria, (...) prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado” (Magalhães, 2018, p. 49). Uma ideia que se cimenta desde Caetano (1977) quando considera que a mesma contribui para “evitar que os perigos se convertam em danos eis o campo onde se desenvolve o modo de agir administrativamente que se chama policia” (p.268) visão reforçada por A. Sousa (2003) quando salienta que a “prevenção orienta-se a um fim futuro, que consiste em impedir que um perigo surja ou se concretize em dano” (p.49). Uma atuação que consagra a prevenção da criminalidade em geral e que segundo Lucas (2005) “concorre em paralelo com a reação e a repressão dos perigos. É uma tríplice visão, prevenção, reação e repressão dos perigos” (pp.12-13). Para Oliveira (2015) a prevenção é o “conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infrações e sobretudo quando ocorram antes da prática do ato delinquente” (p.79) enquanto Gomes (2007) por seu lado, considera que na prevenção criminal, deve ser empregue o conceito do triângulo do crime, que é caracterizado pela presença de três fatores, um infrator, um alvo e um ambiente favorável (pp.61-80).

⁶⁸ Cfr. LSI, art.º. 1º.

⁶⁹ Cfr. LOFPSP, (art.º. 3º., n.º. 3, al) c).

No domínio da segurança pessoal a prevenção adquire assim uma importância fundamental, ideia bem alicerçada na visão de W. Ralph Basham diretor dos Serviços Secretos Americanos (2003-2006) quando afirmava “a nossa missão é de prevenção, não queremos lidar com o incidente, por isso investimos mais tempo e mais dinheiro e mais recursos na preparação”⁷⁰. As vantagens estão e estarão sempre do lado de quem quer atingir o Protegido, motivo pelo qual a demonstração de um dispositivo policial amiúde, conforma, em muitos casos, a conduta dos cidadãos tornado assim a ação criminosa menos atrativa para potenciais atores (L. F. Fernandes, 2014). É nesta vertente preventiva que em território nacional se inserem as chamadas medidas de polícia consignadas no artº. 28 e as especiais de polícia do artº. 29 ambos da LSI frequentemente aplicadas em missões de segurança pessoal, bem como as medidas cautelares e de polícia nomeadamente as constantes no art.º 250º e seguintes do Código de Processo Penal (CPP)⁷¹.

Mas a atividade pode implicar também ações reativas quando se trata de repelir uma agressão atual e ilícita de interesses juridicamente protegidos do agente ou de terceiros⁷² adquirindo assim como bem sublinha A. Sousa (2003) a característica de função dupla “quando através dela a Polícia prossegue simultaneamente uma função de prevenção do perigo e uma função de perseguição criminal” (p. 60)⁷³. A abordagem expressa permite assim a Farinha (2013) qualificar as missões desenvolvidas pelas forças da UEP como “operações especiais de polícia por serem ações operacionais executadas por unidades de polícia com capacidades e valências técnicas diferenciadas que exigem habilitações profissionais especializadas destinadas a satisfazer necessidades de intervenção policial relativamente às quais a atividade policial regular não tem capacidade de resposta adequada e imediata” (p.19). Complementa o mesmo autor que estas operações devem revestir a natureza reservada obstando a que atores criminais possam aceder a dados que comprometam a ação policial (*Ibidem*).

A segurança pessoal tratando-se assim de uma atividade de polícia está por maioria de razão, sujeita a um controlo múltiplo da sua aplicação iniciando-se pela Lei e

⁷⁰ Cfr. Documentário. (2015). *National Geographic - Inside the US Secret Service* (4m52s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PiZ0z-oNx94&t=626s&ab_channel=brainrichman. Acedido em 28 de maio de 2023.

⁷¹ Cfr. Decreto – lei nº. 78/87 de 17 de fevereiro, na sua 49ª versão, dada pela Lei nº. 52/2023 de 28 de agosto. Mencionamos a título ilustrativo o art.º 250.º Identificação de suspeito e pedido de informações; artº 251.º Revistas e buscas; artº 252.º, a Localização celular; artº 255.º, Detenção em flagrante delito.

⁷² Cfr. artº. 32 do CP.

⁷³ Cfr. O atentado ao Papa João Paulo II, retratado no capítulo VI, da presente investigação.

pela ação do MP, pelas normas estatutárias aplicáveis à PSP, pelo Código Deontológico do serviço policial, pela atuação da Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI) e dentro das estruturas internacionais por pedidos eventuais de controlo da atividade realizados por eurodeputados⁷⁴.

A definição dos destinatários da atividade de segurança pessoal segundo G. Santos (2020, p. 32) “deve refletir os acordos internacionais onde Portugal é signatário como por exemplo a Convenção sobre Prevenção e Repressão de Crimes contra Pessoas Gozando de Proteção Internacional” (p.32)⁷⁵. Entendemos assim como oportuno detalhar o termo alta entidade sinónimo de dignitário - dado que será mencionado ao longo da investigação - nomeadamente na sua visão mais global, o da Assembleia Geral das Nações Unidas de 14 de dezembro de 1973 que plasma a ideia de Pessoa Internacionalmente Protegida, no seu artº. 1.º

a) “Um chefe de Estado, incluindo qualquer membro de um órgão colegial a exercer funções de chefe de Estado ao abrigo da Constituição desse Estado, um chefe de Governo ou um ministro dos Negócios Estrangeiros, assim como os membros da sua família que o acompanharem, sempre que estejam num país estrangeiro” (ONU, 1973).

b) “Qualquer representante ou funcionário de um Estado, ou funcionário ou agente de uma organização internacional que, num determinado momento e local, seja alvo de um crime, ou que ocorra um crime tendo como alvo as suas instalações oficiais, a sua residência privada ou os seus meios de transporte, é garantida, de acordo com as leis internacionais a proteção especial à sua pessoa, liberdade ou dignidade, bem como aos membros do seu agregado familiar” (ONU, 1973).

Num escopo complementar, a ENPPF⁷⁶ contribui para esta densificação de conceitos e consagra no art.º 2º, o que se entende por personalidades oficiais:

“Qualquer pessoa que independentemente de exercer ou não um cargo público, beneficie de um serviço de proteção em conformidade com a legislação nacional

⁷⁴ Cfr. Questões colocadas pelo deputado europeu Nigel Farage em 29 de julho de 2013 e publicado no Jornal Oficial de União Europeia nº. C88/E em 27 de março de 2014, nomeadamente sobre o funcionamento do serviço de Segurança Pessoal prestado à Comissão Europeia.

⁷⁵ Os Estados- membros de então, acordaram na assinatura da Convenção para a Prevenção e Punição de Crimes cometidos contra Pessoas Internacionalmente Protegidas - Ratificada pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/94 de 13 de janeiro. Publicada no Diário da República, 1ª. Série A nº. 104 de 5 de maio de 1994.

⁷⁶ Criada pela Decisão do Conselho da União Europeia, ob.cit., na (p. 23) da presente investigação.

de um Estado-membro ou por força da regulamentação de uma organização ou instituição internacional ou supranacional” (ENPPF, 2002).

Em complemento do exposto, a Lei das precedências do protocolo de estado português,⁷⁷ auxilia-nos na identificação de altas entidades e na correspondente hierarquização protocolar⁷⁸ assinalando cinquenta e oito graduações, enquanto confere às congéneres estrangeiras a equivalência protocolar dos seus pares nacionais⁷⁹.

Por outro lado, a nível interno a LOFPSP abrange para além do conceito de alta entidade, outros destinatários da medida como sendo os órgãos de soberania e cidadãos quando sujeitos a ameaça. No que “respeita aos órgãos de soberania o texto constitucional indica-nos claramente quem são” (Magalhães, 2018, p. 22)⁸⁰:

- a) O Presidente da República (PR); como representante da República portuguesa⁸¹;
- b) A Assembleia da República (AR); como representativa de todos os portugueses⁸²;
- c) O Governo (GV); como órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da administração pública⁸³;
- d) Os Tribunais (TR); como os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo⁸⁴.

Destarte, para além do Presidente da República que é o único órgão unipessoal e sendo os remanescentes órgãos colegiais, necessitamos de instrumentos complementares na interpretação dos destinatários.

O mandato da AR (XVI legislatura) que tem a duração de quatro anos conta atualmente com duzentos e trinta novos parlamentares eleitos em 10 de março de 2024. O Governo formado em resultado da composição da mesma é constituído pelo Primeiro-ministro, pelos ministros e pelos secretários e subsecretários de Estado. O atual Executivo, o XXIV, é composto por dezassete ministros incluindo o Primeiro-ministro e quarenta e um secretários de Estado⁸⁵.

No que concerne aos tribunais, para além do Tribunal Constitucional, existem as

⁷⁷ Cfr. Lei n.º 40/2006 de 25 de agosto. Publicada no Dário da República, 1ª. Série n.º. 164 de 25 de agosto.

⁷⁸ *Ibidem* art.º 7.

⁷⁹ *Ibidem* art.º 34.

⁸⁰ Cfr. CRP (1976), art.º 110.

⁸¹ *Ibidem* art.º 120.

⁸² *Ibidem* art.º 147.

⁸³ *Ibidem*, art.º 182.

⁸⁴ *Ibidem*, art.º 202.

⁸⁵ Cfr. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/governo/composicao>. Acedido em 27 de setembro de 2024.

seguintes categorias de tribunais:

- a) O Supremo Tribunal de Justiça e os tribunais judiciais de primeira e segunda instância;
- b) O Supremo Tribunal Administrativo e os demais tribunais administrativos e fiscais;
- c) O Tribunal de Contas;

Podem ainda existir tribunais marítimos, tribunais arbitrais e julgados de paz.

Na magistratura do MP, a sua organização contempla, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, os Procuradores-gerais-adjuntos e os Procuradores da República.

Entre as duas magistraturas a judicial e a do MP, existem aproximadamente três mil e quinhentos magistrados em território nacional⁸⁶.

Quanto aos cidadãos sujeitos a ameaça relevante não nos é possível identificar nem de forma quantitativa nem de forma qualitativa representação dos mesmos.

O quadro infra, representa assim quem são os destinatários da medida.

Tabela 3 Destinatários da segurança pessoal

Órgãos de Soberania.	Presidente da República, Assembleia da República, Governo, Tribunais.
Altas Entidades Nacionais ou Estrangeiras.	
Cidadãos nacionais ou estrangeiros quando sujeitos a ameaça.	

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Plano (2010) as medidas de segurança a implementar para uma alta entidade dependem essencialmente do grau de ameaça definido - matéria que densificamos no capítulo III da investigação - da categoria da entidade e/ou da qualidade da visita a território nacional por dignitários estrangeiros.

Assim, num segundo quadro plasmamos, a categoria das entidades já classificadas e ordenadas por relevância protocolar, com distribuição em cinco níveis, respeitando o posicionamento do legislador.

⁸⁶ Cfr. Balanço Social do M.P. Disponível em: https://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/balanco_social_2024.pdf, e DGPI/MJ/PORDATA. Ambos acedidos em 27 de setembro de 2024.

Tabela 4 Categorias protocolares das entidades

I	Presidentes da República e Chefes de Estado Estrangeiros.
II	Presidentes da Assembleia da República (PAR), Primeiro – ministro (PM) e homólogos estrangeiros.
III	Membros do Governo e homólogos estrangeiros.
IV	Altas entidades do Estado e seu homólogos e equiparados estrangeiros. Embaixadores estrangeiros acreditados em Portugal e ex.- titulares.
V	Entidades e cidadãos nacionais ou estrangeiros com ameaça.

Fonte: Elaboração própria adaptado do Plano (2010)

Referenciados os destinatários da medida de segurança pessoal, foi necessário nas palavras de Magalhães (2018) “aos Estados por intermédio dos seus legisladores consagrarem com força de lei, punições contra os que atentem contra a integridade física ou a vida desses Protegidos. O Código Penal no título V - Crimes contra o Estado - consagra de forma específica punições para quem atente contra a vida, a integridade física ou a liberdade do Presidente da República⁸⁷ no art.º 327º, com a correspondente pena de prisão de 5 a 15 anos (se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal). Prevê ainda no art.º 322, a pena de prisão de 1 a 8 anos para quem, atentar contra a vida, a integridade física ou a liberdade de pessoa que goze de proteção internacional, encontrando-se o ofendido em Portugal no desempenho de funções oficiais” (pp.23-24).

Quanto aos restantes Protegidos, os que não tem qualquer categorização protocolar mesmo que disponham de medida de segurança pessoal o código é omissivo.

A aplicabilidade da medida, direito ou obrigação?

Os países veem amiúde os seus representantes serem alvo de violência e mesmo de assassinato⁸⁸. Em Portugal só na primeira República “a sucessão de mais de 40

⁸⁷ “No âmbito da moldura penal e especificamente a que contempla o atentado contra a vida do chefe de Estado Português, consideramo-la como manifestamente insuficiente, isto se atendermos que a legislação espanhola consagra no art.º 485 a *pena de prisión permanente revisable*, para quem atente contra a vida do rei, um chefe Estrangeiro ou pessoa internacionalmente protegida. No caso da legislação americana um atentado contra a vida do Presidente americano, fica desde logo inserido nos chamados *Capital Offenses Crimes*, puníveis com prisão perpétua ou pena de morte”. Cfr. Magalhães. (2018). Dissertação de Mestrado. ISCPSI. (pp.23-24).

⁸⁸ A título ilustrativo e caracterizando um pouco a sociedade japonesa, vista como uma sociedade segura,

governos em menos de 16 anos, vitimou um Presidente em funções e um Primeiro-ministro” (G. Santos, 2020, p. 97). Durante a segunda República o atentado contra Salazar à bomba no dia 4 de julho de 1937 em Lisboa foi o mais mediático ocorrido durante o Estado Novo.

A nível internacional, nos EUA o ex. e atual Presidente, Donald Trump foi vítima de um atentado com arma de fogo (14 de julho de 2024) na Pensilvânia durante uma ação de campanha. Apesar de atingido, Trump sobreviveu ao mesmo. Ao nível europeu e apenas durante o primeiro quartel do século XXI, os exemplos são facilmente identificados: O Primeiro- ministro da Eslováquia, Robert Fico, foi vítima de um atentado com arma de fogo (15 de maio de 2024) ficando em estado grave; o Presidente francês Emanuel Mácron foi agredido numa viagem que realizou ao sul de França (8 de junho de 2021); o Primeiro-ministro espanhol Mariano Rajoy foi agredido durante uma acção de campanha (16 de dezembro de 2015); em França o Presidente Sarkozy foi violentamente puxado por um desconhecido durante uma sessão e cumprimentos (30 de junho de 2011); o Primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi foi atingido por objetos contundentes por duas ocasiões (em 31 de dezembro de 2004 e em 13 de dezembro de 2009) quando interagiu com multidões e um homem tentou alvejar com uma carabina o Presidente francês Jacques Chirac (a 14 de julho de 2002) durante as comemorações do dia da Bastilha.

No decurso da nossa investigação e até ao momento, identificamos a segurança pessoal como uma atividade de polícia e assinalamos quem são os destinatários por via protocolar da medida e enunciamos que, - pela atribuição de um grau de ameaça - qualquer cidadão também pode ser beneficiário da mesma.

Consideramos agora oportuno trazer à colação aferir se a medida é de aplicação direta ou apenas quando aceite pelo Protegido.

assinalamos alguns dos atentados que desde meados da década de sessenta do século XX, marcaram a mesma: No dia 14 de julho de 1960, o então Primeiro-ministro, Nobusuke Kishi, avô do falecido Shinzo Abe - assassinado em 2022 por Tetsuya Yamagami - foi atacado por Taisuke Aramaki, um desempregado radical de extrema-direita com seis facadas de arma branca. Apesar de ferido, sobreviveu ao ataque. Em outubro desse mesmo ano o presidente do Partido Comunista, Inejiro Asanuma, foi esfaqueado até à morte por um jovem ultranacionalista de 17 anos durante um debate político transmitido pela televisão. Em outubro de 1990 o antigo ministro do trabalho Hyosuke Niwa foi esfaqueado até à morte. Em março de 1992 o vice-presidente do Partido Liberal Democrático, Makoto Kanemaru, foi vítima de atentando com arma de fogo, tendo sobrevivido ao ataque. Em outubro de 2002, um membro do Partido Liberal Democrático, Koki Ishii, foi apunhalado à frente da sua casa por um homem que evocou razões pessoais. Não resistiu ao ataque. Em abril de 2007, o presidente da Câmara de Nagasaki, Iccho Itoh, foi atingido duas vezes com arma de fogo na cabeça. Não resistiu aos ferimentos.

De que forma pode um Estado impor a um dignitário nacional ou estrangeiro uma proteção que em última razão pode ser contra a sua vontade?

Do nosso conhecimento - fruto de contactos diretos com profissionais de agências e forças de segurança internacionais aquando da visita de chefes de Estado, de Parlamento ou de Governo a território nacional bem como pela participação em inúmeros grupos de trabalho e reuniões de redes internacionais sobre a temática - apenas os EUA possuem de momento uma legislação⁸⁹ que não permite ao Presidente e ao Vice Presidente em exercício (ou durante a transição por via de eleições ao Presidente e Vice Presidente eleitos) recusarem a medida securitária, fazê-lo, seria prescindir do cargo para o qual se foi eleito (Magalhães, 2022a, pp. 61–62).

Por outro lado a convenção sobre PIP ao tornar-se num instrumento jurídico que vincula os Estados signatários a tomarem medidas de prevenção de crimes contra aqueles que designa como pessoas gozando de proteção internacional,⁹⁰ impôs um dever de cuidado aos “Estados, assegurarem a execução da medida pois sendo a Administração responsável pelas suas ações ou omissões no exercício dos seus poderes de soberania, deve ser chamada a prestar contas como exerce esse poder soberano”(W. Brito, 2016, p. 18). Ainda no domínio dos Protegidos estrangeiros, o Plano (2010) prevê em regime de reciprocidade a afetação da medida, respetivamente ao chefe de Estado, de Parlamento e a determinados membros do Governo. A estes dignitários e desde que de forma expressa, - envio via nota diplomática e ou declaração de recusa da aceitação da medida - esta afigura-se-nos adequada pois a imposição de segurança pessoal contra a vontade expressa de alguém, seria algo mais próximo de uma pena do que de uma medida preventiva de segurança, ideia sublinhada por Pereira da Silva (2003) quando afirma que “não existe possibilidade (física) de execução do ato favorável contra a vontade dos particulares” (p.18).

Ao nível dos dignitários nacionais e segundo Oliveira (2015, p. 450) “as altas entidades titulares de certos cargos políticos, administrativos e judiciais nacionais e estrangeiros a segurança, mais do que um direito, é um dever a que têm de se submeter para proteção do cargo de que são titulares.”

Numa linha não convergente Magalhães (2018) considera que a “previsão legal

⁸⁹ US CODE, ob.cit., na (p. 51) da presente investigação.

⁹⁰As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português. Cfr. artº. 8, nº.2 da CRP.

da atribuição é apenas isso mesmo, não consagra qualquer imposição do mesmo contra a vontade do seu destinatário. É uma faculdade que assiste ao ativo, aceitar ou recusar a medida e esta nem sempre é aceite” (p.77).

Não sendo unânime a visão dos autores, auxiliemos-mos de alguns instrumentos legislativos no sentido de abordarmos a questão. A Lei é bastante clara quanto aos destinatários da medida, cabendo dentro deste escopo o Presidente da República⁹¹ e o Primeiro-ministro⁹².

Assim como observa G. Santos (2020) “ambos, enquanto beneficiários de segurança pessoal através de serviços de apoio no seio dos próprios gabinetes, não poderão determinar, por vontade própria, a cessação da medida. Assim é porque a extinção daqueles serviços de segurança exige precedente alteração legislativa. Quer isto dizer que os titulares daqueles cargos estão sujeitos à medida de segurança pessoal porque não podem, por si só, determinar a extinção do serviço orgânico” (pp.101-102).

Destarte a aceitação da medida afigura-se-nos como legalmente imposta. Neste domínio comungamos integralmente da opinião expressa, pois mesmo que num exercício especulativo esses serviços fossem extintos, a medida da segurança pessoal ao Presidente e ao Primeiro-ministro tinha consagração através de outro mecanismo legal, o Plano (2010).

No que diz respeito aos restantes membros do Executivo governamental o Plano, identifica quem são os titulares dos cargos: “os ministros de Estado, dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Justiça, têm sempre segurança pessoal”(Plano, 2010, p. 61). Nesta senda e sendo este documento, aprovado por deliberação do Conselho de Ministros um instrumento jurídico que vincula em primeiro lugar o próprio Executivo,⁹³ não vemos como a medida pode ser recusada pelos

⁹¹ Cfr. Lei que define e regula as estruturas e os serviços integrantes da Presidência da República, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Lei nº. 7/96. Publicada em Diário da República, 1ª. Série A, nº. 51 de 29 de fevereiro.

⁹² Cfr. Decreto-lei que estabelece a natureza, a composição, a orgânica e o regime jurídico do Gabinete do Primeiro-ministro. Decreto-lei nº. 12/2012. Publicado em Diário da República, 1ª. Série, nº. 15 de 20 de janeiro.

⁹³ O Decreto-lei nº. 32/2024 de 10 de maio, publicado em Diário da República, nº. 91, 1ª Série, regula o funcionamento do atual XXIV Governo constitucional. A Resolução de Conselho de Ministros nº. 65/2024 de 24 de abril, publicada no Diário da República nº. 81, 1ª. Série, que aprova o Regimento do Conselho de Ministros de XXIV Governo Constitucional, consagra no seu artº 11.º, Solidariedade, que todos os membros do Governo estão vinculados às deliberações tomadas em Conselho de Ministros, devendo apoiá-las e defendê-las, tenham ou não estado presentes na sua adoção e qualquer que tenha sido a sua posição na respetiva apreciação. O atual Executivo encontra-se demissionário por força de uma moção de confiança que apresentou ao Parlamento em 11 de março de 2025. O Presidente da República depois dos formalismos legais cumpridos para situações análogas, decidiu convocar eleições legislativas para o dia 18 de maio de 2025, sufrágio de onde emergiu um novo parlamento e por consequência um novo Executivo.

destinatários, exceção se tiver sido tida como condição de aceitação prévia do cargo⁹⁴. Deste modo revemo-nos integralmente em G. Santos (2020, p. 100) quando considera que “essa recusa deverá ficar à consideração do Primeiro-ministro, que é quem dirige o Governo, quem propõe a nomeação e exoneração dos ministros, e perante quem estes são responsáveis” (p.100)⁹⁵. Ainda neste domínio dos Protegidos nacionais em sentido contrário aos membros do Governo, leia-se os restantes Protegidos, a simples recusa da aceitação da medida é suficiente para a não aplicação da mesma⁹⁶.

Num escopo diferente, identificamos a suspensão temporária da medida,⁹⁷ que está regulamentada internamente numa diretiva e que consiste em pontualmente, a pedido do Protegido e sempre que as condições o permitam, o dispositivo securitário ser suspenso por determinado tempo. Tal medida, aconselha, porém, que o Protegido não viole o espírito da suspensão temporária e decida assumir por ele próprio o risco a que possa estar exposto⁹⁸.

Aceite a medida por parte do Protegido, Magalhães (2018) considera que a mesma pode ser “sem reservas, com algumas reservas ou a aceitação com relutância” (p.77) ideia corroborada por O’Connor (1996) quando afirma que “aqueles que têm a honra de protegerem um chefe de Estado ou Governo, são tão eficazes quanto ele, ou ela, o permitem” (p.8)⁹⁹.

Na realidade nacional e segundo Magalhães (2018) no tempo em que exerceu funções como Primeiro-ministro, Passos Coelho¹⁰⁰ aceitou a sua segurança pessoal de

⁹⁴ Para aprofundamento desta temática, veja-se, Portas, Paulo. & Valente, Pulido. (1990). O Primeiro-ministro: estudo sobre o poder executivo em Portugal - Análise Social Terceira Série, vol. 25, nº. 107, (pp. 333-349). Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

⁹⁵ Cfr. Respetivamente, os art.º 201º, n.º 1 al. b); 133º, al. h) e 187º, n.º 2; e 191º, n.º 2 da CRP.

⁹⁶ A comunicação social já relatou casos de recusa que entraram no domínio público, um referente à magistrada Maria José Morgado e outro ao Juiz Adelino Salvado. Cfr. Jornal Correio da Manhã, edição de 10 de janeiro 2007 e Revista Focus nº. 167 de 2002, respetivamente. Cfr. Magalhães. (2018). ob.cit., (p. 77).

⁹⁷ Diretiva Interna CSP/UEP n.º 01/2012 (documento classificado com o grau de reservado).

⁹⁸ Em Portugal, o único atentado mortal a um Protegido no decorrer de uma operação de segurança pessoal ocorreu ao diretor-geral dos Serviços Prisionais, Gaspar Castelo Branco, em 1986 depois de ter dispensado a sua segurança. Nas palavras de Celestino Amaral, jornalista do Jornal Expresso, edição de 22 de fevereiro de 1986, o diretor dos Serviços Prisionais era um homem de hábitos quotidianos, de itinerários de casa para o serviço e foi com relutância que terá admitido o seu serviço de segurança. Era ainda hábito dispensar os seus guardas durante o fim-de-semana e mesmo à noite. Cfr. Magalhães. (2018). ob.cit., (p. 44). Situação menos grave ocorreu com o ex. ministro das Finanças, Victor Gaspar, que normalmente suspendia a medida de segurança pessoal. O ministro, foi às compras acompanhado apenas da esposa, sem proteção da PSP, e viveu um autêntico pesadelo. Foram insultados e cuspidos quando fizeram compras num supermercado de Lisboa. Cfr. Jornal de Notícias, edição de 3 de julho de 2013.

⁹⁹ Tradução do autor.

¹⁰⁰ Cfr. Magalhães. (2018). ob.cit., (p. 111).

“forma natural sabendo de antemão que o cargo para o qual tinha sido nomeado tinha um protocolo que assim o impunha”. Ainda segundo o mesmo autor foi essa a ideia que subjaz nas declarações de António Guterres¹⁰¹ também na qualidade de chefe do Executivo português quando a “aceitou muito bem”, visão comungada por Constança de Sousa¹⁰² ministra da Administração Interna, que aceitou a sua segurança pessoal pelo “cumprimento de obrigações institucionais”, linha que consideramos convergente com o exposto, por Cavaco Silva¹⁰³ quando afirmou o “desempenho de um alto cargo público envolve sempre riscos e aceitar portanto a segurança pessoal é algo normal”. Ramalho Eanes¹⁰⁴ comungou da mesma linha ao mencionar que aceitou a sua segurança pessoal como “uma necessidade, um direito e um dever”.

Uma das ideias centrais após aceitação da medida é permitir que o Protegido possa ser capaz de levar uma vida tão “normal quanto possível” (Nijdam et al., 2008, p. 3) dentro limitações das medidas securitárias. Uma ideia sublinhada por Larry Cockell¹⁰⁵ quando se referiu ao seu Protegido, o Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton¹⁰⁶ e o seu relacionamento próximo com a sua filha Chelsea “havia momentos mais especiais em que o Presidente e a sua filha precisavam de estar mais à vontade sem sentirem a presença forte da segurança, nessa altura dávamos-lhes mais espaço e a privacidade possível”¹⁰⁷. Mas nem sempre essa aparente normalidade pode ser assegurada e pode tornar-se quase claustrofóbica dado que na realidade americana os agentes dos USSS privam com os seus Protegidos em todas as situações diárias, “vemo-los de manhã quando acordam e à noite quando se deitam, vemo-los quando estão tristes ou contentes, vemo-los em todas as circunstâncias”¹⁰⁸.

A nível nacional as exigências securitárias não são tão incisivas, o que permite que essa normalidade, possa ser garantida de forma mais regular. As palavras de Jorge Coelho (2007) ex. ministro da Administração Interna (1997-1999) em declarações proferidas num seminário sobre segurança pessoal realizado em Lisboa em 2007 expressam essa ideia; “tive uma segurança pessoal que com as funções que desempenhava, me permitiu que pudesse ter a vida o mais normal possível e tive-a”¹⁰⁹

¹⁰¹ Cfr. Magalhães. (2018). ob.cit., (p. 115).

¹⁰² *Ibidem.* (p. 113).

¹⁰³ *Ibidem.* (p. 121).

¹⁰⁴ *Ibidem.* (p. 118).

¹⁰⁵ Antigo responsável pela segurança pessoal do Presidente americano Bill Clinton.

¹⁰⁶ 42º Presidente americano, cargo exercido entre 1993-2001.

¹⁰⁷ Cfr. Cockell, Larry. (2015), ob.cit., (p.61), (54m24s).

¹⁰⁸ Cfr. Hill, Clint. (2015), ob.cit., (p.61), (55m30s).

¹⁰⁹ Seminário organizado pela PSP por intermédio do CSP e no âmbito da Presidência de Portugal do

ideia reforçada por Passos Coelho¹¹⁰ considerando que “nunca se sentiu constrangido nem nunca viu a sua vida profundamente alterada pelo facto de ter sempre a sua segurança” uma mesma linha defendida por António Guterres¹¹¹ Constança de Sousa¹¹² e Cavaco Silva¹¹³.

Após o início da medida o Protegido pode experienciar diversos níveis de stress e alterações quer a nível físico como a nível psicológico. Num estudo científico nesta matéria, citado por (Magalhães, 2018) o “Academic Medical Centre, da Universidade de Amesterdão, em estreita colaboração com o Coordenador Nacional para o Contra Terrorismo Holandês, efetuou uma abordagem em 2008 muito objetiva aos efeitos que a medida de segurança pessoal tem nos Protegidos. Os graus de stress ou pressão psicológica que a pessoa sente, dependem em parte de vários fatores psicológicos, como os seus traços de personalidade, perceção, interpretação e forma de lidar com novas realidades” (p.79), bem como a atitude em relação à proteção (Nijdam et al., 2008). As reações segundo os autores podem variar entre a “*cool, instrumental reaction, through amazement and disbelief, to panic or paralisation*”(Nijdam et al., 2008, p. 11).

Nesta primeira fase securitária, a aceitação, é a mais sensível pois há que encontrar o necessário equilíbrio ou compromisso entre as medidas de segurança e a liberdade de ação do Protegido (Bigelow, 2005) isto porque se as restrições forem inflexíveis o objetivo da segurança pessoal não seria atingido. Há que desde os primeiros momentos atender a dois princípios fundamentais para com o Protegido, o sigilo e a lealdade. Por via dos contactos diários entre ambos, estes polícias protetores tornar-se-ão gradualmente fiéis depositários de muito informação do foro profissional, pessoal e diríamos mesmo íntima do Protegido. Toda esta matéria é cuidada de forma sigilosa. Recorrendo novamente ao exemplo da realidade americano, na Casa Branca enquanto foi secretário-geral da mesma Irwin Ike¹¹⁴ declarou que “o secretismo, a lealdade na Casa Branca era total (...), o ambiente seria intolerável se o Presidente tivesse de encarar todos os seus auxiliares como bisbilhoteiros” (Brower, 2016, p. 93). É segundo Colliver (2011) algo de essencial e interiorizado pelos especialistas “*maintain the highest level of confidentiality*” (p.87). Thompson (2003) chega mesmo a afirmar que “*principals must trust those who*

Conselho da União Europeia em 2007 e que contou com 14 países participantes.

¹¹⁰ Excerto da entrevista concedida a Magalhães. (2018), ob.cit., (p. 71).

¹¹¹ *Ibidem.*(p.72).

¹¹² *Ibidem.*(p.72).

¹¹³ *Ibidem.*(p.72).

¹¹⁴ Secretário-geral da Casa Branca entre 1913-1933.

protect then and be confident that they will not repeat anything” (p.13). Magalhães (2018) enfatiza neste domínio as declarações do ex. Presidente americano, George H. W. Bush¹¹⁵ quando declarava: “A Bárbara e eu sempre falamos muito francamente em frente dos serviços secretos, tenho confiança total no seu profissionalismo, eles sabem muitos segredos sobre a nossa família”¹¹⁶. Este sigilo é tido e visto como a pedra angular e a lealdade que dele resulta só pode ser quebrada em situações excecionais¹¹⁷.

Ultrapassada esta fase inicial, a consolidação de relacionamentos entre Protegidos e Protetores é o passo seguinte mesmo que nos primeiros tempos tal não ser fácil, no caso de Jorge Coelho, esta situação e nas suas palavras “durou apenas dias”¹¹⁸. Ora como sublinha Magalhães (2018, p. 80) a “cooperação entre ambas as partes é o outro princípio a ser estabelecido e aprofundado. Ganhar e fomentar a cooperação com o Protegido não significa forçosamente estreitar laços pessoais que podem em última instância prejudicar o serviço.” Significa sim a construção de regras claras e definidas entre ambos, pese embora se perceçione que nem sempre o compromisso desejado é atingido. Hipp (2012) é perentório na ideia, “nós podemos sempre recomendar boas práticas, mas as mesmas podem ser rejeitadas” (p.41). Uma visão defendida anteriormente por Lewis Merletti ex. Diretor dos Serviços Secretos Americanos (1997-1999) quando afirmou “a nossa missão não é dizer-lhe o que pode ou não fazer - ao Presidente americano Bill Clinton - é aconselhá-lo sobre o que é mais seguro de fazer”¹¹⁹, o que nem sempre encontra recetividade por parte do Protegido¹²⁰. Magalhães (2018) considera, que este princípio é frequentemente negligenciado pelo Protegido quando sobrevalorizando a sua qualidade de cidadão e olvidando a qualidade de titular de cargo público, decide desempenhar a sua vida sem se fazer acompanhar da sua segurança pessoal. Ângelo Correia ex. ministro da

¹¹⁵ 41º Presidente americano, cargo exercido entre 1989-1993.

¹¹⁶ Cfr. Bush, Walker. (2015), ob.cit., (p.61), (56m56s).

¹¹⁷ Larry Cockell, ex. chefe do serviço de segurança pessoal do Presidente Bill Clinton embora não chegasse a testemunhar no chamado caso Mónica Lewinsk que o Procurador independente Kenneth Star moveu ao ex. Presidente foi ainda assim intimado a fazê-lo. Tudo isto depois de uma batalha sem precedentes que chegou ao Supreme Court.

Para aprofundamento desta temática, veja-se, *Three Secret Service Agents Testify*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/special/clinton/stories/starr071898.htm>. Acedido em 21 de dezembro de 2023.

¹¹⁸ Cfr, Revista Focus edição n.º 167 de 2002.

¹¹⁹ Cfr. Lunden, Joan. (2015). Documentário - *Behind Closed Doors* (07m00s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vfgd5N_MFFs&t=4s&ab_channel=JoanLunden. Acedido em 28 de maio de 2023.

¹²⁰ Atente-se o caso do ex. 38º. Presidente americano Gerald Ford cargo exercido entre 1974-1977, que mesmo tendo sido vítima de dois atentados com arma de fogo ambos em setembro de 1974, não deixou de exercer o seu mandato da forma que entendeu como mais conveniente. Nas palavras do seu filho, Steven Ford, “O Presidente não pode ser mantido refém na Casa Branca.” Cfr. Declarações de Steven Ford. (2015), ob.cit., (p.61), (1h10m).

Administração Interna (1981-1983) chamou-lhe a “liberalidade escusada”¹²¹. Para o “ex. governante, qualquer Protegido pela segurança pessoal, esteja onde estiver será sempre titular do cargo que ocupa e tem um dever de Estado”¹²², um dever simples, o de permanecer vivo. A segurança pessoal não é um exercício de demonstração do poder, é algo necessário para o cargo que se desempenha” (Magalhães, 2018, p. 81).

O início da medida securitária ocorre de forma diversa dependendo do Protegido em questão. Assim e dentro dos Protegidos nacionais e no que respeita aos cidadãos “anónimos” ela inicia-se logo que comunicada ao mesmo e prolonga-se enquanto a ameaça se mantiver sendo que esta será revista periodicamente pelos competentes Serviços de Informações (SI).

Respeitante aos membros dos órgãos de soberania ela materializa-se após a cerimónia de tomada de posse dos seus titulares, o que não impede que contactos prévios possam ocorrer no dia de encerramento da campanha eleitoral, ou antes do ato formal de aceitação do cargo e mantem-se enquanto o mandato decorrer. Consagramos neste domínio uma exceção que se verifica nos regimes monárquicos onde por via da sucessão, o príncipe desde o nascimento é logo destinatário de medidas especiais de segurança com vista às futuras missões a desempenhar.

Após a cessação da medida, ocorre o chamado restabelecimento da condição de origem do ex. Protegido, verificando-se assim o carácter transitório e a natureza efémera dos cargos, conforme muito bem retratou Eduardo Portella na célebre frase “não sou ministro, estou ministro”¹²³. Nesta situação, o Protegido pode, segundo Magalhães (2018) “experienciar situações distintas e contraditórias. Por um lado, o reganhar de uma liberdade de ação perdida - que muitas das vezes julgava perdida - ou o surgimento de sentimentos de insegurança” (p.85). Alguns impactos psicológicos podem-se manifestar depois da cessação da medida como bem salienta (Nijdam et al., 2008) quando assinalam “*the person becomes fully aware of the events of that time and realises that he or she could well have been killed*” (p.35).

Registamos ainda uma situação de exceção na cessação de serviço que ocorre quando o Protegido termina funções em território nacional e passa a desempenhar funções em organismos internacionais e decide incorporar no seu dispositivo securitário polícias

¹²¹ Cfr. Jornal 24 horas, edição de 6 de janeiro de 2006.

¹²² *Ibidem*.

¹²³ Para aprofundamento desta temática, veja-se, Cony, Carlos Heitor. (2012). Os 80 anos de Portella. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/os-80-anos-de-portella>. Consultada em 04 de dezembro de 2023.

nacionais. O “caso mais exemplificativo, foi o do Dr. Durão Barroso que cessou funções em Portugal como Primeiro-ministro e que ao desempenhar funções como presidente da Comissão Europeia solicitou que cinco polícias do CSP constituíssem a sua equipa de segurança enquanto desempenhou o cargo” (Magalhães, 2018, p. 76)¹²⁴. Um caso mais atual prende-se com a recente nomeação para Presidente do Conselho Europeu do Dr. António Costa, que fez questão que três polícias da sua segurança pessoal enquanto Primeiro-ministro português, integrassem o dispositivo securitário do Conselho¹²⁵.

No que diz respeito aos Protegidos estrangeiros a medida inicia-se logo que entrem em território nacional e cessa quando abandonem o mesmo¹²⁶.

Os Intervenientes

Para que exista a atividade de segurança pessoal forçosamente tem de se consagrar um tríptico de intervenientes: o Protegido que é o objeto da segurança pessoal; o fator de perigo - no domínio desta investigação centramo-nos apenas nos atos resultantes da ação humana, o Perpetrador - e por fim o Protetor, aquele que tem a função de impedir ou mitigar a ação.

Embora já tenhamos - nas primeiras páginas da investigação - caracterizado estes conceitos, densificamos agora os mesmos.

O Protegido;

Destinatário das ameaças ou ações hostis. O potencial alvo, ou objeto cuja abordagem é suscetível de execução imediata ou futura (Frankel, 2011, p. 20) frequentemente visto como um ganho ou valor e catalogado como “*soft or hard target*” (Libicki et al., 2007, p. 74). É aquele que, pela via protocolar e ou pela ameaça de que é alvo, passará a dispor de um dispositivo de segurança. Homem de negócios, líder político, líder religioso ou o mais incógnito cidadão¹²⁷ pode um dia “vestir” este papel. Quem é?

¹²⁴ Despacho conjunto dos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna, n.º 61/2005. Publicado no Diário da República 2ª. Série, n.º 11, de 17 de janeiro de 2005.

¹²⁵ Os polícias submeteram-se a um processo avaliativo em Bruxelas para poderem integrar a segurança do Conselho Europeu.

¹²⁶ É frequente estes serviços durarem apenas algumas horas. A título de exemplo uma entidade que viaje via aérea e durante o tempo de reabastecimento da sua aeronave, aproveita para dar um pequeno passeio pela zona internacional do aeroporto.

¹²⁷ A título meramente ilustrativo e no domínio internacional mencionamos alguns cidadãos a quem foi concedida a medida: Zineb El Rhazoui, jornalista francesa de origem marroquina que escapou ao atentado no jornal Charlie Hebdo em 2015, tornou-se alvo de ameaças de morte em virtude da denúncia de intolerância dos fundamentalistas islâmicos e continua - ainda hoje em abril de 2023 - com segurança

Como é?

Como vive?

Como será trabalhar com o mesmo?

Todos estas questões surgirão logo que o processo se inicie, destarte quando mais célere for a caracterização do Protegido (J. Brown, 2007, pp. 57–60; Consterdine, 2000, pp. 56–57; Cooper, 1991, pp. 29–47) mais efetivo será o desempenho da missão. Esta informação não carece obrigatoriamente de ser classificada e ou reservada. Ela existe na hodiernidade seja em trabalhos jornalísticos, em autobiografias ou em biografias publicadas que entraram facilmente no domínio público. Mencionamos a título de exemplo alguns dos políticos mais influentes da sociedade portuguesa já retratados; Francisco Pinto Balsemão (Vieira, 2017), sobre Mário Soares (Vieira, 2022), sobre Cavaco Silva (Lima, 2016), sobre Jorge Coelho (Esteves, 2014), sobre Passos Coelho (Cabrita, 2011) sobre António Costa, (Ferrão & Figueiredo, 2015), sobre Luís Montenegro (Carrapatoso, 2024).

No âmbito da nossa investigação e sobre os Protegidos, enfatizamos os dignitários políticos, que segundo Sprout (1965) como seres humanos vêm os seus traços pessoais, os seus preconceitos, as suas crenças e motivações influenciarem as decisões que tomam.

Os efeitos da personalidade na tomada de decisões por parte dos agentes políticos - que são difíceis de quantificar - (Etheredge et al., 1978) sugerem que as diferenças comportamentais em situações interpessoais e as institucionais existem. Na tentativa de densificarmos um pouco a matéria recorremos a (Immelman, 2003) que considerou que os não resolvidos problemas de categorização psicológica de personalidades na política, baseavam-se numa primeira linha na falta de clareza sobre o *“scope of inquiry; theoretical stagnation; and a failure of some approaches to satisfy basic standards for operationalizing the personality construct”* (p. 606). Ainda assim considera o autor que existem alguns atributos que podem ser objeto de referência nesta matéria, como sejam:

pessoal por parte do Estado Francês. Um segundo exemplo de quem teve a medida securitária durante inúmeros anos em consequência da Fatwa lançada em 1989 pelo então líder do Irão, o aiatola Ruhollah Khomeini, é Salman Rushdie. Condenado à morte pelo regime iraniano em virtude de ser o autor dos chamados Versículos Satânicos, o escritor foi atacado em 12 de agosto de 2022 quando falava numa conferência em Nova York, por Hadi Matar um muçulmano de 24 anos de idade que na posse de uma arma branca atingiu várias vezes o escritor. Mesmo sobrevivendo ao ataque, Rushdie perdeu a visão num dos olhos e sensibilidade de uma das mãos. Na altura do ataque a medida de segurança pessoal já lhe tinha sido retirada.

Em Portugal salienta-se o caso do antigo delegado de propagando médica da Bayer, Alfredo Pequito em 1999 que após ter sido despedido pela multinacional farmacêutica, denunciou uma série de práticas irregulares da mesma. Face a tal foi-lhe conferida a medida de segurança pessoal que se prolongou enquanto durou o litígio judicial.

O temperamento (visto como a captura típica de uma pessoa exibir emoções e o carácter predominante do afeto de um indivíduo e a intensidade e frequência com que o expressa), a conduta interpessoal (que inclui o estilo típico de interação de uma pessoa com os outros, atitudes que fundamentam e dão forma a essas ações) e o estilo cognitivo (com a significação característica de uma pessoa de se focar e alocar atenção, codificar e alocar atenção, e processar informações, organizar pensamentos e comunicar pensamentos e ideias) (*Ibidem.* p. 611).

Na segunda metade dos anos oitenta do século XX Simonton (1986) aprofundou esta temática e num estudo sobre a personalidade de trinta e nove Presidentes Americanos, utilizando uma tabela com trezentos adjetivos pessoais - depois reduzida para cento e dez -, criando uma categorização de catorze dimensões psicológicas aplicadas a cada ex. chefe de Estado em que a; moderação, simpatia, inteligência, maquiavelismo, equilíbrio, força, empreendedorismo, sagacidade, atratividade física, mesquinhez, asseio, conservadorismo, inflexibilidade e pacifismo eram tido em conta (p.149)

Explanamos de seguida alguns dos vetores que consideramos como essenciais para esta caracterização do Protegido aquando do início de um serviço de segurança pessoal agrupando os mesmos em três blocos:

História pessoal e traços de personalidade;

Preconceitos e convicções pessoais;

Relacionamentos pessoais e estilo de vida.

Iniciamos pela sua história pessoal, a sua idade, o seu estado civil, a sua família, que indiretamente é afetada pela aplicação da medida de segurança ao Protegido. Atente-se às declarações de Michelle Obama, na qualidade de mulher do ex. Presidente dos EUA, Barak Obama¹²⁸ “agora vivíamos numa espécie de bolha, todos os meus movimentos necessitavam de debate prévio da segurança, já não parávamos nos semáforos, nem sempre entrávamos pela porta principal, do ponto de vista dos Serviços Secretos quanto menos tempo estivéssemos visíveis, melhor, eu e as miúdas éramos atrizes secundárias, mesmo assim protegidas porque se a nossa segurança fosse comprometida a sua capacidade de pensar com clareza e dirigir a Nação também ficaria comprometida (Obama, 2019, pp. 331–344), as suas habilitações académicas, bem como algumas “particularidades” em termos médicos¹²⁹. Continuamos pelo que designamos de alguns

¹²⁸ 44º Presidente americano cargo exercido entre 2009-2017.

¹²⁹ Neste domínio atente-se ao caso do 32º. Presidente americano Roosevelt cargo exercido entre 1933-

traços de personalidade ou categorizações de personalidade em que o ativo se pode enquadrar e neste domínio, auxiliamo-nos na visão da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental para identificarmos algumas das perturbações mais relevantes e mais comuns atribuíveis aos Protegidos. Acoramo-nos ainda no do trabalho apresentado no âmbito do seminário sobre Gestão da Segurança Pessoal (2007)¹³⁰ subordinado ao tema “Os fatores humanos no serviço de Segurança Pessoal.” Onde foram identificadas algumas perturbações da personalidade que os Protegidos podem padecer e sobre as quais o Protetor necessita de ter alguns instrumentos de atuação.

- a) O Protegido com transtorno de personalidade do tipo paranoide, é caracterizado por um padrão generalizado de desconfiança e suspeita injustificada dos outros que engloba interpretar os seus motivos como sendo hostis ou prejudiciais.
- b) O Protegido com uma perturbação antissocial, caracteriza-se por um padrão de comportamento, de desrespeito e desconsideração pelas regras sociais e pelos direitos dos outros, bem como pela sua transgressão.
- c) O Protegido com o tipo de personalidade narcisista, caracteriza-se por procurar sistematicamente que as pessoas o reconheçam, apreciem e valorizem. Ao mesmo tempo, é como se a sua autoestima fosse muito frágil, o que faz com que tenha medo de que os outros o (a) avaliem de forma negativa.
- d) O Protegido com perturbação esquizoide é caracterizado por não ter um desejo de intimidade, preferindo passar o tempo sozinho em detrimento de estar com outras pessoas (mesmo no contexto familiar).
- e) O Protegido com a perturbação obsessivo compulsivo caracteriza-se por procurar continuamente a perfeição em tudo o que faz, revendo as tarefas vezes sem fim, com a sensação de que há sempre mais correções a fazer.
- f) O Protegido com a perturbação evitante caracteriza-se por ter como marca a insegurança, a timidez e a baixa autoestima. Tende a ser tímido, calado, inibido e invisível, com medo de que com qualquer chamada de atenção possam ser

1945, que mesmo tendo sido vítima de poliomielite enquanto jovem, “desempenhou o cargo de Presidente dos Estados Unidos mantendo durante muito tempo em segredo as suas dificuldades de locomoção - pois em atos oficiais aparecia amparado por elementos dos Serviços Secretos - recusando-se terminantemente a andar em cadeira de rodas”. Cfr. Magalhães. (2018), ob.cit., (p.58). A nível nacional, o Presidente da Assembleia da República, foi operado no curto espaço de dois meses aos dois pulmões. Cfr. Santos, Geraldo (2018). Ferro Rodrigues submetido a nova intervenção cirúrgica pulmonar. Jornal Diário de Notícias. (2018) Edição *on line* de 4 de maio. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/ferro-rodrigues-foi-hoje-submetido-a-nova-intervencao-cirurgica-pulmonar-com-sucesso-9309140.html#media-1>. Acedido em 24 de outubro de 2023.

¹³⁰ Cfr. Dr.^a Adriana Esteves do Gabinete de Psicologia da PSP.

rejeitado ou rebaixado.

Fonte: Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (SPPM)¹³¹.

Continuamos com o que Magalhães (2018) denomina de “preconceitos, considerando os mesmos como juízos pré-concebidos do nosso Protegido e que podem manifestar-se em atitudes discriminatórias face a pessoas, crenças religiosas, marcas, lugares, países entre outros.” (p. 59)¹³².

“E no domínio das suas convicções pessoais? A nível religioso, é crente? Se sim que religião professa e com que regularidade?” (Magalhães, 2018, p. 60)¹³³.

“Qual o seu posicionamento sobre matérias fraturantes da sociedade? Expõe as mesmas? Tece cometários públicos? Tem um papel mais passivo ou interventivo?” (Magalhães, 2018, p. 60).

“Por fim, no domínio dos relacionamentos pessoais, com quem se relaciona no trabalho? Na universidade? No partido político? Que notoriedade pública tem ou cultiva? Que estilo de vida tem? Pratica atividades radicais? É adepto de uma vida mais sedentária? Viaja com frequência? Se sim para que destinos?” (Magalhães, 2018, p. 59).

A caracterização supra - ainda que não exaustiva - é considerada por Brown (2007) como essencial e que qualquer serviço só pode iniciar-se quando as entidades competentes estiverem na posse desta caracterização, a mesma linha defendida por (Magalhães, 2018) quando a reputa de “fundamental, pois apenas na posse desta informação se pode proceder à escolha dos polícias que farão parte do dispositivo securitário, numa adequação entre Protegido e Protetor que se deseja a mais equilibrada possível (p.60). Esta caracterização permite que face à personalidade do ativo, aos seus hábitos pessoais e estilos de vida, os elementos da segurança possam antecipar

¹³¹ Para aprofundamento desta temática, veja-se, Perturbações da Personalidade. Disponível em: <https://www.sppsm.org/informemente/perturbacoes-da-personalidade/>. Acedido em 4 de dezembro de 2023.

¹³² Cfr. Gass, Nick. (2015). Declarações proferidas pelo candidato Presidencial Donald Trump no lançamento da sua campanha no dia 16 de junho de 2015. “*When Mexico sends its people, they’re not sending their best. They’re not sending you. They’re not sending you. They’re sending people that have lots of problems, and they’re bringing those problems with us. They’re bringing drugs. They’re bringing crime. They’re rapists.*”

Disponível em: <https://www.politico.eu/article/15-most-offensive-things-trump-campaign-feminism-migration-racism/>. Acedido em 2 de novembro de 2023.

¹³³ O Almirante Carrero Blanco, Presidente do Governo de Espanha, era profundamente católico, ia à missa e comungava todos os dias na mesma igreja dos Jesuítas, na rua Serrano, em Madrid. Um grupo de etarras, arrendou uma cave na rua Cláudio Coelho, de onde escavou um túnel até metade dessa via, precisamente onde passava todas as manhãs a viatura do Presidente do Conselho de regresso a casa. A Euskadi Ta Askatasua (ETA) colocou nesse mesmo túnel uma carga de explosivos e no dia 20 de dezembro de 1973. Seis meses após a sua nomeação, Carrero foi morto por uma violentíssima explosão que projetou a sua viatura, um Dodge não blindado, a uma altura de equivalente a cinco andares.

comportamentos e adaptar procedimentos. Desta caracterização espera-se assim que resulte no que se denomina de “*customer’s need’s*” (Colliver, 2011, p. 193) a segurança pessoal tida como muito específica, concreta e dirigida apenas a um Protegido e nunca fundada em “*hunches, guess work, or pure luck*” (Cooper, 1991, p. 29).

O Perpetrador;

Qualquer pessoa que pretende em “determinado momento atingir o Protegido na sua integridade física, na sua vida, na sua imagem, reputação ou precedência protocolar (caso exista) por qualquer meio - convencional ou improvisado - de forma isolada ou em conluio com outros” (Magalhães, 2018, p. 53). Aquele que no seu processo de decisão e parafraseando Fernandes (2004) tem de resolver um dilema: escolher um alvo de maior ganho (valor)¹³⁴ associado e enfrentar uma maior resistência à sua ação ou escolher um com menor potencial de proteção, mas também de menor valor.

No domínio internacional os estudos de alguns atentados permitiram identificar não só os autores, mas também algumas das motivações que os instigaram a tal. Como exemplos ilustrativos mencionamos dois; um dirigido ao Presidente americano Gerald Ford em 1975 e um segundo perpetrado contra o Presidente americano Ronald Reagan em 1981.

O primeiro ocorreu no dia 5 de setembro na cidade americana de Sacramento quando Lynette Alice Fromme¹³⁵ empunhando uma arma de fogo, tornou-se na primeira mulher na história americana a tentar assassinar o chefe de Estado Americano durante uma ação de campanha eleitoral que decorria nas ruas da cidade. O atentado só não se materializou por esquecimento ou inabilidade técnica de Lynette Alice Fromme. A arma de fogo¹³⁶ em perfeitas condições e o carregador municiado com quatro munições, apesar de premir várias vezes o gatilho nada aconteceu, pois, autora não tinha introduzido uma

¹³⁴ São conhecidos casos de alguns Protegidos que mesmo tendo sido vítimas de um primeiro atentado ao qual sobreviveram vieram a padecer no (s) subsequente (s). Em termos nacionais, veja-se o caso do Presidente Português Sidónio Pais que foi alvo de um primeiro atentado em 5 de dezembro de 1918 e foi assassinado nove dias depois num segundo.

A nível internacional, o Primeiro-ministro da Índia, Rajiv Ghandi foi alvo de atentados em 1986 e 1987 antes do que o vitimou em 1991. Um terceiro exemplo, o Juiz Italiano, Giovanni Falconi, que foi alvo de um atentado em 1989 e foi assassinado em 1992.

¹³⁵ Membro da Tribo de Manson desde 1967. A Revista Time, descreveu-a como: “*Her manner was gentle, and while she was pretty in a freckle-faced, redhaired, little-girl sort of way, she would turn few heads on the street. But the 27-year-old woman behind this innocent facade was anything but normal*”. Cfr. Revista Time. (1975). The Girl Who Almost Killed Ford. Edição *online* de segunda-feira, 15 de setembro. Disponível em: <https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,917812-1,00.html>. Acedido em 18 de novembro de 2023.

¹³⁶ Pistola de marca Colt, modelo 191, de calibre 0,45mm.

munição na câmara de explosão. Quanto às motivações, Sandra Good, sua colega de quarto declarou mais tarde que “sendo ambas membros do chamado *international people's court* com vários milhares de seguidores espalhados pelo mundo inteiro encontravam-se preparados para “matar os poluidores do ar e da água, nos vamos começar por matar presidentes, vice-presidentes e grandes executivos das grandes companhias”¹³⁷.

O segundo atentado ocorreu na cidade americana de Washington no 30 de março 1981 à saída de um encontro com dirigentes sindicais no Hotel Hilton. Ronald Reagan foi vítima de um ataque com arma de fogo¹³⁸, seis tiros disparados na sua direção por John Hinckley. Embora ferido o Presidente americano sobreviveu ao ataque. As motivações do Perpetrador fundaram-se numa obsessão que desenvolveu pela atriz Jodie Foster a quem culpabilizou pela tentativa contra o chefe de Estado “*The reason I’m going ahead with this attempt now is because I cannot wait any longer to impress you.*” (Fletcher et al., 2013, p. 171). A mesma ideia foi reiterada numa entrevista pública que Hinckley concedeu após a sua libertação,¹³⁹ onde reafirmou: “tinha a ilusão que matando o Presidente Reagan atrairia a atenção da atriz”¹⁴⁰.

A nível nacional registamos que o Regicídio de 1908 “foi cometido por Manuel Buiça um ex-professor do ensino secundário e por Alfredo Costa um ex-caixeiro-viajante” (Magalhães, 2018, p. 53), ambos supostamente carbonários e que já tinham participado na Intentona de janeiro de 1908¹⁴¹. Em 1918, “foi José Júlio da Costa, oriundo de uma família de proprietários alentejanos, quem matou o Presidente Sidónio” (Magalhães, 2018, p. 53) enquanto “António Granjo Primeiro-ministro, foi assassinado por um conjunto de marinheiros e soldados da GNR, no Arsenal da Armada em 1921” (Magalhães, 2018, p. 53) na cidade de Lisboa.

Dos exemplos internacionais, resulta uma - eventual - linha de conduta em ambos, a opção armada para a resolução de problemas. Se na primeira as motivações climáticas / ecológicas estiveram na base da ação, na segunda os motivos que impeliram o Perpetrador a atuar foram de natureza privada. Dos exemplos nacionais e tendo sido a mesma opção armada a escolhida, ambos os atentados se fundaram em motivações

¹³⁷ Cfr. Revista Time. (1975).

¹³⁸ Revolver de marca Röhm, modelo RG 14, de calibre 0,22 mm.

¹³⁹ John Hinckley, cumpriu pena de prisão durante 42 anos, 2 meses e 15 dias.

¹⁴⁰ Cfr. ABC News. (2022). Entrevista. The man who tried to assassinate President Reagan speaks about his remorse. ABC NEWS (2m51s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bzRF3KjdCUA&t=13s&ab_channel=ABCNews. Acedido em 23 de setembro de 2023.

¹⁴¹ Tentativa de golpe de Estado que ocorreu em Lisboa visando a implantação da República.

políticas por parte dos autores.

Comum aos quatro exemplos, foi que as ações, todas violentas, incidiram sobre pessoas investidas no momento de um poder público, extravasando assim os seus autores o mero ataque a um cidadão. Foi por causa da titularidade desse poder que os Protegidos sofreram os atentados e foi por maioria de razão a autoridade do Estado ela própria alvo desses ataques seletivos.

Sem dispormos de uma fundamentação científica mais densificada neste domínio o que temos registamos é que na hodiernidade e comungando com a visão de (Torres, 2018, p. 14) “qualquer ato violento inesperado por um único elemento, sem qualquer aviso prévio, apoio ou instrução exterior, atuando com um *modus operandi* vulgar desde o ataque com um explosivo artesanal, arma de fogo, uma faca, ou atropelamento” pode intentar contra a vida de um Protegido, mesmo com segurança pessoal. Não obstante alguns eventuais sinais de alerta ou de aviso precoce como “alguns dos indícios mais comuns (...) a indumentária, o aspeto físico, a conduta social e a devoção e prática religiosa rígidas, deixaram de servir como referencial para a identificação de indivíduos potencialmente radicalizados e perigosos” (Elias, 2018, p. 231).

O Protetor;

Inicialmente escolhidos pela sua “estrutura física e destreza em combate” (Schneider, 2005, p. 54) com vestes características que os identificavam como guerreiros, (A. D. de C. Sousa, 1849) os Protetores atuais trabalham sempre que possível com um registo discreto e integrados no ambiente que os rodeiam (Aitch, 2012; Magalhães, 2018; Schneider, 2005). E é essa descrição que lhes permitem abordar as vicissitudes que o serviço “*de la Protection rapprochée du XXI siècle exige des professionnels capables de s’adapter aux situations les plus diverses et complexes*”(Crozat, 2010, p. 52).

Em Portugal, os Protetores escolhidos exclusivamente entre os quadros da PSP são treinados para que possam em vez de fugir dos perigos, enfrentarem os mesmos interpondo-se entre o seu Protegido. Estes polícias, que, eventualmente violando o “arquétipo de maiores e mais fortes”¹⁴² sejam ainda assim os mais rápidos e inteligentes na função sem nunca caírem no idílico sonho descrito por Mendes (2004) quando escreveu “o agente perfeito da PSP mora no Corpo de Segurança pessoal”¹⁴³ e que não

¹⁴² Cfr. Cockell, Larry. (2015), ob.cit., (p.61), (26m36s).

¹⁴³ Cfr. Jornal Público, edição de 21 de março de 2004.

sejam afetados pela chamada “*delusions of grandeur*”(Aitch, 2012, p. 109) em que o elemento projeta o seu estatuto social na relevância da entidade que protege.

Como já abordamos anteriormente, no desempenho das suas funções de segurança pessoal os “polícias do CSP atuam investidos do poder de autoridade pública” (G. Santos, 2020, p. 74) também conhecidos como poderes de polícia (Caetano, 1969) sendo que este poder de autoridade se desenvolve em todo o espaço sujeito aos poderes de jurisdição do Estado Português¹⁴⁴.

Aquando fora do espaço nacional, esses polícias atuam em cooperação com organismos e serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Portugal faz parte, tendo em vista, em especial, o aprofundamento do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia¹⁴⁵.

No domínio da prevenção, estes polícias “orientam-se pela ideia de oportunidade face ao conjunto de valores que está em risco” (L. F. Fernandes, 2014, p. 157) enquanto pelo domínio da reação têm na legalidade constitucional o seu verdadeiro axioma. A par das suas funções de polícia administrativa também consagradas, o polícia do CSP dispõe de medidas cautelares reguladas pelo CPP, nos art.º 248 a 261 e associado aos poderes públicos que a Lei lhe confere, está autorizado a fazer uso de meios coercivos de maior potencialidade letal, nomeadamente a utilização de armas de fogo¹⁴⁶ balizado sempre pelo princípio da necessidade¹⁴⁷ da adequação e da proporcionalidade¹⁴⁸.

Em Valente (2017) defende-se que “os polícias terão de intervir, para evitar a prática de um crime, para evitar a destruição dos meios de prova e para salvar ou minorar os riscos das vítimas ou do próprio autor do facto” (p.354). Face ao exposto é legítimo arguir se, um polícia do CSP tem o dever de atuação igual aos restantes colegas polícias mesmo quando se encontre em funções de segurança pessoal de uma entidade? Em G. Santos (2020) considera-se que “não se trata de decidir atuar ou não atuar, nem tão-pouco de decidir aplicar ou não determinada medida, mas apenas da escolha do momento oportuno e dos meios a empregar dadas as circunstâncias do caso concreto” (p.77) ideia também defendida por Magalhães (2018) quando defende que “mesmo na qualidade de órgãos de polícia criminal, os Protetores devem privilegiar a oportunidade de intervenção

¹⁴⁴ Cfr. LSI, artº. 4º.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ *Ibidem*, artº. 34.

¹⁴⁷ *Ibidem*, artº. 30.

¹⁴⁸ Cfr. Código Deontológico do Serviço Policial aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002. Publicada no Diário da República n.º 50/2002, 1ª. Série B de 28 de fevereiro de 2002, pp. 1669 - 1671, artº 8.

acautelando a missão e mesmo os interesses do Protegido” (p.84). Situação *ad contrarium* ocorre sempre que seja o Protegido o autor do crime. Aí e excetuando-se os casos - mesmo no domínio académico - em que o Protegido, seja o autor no ilícito penal, e detentor de imunidade,¹⁴⁹ decorre da qualidade de órgão de polícia criminal do Protetor, o dever de comunicar de imediato às autoridades competentes dos crimes que tenham conhecimento¹⁵⁰ e da prática dos atos cautelares necessários e urgentes a assegurar os meios de prova¹⁵¹ como bem refere G. Santos (2020) a “não comunicação dos crimes de que tenham conhecimento resultará em violação dos deveres inerentes à sua função” (p.84).

Este polícia habilitado com a especialização técnica de segurança pessoal¹⁵² é o responsável pela aplicação de contramedidas de natureza securitária, impondo ao Perpetrador (Magalhães, 2018, p. 55) “a escolha de outros alvos cujo potencial de proteção represente uma menor resistência à sua ação” (Fernandes, L. 2004:461-481) e “que consiga pelo trabalho preventivo que realizar dissuadir qualquer Perpetrador de sequer tentar a sua materialização” (Magalhães, 2018, p. 55).

Após a formação e independentemente da sua posição hierárquica torna-se num chamado *first responder* com a missão de ocorrer de imediato a um incidente marcado por uma imprevisibilidade e mobilidade de atuação (Torres, 2018) e que não possa ser abordado pelos convencionais protocolos de atuação policial. Um Protetor que em situações de risco possa tomar as decisões tecnicamente mais adequadas, “adotando uma conduta irrepreensível, não apenas técnica e profissionalmente, como também ética e socialmente reconhecidas” (Molina, 2017, p. 10).

¹⁴⁹ Em Portugal têm imunidade o Presidente da República, (cfr. art.º 130º da CRP), os membros do conselho de Estado (cfr. art.º 13º e 14º da Lei n.º 31/84, publicada no Diário da República, 1ª. série, nº. 207, de 6 de setembro), os membros do Governo, (cfr. art.º 196º da CRP), os deputados à Assembleia da República, (cfr. art.º 157º da CRP), e art.º 10º e 11º da Lei n.º 7/93, publicada no Diário da República, 1ª. Série. nº. 50, de 01 de março, e alterada pela 18ª. vez pela Lei n.º. 22/2024, publicada no Diário da República, 1ª. Série. nº. 33 de 15 de fevereiro). Têm ainda imunidade “reforçada” os agentes diplomáticos e seus familiares (cfr. art.º 29º e 37º da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas) bem outros funcionários internacionais e representantes de Estados por força de convenções e acordos internacionais.

¹⁵⁰ Cfr. Lei de Organização de Funcionamento de Investigação Criminal, (LOIC), Lei nº. 49/2008, de 27 de agosto, atualizada na 17ª, versão, Lei 2/2023 de 16 de janeiro, artº. 2º, nº. 3., e Decreto-lei que aprova o Estatuto Profissional do Pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, (EPPSP), Decreto-Lei nº. 243/2015, publicado no Diário da república, 1ª. Série. nº. 204 de 19 de outubro, artº 10º. nº. 2.

¹⁵¹ Cfr. artº. 2º., nº. 3 da LOIC e art.º 55º, nº. 2 e 249, nº. 1 do CPP.

¹⁵² É um polícia possuidor de uma formação especializada ministrada na PSP que tem a duração de 690 horas divididas em cinco áreas temáticas, Área de treino físico funcional; Área técnica de segurança pessoal; Área de tiro de segurança pessoal; Área técnica de condução; Área técnica complementar. Regulamento do Curso de Segurança Pessoal.

Sonho e realidade

Na visão de (Magalhães, 2018) a atividade de segurança pessoal tem sido frequentemente romanceada (Fetzer, 1998; A. Jackson, 2003; Jones, 2000; Meter, 2010; Wharfe, 2003), (p.46) e retratada numa visão hollywoodesca envolta em ações mais ou menos arrojadas, por um protagonista, que em constantes viagens em classe executiva e estadias em hotéis de múltiplas estrelas, ao atuar, prevalece sobre tudo e sobre todos e as suas ações tem sempre com um final feliz¹⁵³. Ainda segundo o mesmo autor “Portugal não é exceção ao fenómeno e alguma comunicação social nacional concomitantemente tem contribuído para esta visão, com a produção de peças jornalísticas e títulos dignos de qualquer película da sétima arte; Os Homens do Presidente¹⁵⁴, Mãos ao Ar¹⁵⁵ e se Cavaco fosse o Alvo?” (Magalhães, 2018, p. 46) ¹⁵⁶.

A atividade de segurança pessoal na visão de O'Connor (1996) tem “no mundo real momentos altos, baixos e momentos cheios de uma rotina frustrante” (p.7) uma mesma linha de pensamento defendida por Macnamara (2012) quando afirma que a segurança pessoal não tem glamour nem é tão apelativa como se possa pensar e considera que a mesma chega a ser “*exhausting, and frustrating*” (p.5) visão secundada por Aitch (2012) quando a denomina de “*the illusion of competence*” (p.40) para todos aqueles que a apenas a veem como uma atividade excitante e classifica-a como “aborrecida, inativa, cheia de muitas horas passadas no interior de veículo automóveis, em hotéis e na via pública, fazendo assim os candidatos a esta missão ponderar a mesma como uma atividade pouco excitante” (*Ibidem*).

A Segurança Pessoal é assim segundo Magalhães (2018) e “dentro da política de segurança pública materializada pela PSP, a missão mais eminentemente focalizada e egoísta que existe [...] Focalizada sem ser elitista, porque se destina tanto ao mais alto dignitário e representante do Estado, como o mais anónimo cidadão a quem por via da ameaça a medida é aplicada. Egoísta sim pois dentro deste estrito universo, cada polícia Protetor, apenas se preocupa com o seu Protegido e mais ninguém” (pp.51-52).

Secundamos o autor quando entende que esta caracterização não viola o “espírito

¹⁵³ Para aprofundamento desta temática visualizar os filmes; *In The Line of Fire*. (1993). De Wolfgang Peterson com Clint Eastwood; *The Bodyguard*. (1993). De Mick Jackson com Kevin Costner, *Meet the Cast of Bodyguard*, Mini- série britânica. (2018). De Jed Mercurio's, realizada pela BBC com Richard Madden.

¹⁵⁴ Cfr. Jornal Independente, edição de 11 de agosto de 1989.

¹⁵⁵ Cfr. Jornal Tal & Qual, edição de 23 de março de 1989.

¹⁵⁶ Cfr. Revista Sábado, edição de 7 de fevereiro de 2008.

de uma política pública de segurança de natureza geral e abstrata, pois se o fim de qualquer política é o garantir que a sociedade se sinta segura, a segurança pessoal contribui para tal desiderato ao assegurar que os seus representantes eleitos, bem como outros cidadãos e dignitários de outros países e organizações que se deslocam a Portugal” (Magalhães, 2018, p. 52) ao serem protegidos possam exercer em pleno as funções para as quais foram eleitos.

Corroboramos ainda a definição de segurança pessoal do autor quando a caracteriza como “de natureza policial, integrada e integradora de visão multidisciplinar, desenvolvida por polícias do CSP, com duração temporária ou prolongada com o objetivo de no plano preventivo e reativo, salvaguardar a proteção dos membros dos órgãos de soberania, de altas entidades nacionais ou estrangeiras face à natureza protocolar ou outros cidadãos, na sequência da atribuição de grau de ameaça, na sua integridade física, na sua reputação e contribuir para a sua qualidade de vida, numa base compromissória entre Protetores e Protegidos” (p. 62).

Síntese capitular

No presente capítulo fizemos um enquadramento internacional sobre a temática da segurança pessoal integrando quer os Estados Unidos da América quer o nível europeu com referências ainda que breve a alguns países.

Agrupamos que os Estados assumem como sua a função da segurança pessoal aos seus dignitários sendo os serviços garantidos por forças de polícia com subordinação hierárquica ao ministério do Interior ou da Administração Interna no caso europeu e as Agências Federais nos EUA.

Comprovamos que os destinatários da segurança pessoal são os chefes de Estado, Presidentes das Assembleias da República, Assembleia Nacionais, Parlamentos ou Senados, chefes de Governo, ministros dos Negócios Estrangeiros, Defesa, Administração Interna, e Justiça bem como outros titulares de pastas ministeriais ou qualquer cidadão quando sujeito a ameaça relevante.

Identificamos no que respeita aos dignitários estrangeiros que o regime da reciprocidade na atribuição da medida é a regra fundamental sendo que a cooperação entre polícias de vários Estados é prática corrente.

No enquadramento nacional elaboramos uma resenha histórica desde o pré revolução de Abril de 1974 até à hodiernidade com a atribuição da segurança pessoal à PSP, classificando a mesma como atividade de polícia, ancorada na Constituição e na Lei,

com uma capacidade de prevenção e de reação por parte dos polícias que a executam.

Identificamos a obrigação ou faculdade na aceitação da segurança pessoal e o equilíbrio concedido ao Protegido como uma ideia central considerando que podem existir alterações no âmbito psicológico do mesmo por ver a sua vida em termos profissionais e mesmo pessoais alterados mesmo que temporariamente.

Centramo-nos nos intervenientes fazendo uma caracterização dos mesmos, dando ênfase a um *profiling* do Protegido, do Perpetrador e do Protetor, desmistificando conceitos e ideias erróneas amiúde mencionado pela comunicação social.

Caracterizamos o conceito da segurança pessoal como atividade de polícia, focalizada e egoísta ao mesmo tempo que a integramos numa visão multidisciplinar e de base compromissória.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Capítulo III - Ameaças e Riscos aos Dignitários

Tal há de ser quem quer, com o dom de Marte,
Imitar os ilustres e igualá-los:
Voar com o pensamento a toda parte,
Adivinhar perigos, e evitá-los:
Com militar engenho e subtil arte
Entender os inimigos, e enganá-los;
Crer tudo, enfim, que nunca louvarei
O Capitão que diga: "Não cuidei".
(Os Lusíadas, Camões, Canto VIII, 89)

Enquadramento concetual

Nas palavras de Fernandes (2004) a “segurança interna, enquanto atividade, não pode ser prosseguida sem inteligência ou numa perspetiva tradicional sem informações” (p.11). Estas são consideradas como um dos pilares fundamentais na segurança das sociedades a “par da prevenção, da ordem pública, da investigação criminal e da cooperação internacional” (Magalhães, 2018, p. 28).

Para os Estados, a necessidade de conhecimento que provém da inteligência, incrusta-se assim segundo Cardoso (1980) “no apoio isento e esclarecido aos Órgãos de Soberania, os quais garantem o regular funcionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição, de modo a permitir que os poderes judicial, legislativo e executivo sejam exercidos com uma profunda e oportuna previsão das dificuldades que se podem apresentar ao seu livre exercício” (p. 8).

A dicotomia inteligência / informação não reúne no entanto consenso (Agrell, 2002; Lowenthal, 2006; Warner, 2002) e ganha diferentes significados de acordo com o contexto cultural onde se insere. Numa visão mais simplista, a inteligência pode ser qualificada como informação (Kahn, 2001) ou como informação não em bruto, mas já processada (Cohen et al., 2000; Mcdowell, 2009) numa pequena parte, pois como bem refere Agrell (2002) “*when everything is intelligence - nothing is intelligence*”(p. 2) .

A definição de inteligência ou a falta dela, posiciona assim os investigadores no difícil caminho de não só a tentarem definir como explicar, ideia enraizada por Warner (2002) quando plasmava que “*without a clear idea of what intelligence is, how can we*

develop a theory to explain how it works?”(p. 15).

No âmbito da investigação debruçamo-nos na necessidade de produção de inteligência pelos Estados como um apoio à “decisão dos poderes políticos” (L. F. Fernandes, 2014, p. 82) constituindo-se assim num “instrumento imprescindível ao processo de tomada de decisão política” (Romana, 2004, p. 258) bem como na deteção precoce sobre ameaças e riscos atuais ou potenciais (Shulsky & Schmitt, 2002) que sobre os mesmos podem recair.

A abordagem que empreendemos neste capítulo, tem em termos doutrinários uma matriz que se ancora na problemática securitária das RI inserida no domínio da segurança nacional e dos Estados e que dispõe de instituições específicas de produção de inteligência (Herman, 1996).

Na nossa investigação não abordamos a produção de inteligência fora do Estado não que ela não exista em atores não estatais ou que não seja relevante, mas porque não se nos afigura necessária para a mesma.

A ausência de uma Defesa Comum

O Tratado de Paris assinado em 1951 que instituiu formalmente a Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA)¹⁵⁷ pela Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e pelos Países Baixos, tinha “como principais objetivos melhorar o nível de vida das populações e manter a paz” (M. L. Martins, 2018, p. 22). A visão de Schuman permitiu criar a primeira instituição de natureza supranacional na Europa, à qual seis anos depois o Tratado de Roma (1957) se juntou. Em ambos os documentos “assinados não muito tempo após a 2ª Guerra Mundial, foram celebrados no sentido de lograr assegurar uma institucionalização de condições jurídicas, políticas e socioeconómicas que esbatessem [ou ajudassem a esbater] o perigo de novas guerras numa Europa” (A. M. Guedes, 2003, p. 43).

Entre espaços e para os que defendiam que a Europa, ela própria tinha de se tornar um *player* em termos securitários, emergiu a França, que defendeu a criação da Comunidade Europeia de Defesa (CED). Este projeto passaria pela “formação de um Exército Europeu, que atuaria sob as ordens de um ministro Europeu da Defesa” (Laureano, 2013, p. 79) sendo a defesa garantida por um Exército integrado sob um

¹⁵⁷ Organização criada, em consequência do conflito fronteiriço entre a Alemanha Ocidental e a França, no pós segunda guerra mundial.

comando comum e subordinado à NATO no plano estratégico. Esta comunidade permitiria um rearmamento alemão que foi acolhido favoravelmente pelos EUA (M. L. Martins, 2018) e também visto com bons olhos pelo Governo britânico.

Apesar das discordâncias do Partido Comunista francês e do general De Gaulle,¹⁵⁸ bem como da oposição social-democrata alemã, o projeto de construir uma Comunidade Europeia de Defesa foi assinado em Paris em maio de 1952 e iniciado o processo de debate político entre fronteiras para ratificação dos respectivos Parlamentos. O Tratado embora aprovado pelo Parlamento alemão, belga, luxemburguês e holandês, “seria rejeitado pela Assembleia Nacional Francesa a 30 de agosto de 1954, o que resultou num determinante fracasso para o projeto de defesa europeia” (A. Martins, 2007, p. 8). O sistema político interno francês, tinha face ao contexto europeu dado o passo inicial na criação desta Comunidade por proposta do Governo, viu a Assembleia Nacional condenar o mesmo ao insucesso com a sua rejeição.

A Europa uma grande potência económica, tornou-se assim numa potência incompleta ao não dispor de capacidade militar própria exceto a garantida pelos Estados-membros a título de empréstimo. Este fracasso tornou o tema da defesa da Europa um “tabu na narrativa oficial, e foi necessário o fim da Guerra Fria para que ele retornasse à agenda europeia” (Brandão, 2015b, p. 119).

A substituição política em França do general De Gaulle “que sempre quis fechar a França a um maior federalismo ou influência exterior” (G. Gaspar, 2018, p. 55) em 1969 pelo seu sucessor George Pompidou¹⁵⁹ portador de novas ideias sobre o europeísmo, mudou o panorama da cooperação em França com as instituições europeias. A criação do grupo em 1971 com o seu nome dedicado ao combate ao tráfico e abuso de drogas ilícitas, com a cooperação dos países foi um passo decisivo.

A Pompidou sucedeu Valéry Giscard d’Estaing¹⁶⁰ que aprofundou a visão europeísta do seu predecessor “a sua visão era de cooperação em outras áreas da segurança interna europeia, além das drogas ilícitas. Foi ele que liderou o Conselho Europeu de Roma em 1975, onde se consagrou uma base de cooperação policial e de justiça, dando origem à criação do chamado Grupo Trevi” (G. Gaspar, 2018, p. 55).

A criminalidade organizada e violenta e em particular o terrorismo, que grassava por toda a Europa contribuiu para que os Estados identificassem a deficiente cooperação

¹⁵⁸ Presidente francês, cargo exercido entre 1959-1969.

¹⁵⁹ Presidente francês, cargo exercido entre 1969-1974.

¹⁶⁰ Presidente francês, cargo exercido entre 1974-1981.

existente entre eles, procurando, desta forma, uma atuação que permitisse combater estes fenómenos de forma conjunta em vez de se fecharem sobre as suas fronteiras. Este processo foi uma forma de “cooperação informal fora do Tratado de Roma e das instituições comunitárias” (Brandão, 2011, p. 45) como também já tinha sido a criação do Clube de Berna, um grupo informal que pretendia trocar informações essencialmente sobre terrorismo e subversão (Carrapiço, 2006) bem como o Grupo Kilowatt, muito centrado em questões israelitas - tendo sido impulsionado pelo atentado nos Jogos Olímpicos de 1972.

A importância que a troca de informações entre Estados-membros reclamava, esbarava frequentemente com interesses internos e não comuns assemelhando-se assim a um puzzle incompleto onde o espírito da comunidade estava longe de se fazer sentir. Assim e como bem sublinha Brandão (2011) “se os primeiros esforços no sentido de promover a cooperação no domínio da segurança interna foram impulsionados pela questão terrorista, esta deixou de ser uma prioridade nos anos 1980” (p.46).

As ameaças e informações em Portugal

De acordo com alguma da doutrina das informações dos Estados e no domínio estratégico, as mesmas assumem três dimensões; ao nível da política, da defesa e da segurança (Romana, 2004, p. 263).

Estas informações permitem identificar vulnerabilidades, prevenir e neutralizar ameaças conduzidas por agentes ou entidades contra um determinado Estado. Permitem ainda segundo Bispo (2004) um apoio à diplomacia para melhor articulação com a política externa na política económica e internacional, no apoio ao planeamento de defesa, de apoio à política de segurança interna (p.95).

Em Portugal e numa perspetiva histórica até ao 25 de Abril foi “a PIDE/DGS [era] em bom rigor, o único serviço de informações do Regime que o defendia num quadro de ameaça interna e externa” (Ângelo, 2020, p. 23). Com o fim do regime político e a extinção da PIDE e por “corresponder a uma fase imediatamente seguinte à Revolução, não se afigurou possível erguer de raiz novos órgãos, pelo que a 2ª Divisão do Secretariado-Geral da Defesa Nacional foi a alternativa encontrada para garantir a manutenção das tarefas de intelligence”(Guerreiro, 2017, p. 42). A publicação da Lei nº 3/74,¹⁶¹ num tempo de grande agitação social e política, assegurou a independência das

¹⁶¹ Que definiu a estrutura constitucional transitória que regerá a organização política do país até à entrada

Forças Armadas face à estrutura do Governo Provisório e no dia 12 de julho de 1974, assumiu a chefia da Divisão o então coronel Pedro Cardoso. A sua responsabilidade nas palavras de Ribeiro (2004) passavam por “centralizar, coordenar e estudar todas as informações, internas e externas, a nível nacional (metrópole e ultramar) e desenvolver medidas e ações de contrainformação, em ambiente revolucionário e subversivo, (...), apoiar o período de transição para a democracia, a procura de soluções políticas para a guerra na Guiné, em Angola e em Moçambique e garantir a credibilidade externa no relacionamento com os países da NATO, Espanha e Brasil” (p. 238).

Embora a consagração legal permitisse o funcionamento da Divisão, o trabalho de equipa “era mal apreciado pelos órgãos de decisão do tempo, devido ao ambiente de indisciplina, de desconfiança, de anarquia e de competição em que atuavam” (P. Cardoso, 1980, p. 191). E reforçava:

apesar de todos os esforços no sentido de se estruturar um verdadeiro Serviço de Informações constituído por pessoal instruído, devidamente organizado, centralizado, coordenando e estudando as informações internas da metrópole do ultramar, as informações externas e a contrainformação e tendo sido iniciados bons contactos com os partidos políticos e os sindicatos, não foi possível evitar a ação oportunista de diversos grupos que também desenvolviam atividades de informações, alguns com orientação partidária e às vezes sindical e com o apoio superior que tanto podia vir do Gabinete do Primeiro-ministro, da Presidência da República, do Comissão Coordenadora do MFA, do gabinete de alguns membros da [Junta de salvação Nacional] JSN, do Gabinete do [Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas] CEMGFA, ou ainda da Comissão de Descolonização, o que provocou uma situação de anarquia, entrando-se em regime de desconfiança generalizada (pp. 272–273).

Face à instabilidade criada em sequência do golpe de 11 de Março de 1975, o Partido Comunista Português (PCP) e os outros partidos de extrema-esquerda, encetaram uma tomada de posição contra uma parte do setor militar. “Foi então decretada revolucionariamente a extinção da 2ª. Divisão” (R. Pinto, 2004, p. 483).

Em sua substituição a 23 de março de 1975 foi criado o Serviço Diretor e Coordenador da Informação (SDCI) na dependência do Conselho da Revolução (CR) que englobaria assim a extinta Divisão. A existência deste novo serviço de informações foi curta - seis meses - após a sua criação foi desmantelado após o 25 de Novembro pelo brigadeiro Renato Pinto que reativou a 2ª. Divisão de Informações, adotando a denominação DINFO. Ainda assim e durante meses “verificou-se um vazio dos SI em Portugal, ou melhor o país viveu, sob uma barafunda de notícias” (Serra, 1998, p. 33).

em vigor da nova Constituição Política da República Portuguesa. Publicada no Diário do Governo, 1ª. Série, nº. 112, de 14 de maio.

Os tempos eram de mudanças constantes e urgia uma reorganização dos SI. Nesta senda Ramalho Eanes, Presidente da República, solicitou ao brigadeiro Pedro Cardoso que “estudasse a legislação e a organização de um serviço de informações civil de coordenação e centralização, a nível nacional” (P. B. Graça, 2009, p. 31). Em maio de 1977, três anos depois da revolução de abril de 74, foi constituído um grupo de trabalho que até ao mês de abril do ano seguinte preparou dezanove versões dum projeto para o chamado Serviço de Informações da República (SIR) que deveria ser o único serviço civil, coexistindo com a DINFO. Nenhuma das versões foi aprovada. Nas palavras de Monteiro (2004) o grupo realizou “um trabalho importante, mas não houve vontade política para aceitar o desgaste da promulgação da legislação adequada” (p.460).

No domínio das informações “civis permanecia o vazio, facto a que não eram estranhos os estigmas herdados do antigo regime político” (*Ibidem*). No rumo a uma consolidação democrática no país “não havia, pois, condições subjetivas favoráveis à criação dos serviços de informações civis adequados à defesa de um Estado de direito, à semelhança do que sucedia nos demais países de regime democrático (*Ibidem*).

Sem SI civis, os relatórios dos serviços militares eram a única fonte de inteligência há época e retratavam a sociedade num constante sobressalto não só cívico, mas também militar e securitário. Nas unidades militares a “distribuição de panfletos convidando soldados e marinheiros a formarem piquetes de vigilância e exigindo o saneamento imediato de oficiais e sargentos reacionários”(Jesus, 2013, p. 32) acontecia frequentemente, enquanto outros “panfletos de extrema-direita também eram distribuídos em outras unidades militares bem como utilizado o nome das Forças Armadas em telefonemas anónimos a alguma população para a efetivação de roubos (*Ibidem*. p. 63).

A circulação de armas e de matérias explosivas em território nacional era perfeitamente vulgar. Num Relatório de Informação nº. 25 no período de 9 e 10 de dezembro de 1974, da 2ª. Repartição Estado Maior do Exército (EME) relatava terem “entrado por Vilar Formoso quatro camiões de explosivos e refere o desembarque em Cádiz de 15 toneladas de dinamite”(*Ibidem*, p. 61). Um outro relatório com a mesma origem revelava que “foram roubados das minas de Aljustrel 40 kg de explosivos. Procedeu-se a averiguações embora a população local atribua a operação a indivíduos afetos ao PCP “ (*Ibidem*, p. 45).

Na sociedade civil tanto eram os despedimentos, como as ocupações de fábricas, de casas em construção, de casas de emigrantes bem como a violência que grassava desde a rua às escolas com incidentes em Lisboa no Liceu Pedro Nunes considerados como

graves entre grupos armados (*Ibidem*, p. 176), a incêndios no Liceu Garcia da Horta no Porto, acompanhados de assaltos e ameaças telefônicas em todo o país criando pânico (*Ibidem*, p. 181).

Concomitantemente a todos estes atos, a sociedade, teve de assimilar uma outra ameaça interna preconizada por movimentos de extrema-direita; o Exército de Libertação de Portugal (ELP)¹⁶² e o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP)¹⁶³ alegadamente dirigido por apoiantes do general Spínola (Ângelo, 2020; Maxwell, 1995) que combatiam o crescendo da influência comunista no território. Mais grave se tornou o desequilíbrio político e social que decorreu da instabilidade provocada pelo fato desses movimentos terem começado “a atrair alguns grupos terroristas estrangeiros que atuavam na Europa, Médio Oriente e Norte de África” (*Ibidem*)¹⁶⁴.

Face aos acontecimentos violentos que grassavam na sociedade nacional, esta “perturbou-se com a passividade das autoridades apesar das frequentes reuniões (...) e mesmo que o Governo presidido pelo Dr. Mário Soares beneficiasse do apoio de uma confortável maioria parlamentar resultante da coligação PS e PSD, Bloco Central” (R. L. Monteiro, 2004, p. 461) apenas nessa altura - no fim dos atentados, que servem de base aos estudos de caso - o ministro da Administração Interna Eduardo Pereira “começou por solicitar às Forças e Serviços de Segurança em relatório circunstanciado sobre a atividade terrorista em Portugal, após a revolução do 25 de Abril, e perspectivas quanto à sua possível evolução” (*Ibidem*. p. 462). E foram esses acontecimentos violentos na visão de Anjos (2014), o “mote para o despertar novamente da questão da premente necessidade de existir um sistema de informações em Portugal que funcionasse no sentido da prevenção e que fosse dotado de capacidade para tratar e produzir informações, de tal forma que pudesse antecipar cenários” (p.22).

O resultado deste esperar para ver foi que em Portugal apenas em 1984 a proposta de Lei do IX Governo Constitucional, o Sistema de Informações da República (SIRP) viu a sua consagração legal.

O país tinha desperdiçado muito tempo com avanços e recuos numa área vital para a segurança e afirmação do novo regime político. A necessidade da criação de um serviço de informações desde os primeiros dias pós revolução tinha-se tornado premente sublinhado nas palavras de Milhazes (2013) o Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti

¹⁶² Informação densificada no capítulo IV, da presente investigação.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ Informação densificada nos capítulos V, VI da presente investigação.

(KGB)“apressou-se a enviar vários agentes sob a capa de jornalistas para Portugal”(p.32), ideia partilhada por Ângelo (2020) quando afirma a “espionagem começava a grassar em Portugal, com os soviéticos bastante ativos na exploração das fragilidades que a jovem democracia apresentava depois de décadas de ditadura” (*Ibidem.* p.112). Ainda segundo o mesmo autor (2020, p. 266) “mesmo que o argumento fosse que em Portugal nada havia de interessante para os serviços secretos hostis, o nosso país possuía os mesmos documentos secretos que os restantes países da NATO”. Exemplo paradigmático foi o desaparecimento de uma quantidade - não calculada - de material que constituía parte dos arquivos da PIDE/DGS.

Numa reportagem concedida a Castanheira (2016)¹⁶⁵ José Aparício, ex. comandante da PSP de Lisboa, relatou que em pleno Verão Quente, data não precisa, mas num dia em que o CR estava reunido, um grupo de marinheiros transportando uma série de caixas trazidas da Rua António Maria Cardoso, sede da PIDE/DGS, carregaram dois camiões, que se dirigiram para o aeródromo militar de Figo Maduro, contíguo ao aeroporto da Portela. A referida mercadoria foi transferida para um avião da Aeroflot, a companhia de aviação da antiga União Soviética. Face ao sucedido José Aparício fez um Relatório de Informações com a classificação de Imediato a relatar o sucedido “o relatório foi enviado para o Comando-Geral da PSP e decerto que também para o [Comando do Continente] (COPCON). Além disso [e ainda em palavras suas, falou] no caso a vários camaradas de armas, incluindo alguns amigos seus que pertenciam ao CR. [Lembra-se] de também ter falado ao general Galvão de Melo, porque tinha sido o primeiro responsável da Junta de Salvação Nacional pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS. Mas ninguém ligou nada a isto” (*Ibidem*).

No domínio da criação de um serviço de informações civis, o legislador nacional, ficou preso a vários traumas a vencer, trauma psicológico, trauma histórico e político.

As ameaças; conceitos, elementos e perceções

A ameaça e parafraseando Couto (1998) é entendida como a força ou acontecimento que pode degradar o potencial existente ou alterar um determinado *status*

¹⁶⁵ Cfr. Castanheira, José (2016). Jornal Expresso, versão *on line*, de 16 de abril. O Mistério dos Camiões do São Carlos. Disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2016-04-16-O-misterio-dos-camioes-do-Sao-Carlos>. Acedido em 1 de maio de 2024.

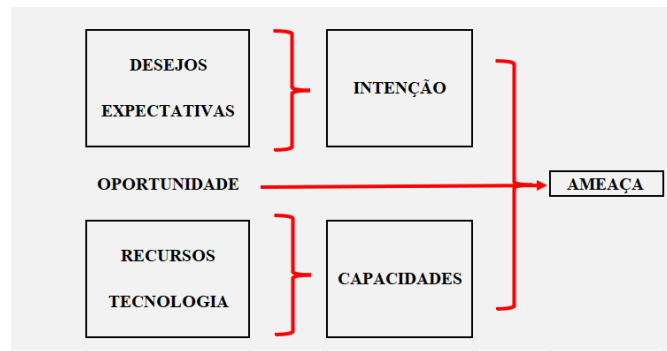
quo. Fernandes (2014), segundo Magalhães (2018) “estabelece em complemento um enquadramento situacional, dado que essa - ameaça - não permanece indefinidamente” (p.19). “A ameaça existe num determinado quadro situacional” (L. F. Fernandes, 2014, p. 18) e consagra uma relação antagónica que se corporiza quando pelo menos um adversário tem a intenção de “alterar o *status quo* a seu favor dispondo de poder para aplicar alguma forma de coação sobre o outro” (*Ibidem*). Mas “as ameaças para se tornarem credíveis não se podem limitar às intenções - que só por si são de natureza subjetiva, de difícil objetivação e dependentes de múltiplos fatores” (Magalhães, 2018, p. 29) . As intenções estão relacionadas com as motivações e com os valores em jogo num determinado quadro conflitual, elas, têm de ser acompanhadas pelas possibilidades de materialização - estas entendidas como manifestações materiais dos recursos e tecnologia disponível (Fernandes, 2014). Atente-se neste domínio às declarações de Matthew Doherty, ex. Agente dos USSS (2015) encarregue do National Threat Assessment Center que são perentórias, a” diferença entre os que fazem as ameaças e aqueles que as podem materializar é o que interessa”¹⁶⁶ uma pessoa ou uma organização apenas representam uma ameaça quando têm a capacidade de impor um dano no alvo (H. H. Willis, 2006). No âmbito da nossa investigação, vamos enumerar alguns dos atentados ocorridos durante o escopo temporal investigatório e assinalar que no tocante aos meios de ataque, proliferaram as armas de fogo e a utilização de explosivos.

Mas as ameaças assentam ainda em outro fator, a oportunidade, esta, vista por Torres (2015) como a “confluência de elementos de diversa natureza que asseguram minimamente a prossecução dos seus objetivos tendo por base um objetivo estratégico” (p. 28). Uma qualquer oportunidade que pode potenciar um ato violento e inesperado de um individuo ou de um grupo, sem aviso prévio, apoio ou instrução exterior e que com um *modus operandi* vulgar atinja os seus intentos (Torres, 2018).

No quadro infra representamos de forma esquemática, os elementos constitutivos da ameaça.

¹⁶⁶ Cfr. Matthew, Doherty. (2015), ob.cit., (p.61), (15m16s).

Figura 2 Elementos constitutivos da ameaça



Fonte: Adaptado de Torres (2015)

Em território nacional, o organismo competente para a produção de informações de forma a cumprir tal desiderato é o Serviço de Informações de Segurança (SIS) tendo-lhe o legislador atribuído a exclusividade em tal matéria ao consagrá-lo como o único organismo incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna¹⁶⁷. É assim ao SIS que compete no âmbito da nossa investigação, “determinar o grau de ameaça que impende sobre os Protegidos” (Magalhães, 2018, p. 29) em território nacional. Esse “grau pode ser representado com o recurso a escalas comum e padronizadas como a que o Conselho da EU¹⁶⁸ recomenda de avaliação para as personalidades oficiais em visita à União Europeia. Recomendação essa acolhida por Portugal, numa escala simples e prática com recursos a números e ou letras” (Magalhães, 2018, pp. 29–30).

Na tabela seguinte representamos de forma esquemática os graus conferidos aos Protegidos. A mesma é composta por três colunas. Na que refere grau, significa a relevância do mesmo em termos de ameaça, i.e., o mais elevado é o grau 1, sendo o mais reduzido o grau 5. Na coluna da identificação faz-se a valoração dos mesmos sendo o mais gravoso o imediato e o menos gravoso o reduzido. Na classificação faz-se a fundamentação dos graus. A letra Z prende-se com a iminência de um ataque de qualquer natureza e pode ser aplicada subsidiariamente a qualquer grau atribuído.

¹⁶⁷ Cfr. Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, que aprovou a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, com sucessivas alterações sendo a mais atual a conferida pelo Decreto-lei n.º 133/2023 de 28 de dezembro. Publicado no Diário da República 1.ª Série n.º. 249.

¹⁶⁸ Cfr. Recomendação do Conselho (2001/C 356/01) de 6 de dezembro de 2001. Publicada no Jornal das Comunidades n.º. OJ C 356, 14.12.2001,(pp. 1–2).

Tabela 5 Grau de ameaças das entidades

Grau	Identificação	Classificação
1	Imediato	Informações específicas revelando a iminência de um ataque ao VIP especificado.
2	Elevado	Informações específicas ou atividades terroristas recentes indicando que o VIP poderá constituir um alvo de primeira prioridade para um grupo terrorista.
3	Significativo	Informações genéricas recentes cujo contexto político ou de segurança indique que o VIP poderá constituir um alvo prioritário para um grupo terrorista.
4	Moderado	Não há informações específicas ou genéricas de uma ameaça especial existindo, contudo, uma ameaça potencial, tendo em conta os fatores associados ao VIP ou ao país que representa.
5	Reduzido	Não há elementos que justifiquem a previsão de um ato terrorista.
Z	(zulu)	Poderá ser utilizada para assinalar a existência de uma ameaça real de atos hostis contra o VIP sem pôr em causa a sua vida (lançamento de objetos, empurrões, etc.)

Fonte: Adaptado do Conselho da UE

Esta tabela, - “escala padronizada - permite-nos assim saber qual a ameaça que impende num determinado momento sobre o nosso Protegido e apenas isso nada mais”(Magalhães, 2018, p. 30). Não está assim isenta de crítica como refere Torres (2015) “ao centrar-se apenas no alvo, a mesma ignora as componentes capacidades e intenções do adversário” (p.36). Não “nos dá informação complementar que consideramos essencial para podermos ter um quadro situacional mais global” (Magalhães, 2018, p. 30) , falamos designadamente no conceito de vulnerabilidade (s), conceito identificado ou assumido como fraqueza de quem tem por missão proteger. Willis (2005) define-as como “a manifestação de estados físico, técnico, organizacional, cultural que podem resultar em danos se atacados por um inimigo ou adversário” (p.7) enquanto Magalhães (2018) por outro lado classifica-as como “fragilidades nossas que se exploradas por quem tem as intenções e as capacidades, potenciam fatores de risco acrescidos para os nossos ativos. Estas nossas fraquezas podem agrupar-se grosso modo em vulnerabilidades da natureza física, tecnológica ou operacional” (p.32).

No âmbito da nossa investigação entendemos necessário circunscrever as vulnerabilidades conectadas com a atividade da segurança pessoal e previamente identificadas devendo as mesmas ser avaliadas em termos de número, grau de dificuldade em serem exploradas e eficácia das contra medidas de mitigação (Torres, 2015).

Ancoremo-nos assim numa perspetiva histórica nacional sobre o tema.

Nos primeiros anos do século XX, em regime monárquico em Portugal, as

ameaças dirigidas ao Rei D. Carlos I eram constantes¹⁶⁹ (Neves & Gonçalves, 2007). A assinatura do Decreto régio que permitiu ao Governo do “Primeiro-ministro João Franco desencadear ações violentas sobre quem ousasse contra a política e ou o regime vigente terá contribuído para tal epílogo” (Magalhães, 2018, p. 41), “D. Carlos teria dito que, ao assinar o nome naquele Decreto, estava a assinar a sua sentença de morte” (Samara & Tavares, 2008, p. 52). Em Magalhães (2018) questiona-se “face ao estado de exaltação que se vivia em Lisboa na altura o porquê da escolha de um landau¹⁷⁰ em detrimento de uma carruagem fechada ou mesmo de um automóvel para realizar a viagem entre o Terreiro do Paço e Palácio das Necessidades?” (p.41). E arguiu o mesmo autor, terá sido este um erro do Rei?”¹⁷¹.

Um segundo momento a ter em consideração nesta temática ocorreu dez anos após o Regicídio, já em regime republicano. No dia 14 de dezembro de 1918, o Presidente da República, Sidónio Pais dirigiu-se para a estação de comboios do Rossio no intuito de deslocar-se para a cidade do Porto. Nesse fatídico dia e nas palavras de Telo (2011) “O Presidente por volta da meia-noite tinha chegado à estação dos comboios, mesmo alertado para os perigos que corria, não hesita e decidiu viajar. Na estação de comboios do Rossio. José Júlio da Costa empurrou dois polícias que ali se encontravam e disparou dois tiros no peito do Presidente que chegou sem vida ao hospital de S. José” (p.65). Esta morte ocorreu poucos dias após uma tentativa falhada contra o mesmo, que quase lhe custou a vida, quando um jovem de dezoito anos lhe apontou uma pistola ao peito e pressionou três vezes o gatilho. Em Magalhães (2018) questiona-se novamente se os avisos de Solari Alegro de que havia atentados preparados contra si na deslocação à cidade do Porto porque não foram atendidos? Terá o Presidente subestimado as ameaças que lhe eram dirigidas como uma década antes D. Carlos I o terá feito? (p.42). Especulação académica na nossa parte, mas que consideramos pertinente arguir.

¹⁶⁹ A título ilustrativo mencionamos excertos do “manifesto dos estudantes republicanos ao país, de 4 de dezembro de 1906. (...) Nós queremos e esperamos, como castigo de criminosos autênticos e como necessidade de desenvolvimento, de progresso, de grandeza moral do nosso povo, que o Sr. D. Carlos seja o último ladrão da dinastia de Bragança” (...).Cfr. Magalhães. (2018), ob.cit., (p.41).

¹⁷⁰ “Carruagem de quatro rodas, que tem no interior dois bancos frente a frente, dispostos paralelamente aos eixos e cuja capota se pode baixar” Cfr. Magalhães. (2018), ob.cit., (p.41).

¹⁷¹ Por ordem de Sua Majestade é que a família real vai em carruagem aberta - Alfredo Augusto José de Albuquerque, foi membro da Guarda Real da Rainha D. Amélia, estribeiro-mor da Casa Real, comandante do Regimento de Lanceiros n.º 2, antigo Regimento de Cavalaria Lanceiros 2, D’EL Rei. Primeiro diretor do Museu Nacional dos Coches, serviu como coronel às ordens do rei D. Carlos I e foi coronel honorário do rei D. Manuel II Cfr. Magalhães. (2018), ob.cit., (p.41).

Um terceiro indicador a ter em consideração nesta temática prende-se com o ex. diretor dos serviços prisionais, Gaspar Castelo Branco que no dia 15 de fevereiro de 1986, mesmo com a medida de segurança pessoal aplicada - face às ameaças que tinha sido alvo - e depois de ter dispensado a mesma, o que era habitual fazer, “saiu sozinho de casa para ir fazer compras. Foi abatido numa rua da zona da Lapa em Lisboa onde vivia” (Magalhães, 2018, p. 44).

Dos três registos supra, resulta uma eventual perceção errónea da ameaça por parte do Protegido ou uma subavaliação da mesma. O que fato é que o resultado foi simétrico, o titular de um cargo público morto com uma arma de fogo. A autoridade do Estado posta em causa por via da violência.

Na hodiernidade “os relatórios técnicos que avaliam a ameaça e o risco sobre os Protegidos, são ferramentas essenciais para a afetação de meios humanos e materiais” (Magalhães, 2018, p. 38) à missão. Mas de que forma é que os Protegidos, mesmo tendo conhecimento desses instrumentos, percecionam as ameaças que recaíam sobre si? Entendemos assim como adequado e oportuno basearmo-nos em Magalhães (2018) quando endereçou a seguinte questão a Protegidos, e a ex. Protegidos nacionais.

Questão nº. 2 – “Em algum momento sentiu que poderia ser alvo de uma atitude hostil ou mesmo alvo de um atentado”?¹⁷²

Na entrevista a Passos Coelho o mesmo “afirmou que nunca se sentiu como alvo de um atentado apesar de ter governado num período difícil” (p.111). Quem também nunca se sentiu como alvo de um eventual atentado foi Constança de Sousa¹⁷³ ao afirmar de forma perentória que não! Que,” apesar de ter sido aconselhada a reforçar a sua segurança, nunca achou tal necessário” (p.113). Na mesma linha, António Guterres rejeitou liminarmente a ideia¹⁷⁴. Ramalho Eanes,¹⁷⁵ considerou que em relação ao fato de poder ter sido vítima de um atentado pelas funções que desempenhou e no tempo de perturbação em que as exerceu - especialmente no primeiro mandato - admitiu como possível qualquer manifestação hostil, ou mesmo de um eventual atentado (pp.118-119), visão também secundada por Cavaco Silva¹⁷⁶, quando se referiu aos seus períodos de

¹⁷² Cfr. Magalhães. (2018), ob.cit., (p.111).

¹⁷³ *Ibidem.* (p.113).

¹⁷⁴ *Ibidem.* (p.115).

¹⁷⁵ *Ibidem.* (pp.118-119).

¹⁷⁶ *Ibidem.* (pp.121-122).

governança (pp.121-122).

Risco e impactos para os Protegidos

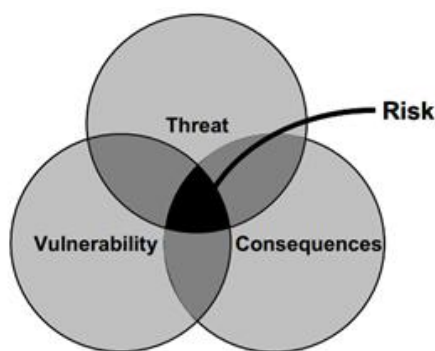
Na atividade de Polícia para a proteção de dirigentes e “face a múltiplos alvos potenciais e a recursos cada vez mais limitados, a mera determinação do grau de ameaça não é suficiente” (L. F. Fernandes, 2014, p. 21). Assume assim hoje a necessidade de adicionarmos mais uma variável à equação, falamos do risco (Aven, 2003; Giddens, 2002; Lupton, 2006). Verificamos que “a literatura sobre o risco indica que se trata de um conceito aberto a múltiplas definições e campos de aplicação” (L. F. Fernandes, 2023, p. 133) mas omnipresente nas sociedades modernas onde nas palavras do sociólogo britânico Giddens (2002) “estar vivo já é por definição uma empresa arriscada, mas a aceitação do risco é também um dos requisitos da excitação e da aventura” (p.33).

No domínio da segurança e na visão de L.F. Fernandes (2023) “o risco é a função da ameaça, das vulnerabilidades e das consequências da materialização da ameaça sobre um determinado alvo” (p.135). Willis (2006) por seu lado classifica-o como “*the anticipated consequences over some period of time to a defined set of targets, resulting from a defined set of threats*”(p.11) explorando uma (s) vulnerabilidade (s) do sistema e tendo como “resultado um determinado impacto num ativo crítico, uma entidade, instituição ou nação” (Torres, 2015, p. 7). O risco pode assim ser definido como o resultado das ameaças vs. as vulnerabilidades e as consequências, identificadas estas como” *the magnitude and type of damage resulting from successful terrorist attacks*” (H. Willis et al., 2005, p. 7).

Tendo presente a “impossibilidade da eliminação completa do risco” (L. F. Fernandes, 2014, p. 23) nas sociedades modernas torna-se assim necessário estabelecer o nível aceitável (H. H. Willis, 2006). Dias (2017) denomina-o de risco residual, ou permitido, aquele que aceitamos “mas que não põe a sociedade, em princípio, em perigo intolerável e irreversível. Os riscos não permitidos são aqueles que merecem uma acção pública no sentido da sua prevenção, redução ou eliminação” (p. 372).

A tabela infra, possibilita uma identificação dos elementos constitutivos do risco, bem como a área de interceção do mesmo. Assim encontramos a ameaça aferida em graus que foi identificada, adicionamos as vulnerabilidades que o Protegido apresenta que podem ser de natureza física, tecnológica ou operacional e adicionamos as consequências para o ativo, neste domínio, para o Protegido. A intersecção dos três anéis indica-nos o nível de risco.

Figura 3 Interseção do risco nas ameaças, vulnerabilidades e consequências



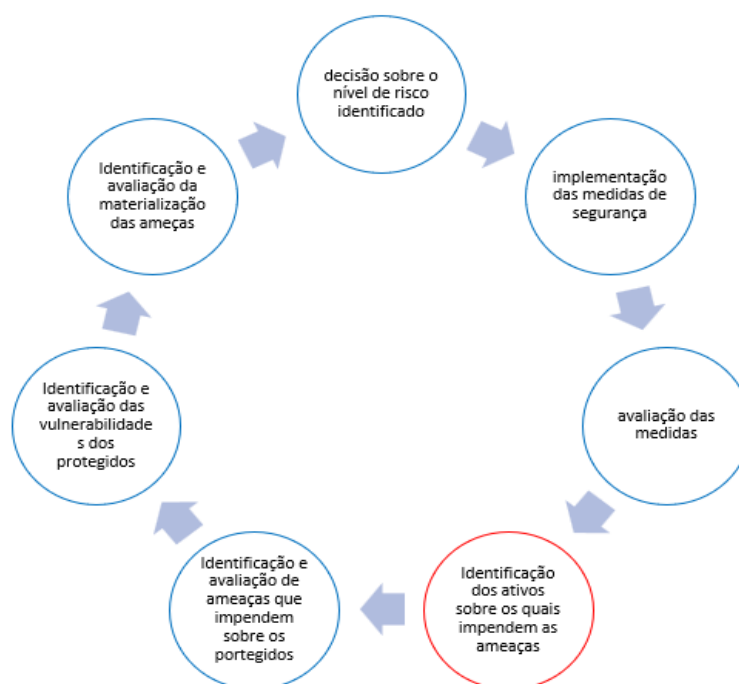
Fonte Retirado de Willis, (2005)

A PSP como entidade produtora de inteligência (L. F. Fernandes, 2014; Torres, 2015) “adotou assim a chamada gestão do risco como ferramenta de trabalho de apoio à sua atividade seja ela de natureza estratégica, operacional ou tática, introduzindo assim nos seus planos operacionais muito mais que a mera determinação do grau de ameaça” (Magalhães, 2018, p. 35) do Protegido elaborada pelo SIS.

A “gestão do risco na atividade policial, como processo analítico e sistemático, incorpora assim não só o grau de ameaça, das intenções e das capacidades, como leva em linha de conta as vulnerabilidades existentes”(Magalhães, 2018, p. 35) e as consequências da materialização da ação.

O processo de avaliação, análise e resposta ao risco é assim composto pelas seguintes frases iniciando-se (esquemáticamente representado) pelo assinalado a círculo vermelho (infra) onde se identificam os ativos sobre os quais impende a ameaça. No nosso caso específico da investigação, o Protegido. O passo seguinte é identificar e avaliar as ameaças que impedem sobre o mesmo bem com a avaliação das vulnerabilidades de que padece. O ponto seguinte é a classificação dos impactos face à materialização das ameaças e a decisão sobre o nível de risco identificado. Terminado esta fase de avaliação é iniciado a fase de implantação das medidas de segurança adequadas e a sua avaliação periódica, reiniciando-se o ciclo em contínuo.

Figura 4 Processo de avaliação de análise e resposta ao risco



Fonte: Adaptado de L.F Fernandes (2023)

O “impacto resultante de uma ação contra um Protegido, é da maior importância, embora nem sempre seja possível qualificar/quantificar a perda de uma vida humana a reputação ou credibilidade de um dignitário, tanto mais que questões políticas e de relacionamento entre Estados não devem ser esquecidas” (Magalhães, 2018, p. 104). Entendemos assim como adequado e oportuno recorrermos novamente a Magalhães (2018) quando endereçou a essa questão a diversos Protegidos nacionais.

Questão nº. 3 - Numa visão integrada (social, política e economicamente) qual seria o impacto para o Estado, do desaparecimento de um alto dignitário nacional como resultado de uma ação hostil?¹⁷⁷

Na entrevista a Passos Coelho¹⁷⁸ o mesmo afirmou não saber qual o impacto. Relembrou o facto de o ex. Primeiro-ministro Sá Carneiro ter sido vítima de um atentado, eventualmente destinado ao ministro da Defesa de então o Eng. Adelino Amaro da Costa. Arguiu ainda como seria Portugal hoje se ele - Sá Carneiro - tivesse continuado como chefe do Governo? Ninguém sabe concluiu. Constança de Sousa¹⁷⁹ afirmou de forma

¹⁷⁷ Cfr. Magalhães. (2018), ob.cit., (p.111).

¹⁷⁸ *Ibidem*.

¹⁷⁹ *Ibidem*. (p.113).

perentória “que seria enorme” (p.113). A mesma linha defendida por António Guterres¹⁸⁰ que afirmou “seria muito grave para o País, considerando agora o fato de estarmos tão bem cotados ao nível da segurança em termos internacionais” (p.115). Ramalho Eanes¹⁸¹ considerou que “uma tal situação dessas teria uma influência negativa na confiança internacional no País, e afetaria, pelo menos temporariamente o investimento externo” (p.119). Finalmente para Cavaco Silva¹⁸² essa situação “seria um choque muito, muito forte. E que difundiria na sociedade portuguesa um sentimento de insegurança. Portugal é visto como um país seguro, o impacto político e social seria muito forte porque abalava um dos pilares em que assenta a vida normal dos países. Somos um país seguro. Seria um choque muito violento” (p.122).

Do exposto infere-se que na visão destes Protegidos embora destinatários em momentos e épocas distintas da medida de segurança pessoal na realidade nacional, perceberam o impacto que uma ação dessa natureza sobre a sua pessoa poderia acarretar para o país. Considerando que “não há o chamado risco zero, tendo em conta que é impossível prever todos os cenários de ameaça, elencar todas as vulnerabilidades suscetíveis de serem exploradas” (Torres, 2018, p. 20) a estratégia da gestão do risco passará assim por equacionar algumas atitudes na sua abordagem.

A primeira é a simples assunção do mesmo (L. F. Fernandes, 2014; Torres, 2015; H. Willis et al., 2005) há a consciência do risco, assume-se o mesmo e continua-se a operar podendo-se implementar medidas suaves e discretas da sua mitigação. Na atividade da segurança pessoal a um Protegido é o violar de toda a doutrina protetiva que existe aguardando-se como refere (Magalhães, 2018, p. 45) “pela intervenção de uma entidade superior” possa fazer o nosso trabalho. Uma linha também arguida por Torres (2018) quando refere que “o nosso país parece gozar da garantia quase divina” (p.18) - eventualmente de Nossa Senhora de Fátima - de que, apesar de termos de estar atentos e ir fazendo algo por isso nada de relevante ocorrerá no futuro. É claro que isto nada mais é do que um *wishful thinking* de que o passado não volte a repetir-se (*Ibidem*).

Uma segunda estratégia passa por transferir o risco, partilhando o mesmo com outras organizações. Se no domínio da atividade privada a transferência de risco eventual para companhias de seguros se nos afigura normal, no domínio da nossa investigação tal é irrealista. Não há transferência de risco na proteção de dignitários estrangeiros em

¹⁸⁰ Cfr. Magalhães. (2018), ob.cit., (p.115).

¹⁸¹ *Ibidem*. (pp.119-120).

¹⁸² *Ibidem*. (p.122).

Portugal. É o Estado por intermédio das suas polícias a quem compete exclusivamente assegurar tal.

A limitação do risco é outra das opções que embora não eliminem o mesmo, reduzem-no para níveis aceitáveis.

Por fim a abordagem mais exigente, a eliminação do risco, envidando “esforços sistemáticos e contínuos para o reduzir ao mínimo possível” (Torres, 2015, p. 72). É o patamar mais desejado neste tipo de missão de Polícia dado que é o que melhor condição de segurança possibilita, mas é também o mais difícil de conseguir.

Independentemente da noção do risco e como bem sublinha Giddens (2002, p. 32) “a mesma é inseparável das ideias a considerar de probabilidade e de incerteza” ora, em Torres (2015) considera-se que no “domínio das possibilidades algo só é possível ou impossível de acontecer, isto é, varia entre os extremos de uma escala de 0 a 100, enquanto as probabilidades encontram-se situadas entre os 0% e os 100% da mesma escala” (p.34) e é essa probabilidade que deve ser aferida.

Quanto à incerteza como conceito, infra tecemos breves comentários.

A incerteza e a cenarização

A diferença entre a noção de risco e de incerteza reside no grau desta integrado na equação. Se no risco a incerteza pode ser identificada pela probabilidade em percentagem de ocorrência, até porque incorpora o grau de ameaça atribuído “quando se gere a incerteza, em sentido restrito, atuamos num contexto de puro desconhecimento da ameaça, em que nem sequer é possível aferir os fatores de aleatoriedade que determinam o resultado final”(Torres, 2018, p. 24).

Na gestão da incerteza, a previsão de cenarizações obedece a critérios muito mais genéricos e abrangentes, o que exige mais flexibilidade mental dos polícias. Os cenários são, nas palavras de Carvalho (2016) definidos como “narrativas estruturadas representativas de futuros possíveis, descrevendo sequências plausíveis de acontecimentos relativos a hipóteses de evolução de uma situação de origem a uma situação futura” (p.16).

Não se trata assim de adivinhar o futuro, mas sim de equacionar quais os cenários mais prováveis de se materializarem face um enquadramento criado em termos de ameaça, risco, vulnerabilidades e impactos.

No âmbito da atividade da segurança pessoal, a construção dos mesmos assume um papel fundamental dado que possibilita que o enfoque securitário seja direcionado

para os mesmos nomeadamente no domínio da formação a montante.

A inteligência Policial no pós 25 de Abril

No período pós-revolução e na visão de Medeiros (2001) “o diploma que merece destaque neste domínio é o Estatuto da PSP aprovado pelo Decreto-lei nº. 151/85 de 9 de maio. Talvez dada a curta distancia temporal em relação ao 25 de Abril de 1974, a estrutura de informações da PSP não conhece qualquer evolução. A comprová-lo está a manutenção, em termos basicamente semelhantes, da disposição dos órgãos da estrutura policial por referência ao diploma de 1962”¹⁸³(p.47) e “que foi primeiro da história da PSP a introduzir na sua estrutura orgânica um departamento responsável pela área das informações” (Medeiros, 2001, p. 46).

Na década de noventa do século XX, com a aprovação do Decreto-lei 321/94 de 29 de dezembro, com uma vigência curta, (apenas 5 anos), continuou o legislador a ser omissivo na criação / previsão de qualquer “departamento autónomo ou sequer faz alguma referência no domínio das informações”(Medeiros, 2001, p. 48). Será apenas a Lei nº 5/99 de 27 de janeiro a estabelecer a estrutura das Informações no seio da PSP, integrando o departamento numa área mais vasta, as operações e segurança.

A atividade de polícia nas palavras de Fernandes (2014) “sempre repousou na utilização das informações e do conhecimento que os elementos policiais tinham” (p.158) pois é a “inteligência policial que melhor suporta o peso da decisão dos decisores policiais ao nível estratégico, bem como dos operacionais a atuar no terreno” (*Ibidem*). É essa inteligência que ao identificar e avaliar os níveis de risco e com os correspondentes cenários de ocorrência - definidos por Carvalho (2016) e baseados em modelos, assessora e potencia que a tomada de decisão dos comandantes no teatro de operações seja feita de forma científica em detrimento de processos de adivinhação ou de palpites e permite que o enfoque seja assim feito em riscos potenciais e realistas em detrimento do chavão protegê-lo de tudo e de todos, permitindo aos polícias optar pela escolha das medidas e contramedidas policiais (Torres, 2018).

A inteligência existe assim para evitar “a surpresa e assegura a capacidade de decisão e iniciativa, garantindo a identificação e a compreensão dos elementos essenciais que caracterizam uma determinada situação” (L. F. Fernandes, 2014, p. 159).

Após o 25 de Abril e como já mencionamos as opções do legislador que

¹⁸³ Cfr. Decreto-lei nº. 44447 de 4 de julho de 1962.

direcionou as suas prioridades para outras áreas não permitiram a criação de raiz de um sistema de informações que servisse os serviços da República da raiz. Os receios com a criação de serviços de informações por parte do Estado são bem expressos nas palavras de Reis & Silva (2007):

Os principais alvos da atuação de tais polícias foram os opositores e dissidentes do Estado Novo. Da História recente retira-se que muitos desses visados se tornaram figuras de relevo da cena política nacional no pós 25 de Abril de 1974. Não é por isso de estranhar que a experiência dessa classe política emergente, a par da ânsia de liberdade total do povo, tenha influenciado a não elevação a prioridade da nova ordem a estruturação de novos serviços de informações. Seria o circunstancialismo nacional e internacional com reflexos internos, depois do 25 de Abril, a impor de modo incisivo e irreversível a necessidade de entidades com poderes de atuação a montante dos das polícias e dos Tribunais. Foi o que sucedeu na sequência da atividade da “Rede Bombista do Norte” e das “Forças Populares 25 de Abril”, bem como da atuação de grupos terroristas estrangeiros em território nacional, como a ocorrida em 1982 quando o Exército Revolucionário Arménio (ARA) assassinou um diplomata turco em Lisboa ou em 1983, ano em que a Organização Terrorista de Abu Nidal, sediada na Líbia, matou em Montechoro o representante da Organização para a Libertação da Palestina, Issam Sartawi, durante uma reunião da Internacional Socialista (p.1258).

Durante todo esse tempo os dignitários estrangeiros que se deslocaram a território nacional e aos quais foi atribuída a medida de segurança pessoal foram protegidos por dispositivos policiais baseados em conhecimentos empíricos dos polícias mais experientes.

Numa questão endereçada em entrevista (anexo 7) a Borges de Azevedo, subintendente reformado da PSP e que esteve presente em dois dos quatros atentados da investigação, sobre que tipo de relatório de informações recebiam para prepararem as missões de segurança pessoal, foi perentório a responder; “Não recebíamos qualquer tipo de informações para preparar os serviços. Nós trabalhávamos muito às cegas e era muito por carolice. Ninguém estava mentalizado para isto” (p.299).

A esses polícias, faltou-lhes a base da preparação dos serviços de segurança pessoal, a determinação do grau da ameaça da entidade que protegiam. Base essa para alguns autores considerada como essencial como defende Thompson (2003) “*once a threat level has been determined, the necessary level of protection can be decided*” (p.19) uma ideia corroborada integralmente por (Ferrara, 1991, p. 22) quando afirma “*it is impossible to determine the correct type and amount of protection, unless the type and amount of threat has been established*” ideia reforçada por Aitch (2012) quando considera que “*the basic of all close protection and related security is threat assessment*” (p.114).

Na década de oitenta do século XX a Lei-quadro aprovada e que estabeleceu o

SIRP compreendia três estruturas, o Serviço de Informações Militares (SIM), o SIS e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) registou que apenas o SIS viu a luz do dia em termos operacionais. Quando em fevereiro de 1986 o serviço iniciou finalmente a sua atividade operacional sob a direção do Dr. Ramiro Ladeiro Monteiro já os atentados terroristas tinham ocorrido e dos eventuais relatórios de ameaça eventualmente produzidos à época pouco ou nada se sabe.

O que é certo mencionar é que desde que esse serviço materializou o seu processo identificação e graduação de ameaça face aos dignitários nacionais e estrangeiros que se encontravam em território nacional que não se registaram mais ações dessa natureza.

Síntese capitular

No presente capítulo reconhecemos a falta de consenso entre inteligência e informações.

Abordamos a ausência de um projeto de defesa comum com a rejeição da Comunidade Europeia de Defesa pela Assembleia Nacional Francesa e alguns passos tímidos em matéria de cooperação fora dos Tratados que foram dados entre os Estados-membros.

Discorremos sobre as ameaças e as informações em Portugal após o 25 de Abril de 1974 dos avanços, recuos, e da ausência de uma perspetiva sobre a importância destes serviços.

Agrupamos o grau de ameaças das entidades, da interseção do risco nas ameaças, vulnerabilidades e consequências e do processo de avaliação de análise e resposta ao risco, recorrendo a figuras e a tabelas que possibilitaram uma melhor interpretação de conceitos.

Revisitamos uma perspetiva história nacional sobre eventuais perceções erróneas por parte de Protegidos nacionais desde a morte de D. Carlos I, do Presidente da República Sidónio Pais e do ex. diretor dos serviços prisionais, Gaspar Castelo Branco

Discorremos sobre riscos e impactos para os Protegidos e argumentamos sobre a inteligência policial após o 25 de Abril.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Capítulo IV - Tempos violentos na Europa e em Portugal

O País estava condenado a tornar-se comunista
e devia ser isolado no seio da Aliança Atlântica
de molde a tornar-se a vacina
para o resto da Europa Ocidental.

(Henry Kissinger, 1975)

A revolução vista de fora

A mudança do Regime político na sequência do 25 de Abril de 1974 que colocou a JSN exclusivamente composta por militares no poder, não teve problemas maiores em ser reconhecida a nível internacional pois segundo Ferreira (2004) ao tomar posse o “I Governo Provisório [16 de maio de 1974]¹⁸⁴ já a generalidade dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas importantes haviam reconhecido o poder político emergente do golpe militar de 25 de Abril de 1974” (p.143).

Rapidamente o Brasil, África do Sul, Espanha, EUA e a República Federal Alemã declararam que mantinham inalteráveis as suas relações com Portugal. Mário Soares fazendo um périplo-relâmpago por várias capitais europeias entre finais de abril e inícios de maio¹⁸⁵ (...), atuando como emissário da JSN, sossegou os dirigentes relativamente às novas autoridades pelos compromissos internacionais de Portugal, desde logo a continuação na Aliança Atlântica (P. Oliveira, 2009). Ainda assim o movimento armado que se fazia sentir provocava “reações cautelosas nos países da esfera ocidental, reações de apreensão nos regimes racistas africanos, reações de interesse nos governos do mundo socialista” (Praça et al., 1974, p. 138).

A nível internacional o 25 de Abril coincidiu com uma época de confrontos entre blocos políticos onde era “necessário para as superpotências conservar as suas respetivas

¹⁸⁴ O segundo Governo Provisório esteve em funções de 18 de julho a 30 de setembro de 1974. O terceiro Governo Provisório esteve em funções de 30 de setembro de 1974 a 26 de março de 1975. O quarto Governo Provisório esteve em funções de 26 de março a 08 de agosto de 1975. O quinto Governo Provisório esteve em funções de 8 de agosto a 19 de setembro de 1975 e o sexto Governo Provisório esteve em funções de 19 de setembro de 1975 a 23 de julho de 1976.

¹⁸⁵ Nos primeiros dias de maio de 1974, Mário Soares deslocou-se a Bruxelas na perspectiva de mobilizar esforços e reforço económico para a economia portuguesa, aprofundar os laços económicos com a CEE e a substituição do acordo de relações especiais de 1972, por um acordo de associação com uma provisão prevendo a completa adesão. Para aprofundamento desta temática veja-se, Magone, José. (1998). Portugal e a unificação europeia. *Penélope: Revista de história e ciências sociais*, n. 18, (pp. 123-163).

áreas geoestratégicas e reforçar as suas alianças militares”(Cervelló, 1993, p. 262) o que potenciou desde cedo a ingerência direta ou mais discreta de outros países em território nacional.

Por outro lado a revolução surgiu no meio de uma crise económica que se iniciou em 1973 inserindo-se “numa recessão mundial, a primeira do pós-guerra, com uma queda abrupta do Produto Interno Bruto (PIB) dos países centrais e, ainda mais drástica nos países semiperiféricos: em Portugal a taxa de variação do PIB passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e - 4,3% em 1975“(Varela, 2009, pp. 268-269).

Uma revolução que teve na luta anticolonial uma pedra basilar de um conflito que se arrastava há anos com a consequente luta dos movimentos de libertação nas colónias. Um conflito que contribuiu para o fim da ditadura portuguesa, pela oposição à guerra da “oficialidade intermédia e alguns quadros superiores” (Varela, 2009, p. 269). Uma revolução que foi assim fruto de uma intervenção militar em que as FA foram a coluna vertebral do movimento e que demonstrou desde o início duas “características essenciais a hegemonia militar e a subalternidade civil à margem dos modelos políticos que para o futuro do país projetavam uns e outros” (Cervelló, 1993, p. 185).

Uma revolução que tendo ocorrido às portas da CEE foi aceite pelos membros das Comunidades desde a formação do primeiro Executivo presidido por Adelino da Palma Carlos com o pedido de auxílio económico a Bruxelas e que esteve mais “dependente do tipo de regime interno e da sua orientação externa do que propriamente da presença ou não de militares nos órgãos de poder, desde que a mesma não afetasse a caracterização do regime político como sendo uma democracia pluralista”(Ferreira, 2004, p. 148)¹⁸⁶ e que sendo um movimento de rutura, dentro da Comunidade Europeia interessou “particularmente aos Estados Germânicos, porque através dela também se equacionava o futuro da nação alemã” (Castro, 2002, p. 124) tendo por isso recebido apoios político diferentes. Enquanto a República Democrática Alemã, (RDA) se posicionou ao lado da formação política que pretendia instaurar um regime de democracia popular com o PCP à cabeça, a RFA ficou claramente a favor da democracia parlamentar de tipo ocidental¹⁸⁷. Atitude reservada reinou no seio da CEE que no seu Conselho de Assuntos Gerais de

¹⁸⁶ Note-se o facto de o pedido de adesão de Portugal à CEE em março de 1977, ter sido aceite quando a Constituição da República ainda albergava o Conselho da Revolução e o Presidente da República era um militar.

¹⁸⁷ Assinale-se que o ex-chanceler alemão Willy Brandt que visitou Portugal em outubro de 1974, declarou ser sua intenção ajudar o povo português no caminho da democracia, situação que foi materializada entre outras numa subvenção de setenta milhões de marcos em maio de 1975 no-pós 11 de Março.

maio e repetido em junho, os ministros do Negócios Estrangeiros das Comunidades voltaram a mostrar dúvidas em dar apoio a Portugal preocupados com a instabilidade política e a incerteza sobre o desenvolvimento democrático do país (Castro, 2002).

Uma revolução que tendo ocorrido apenas em Portugal, foi na visão de Huntington (1991) a precursora da onda de democratização dos anos setenta e oitenta que se alastrou a outros países. De facto, a nossa revolução encontrou do outro lado da fronteira, a Espanha a preparar-se para o pós “franquismo na versão que acabou por se revelar frutuosa na hora da transição: a aliança entre a Monarquia, na figura de Juan Carlos” (Ferreira, 2004, p. 153) e as Forças Armadas com semelhanças em termos do comportamento de ambos os países, exceção feita ao radicalismo militar português que não foi copiado por Espanha. Uma revolução que teve segundo Varela (2009) “uma profunda influência na transição espanhola. A forma negociada - entre as elites franquistas e os principais partidos oposicionistas, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e o Partido Comunista Espanhol (PCE) - da mudança de regime em Espanha deveu-se em grande medida ao temor de contágio da revolução portuguesa” (p. 269).

Uma revolução que em termos de política internacional encontrou os Estados Unidos “a olhar para outro lado. Fomos tomados completamente de surpresa, isto nas palavras de Cord Meyer, na altura chefe da [Central Intelligence Agency, (CIA)] em Londres” (Maxwell, 1995, p. 66) uma visão que encontra respaldo em (Sá, 2007) quando afirma que “do outro lado do Atlântico, a revolução dos cravos foi acompanhada com algum desinteresse nomeadamente pelos Estados Unidos da América” (p. 96) dado que a sociedade americana tinha uma série de eventos recentes que atraíam a sua atenção de forma mais premente; o falhanço armado no Vietname, a existência do conflito israelo-árabe de outubro de 1973 e o escândalo Watergate com a renúncia do Presidente Nixon em agosto de 1974. Não foi de estranhar assim que “existência de um golpe militar em plena Europa Ocidental não foi desde logo suficiente para deslocar a atenção do governo norte-americano para Portugal”(B. Gomes & Sá, 2008, p. 28) até porque o acompanhamento que se seguiu por parte dos serviços de *Intelligence* americanos tinham dado uma imagem positiva e criado uma perspetiva favorável em Washington (*Ibidem*).

A perceção estrangeira sobre a democracia em Portugal, deixou de ser tão tímida quando o I Governo Provisório passou a incorporar dentro no Executivo dois ministros do PCP, um deles o próprio Secretário-geral, Álvaro Cunhal. Esta opção governativa teve repercussões na forma como a Administração dos EUA perspetivaram daí para a frente o seu relacionamento com Portugal (B. Gomes & Sá, 2008) “o exemplo português foi

percecionado como um precedente perigoso que podia contagiar o resto da Europa Ocidental, sobretudo a sua zona meridional, e colocar em risco a coesão e a operacionalidade da NATO, ou mesmo num extremo, a sua sobrevivência (...) (pp.41-42). Esta preocupação foi-se adensando à medida que começou a haver uma crescente probabilidade de os partidos comunistas chegarem ao poder em Itália e França. Temeu-se “que Lisboa pudesse influenciar negativamente Roma, Paris, Atenas e Madrid, ou seja a evolução política de toda a Europa do Sul. Portugal começou a ser visto como uma peça oscilante de um novo dominó vermelho agora em pleno flanco sul da NATO” (Sá, 2007, p. 106).

A nível europeu essa preocupação também esteve patente na mente dos dirigentes da RFA “surgiram dúvidas tendo em conta os gigantescos desafios que Portugal enfrentava, a escassa preparação dos militares tornados governantes, o contexto da crise económica mundial e o peso do PCP” (Sánchez, 2017, p. 118) ainda assim o Governo de Bona do recém empossado chanceler Helmut Schmidt delineou uma estratégia para apoiar estes novos dirigentes numa eventual negociação do acordo Portugal-CEE de 1972, apoiar economicamente Lisboa e cooperar para o fortalecimento dos partidos políticos nacionais (Sánchez, 2017).

A constituição do II Governo Provisório, a 18 de julho de 1974 com Vasco Gonçalves como Primeiro-ministro provocou a nível internacional uma reação de sobressalto nomeadamente junto da Administração Americana pois haviam recebido informações de que se tratava de um acérrimo comunista (B. Gomes & Sá, 2008). Se no primeiro Executivo com dois ministros comunistas, Álvaro Cunhal e Avelino Gonçalves, a comunidade internacional tomou disso nota, com um chefe do Executivo militante do mesmo partido o sobressalto foi sentido. Ainda assim e durante esse espaço temporal a Administração dos EUA tinha em simultâneo a sua atenção e esforços diplomáticos dirigidos para um fenómeno que poderia ter tido repercussões enormes a nível internacional; o conflito entre a Grécia e a Turquia em julho de 1974 sobre o território de Chipre, uma vez que ambos os países pretendiam governar o território cipriota. A Administração Nixon, via-se assim com toda a área do mediterrâneo em estado problemático; na zona oriental dois membros da NATO em tensão, por outro lado a queda do Governo dos coronéis na Grécia com a mudança de regime, ao que se acrescentou a “crise nas relações entre Turquia e os EUA em consequência do embargo militar então imposto pelo Congresso norte-americano a Ancara” (B. Gomes & Sá, 2008, p. 67).

Numa outra vertente, o crescente peso dos partidos comunistas em Itália e França,

com implantação do PCP no governo e a possível influência na transição espanhola contribuiu para que não apenas os EUA percecionarem este perigo, mas também a própria Europa ao anteverem o chamado “flanco sul da Europa a esboroar-se”(B. Gomes & Sá, 2008, p. 68) a concentração naval soviética no Mediterrâneo e a pujança do partido comunista nesta região eram sentidas como duas lâminas de uma tesoura a fragmentar a coesão política da NATO e a pôr em perigo as suas comunicações militares (Ferreira, 2004, p. 146).

A 30 de setembro de 1974 após a resignação de António Spínola da Presidência da República, tomou posse o III Governo Provisório, tendo Costa Gomes reconduzido como Primeiro-ministro Vasco Gonçalves. O 28 de Setembro como fenómeno político foi “percecionado em Washington de forma muita negativa, especialmente para o secretário de Estado, para quem os acontecimentos, significavam uma vitória do Movimento das Forças Armadas e do PCP, bem como uma oscilação do processo político português numa direção esquerdista” (B. Gomes & Sá, 2008, p. 79). Esta mudança do regime em Portugal potenciou assim a “primeira mudança na política dos Estados Unidos, através da substituição da atitude de esperar para ver por um envolvimento ainda que de baixa intensidade, nos assuntos de Lisboa (...), doze dias após o 28 de Setembro, Henry Kissinger decidiu enviar a Portugal uma missão do Departamento de Estado chefiada pelo responsável pela *desk* de Assuntos Ibéricos” (Sá, 2007, pp. 427-428). Mas Henry Kissinger intensificou ainda uma ofensiva “diplomática destinada a afastar Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO, dando assim início ao processo de progressivo isolamento do País na Organização” (Sá, 2007, p. 428). A Administração Americana foi incisiva, ao decidir trocar o “embaixador Stuart Nash Scott, considerado um *soft-liner*, por Frank Carlucci, um *hard-liner* com vasta experiência em situações revolucionárias e o fim do ciclo de esperar para ver, deu lugar a um envolvimento de baixa intensidade” (Sá, 2007, pp. 157-158).

A nível europeu a resignação do chefe de Estado Português em finais de setembro produziu na RFA uma forte impressão. O Governo de Bonn, preocupado com a grande instabilidade que se ia apoderando do sul da Europa fez soar as campainhas na sociedade política alemã “se acabasse por chegar a uma democracia popular toda a esquerda mediterrânea veria em Portugal um modelo ou pelo menos uma forte inspiração” (Sánchez, 2017, p. 124) para um novo paradigma político não desejado.

O falhado golpe de 11 de Março foi visto no Ocidente como um ato de total irresponsabilidade da direita portuguesa dado que a apenas um mês da realização das

eleições para a Assembleia Constituinte “o ex-presidente e os seus tinham dado o pretexto perfeito para os radicais do MFA perpetuarem o seu controlo do país para além das eleições (Sánchez, 2017, p. 130). Estes novos acontecimentos em Portugal mais uma vez tiveram perceções diferentes conforme a visão das Administrações e dos Governos.

Nos EUA a tese de Kissinger que com os comunistas no poder seria uma questão de tempo para que assumissem na totalidade o seu controlo, era inaceitável e que face a este novo fenómeno tinha chegado a hora de planear seriamente a expulsão de Portugal da NATO (B. Gomes & Sá, 2008). No Reino Unido o chefe da diplomacia, James Callaghan, mostrava-se mais *soft* pois considerava que não existia perigo no papel que os comunistas teriam nesta nova dinâmica governativa até porque, na sua ótica, o líder do PCP “pareceu-lhe *nice and sensible* e a sua intenção de criar em Portugal um socialismo com rosto humano era sincera e digna de respeito”(Sánchez, 2017, p. 131). Ainda segundo este autor, o chefe da diplomacia britânica não poderia estar mais errado pois havia uma convicção muito forte por parte de Bona que Álvaro Cunhal “não deixaria passar a oportunidade histórica que se lhe havia apresentado para tornar real o seu sonho leninista” (*Ibidem*).

A nível internacional, restava assim aguardar pelo desfecho eleitoral que se aproximava. Em 25 de abril de 1975 realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte que se revelaram um verdadeiro ponto de viragem na revolução portuguesa. Estas ocorreram num período onde a Administração Americana tinham assinalado mais uma fase da política relativa a Portugal, caracterizada agora na visão de Sá (2007) pela reação “dura do Departamento de Estado à radicalização da revolução após o golpe militar falhado dos spínolistas e pela subsequente disputa no seio da Administração Ford entre duas visões distintas sobre a estratégia a seguir para os acontecimentos portugueses; a de Henry Kissinger preconizando que o país estava condenado a tornar-se comunista e devia ser isolado no seio da Aliança Atlântica de molde a tornar-se a vacina para o resto da Europa Ocidental e a de Frank Carlucci sustentando que Lisboa podia ser salva do comunismo desde que se apoiassem as forças moderadas internas, devendo ser não a vacina mas o exemplo da coesão da democracia no Ocidente” (pp. 427-428). Questões como, deixaria Portugal de ser membro da Aliança Atlântica? E quanto ao seu posicionamento político, manteria uma visão mais europeísta e atlantista ou a aproximação tomaria o rumo contrário e far-se-ia em direção à URSS? Colocaram-se de forma premente.

O presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, e o secretário de Estado, Henry

Kissinger, encontraram-se com Vasco Gonçalves, o Primeiro-ministro português, em 29 de maio de 1975, num encontro à margem de uma cimeira da NATO e que decorreu na residência do embaixador dos EUA em Bruxelas (Marinho & Carneiro, 2015, pp. 222–226)¹⁸⁸. O encontro de Ford e Kissinger com Vasco Gonçalves não correu bem, tendo contribuído para acentuar ainda mais as desconfianças de Washington em relação ao futuro de Portugal. “O Presidente dos EUA não podia ter ficado pior impressionado com o Primeiro-ministro português, referindo-se várias vezes a ele em tons depreciativos” (Sá, 2007, p. 278). A possibilidade de Portugal deixar a Aliança Atlântica era, então, comentada pelos aliados e a nuvem negra pairou sobre a reunião¹⁸⁹.

À comunidade europeia faltava uma leitura comum sobre esta temática que se começou a formar antes do encontro em Helsínquia onde seria assinada a Ata Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE). Helmut Schmidt e Willy Brandt assumiram tal desiderato e conseguiram convencer Brejnev dizendo-lhe de modo direto que, “Portugal estava dentro da esfera de influência alemã, era um país membro da NATO e a Aliança Atlântica não toleraria um regime comunista em Lisboa. Brandt foi bastante duro com o dirigente soviético, tendo sublinhado que Bona tinha provas dos esforços do PCP para tomar o poder e que o [Partido Social Democrata da RFA, (SPD)] ia fazer tudo para evitar uma subversão da democracia; e concluiu de modo sintomático: - não necessitamos dos americanos, resolveremos os nossos problemas” (Sá, 2007, pp. 314-315). Ainda assim, Costa Gomes de regresso a Portugal, após a conferência de Helsínquia não deixou de declarar-se muito satisfeito da forma como os trabalhos tinham decorrido considerando-a como a mais importante reunião sobre segurança na Europa no pós conferência de Viena de 1815. Ao ter mantido contactos com chefes de Estado e de Governo de ambos os blocos políticos, que lhe garantiram que não faltaria apoio a Portugal se este continuasse no “caminho que foi traçado a implantação e manutenção e um socialismo pluralista onde sejam respeitados os direitos individuais aceites pelas Nações Unidas”¹⁹⁰.

O resultado das eleições para a Assembleia Constituinte de abril de 1975,

¹⁸⁸ O Presidente americano queria saber quais as ideias de Vasco Gonçalves que lhe assegurou que o país não seria um “cavalo de Troia” e que o fato da Aliança Atlântica ter sido criada para combater o comunismo e pese embora o Conselho da Revolução ter nos seus quadros quem partilhasse dessa ideologia, tal não seria problemático pois todos os militantes do Conselho sendo militares tinham uma componente ética muito vinculada apenas com o Movimento.

¹⁸⁹ Cfr. Nuno Simas Jornalista, Diário de Notícias, edição de 20 agosto de 2005.

¹⁹⁰ Cfr. RTP Arquivo. (1975). Costa Gomes participa na cimeira e Helsínquia. (5m37s). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/costa-gomes-participa-na-cimeira-de-helsinquia/>. Acedido em 14 de dezembro de 2023.

contribuíram para acalmar um pouco a visão pessimista que estava instalada e foi recebida com “surpresa e entusiasmo no Ocidente. O comentário unânime era que Portugal tinha votado pela moderação e contra o comunismo” (Sánchez, 2017, p. 137). O passo seguinte por parte da Europa em especial por Bona, foi envolver a Administração Americana na política de cooperação com Lisboa retirando-lhe a especulação que se mantinha, a expulsão de Portugal da Aliança Atlântica, dado que tal perturbaria seriamente as relações transatlânticas (Sánchez, 2017).

O fim do processo revolucionário ocorrido com o 25 de Novembro “assinalou a última fase da política dos EUA para Portugal caracterizada por um amplo apoio à instauração do regime democrático, assumindo mesmo Washington um papel liderante quer na ajuda à reestruturação das Forças Armadas Portuguesas” (Sá, 2007, p. 431) quer apoiando economicamente o país.

A Europa e em especial os países membros da CEE que nunca deram como perdido Portugal na sua luta democrática, tentaram também pela vertente económica e com o apoio dos partidos e dos dirigentes moderados, enfraquecer a influência dos sectores mais radicais de esquerda, tendo a resposta europeia prevalecido conforme os interesses moderados do Ocidente (Sánchez, 2017).

A revolução vista de dentro

O movimento do 25 de Abril na visão de Raimundo (2018) anunciou que a “democratização portuguesa começou por uma profunda rutura com o passado ao nível das instituições políticas ao mesmo tempo que abriu as portas para o ajuste de contas com o passado” (p.25). Em maio de 1974 duas semanas depois da revolução, despoletou-se a chamada revolução social com a celebração do Dia do Trabalhador e desde então, “assistiu-se a um incremento significativo da agitação ao nível sindical e simultaneamente, a uma explosão de reivindicações laborais, de tentativas de saneamento das administrações, ensaios de adoção de modelos de autogestão empresarial e mesmo das ocupações das instalações”(B. Gomes & Sá, 2008, p. 36). Os empresários e administradores de empresas passaram a ver com alguma frequência as comissões de trabalhadores destruírem as suas máquinas e a vivenciaram frequentemente um clima hostil.

Em simultâneo assistiu-se a uma revolução de natureza política com uma

proliferação de partidos, o número ascendeu às dezenas (B. Gomes & Sá, 2008)¹⁹¹ ao mesmo tempo - não deixa de ser contraditório que neste novo regime democrático - foram amputados direitos à antiga elite política do Estado Novo que por via legislativa impediu os seus membros de votarem ou de serem eleitos nas primeiras eleições livres e justas (Raimundo, 2018). No entanto o regime, entendeu como ajustado contemplar as chamadas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA¹⁹² que ocorreram junto das populações locais no sentido de conquistar a sua confiança e influenciar as suas atitudes e comportamentos (*Ibidem*).

Se em termos políticos a inclusão de dois destacados membros do PCP no I Governo Provisório um deles o próprio secretário-geral, Álvaro Cunhal, a nível internacional foi mal-aceite, em termos estratégicos de política interna na visão de Spínola (1978) tratou-se de co - responsabilizar o partido pela sua entrada no Executivo, “tendo-se chegado à conclusão de que o Partido Comunista estava amplamente infiltrado no MFA, havia que responsabilizá-lo abertamente nas tarefas do Governo, pois, caso contrário, mantendo-se nos bastidores e dominando as estruturas dos diversos sectores da Administração e as cúpulas marxistas do Movimento, tiraria todas as vantagens de uma situação de facto nela não assumiria qualquer responsabilidade, reforçando até a sua posição na crítica aos partidos representados no Governo” (p. 132). Com este chamar para o Executivo, Cunhal foi impedindo “de capitalizar de fora o descontentamento social inevitável num momento de explosão reivindicativa” (Sá, 2007, p. 105). A mesma linha foi defendida por Mário Soares quando afirmou “quanto à entrada de Álvaro Cunhal, não só concordei com ela, como tornei claro que o [Partido Socialista] (PS) não entraria no Governo sem a participação dos comunistas. Se os deixássemos de fora, nós, socialistas, ficaríamos numa posição política muito vulnerável, com o PC a tirar, na oposição, todos os dividendos de uma situação que, obviamente, seria muito difícil. Por isso eu queria o Cunhal no Governo” (Avillez, 1996, p. 328).

Quando o II Governo Provisório tomou posse a 18 de julho de 1974, num clima

¹⁹¹ A título de exemplo mencionamos os seguintes partidos, Partido Popular Monárquico (PPM), União Democrática Popular (UDP), Partido da Democracia Cristã (PDC), Movimento de Esquerda Socialista (MES), Frente Socialista Popular (FSP), Partido Unidade Popular (PUP), Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP).

¹⁹² Estas campanhas consistiam na realização de espetáculos culturais e no esclarecimento político feito pelos militares. Para aprofundamento desta temática, veja-se, Almeida, Sónia. (2002). Novos olhares sobre o terreno. Etnografia das campanhas de dinamização cultural e acção cívica do movimento das Forças Armadas, (pp. 25-38) in Arquivos da Memória, Portugal 1974-1976, coordenador Jorge Crespo, Universidade de Lisboa.

marcadamente de conflito, resultou uma alteração profunda face ao I Executivo - em funções durante menos de dois meses - tratou-se de um Governo de cariz eminentemente militar, com a representação de esquerda a ser maioritária e com Vasco Gonçalves como Primeiro-ministro. A composição do Executivo potenciou que “o fiel da balança do poder foi-se deslocando a favor do MFA, rompendo o equilíbrio de forças até então existente” (Cervelló, 1993, p. 201). As disputas pelo poder, com visões diametralmente opostas sobre a descolonização sucediam - se entre Spínola e o Movimento que intensificou a sua pressão sobre o general “contando para tal com o apoio de toda a esquerda político-partidária e com a ação do MFA na Guiné, Moçambique e Angola, conseguindo mesmo, no último território, forçar a demissão do Governador Silvino Silvério Marques”(Sá, 2007, p. 143). O Presidente realizou, uma série de “visitas às unidades com maior capacidade ofensiva durante as quais faziam discursos ferozmente anticomunistas e entrevistava-se com a oficialidade procurando atraí-la para a causa” (Cervelló, 1993, p. 204) em desespero de causa “para acabar com o cerco a que lhe submetia o MFA, o general Spínola pensou decapitar a sua direção por meio de ações terroristas” (Cervelló, 1993, p. 205) . Não pela força das armas, mas pela via das palavras o general apelou no discurso de tomada de posse do II Governo, à chamada “maioria silenciosa do povo português” que tinha de “despertar e de se defender ativamente dos totalitarismos extremistas que se digladiam na sombra”; tinha “chegado o momento de o País acordar”¹⁹³. Face ao apelo, uma manifestação de apoio ao Presidente chegou mesmo a ser marcada para o dia 28 de Setembro “o objetivo final dos organizadores era enfrentarem-se na rua com as forças de esquerda, para que Spínola pudesse decretar o estado de sítio” (Cervelló, 1993, p. 207). A mobilização de apoiantes e opositores às forças em ação levaram a que nos principais pontos de acesso a Lisboa, barricadas tivessem lido levantadas e confrontos físicos entre partidários das fações ocorressem.

O Presidente “foi derrotado pelo MFA na luta pelo poder em Portugal e, forçado a ceder em toda a linha, demitiu-se, antes, porém, ainda equacionou adotar medidas extremas, como solicitar uma intervenção da NATO ou uma ação militar de Espanha” (Sá, 2007, p. 151).

Os acontecimentos ocorridos em setembro de 1974 com a saída do general Spínola do poder e com a falta de visão nacional das Forças Armadas, para a criação de um

¹⁹³ Cfr. RTP Arquivo. (1980). Programa Anos 70: Imagens de uma década – episódio 4. O 28 de setembro e a maioria silenciosa (1m21s). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-28-de-setembro-e-a-maioria-silenciosa/>. Acedido em 24 de novembro de 2023.

“propósito nacional e apartidário “Eanes em (Marinho & Carneiro, 2015, p. 9) contribuiu para que o poder político se transformasse num verdadeiro hipermercado. É este quadro de indefinição que levou o país não só ao limiar, mas ao outro lado tenebroso, da guerra civil (*Ibidem*. p.10).

Com a saída de Spínola do espectro político, o PCP foi o grande vencedor, não só pelo apoio agora mais vincado do MFA “mas também devido à liderança demonstrada ao nível da mobilização popular por ocasião das barricadas erguidas nos acessos a Lisboa” (Sá, 2007, p. 153). Ao ver a ascensão do PCP, o PS procurou reforçar a sua presença nacional, e redobrou os seus vínculos internacionais. Em busca de tal desiderato e durante o mês de outubro visitaram Portugal o secretário-geral do PS do Chile, Carlos Altamirano, bem como Willy Brandt e Olof Palme. A ajuda internacional não só da “[Internacional Socialista] (IS), mas também praticamente de todas as organizações liberais e inclusivamente conservadoras europeias e americanas, porque a única força capaz de enfrentar com êxito o avanço do PCP” (Cervelló, 1993, p. 213), começou a chegar.

Após o 28 de Setembro os partidos de direita que sempre tiveram sempre uma forte oposição das forças da esquerda mais radical viram tal animosidade recrudescer. O I congresso do Centro Democrático Social (CDS) na cidade do Porto em janeiro de 1975, foi cercado por manifestantes de extrema-esquerda e a polícia impediu que o assaltassem embora se tenham produzido vários confrontos (Cervelló, 1993).

No domínio militar, o MFA fragmentou-se em três correntes internas, a moderada, a gonçalvista e a populista. As divergências acentuaram-se bem como a crescente indisciplina interna que grassava no interior das FA “os seguidores de Spínola estavam preparados para intervir desde fim de janeiro” (Cervelló, 1993, p. 221) e regressarem ao poder. O clímax da agitação interna nesta fase da transição portuguesa ocorreu com o choque militar de 11 de Março de 1975 em que militares da ala spinolista tentaram um golpe de Estado com intervenção das forças paraquedistas de Tancos atacando o quartel do RALIS em Lisboa. Uma ação fracassada que obrigou Spínola a fugir para Espanha a caminho do Brasil e que permitiu ao PCP libertar-se de um sector político-militar que o impedia de prosseguir a revolução.

O golpe falhado teve consequências imediatas na reconfiguração do poder em Portugal. No dia seguinte foram dissolvidos a JSN e o Conselho de Estado, criando-se dois organismos representativos do MFA: O Conselho da Revolução (CR) e a Assembleia do MFA (AMFA)(Cervelló, 1993). Rapidamente ações violentas na rua dirigidas contra os partidos políticos considerados de direita emergiram. As sedes em Lisboa do CDS e

do Partido da Democracia Cristã (PDC) foram assaltadas e devastadas, outro tanto acontecendo na cidade do Porto quanto às instalações do Partido Popular Democrático (PPD) (P. Gil, 1976).

A banca portuguesa, os seguros, a siderurgia, toda rede de combustíveis, cimentos, água, gás eletricidade foram nacionalizados, na sequência da tentativa de golpe falhado mudando profundamente o modelo económico até então vigente. O diploma legal que justificava a nacionalização considerou “a necessidade de concretizar uma política económica antimonopolista que sirva as classes trabalhadoras e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas”¹⁹⁴. Ao mesmo tempo que, a imprensa e a rádio estatizadas, a TV e o Rádio Clube Português (RCP) intensificavam uma campanha de descrédito que visava essencialmente denegrir a imagem desses partidos e enaltecendo tudo o que “fosse iniciativa do PCP e dos grupelhos esquerdistas que à sombra deste proliferavam” (P. Gil, 1976, p. 47). Intensificaram-se ainda contactos entre o Primeiro-ministro e os partidos políticos, para a formação do IV Governo Provisório que ocorreu duas semanas após o golpe.

A tomada de posse deste novo Executivo potenciou um aprofundamento da política de esquerda agora com incorporação do Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP-CDE) no Executivo. Sem perderem tempo as, “forças marxistas do MFA, ancoradas no PCP avançaram de forma vigorosa para um processo que deixou a sociedade portuguesa altamente polarizada. Foram congeladas diversas contas bancárias levando à falência de dezenas de empresas (...), presos empresários e banqueiros (...) ocupadas grandes propriedades agrícolas no Ribatejo e Alentejo (...)” (Poças, 2021, p. 24).

Chamados a votar, os portugueses compareceram num número expressivo, de (91,7%) e inauguraram uma nova legitimidade democrática, pela via do voto. Os números do ato eleitoral transformaram o PS no grande vencedor seguido do PPD, os moderados tinham ganho as eleições e os grande perdedores tinham sido os comunistas e sobretudo Vasco Gonçalves. A forma revolucionária tinha terminado. A composição da Assembleia Constituinte iria influenciar de forma inequívoca o futuro político da República. Mas a

¹⁹⁴ Cfr. RTP Arquivo. (1975). Nacionalização da Banca e dos Seguros. Disponível em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/nacionalizacao-da-banca-e-dos-seguros/>. Acedido em 18 de fevereiro de 2024.

tão desejada calma após as eleições, não se verificou e a situação interna portuguesa complicar-se-ia de uma forma exponencial, que levaria a que este período ficasse conhecido como "Verão Quente" fruto de visões políticas diametralmente opostas.

A sucessão dos Executivos provisórios era o sinal mais premente da instabilidade que se vivia e a posse do V Governo novamente chefiado por Vasco Gonçalves foi o mais discutido e questionado numa altura em que as visões e opções políticas diferentes se expunham não só em programas como em manifestações na rua, isto porque nas palavras de Cervelló (1993, p. 242) o “V Governo nasceu já morto.”

O clima tenso agudizou-se nesse mesmo verão num momento em que o MFA entrou em rutura e foram reveladas diferentes propostas quanto ao rumo a seguir. Por outro lado, o roubo de armas em unidades militares passou a ser uma constante, algumas dessas armas chegaram a ser entregues a “trabalhadores revolucionários” (Marinho & Carneiro, 2015, p. 404) o noticiário de 21 de novembro da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) relatava que no início de setembro mais de mil espingardas de marca G3 foram desviadas do Depósito Geral de Material de Guerra (DGME) localizado em Beirolas (Loures)¹⁹⁵ lançou para o domínio público a incerteza securitária já vivida. Aos microfones do RCP, o capitão Álvaro Fernandes, afirmou que as armas tinham sido entregues a Carlos Antunes e Isabel do Carmo, do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR).

A queda do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves e a constituição do VI Governo Provisório em setembro constitui um primeiro momento de clarificação com o almirante Pinheiro de Azevedo a chefiar o Executivo. No entanto os chamados moderados, embora estivessem nos centros políticos, não dominavam as FA nem a rua, campos privilegiados da ação revolucionária da esquerda mais radical e a rua ameaçava de tal forma o poder político que a 20 de novembro o Governo auto suspendeu-se de funções após o cerco à Assembleia Constituinte até que as condições de segurança estivessem garantidas por parte das FA.

Por outro lado, a autonomia e a sublevação, dos militares permitia que nas cerimónias de juramento de bandeira dos novos recrutas, não fosse apenas feita à Pátria, mas com alusões ao povo e à classe operária “com os quartéis em prevenção, a luta desenrolava-se na rua com manifestações e contramanifestações” (Marinho & Carneiro,

¹⁹⁵ Cfr. RTP. Arquivo. (1975). Desvio de Armas em Beirolas. Disponível em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/desvio-de-armas-em-beirolas/>. Acedido em 6 de dezembro de 2023.

2015, p. 479).

A autoridade do Estado era - quando exercida - materializada pelas Forças Armadas “que se tinham tornado numa referência para o movimento operário, para o movimento de moradores e para os trabalhadores rurais”(Cerezales, 2021, p. 341) mas, ainda assim, a dificuldade de imposição de ordens legítimas era tal que levou a que à saída da audiência com o chefe de Estado o Primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo, questionado sobre a situação das forças armadas declarasse “(...) primeiro fazem-se plenários, depois cumprem-se as ordens”¹⁹⁶. A Polícia como instituição ficava de fora dos aspetos securitários a “inconveniência do uso das forças policiais reconhecia o desprestígio das mesmas” (Cerezales, 2021, p. 341).

A tensão atingiu o rubro quando foi anunciada no dia 18 de novembro, a saída do general Otelo Saraiva de Carvalho do Comando da Região Militar de Lisboa e a sua substituição pelo Capitão Vasco Lourenço um elemento pertencente ao chamado “grupo dos nove”¹⁹⁷. A decisão foi polémica na visão do COPCON e nos partidos de esquerda que lhe eram próximos, provocando a saída das tropas Paraquedistas de Tancos na madrugada do 25 de novembro. Estas Companhias ocuparam as bases aéreas de Tancos, Monte Real, Montijo, OTA, o Comando da 1ª. Região Aérea e à entrada de Lisboa nas instalações do Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS), peças de artilharia foram colocadas estrategicamente no sentido de defender a cidade de possíveis ataques. A RTP também foi ocupada, o RCP suspendeu a emissão com a população a agrupar-se em trincheiras junto ao Quartel do Regimento da Polícia Militar. Neste mesmo dia o Estado de emergência foi decretado pelas 16h30 e o Estado de sítio pelas 21h10. O Regimento dos Comandos chefiados pelo coronel Jaime Neves militarmente assumiram o controlo da situação levando à debandada dos revoltosos. Ainda assim a operação total durou dois dias com o regresso dos militares aos quartéis.

Politicamente a “guerra civil que parecia inevitável, foi evitada *in extremis*, e nisso teve um papel capital o general Costa Gomes, cauteloso, sempre indefinido, sem tomar

¹⁹⁶ Cfr. RTP Arquivo. (1977). O golpe do 25 de novembro (2m51s). Disponível em:

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-golpe-do-25-de-novembro/>. Acedido em 10 de novembro de 2023.

¹⁹⁷ Grupo que expressava a posição de um grupo de militares que representava a facção moderada do MFA. Este grupo recusava abertamente o modelo de sociedade socialista de tipo europeu oriental. Mas também o modelo social democrático do tipo ocidental. Partidários de uma chamada terceira via o grupo apelava à constituição de um amplo bloco social de apoio a um projeto nacional de transição para o socialismo inseparável da democracia política pluralista das liberdades direitos e garantias fundamentais liderado por militares como Melo Antunes e Vasco Lourenço, Vítor Crespo, Vítor Alves ou Pizarat Correia, o grupo recolheu importantes apoios nos meios militares e civil e saiu triunfante face às restantes facções do MFA no 25 de Novembro.

decisões claras e concludentes, sem excluir nenhuma hipótese e estabelecendo pontes em todas as direções, (...), para uns traidores por antonomásia, revolucionário para outros (...), apenas um brilhante estratega ao estilo de O *Príncipe* de Maquiavel (...)" (Cervelló, 1993, p. 260).

O VI Governo retomou a sua atividade até julho de 1976 sendo o último Executivo Provisório até à entrada em vigor da nova Constituição da República.

Para as primeiras eleições legislativas de 1976 concorreram catorze partidos políticos colocando um ponto final ao clima de instabilidade política nos Executivos de natureza transitória e que fez com que o país tivesse sido governado por seis Governos provisórios. O dia escolhido para o ato eleitoral foi simbólico, 25 de abril. O PS foi - como o já tinha sido para a Constituinte, o partido mais votado com 34,9% dos votos expressos em urna com este resultado, a implantação do partido à escala nacional aprofundou-se. O PPD com 24,3% dos votos consolidou o segundo lugar no panorama político, apesar de registar uma ligeira perda comparativamente com o ato eleitoral anterior. O CDS por seu lado passou para terceiro partido ao obter 15,9%, ultrapassando o PCP com 14,4% dos votos que averbou mais uma pesada derrota e viu praticamente desaparecer o MDP-CDE.

No dia 3 de junho de 1976, foi inaugurada a Assembleia da República sendo que no dia 14 de julho foi empossado o primeiro chefe de Estado eleito no pós-revolução. Ramalho Eanes tinha ganho as eleições presidenciais de 27 de junho, com perto de três milhões de votos, uma larga margem sobre Otelo Saraiva de Carvalho, que apoiado pela UDP, pelo MES, pela FSP e pelo PRP, conquistou o voto de quase 800.000 portugueses o que lhe "reforçaria a imagem de líder da esquerda revolucionária" (Poças, 2021, p. 30). Pinheiro de Azevedo ficou-se pelos 692.000 votos enquanto o candidato do PCP, Octávio Pato não passou dos 365.000 votos. A projeção que o general Ramalho Eanes granjeou durante o 25 de Novembro quer na sociedade civil quer na estrutura militar terão contribuído para o desfecho. O I Governo Constitucional liderado por Mário Soares tomou posse no dia 23 de julho de 1976.

Em termos constitucionais e como observam Gomes & Sá "terminava a transição portuguesa com a vitória da democracia"(2008, p. 401). Talvez fosse expectável pela sociedade que finalmente alguma estabilidade política fosse garantida com o início dos Governos constitucionais, no entanto se aquando dos Executivos provisórios a transitoriedade governativa foi a expressão mais adequada, a estabilidade desejada não seria garantida como se verá. Por outro se o 25 de Novembro foi por muitos considerado

como o momento de reposição da normalidade democrática e que “fez abortar um processo iminente de guerra civil que se tinha, entretanto, organizado” (Lara, 2015, p. 39) não deixa de ser paradoxal que os atentados mais violentos que resultaram inclusivamente em mortes começassem precisamente depois dessa normalidade ser reposta.

A luta armada externa

Na sua visão sobre o terrorismo (Rapoport, 2013, p. 1) ancora-se numa dimensão de vagas para enquadrar o fenómeno nas suas características dominantes e nas atividades em diferentes países durante um espaço temporal. Não o faz, no entanto, de uma forma estanque; registre-se que as lutas das organizações nacionalistas aparecem em todas as quatro vagas identificadas pelo autor. Nesta senda a *new left wave* dos anos sessenta e a *religious wave* que lhe sucedeu em finais da década de setenta são-nos úteis para a nossa investigação na caracterização do panorama europeu durante o período temporal por nós sinalizado.

Em Espanha, a ETA, surgida no contexto de uma longa ditadura de Francisco Franco (Bachoud, 1997) designada de patriótica, não religiosa e apartidária, prosseguia a chamada “*self determination of our homeland’s Destiny*” (de la Calle & Sánchez-Cuenca, 2011, p. 5) na luta pela independência do País Basco. Desde as suas ações iniciais contra o regime em 1958, com atitudes pouco mais que *naïfs* como o hastear a bandeira basca onde fosse proibido, grafitar as paredes de edifícios públicos e destruir alguns símbolos franquistas, viu essa dinâmica interna *soft* interrompida quando Javier Echebarrieta, um dos líderes da organização foi parado numa operação de trânsito de rotina no dia 7 de junho de 1968 e matou um agente da Guarda Civil. Horas mais tarde e no decurso de outra operação policial foi ele morto pelas forças de segurança tornando-se no primeiro mártir do movimento e inaugurando uma espiral de violência em Espanha.

Iniciado o combate com o regime de Franco, a popularidade do grupo atingiu um dos seus pontos mais altos - se não o mais alto - com o assassinato do Almirante Carrero Blanco, Presidente do Governo¹⁹⁸. Com o ato, enviaram uma fortíssima mensagem sobre as intenções e as capacidades do movimento ao mesmo tempo que o “*asesinato del presidente del Gobierno, el almirante Carrero Blanco, que dio al grupo terrorista una dimensión que hasta entonces no había tenido* (Iribarren, 1998, p. 30) “*una proyección nacional e internacional que nunca había esperado*” (*Ibidem.* p. 230). A luta

¹⁹⁸ Cfr. (p. 78) da presente investigação.

independentista que a ETA protagonizava, não cessou com a deposição do regime ditatorial espanhol e prolongou-se pelo regime democrático mesmo após a aprovação da Constituição espanhola de 1978 conduzindo as suas ações em território espanhol e externalizando as suas ações também em solo francês. Até maio de 2018, onde numa missiva enviada à imprensa, a ETA anunciou a sua dissolução, passaram quase sessenta anos de luta armada depois da sua fundação.

Em Itália, as Brigadas Vermelhas, grupo armado e violento com origem nos movimentos estudantis do final da década de sessenta e início de setenta, do século XX, atingiram com o rapto e posterior assassinato do antigo chefe do Governo Aldo Moro em 10 de maio de 1978, o pináculo da violência dirigida contra dignitários políticos no país e na Europa. Um grupo que se radicalizou como muitos outros e que tinha tido em ações mais básicas da luta armada, o incendiar do carro de um empresário da Sit-Siemens, Giuseppe Leoni em Milão e a “distribuição de panfletos, onde apelava contra o capitalismo multinacional imperialista e pela constituição de um partido comunista combatente, desencadeando a revolução marxista e proletária” (Carmo, 2017, p. 573) as suas origens, o seu ponto de partida. Mas em Itália a luta armada não era exclusiva das Brigadas Vermelhas e tal ficou bem patente em 1980 no ataque violento ocorrido na estação de comboios de Bolonha que causou oitenta e cinco mortes e mais de duzentos feridos ação essa reivindicada por uma organização de extrema-direita, the Revolutionary Armed Nuclei (Thurmond et al., 1985) que perpetrou ainda mais alguns assassinatos dos quais se destaca a morte do magistrado Mário Amato no mesmo ano.

Na Alemanha, leia-se RFA e na visão de Carmo, a herança da personalidade fascista terá estado na origem da revolta dos jovens que carregavam a má consciência dos pais e que deram origem a um movimento radical que “ao contrário do que possa parecer os grupos que vieram a confluir na RAF [Fração do Exército vermelho] eram contra a violência em relação a alvos humanos” (Carmo, 2017, p. 608). Ressalvada a incongruência, este grupo foi responsável por ações violentas tendo no auge de suas atividades em 1977, assassinado o procurador-geral da República, Siegfried Buback (Braun, 2015) o diretor-presidente do Dresdner Bank, Jürgen Ponto e o presidente da Confederação das Associações de Empregadores Alemães, Hanns-Martin Schleyer. Além disso, sequestraram um avião de passageiros da Lufthansa para a Somália para forçarem o Governo na libertação dos seus militantes que, entretanto, haviam sido presos.

Mas o território Germânico viu também o seu espaço ser violado por grupos estrangeiros a atuarem contra interesses externos quando em plenos Jogos Olímpicos de

1972 em Munique, a Alemanha testemunhou a organização Setembro Negro¹⁹⁹ sequestrar na aldeia olímpica a delegação israelita. A operação tática de resgate, mal-executada pela Polícia terminou com a morte de dezassete pessoas, seis treinadores e cinco atletas de Israel, cinco membros do Setembro Negro e um polícia alemão (B. Monteiro, 2015).

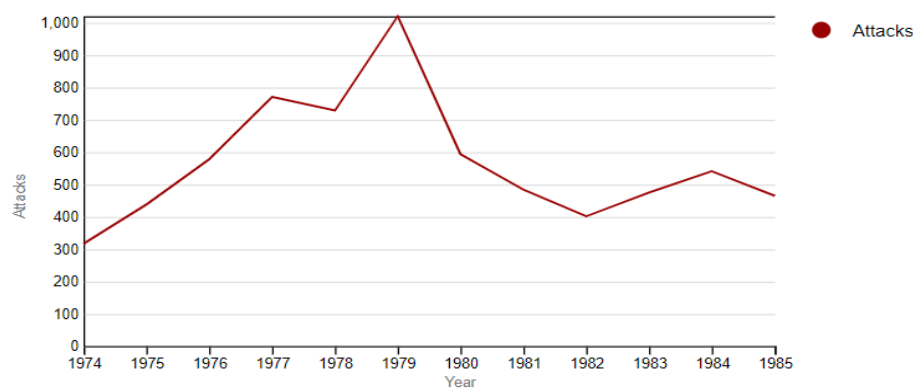
Nas décadas de setenta e oitenta do século XX, a França, também experienciou ações violentas no seu território e teve no grupo Ação Direta de 1979 a 1987 vários assassinatos dos quais destacamos o Engenheiro Geral René Audran em 1985 alto responsável do ministério da Defesa e responsável pela venda de armamento ao estrangeiro, bem como a morte de vários *gendarmes* e policias durante ataques ou roubos. Mas esta sociedade assistiu no seu território, a grupos estrangeiros atuarem contra interesses diplomáticos externos nomeadamente quando no dia 24 de outubro de 1975, em Paris, o embaixador Turco Ismail Erez e o seu motorista, foram emboscados próximo da embaixada por um grupo de membros do Armenian Secret Army for the Liberation of Armenia (ASALA) que com recurso a arma de fogo os assassinaram. Ou em 24 de setembro de 1981, na mesma cidade, registarem um ataque ao consulado turco por quatro membros do mesmo grupo em que o cônsul Kaya Inal e um segurança turco Cemal Ozen, ficaram seriamente feridos quando os atacantes fizeram cinquenta e seis reféns.

Com as suas raízes intrincadas no primeiro quartel do século XX, o Irish Republican Army (IRA) nunca enjeitou o recurso à força armada para tornar a Irlanda do Norte numa república independente. Nem os mais altos dignitários da Coroa Britânica escaparam à ação do grupo como o assassinato de dois embaixadores britânicos em 1976 e 1979 e a tentativa de assassinar a ex. Primeira-ministra Margaret Thatcher em 1984 (Carroll, 2023).

À guisa de resumo sobre esta pequena parte da atividade criminógena e consultados alguns dados do Global Terrorism Database (DTB) podemos inferir que durante o espaço temporal do nosso escopo investigatório na Europa Ocidental entre meados de 1974 e 1985 a mesma foi intensa, tendo o número de ataques atingido o seu pico em 1979 com mais de mil ações violentas ao que se seguiu um decréscimo acentuado.

¹⁹⁹ O grupo terrorista Setembro Negro nasceu como uma dissidência da Organização para Libertação da Palestina no fim do ano de 1970. Os seus membros eram radicais islâmicos orientados por Ali Hassan Salameh, o líder da organização.

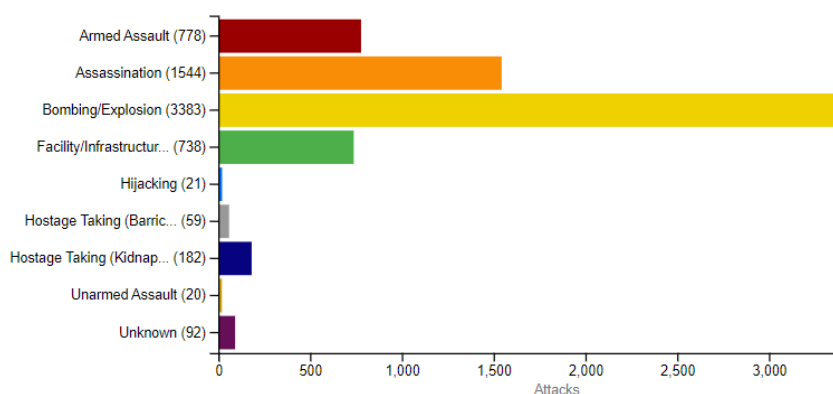
Figura 5 Ataques na Europa Ocidental 1974-1985



Fonte. Global Terrorism Database²⁰⁰

Quanto ao tipo de ataque a utilização de materiais explosivos registou os valores mais elevados, seguindo-se os assassinatos e os assaltos violentos.

Figura 6 Tipos de ataques realizados



Fonte: Global Terrorism Database²⁰¹

As menções supra, ainda que forçosamente incompletas sobre alguns dos atentados perpetrados por grupos que atuavam na Europa durante a década de setenta e oitenta do século XX tiveram como principal objetivo um enquadramento situacional do panorama (in)-securitário português.

²⁰⁰ Acedido em 8 de janeiro de 2024.

²⁰¹ *Ibidem*.

A luta armada interna

“As ruas cheiravam a pólvora, mas
as bombas a sério vieram depois.
SIC (1995)”²⁰²

No âmbito da nossa investigação abordamos - ainda que de forma não exaustiva, duas visões da luta armada a nível interno. Uma de inspiração política de direita que se iniciou em 1974 e que se prolongou após o 25 de Novembro de 1975, outra de inspiração de esquerda iniciada em 1977 e que no âmbito temporal desta investigação - final de 1985 -, ainda se fazia sentir. Em ambas existiu “uma finalidade política comum, através da violência lutarem contra o poder vigente em Portugal” (Manuel, 2015, p. 180).

No pós-revolução de 1974, Adelino da Palma Carlos foi o Primeiro-ministro do I Governo Provisório por escolha do Presidente da República, general António de Spínola, investido no cargo um dia antes de dar posse ao Governo. Não foi com surpresa que quando o antigo professor de direito iniciou a condução do Executivo, encontrasse o país mergulhado num ambiente marcado por uma grave crise política, económica e social.

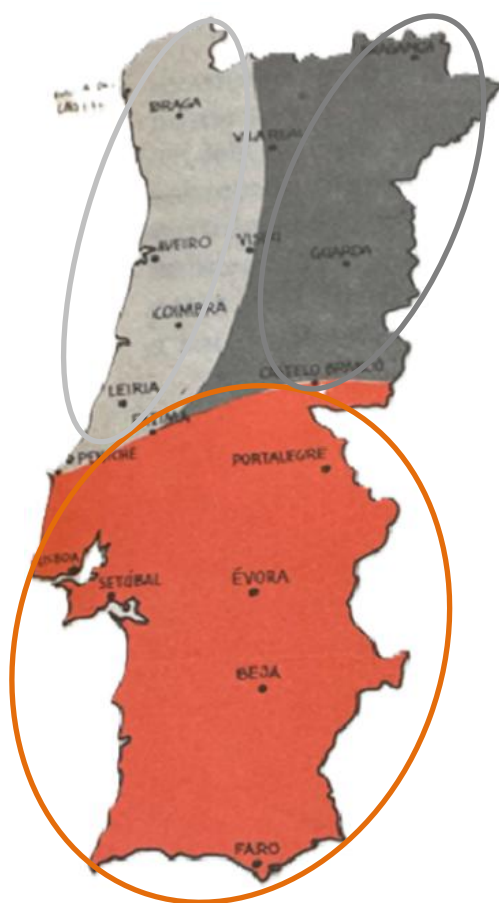
Por outro lado, as FA “havia-se transformado, repentinamente em vanguarda de uma revolução de massas; as forças de segurança, nomeadamente a GNR e a PSP, traumatizadas pelo triunfo de um levantamento militar em que não haviam participado e inibidas de agir” (Spínola, 1978, pp. 139-140) nada podiam fazer porque qualquer ação materializada pelas polícias podiam na cultura política emergente equivaler ao fascismo, à “ilegitimidade e incompatibilidade com a democracia” (Cerezales, 2021, p. 338).

No domínio partidário, o peso e implantação dos partidos na sociedade também diferiam. O PS criado em abril de 1973 ainda na clandestinidade, o PPD com o seu nascimento em maio de 1974, o CDS fundado em julho do mesmo ano, possibilitou nas palavras de (Manuel, 2015) que emergisse “a capacidade do PCP, partido que já há muitos anos se encontrava estruturado e que procurou orientar e manipular vários sectores da sociedade, nomeadamente os militares, com o objetivo claro de procurar o poder pela via não eleitoral e tornar Portugal numa Estado comunista na esfera soviética (...). Tal objetivo não encontrou o apoio maioritário das populações, em especial no Norte, como

²⁰² Cfr. À Lei da Bomba FP25 Abril. (1995). (0m30s). Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=MY716Ff7tjc&t=32s&ab_channel=ManuelCastelo-Branco Acedido em 28 de novembro de 2024.

também teve de enfrentar uma tenaz oposição por parte da instituição secular Igreja Católica” (p.180). Mas os comunistas rapidamente se implantaram pelo território e em termos geopolíticos, nas palavras de (Dugos, 1975) quem viajasse pelo Alentejo e Algarve encontrava um território sob o controle político do partido, onde quer a social-democracia quer os cidadãos tidos como sociais-democratas eram estigmatizados ou ameaçados. Em outras zonas do país passava-se exatamente o oposto. Essa região podia estabelecer-se contida numa linha de delimitação que partindo de Peniche obliquava para Fátima e daí subia até à fronteira norte com a Espanha passando por Viseu, o país apresentava assim uma imagem bicéfala como se houvesse uma linha diagonal, que dividisse o território nacional em duas partes (Dugos, 1975, pp. 39–40).

Figura 7 Zonas geográficas de Portugal em agosto de 1975



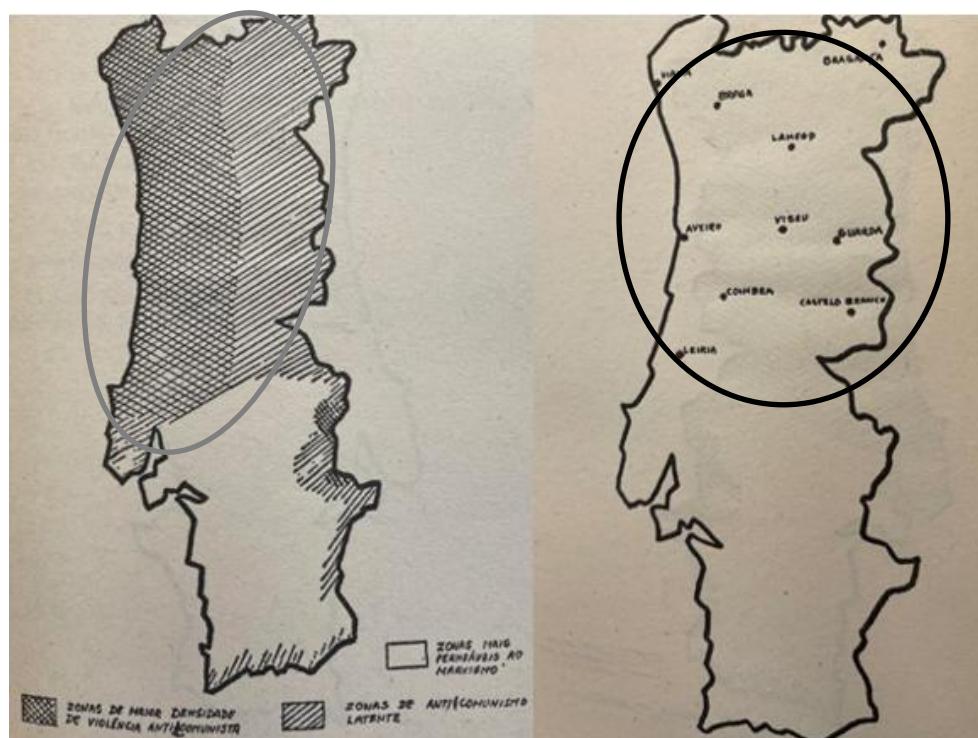
Legenda: Cinzento-claro, zona de militância anticomunista com ocorrência de incidentes graves. Cinzento-escuro, zona de anticomunismo latente. Laranja, zona recetiva ao comunismo, mas com igual implantação de todos os partidos.

Fonte: Adaptado de Dugos, C (1975). O Povo é quem mais ordena. Acrópole, pp. 39-40.

Os movimentos armados de inspiração política de direita

Não tardaram a aparecer os movimentos armados, o ELP, o MDLP, os Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental (CODECO) e o Maria da Fonte. Todos com uma implantação geográfica bem definida e uma área de influência espiritual bem vinculada. Nas palavras de Wallraff & Schlumberger (1976) os conspiradores mostraram-nos os dois mapas que se seguem como prova o fundamento dos seus planos. O mapa das zonas geopolíticas dá-nos a sua ideia do panorama político em Portugal. Localiza as zonas de influência da direita e mostra uma mancha branca, o Sul onde, desde o 25 de Abril de 1974, se formaram quase todas as cooperativas agrícolas – a zona onde se planeia o massacre. O mapa das manifestações em favor da Igreja, iniciadas pelo MDLP, mostra os pontos de apoio da reação (pp127-128).

Figura 8 Zonas geográficas de influência e manifestações a favor da igreja



Legenda: Quadro da esquerda. Zona de maior densidade de violência anticomunista, Zona de comunismo latente. Zona mais permeável ao marxismo.

Quadro da direita. Leiria, Coimbra, Aveiro, Viseu, Castelo Branco, Guarda, Lamego, Braga, Viana do Castelo e Bragança.

Fonte: Adaptado de Wallraff, Gunter & Schlumberger, Hella (1976). (pp. 127-128).

Este sinalizar de potencial violência tinha sido mencionado num relatório confidencial de informações, nº. 3 que abrangeu o período de 7 e 8 de novembro de 1974, onde numa fonte classificada como B-2²⁰³ apontava para a formação de “grupos de Comandos para terrorismo seletivo e guerrilha urbana com ligações ao exterior” (Jesus, 2013, p. 35).

A explosão da luta armada após 25 de Abril, registou-se maioritariamente entre outubro de 1974 e fevereiro de 1977, onde o país testemunhou um recrudescimento da luta contra o PCP. Durante este tempo assistiu-se nas palavras de Cervelló (1993) a explosão da luta anticomunista. Segundo o autor “a estruturação do anticomunismo terrorista baseou-se em quatro componentes: o apoio da hierarquia eclesiástica cujo epicentro foi o episcopado de Braga; a ajuda operacional, técnica e económica de Espanha, que além disso proporcionava uma retaguarda segura; a colaboração com os militares contrários ao 25 de Abril, que vertebraram todo o movimento tornando-o eficaz; e por último a concordância de todas as forças políticas desde os socialistas até à direita, maioritárias no distritos do centro e norte do país” (p. 237).

Os membros destes movimentos foram identificados como militantes dos principais partidos políticos, nomeadamente do PS, PSD, CDS, militares no ativo e na reserva, pequenos, agricultores, pequenos artesãos e comerciantes e membros da Igreja Católica, bem como pessoas oriundas das três grandes migrações de refugiados políticos, após o 25 de Abril, 28 de Setembro e 11 de Março e que indistintamente iriam integrar os movimentos (Dugos, 1976).

Esta luta terá começado a ser preparada não em território nacional, mas na vizinha Espanha, ainda franquista, onde se reuniram “os quadros das diferentes fações da direita radical: desde os salazaristas, aos nacionais-revolucionários e neofascistas, desde os refugiados da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa, aos militares e aos civis da área spinolista” (Marchi, 2012, p. 86).

O ELP fez a sua aparição em 6 de janeiro de 1975 (Cervelló, 1994; Marchi, 2012) com uma identidade política bem definida em alguns objetivos; “defender a terra mãe ameaçada pela descolonização; manter o território fora da esfera de influência americana e soviética e uma oposição feroz à infiltração marxista na cultura nacional” (Marchi & Silva, 2022) embora a sua génese embrionária se situe no “outono de 1974, depois das dramáticas jornadas de 28 e 29 de setembro” (Dugos, 1976, p. 92).

²⁰³ Classificação de Informações, B-2 significa fonte credível e facto muito provável de ocorrer.

A revelação pública da existência desta rede bombista deveu-se ao coronel Corvacho, Chefe do Estado-Maior da Região Militar do Norte, numa conferência de imprensa realizada a 23 de março de 1975. Nas palavras de “Corvacho, o ELP era formado e constituído por ex.- inspetores e ex-agentes da PIDE” (Cunhal, 2016, p. 195) e “contava ainda com a direção do general Tavares Monteiro e do capitão Van Uden”(Cervelló, 1993, p. 192) ainda assim e antes do início da luta armada, as ações do grupo foram precedidas pelo lançamento de panfletos em território nacional. A organização denominada de tipo revolucionária tinha três grandes objetivos; “a restauração da unidade nacional comprometida pela revolução marxista; a verdadeira independência da Pátria ameaçada de tombar no mundo comunista; a liberdade da cultura avassalada pelo dogmatismo marxista” (Dugos, 1976, p. 97). O movimento funcionava com base em células pequenas replicando a estrutura padrão de uma organização subversiva e os contactos eram mantidos apenas pelos responsáveis de cada célula, com um máximo de sete elementos, recrutados entre o círculo de amigos e familiares do fundador da célula.

Do ponto de vista tático deviam utilizar todo e qualquer tipo de instrumento que pudesse provocar danos desde “navalhas, barras de ferro, matracas, correntes de bicicleta, e principalmente uma ampla provisão de cocktails molotov “(Marinho & Carneiro, 2018, p. 419). No que diz respeito ao seu financiamento era maioritariamente conseguido pelo apoio de homens de negócios do norte do país especialmente os ligados ao antigo regime político (Marchi & Silva, 2022).

Do ponto de vista geográfico de atuação segundo Marchi (2012, pp. 88–89) “mais de 70% das ações são levadas a cabo no Norte” que demonstrava ser um terreno fértil para a direita radical e onde até novembro de 1975, pós dia 25, em que começou o processo de desmobilização do grupo. Ainda assim e durante o tempo em que esteve em atividade o ELP perpetró dezenas de ataques à bomba “sendo lhe atribuídas quatro mortes”(Marchi & Silva, 2022, p. 108).

Figura 9 Símbolo do Movimento ELP



Fonte: Dugos, Carlos (1976). MDLP-ELP.

O MDLP por sua vez foi fundado em março de 1975 (M. Carvalho, 2017) com objetivos claramente expressos pelo seu líder o General Spínola, “o general, que está decidido a executar um projeto de características revolucionárias, cujo propósito seria o da derrubada do atual Governo português. Para tanto pretende, a curto prazo, desencadear no interior de Portugal uma ação subversiva, nos mesmos moldes daqueles preconizados pela União Soviética, podendo até chegar a ação de guerrilhas, por acreditar que as circunstâncias estão cada vez mais favoráveis a um grande apoio da população a seu Projeto Político”²⁰⁴.

O Movimento dizia de si próprio ser uma alternativa ao poder em Portugal numa altura em que a maioria do povo português já tinha concluído que o regime que triunfou do 25 de Abril é um regime que não o servia. Ainda assim o movimento excluía-se de ter “vocação partidária – não é um partido porque até militam nele elementos de quase todos os partidos portugueses, ainda assim estava disposto a tomar o poder” (Dugos, 1976, p. 61). Esta forma de aquisição de poder nas palavras de Cunhal (2016) “traduziu a continuação desesperada e raivosa da atividade de Spínola - general, ex-Presidente da República, ex-Presidente da JSN, ex-Chefe Supremo das Forças Armadas -, derrotado em sucessivas tentativas de golpes anteriores e exilado depois de fugir de Portugal” (p. 189).

Em termos de ações violentas ao movimento foram atribuídas inúmeras sobretudo contra alvos conotados com uma visão esquerdista de vida política nacional em especial “ataques e assaltos a sedes e centros de trabalho sobretudo do PCP e do MDP-CDE” (*Ibidem*.

²⁰⁴ CPDOC, Arquivo António Azevedo da Silveira, citado em: Extreme-Right Violence in the Portuguese Transition to Democracy Portugal's Liberation Army (1974-1976), Marchi R, Silva R, *Fascism Journal of Comparative Fascist Studies* (2022) 11(1) (pp. 87-108).

p.190). Durante os anos de ação violenta do movimento, os meses de abril e maio de 1976 foram os mais sangrentos destacando-se, a morte de um jovem na sequência do rebentamento de um carro armadilhado junto à sede do PCP na Avenida da Liberdade em Lisboa “um prostituto (...) e maricas não fazem cá falta nenhuma...” (M. Carvalho, 2017, p. 440) e a morte de Rosinda Teixeira por um engenho explosivo em São Martinho do Campo, no 21 de Maio de 1976 pelas três horas da madrugada Explosão duma bomba supostamente dirigida a António Teixeira, seu marido e sindicalista de esquerda frequentemente ameaçado de morte. Mas o caso mais mediatizado foi a morte do padre Max e de Maria de Lurdes, estudante, no interior de uma viatura, no concelho de Vila Real, lugar da Cumieira, onde deflagrou um engenho explosivo. Nas palavras de Carvalho (2017) “o padre Max fora notado: era de esquerda, vestia calças de ganga, agitava consciências (...), Max era também candidato a deputado nas listas da UDP nas primeiras eleições livres para a Assembleia da República” (pp. 218–219).

A sentença deste processo, com quinze volumes e mais de quatro mil páginas foi proferida em 1999, vinte e três anos depois do crime e de uma procissão de avanços e recuos. O MDLP foi condenado enquanto organização que planeou e financiou o atentado. Os alegados executantes foram absolvidos por falta de provas (M. Carvalho, 2017, p. 225).

Figura 10 Símbolo do Movimento MDLP



Fonte: Dugos, Carlos (1976). MDLP-ELP.

Outro movimento que grassou durante este período foram os CODECO, constituído por ex. combatentes da guerra africana, desempregados e jovens marginais, foram estes recrutados para “sob a ordens de outras pessoas fabricarem e colocarem bombas, fazer atentados, praticar agitação com o fim de desestabilizar a situação política então vigente, combater o gonçalvismo e reconquistar bens e posições para determinadas pessoas e grupos de direita” (Guerra, 1983, p. 40). Criados durante o verão quente de

1975, prolongaram a sua atividade até 1977 sendo lhes atribuída a autoria de diversos atentados e a conotação com o CDS do qual constituíam o seu braço armado (Guerra, 1983, p. 47) acusação sempre desmentida por Freitas do Amaral o líder do partido que apesar de admitir a existência de “agentes infiltrados no CDS, aguarda que fosse feita prova de tal envolvimento”(Guerra, 1983, p. 45).

Em termos operacionais o movimento privilegiava a utilização de engenhos explosivos na sua zona de atuação preferencial, área de Lisboa e os seus alvos “eram instalações, viaturas e pessoas relacionadas com partidos nacionais e esquerda, bem como bens patrimoniais relativos a associações com países sob a esfera soviética e de Angola” Manuel, p. (2015, p. 192).

Figura 11 Símbolo do Movimento CODECO



Fonte: Paulo, Manuel (2015, p. 191)

Outro movimento bastante interveniente e com ligações ao MDLP, foi o Movimento Maria da Fonte muito enraizado na região norte do país (Marinho & Carneiro, 2018) cujo epicentro se situou na Igreja de Braga “o seu objetivo, assumido mais tarde pelos seus dirigentes, como Paradela de Abreu, seria o de preparar o povo para a guerra civil. Eles esperavam ter uma palavra a dizer, não apenas nas ações da contrarrevolução, mas também na solução que viesse a ser encontrada depois da derrota das forças de esquerda”(Cunhal, 2016, pp. 191–192).

Paradela de Abreu, confessou pormenorizadamente a formação, as orientações e as ações terroristas realizadas. A ideia do movimento materializou-se em Madrid à qual se juntaram Jorge Jardim e Sanchez Osório e cedo os assaltos às sedes comunistas “feitas pelo povo sem armas começaram” (Abreu, 1983, p. 117). O Movimento encrustou-se na ideia de que a Igreja Católica seria a única instituição que podia fazer frente às estruturas do PCP, aquilo que o Partido “tinha levado trinta ou quarenta anos a organizar, já estava estruturado em enorme dimensão há quase dois mil anos” (Abreu, 1983, p. 115). A influência que a Igreja detinha não se eximia de tecer comentários políticos sobre a

situação vivida como pode ser avaliada na forma direta como o Arcebispo primaz de Braga se dirigia aos seus fiéis em novembro de 1974; “Marxismo e Cristianismo continuam a ser incompatíveis na doutrina e na prática. Ninguém pode ao mesmo tempo, ser cristão e marxista. E em consciência um cristão não pode professar, defender ou sequer colaborar da difusão das doutrinas marxistas, nem nas suas afirmações teóricas, nem nas suas aplicações práticas, científicas, culturais ou políticas. Caso contrário, aliás - como sanção disciplinar – incorre *ipso facto* na excomunhão dos apóstatas, reservada pelo direito comum do modo especial à Santa Sé” (Dugos, 1975, pp. 68–69).

Os encontros com figuras importantes da hierarquia da Igreja no Norte e os apoios que daí advieram, foram fundamentais para organização do Plano Maria da Fonte. A tónica do Movimento era muito simples “defender a liberdade contra a ditadura comunista” (Abreu, 1983, p. 143). Em todas as paróquias os padres mantinham o seu prestígio e os Bispos mantinham a sua autoridade moral e a cada igreja de forma simbólica dispunha de um sino, a forma mais prática de chamar as pessoas (p. 114). Assim e para além dos padres que constituíram nas respetivas paróquias os pilares das estruturas, existiam ainda os operacionais e os chefes locais, comerciantes e lavradores (p. 159). Os chamados anjos de D. Francisco organizaram em todo o Norte, entre julho e setembro de 1975 “uma imensa estrutura destinada à profilaxia de guerra (...), usando a informação e desinformação, condicionaram o cérebro de populações inteiras, a nível de pequenos grupos de freguesia de se poder desencadear à distância com um simples panfleto, uma movimentação popular” (Abreu, 1983, p. 117).

Nesta agitação participavam todos de mãos dadas: bases do CDS, do Partido Popular Monárquico, (PPM) do PPD e do PS e o âmbito de atuação compreendia, Braga, Famalicão Fafe, Santo Tirso, Aveiro, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Gondomar e Seia, isto é, o norte de Portugal, onde a atividade “terrorista neste período centra-se nas zonas de maior atraso cultural e político, com população economicamente pouco beneficiada com o processo revolucionário” (Avante, 1977, p. 22).

À guisa de conclusão sobre o papel destes atores e os movimentos violentos de inspiração de direita foram, responsáveis por quinhentas e sessenta e seis ações violentas no País entre maio de 1975 e abril de 1977, uma média de vinte e quatro atos de terrorismo por mês, quase um por dia, causando mais de dez mortes e prejuízos incalculáveis no património de vítimas e instituições. Os partidos à esquerda do PS, com o PCP à cabeça, a par de militares e sindicatos, foram os alvos preferenciais de quase 80% das bombas, assaltos, incêndios, espancamentos, apedrejamentos e atentados a tiro (M. Carvalho,

2017, p. 79).

Os movimentos armados de inspiração política de esquerda

Esta luta armada, foi protagonizada por aqueles que se apresentavam como os defensores do povo, contra o capital e o imperialismo e que tiveram nas Forças Populares, 25 de Abril (FP25) o seu grande movimento. No entanto e como bem refere Manuel (2015) “importa fazer uma breve abordagem à atividade do PRP-BR depois da revolução os Cravos, pois foi a única organização que se manteve ativa no final do Estado Novo e no início do regime democrático” (p. 195).

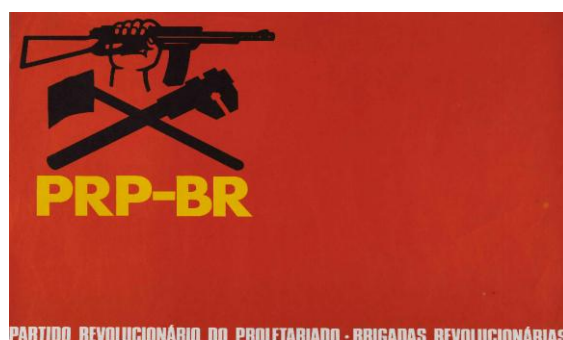
O PRP nasceu em setembro de 1973 após uma declaração ao povo português onde se classificava como organização autónoma clandestina do proletariado fomentando as lutas no seio deste e promover a tomada do poder²⁰⁵. Durante o Verão Quente de 1975 o PRP em termos políticos, apoiou a aliança Povo – MFA, por intermédio de dois documentos que pretendiam que os caminhos políticos do país rumassem pelo caminho do socialismo revolucionário e não pelo regime representativo que se encontrava em redação na Assembleia Constituinte²⁰⁶.

No domínio das atividades criminosas do PRP foram marcadas segundo Serra (1998) por assaltos a bancos e ataques a esquadras da PSP com o emprego de explosivos contra sedes do CDS e contra manifestações da Confederação dos Agricultores Portugueses sendo que o pináculo da violência foi atingido em março de 1978 durante uma troca de tiros entre o PRP e a Polícia e um agente foi morto. Este episódio, foi tido como fundamental para “acelerar as divisões, latentes, no PRP” (Serra, 1998, p. 69). A mais e a menos radical (preconizada por Isabel do Carmo) direcionou a troca de dados entre os responsáveis da Polícia Judiciária (PJ) e a DINFO no sentido de localizar o autor do ato e por outro desencadear de uma operação policial que conduziu à deteção dos principais dirigentes da organização (Serra, 1998, p. 70).

²⁰⁵ Cfr. Comunicado do PRP. Disponível em: <https://ephemerajpp.com/2018/07/21/partido-revolucionario-do-proletariado-1973/#jp-carousel-329468>. Acedido em 8 de fevereiro de 2024.

²⁰⁶ Cfr. Comunicado do PRP. Disponível em: <https://ephemerajpp.com/2019/09/01/partido-revolucionario-do-proletariado-1975-2/#jp-carousel-329452>. Acedido em 8 de fevereiro de 2024.

Figura 12 Símbolo do Movimento PRP-BR



Fonte: (s.d.), "Cartaz do PRP-BR", Fundação Mário Soares / Isabel do Carmo/Carlos Antunes, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10087.001.021> (2024-2-12).

As FP-25 são nas palavras de Marinho & Carneiro (2018) “muito provavelmente, a organização terrorista que ocorre à memória em primeiro lugar à generalidade dos portugueses” (445). Um grupo que encontrou no terrorismo de esquerda internacional a sua base de inspiração e que se classificavam como anticapitalistas e combatentes contra os respetivos Estados a quem chamavam de fascistas (Poças, 2021).

As FP-25 ocuparam o espaço que seria a melhor forma de prosseguir “os objetivos de tomada do poder e de combater o imperialismo e o capitalismo passava, necessariamente por ataques diretos ao capital, fosse sob a forma de danos provocados ao património privado ou de baleamentos diretos sobre os capitalistas” (Poças, 2021, p. 50).

O primeiro ato publico de publicitação da organização ocorreu no dia 20 de abril de 1980, uma série de petardos de fraca potência rebentaram em diversas cidades do país (L. F. Fernandes, 2014; Marinho & Carneiro, 2018; Poças, 2021). No manifesto ao “Povo Trabalhador” que acompanhou tal demonstração de força, ficou desde logo expresso que o recurso à força era admissível, e poucos dias depois da declaração inicial realizaram um assalto a uma instituição bancária e fizeram a sua primeira vítima mortal um soldado da GNR (Vilela, 2005).

Durante os anos subsequentes a chamada recuperação de fundos,²⁰⁷ foi uma das formas de financiamento da rede à qual se juntou o recebimento do imposto revolucionário²⁰⁸.

Durante sete anos de atividade, esta organização, assassinou quase duas dezenas de pessoas, entre elas elementos das Forças de Segurança e feriu dezenas de outras. Por

²⁰⁷ Eufemismo geralmente utilizado para o dinheiro roubado em instituições bancárias.

²⁰⁸ Prática importada das Brigadas Vermelhas e da ETA que consistia em exigir um pagamento aos empresários como chantagem para que as empresas e projetos não fossem visados pelas FP-25.

meio de atentados com recurso a explosivos e com a utilização de armas de fogo provenientes de furtos nos paíóis das FA, assaltaram bancos e empresas, intimidaram empresários e atentaram contra o Estado de Direito e contra a democracia. As FP-25, “agiram alegadamente com base num hipotético regresso do fascismo, aspirando a tomar o poder político através do recurso à violência armada, (...) numa fase em que Portugal avançava rumo á democracia de tipo ocidental já enquadrado nas Comunidades Europeias”(Poças, 2021, p. 250).

Figura 13 Símbolo do Movimento FP-25



Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_Populares_25_de_Abril#/media/Ficheiro:Logo_of_For%C3%A7as_Populares_25_de_Abril.svg.

Os alvos e interesses estrangeiros

A luta armada que se fez sentir em território nacional não deixou de fora da sua atuação interesses e alvos estrangeiros. O primeiro que trazemos à colação ocorreu no fim do Estado Novo quando uma missiva foi dirigida à embaixada Inglesa em Lisboa pelo IRA. Uma carta contendo uma bomba, foi detetada pelos serviços de segurança da embaixada e removida pela polícia portuguesa²⁰⁹.

Os atos seguintes já em pleno regime democrático registaram-se eminentemente contra património e alvos específicos, como a destruição de vários escritórios de companhias de aviação; da brasileira Varig²¹⁰ em 03 de junho de 1975, da francesa, Air France e da alemã, Lufthansa²¹¹ em 15 de agosto de 1982 e alvos militares da NATO em território nacional, veja-se as instalações navais da Aliança em Oeiras em 9 de dezembro

²⁰⁹ Cfr. Jornal, Diário de Lisboa. (1973). n.º. 18225. Cartas bomba endereçadas às embaixadas Britânicas em Lisboa e Kinshasa. Edição de dia 18 de setembro, (p.13).

²¹⁰ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1975). n.º. 3. Em dois dias seguidos três atentados bombistas. Edição de 4 de junho, (p. 4).

²¹¹ Cfr. Jornal, Diário de Lisboa. (1982). n.º. 20929. Bombas anónimas atingem Lufthansa e Air France. Edição de 16 de agosto, capa e (p. 4).

de 1984²¹² e em Lisboa em 28 de janeiro de 1985²¹³, contra três navios da força naval fundeados na Capital. A situação de insegurança vivida, levou o Governo a reunir o Gabinete de Crise em S^o. Bento para avaliar a situação²¹⁴.

Mas ações criminosas, não deixaram de fora dos seus alvos as representações diplomáticas acreditadas em Portugal como o já haviam feito em 27 de setembro de 1975, quando uma multidão assaltou a embaixada de Espanha em Lisboa bem como as representações diplomáticas no Porto e em Évora na sequência de manifestações de forças de extrema-esquerda como protesto pela execução de cinco nacionalistas bascos pelo regime franquista²¹⁵. As ações de repúdio foram assertivas por parte do Estado espanhol com ordem de regresso dos diplomatas a Madrid e o exigir de explicações sobre o sucedido a Portugal o que levou a um pedido de desculpa por parte do Governo nacional ao Reino de Espanha. E continuaram com o atentado com explosivos contra a embaixada do Chile²¹⁶ em Lisboa e Porto 12 de setembro de 1980 e contra a embaixada dos EUA²¹⁷ em Lisboa 27 de outubro de 1984. Em todos os atos, para além do pânico provocado e dos danos materiais registados não se verificaram ferimentos pessoais.

Diferentes impactos ocorreram em 22 de abril de 1976 quando a embaixada de Cuba em Lisboa foi alvo de um atentado à bomba do qual resultou a morte de dois diplomatas, Adriana Corcho e Efrén Monteagudo. Da parte do Estado cubano as ações de repúdio e a exigência de explicações voltou a assolar o regime democrático nacional, como já tinha sucedido face à embaixada de Espanha em 1975.

A morte do adido comercial da embaixada turca em 7 de junho de 1982 assassinado à porta da sua residência em Linda-a-Velha por um grupo terrorista arménio, apontava para o continuar deste tipo de ações com uma violência mais forte. Ao não ser capaz de proteger interesses estrangeiros em território nacional a jovem democracia portuguesa mostrava à comunidade internacional no pós-revolução, a sua incapacidade de garantir a inviolabilidade e proteção dos locais, onde as missões diplomáticas e

²¹² Cfr. Jornal, Diário de Lisboa. (1984). nº. 21630. Três granadas de morteiro contra base da NATO em Oeiras. Edição de 10 de dezembro, (p. 8).

²¹³ Cfr. Jornal, Diário de Lisboa. (1985). nº. 21671. Morteiros contra NATO, reivindicados pelas FP. Edição de 29 de janeiro, (p.9).

²¹⁴ *Ibidem*, “Bombas Gabinete de Crise reunido em S^a. Bento, capa.

²¹⁵ Cfr. RTP Arquivo (s.d.). Memórias da Revolução (0m30s). Disponível em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/o-significado-do-assalto-a-embaixada-de-espanha/>. Acedido em 29 de maio de 2022.

²¹⁶ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1980). nº. 100. Destruída toda a fachada – só Pinochet não caiu da parede. no Porto rebentou petardo no consulado. Edição de 13 de setembro, capa e (p. 4).

²¹⁷ Cfr. Jornal, Diário de Lisboa. (1984). nº. 21597. Bazuca improvisada não funcionou – engenho apontado à embaixada dos EUA. Edição de 30 de outubro, capa e (p.7).

consulares e os seus diplomatas, se encontravam instalados.

Tudo isto ocorreu num momento em que Portugal desenvolvia esforços para a sua credibilização internacional e revelaram-se potencialmente perigosos no sentido de evidenciar a incapacidade do Estado de garantir o mínimo de segurança e deste modo potenciar uma eventual intervenção militar externa.

O que registamos no pós-revolução de 1974 foi um período de instabilidade, política, social e securitária com assaltos a sedes de partidos e a instalações diplomáticas, com bloqueio de estradas e o cerco à Assembleia Constituinte. Um período de instabilidade onde o emprego de armas de fogo e utilização de explosivos, são exemplos mais que suficientes para sintetizar a visão de Carvalho (2017) quando afirmava “visto de fora o país é pasto de agitação e anarquia.” (p.42).

Síntese capitular

No presente capítulo abordamos de que forma foi a revolução de Abril percecionada pela comunidade internacional e pela sociedade nacional. Fizemo-lo abordando períodos distintos que marcaram fases importantes no processo de consolidação democrática do 25 de Abril de 1974 ao pós 25 de Novembro de 1975.

Assinalamos que a democracia em Portugal causou além-fronteiras uma perturbação sem precedentes quando o I Governo Provisório passou a incorporar dois ministros do PCP e o potencial contágio para outros países europeus onde os partidos comunistas podiam ganhar mais expressão.

Registamos que durante esta fase de consolidação democrática o ceticismo estava presente nomeadamente em saber se o posicionamento de Portugal se fundamentaria numa visão mais europeísta e atlantista ou se encetaria uma aproximação à URSS e por essa via corria o risco de deixar de ser membro da Aliança Atlântica.

A nível interno e em termos políticos no pós-revolução, enunciamos a proliferação de partidos políticos, a composição e a fugacidade dos Executivos provisórios e relatamos que a sociedade oscilava entre tentativas de radicalização partidária, de golpes e contragolpes militares e de ocupação diversas. Apesar da nova legitimidade política obtida pela via das eleições, a situação interna portuguesa complicou-se de uma forma exponencial, em especial durante o chamado "Verão Quente", fruto de visões políticas diametralmente opostas.

Neste período, roubos e desvio de armas em unidades militares para alimentarem os trabalhadores revolucionários e as populações acumularam-se com as sublevações de

militares e que conduziram a que a autoridade do Estado quando exercida, fosse materializada pelas Forças Armadas, dado a inconveniência do uso das forças policiais conotadas com o antigo regime acentuando o desprestígio das mesmas.

Sustentamos que a luta armada interna inseriu-se numa visão europeia mais vasta onde sumariamos a situação vivida na Espanha, França, Itália, Alemanha e Irlanda com grupos violentos internos que pela força das armas espalharam o terror entre os seus, mas, e talvez mais relevante, a circulação e a atuação de grupos estrangeiros armados que passaram a atuar em países que não os de origem para reivindicarem e conseguirem a atenção da comunidade internacional nomeadamente atuando em eventos de dimensão mundial.

No domínio nacional também abordamos essa opção de grupos armados com inspirações políticas diametralmente opostas, ora de influência de extrema-direita, ou de extrema-esquerda que criaram um clima de conflito latente e efetivo, numa fase inicial dirigida a interesses nacionais, mas que estenderam os mesmos a interesses estrangeiros situados em Portugal.

Capítulo V - Os Atentados contra Dignitários, os casos não julgados

*“We’ve already seen that assassinations.
lasts a matter of seconds,
(...), there is no time to think,
question or weigh up the pros and cons.
he or she has to act.”
(O’Connor, 1996: 134)*

No início da nossa investigação, consideramos fundamental o estudo dos casos que infra explanamos. Temo-los como instrumentais numa linha defendida por (Stake, 2006) para respondermos a algumas das questões que lançamos no início da investigação.

Estes acontecimentos, embora ocorridos em lugares e em tempos diferentes têm uma característica comum, foram dirigidos contra interesses e ou dignitários estrangeiros em Portugal com recurso a violência extrema. Apesar de não serem exatamente iguais quer ao domínio dos alvos, dos métodos de ataque e nas consequências, permitiram numa lógica de replicação de procedimentos (Creswell, 2014; Yin, 2003) serem representativos da nossa investigação.

Foram sinalizados no espaço temporal por nós definido de investigação onde não identificamos outros eventos em que os pressupostos da presença da segurança pessoal estivessem plasmados e que pudessem assim serem estudados.

Dos quatro atentados e após as correspondentes investigações judiciais concluídas²¹⁸, dois não foram a julgamento - o atentado ao embaixador de Israel e o ataque à embaixada da Turquia - ficaram-se pela fase da investigação e que retratamos no presente capítulo. Em termos de citação dos processos recorreremos à sua numeração processual atribuída pela PJ, assim o Proc. 928, 1979, é referente ao atentado ao embaixador de Israel e o Proc. 971, 1983, respeita ao atentado contra a embaixada da Turquia.

Os remanescentes processos, foram julgados em tribunal logo fez-se justiça, o atentado contra o Papa João Paulo II e a morte do dirigente de OLP, Issam Sartawi são

²¹⁸ Os atentados foram investigados no âmbito do Código de Processo Penal em vigor há época, i.e., legislação inscrita no Decreto-lei 16489/1929 de 5 de fevereiro. Publicado no Diário do Governo, 1º. Série nº. 37.

retratados no próximo capítulo. Nesses, optamos por utilizar em termos de citação processual a atribuída pelo Tribunal Judicial de Vila Nova de Ourém, denominação, Querela 196, 1982, respeitante ao caso julgado contra o padre Krohn e a Querela 710, 1983, atribuída pelo Tribunal Judicial de Albufeira respeitante ao caso julgado contra Youssif Al Awad.

Na análise da informação obtida, centramo-nos no estudo individualizado de cada caso numa fase inicial e numa fase subsequente identificamos as questões e os temas comuns entre os mesmos e que os transcendem, na linha das chamadas asserções de (Stake 2009) ou construção de padrões ou explicações por (Yin 2003).

A fugacidade de um atentado

No sentido de permitir uma melhor assimilação, interpretação e mesmo a construção de - eventuais - críticas a esta investigação, infra explanamos alguns dos detalhes de um atentado ocorrido contra o Presidente americano Reagan em 30 de março de 1981²¹⁹ e que serve de modelo.

Quando o Presidente Reagan saiu do hotel Hilton onde tinha proferido um discurso, John Hinckley, encontrava-se no exterior do mesmo, imiscuído com os jornalistas que cobriam o evento. A sua distância face ao chefe de Estado não excedia os três metros e ninguém tinha sido revistado pelas forças de segurança. Hinckley sacou do seu revólver Röhm modelo, RG 14 de calibre 0,22 mm e disparou seis tiros na direção do Presidente, em menos de dois segundos (Wilber, 2011)²²⁰.

O resultado foi muito grave. Quatro homens haviam sido atingidos entre eles o Presidente americano. Durante esta ação vertiginosa, nenhum dos elementos dos USSS que protegiam o Presidente sacou, ou fez uso da sua arma de fogo, quando legalmente o podia ter feito. O que importa sublinhar foi que a rapidez com que o atentado ocorreu, criou dúvidas nos presentes no local sobre o que se tinha passado. Dúvidas extensivas ao próprio Presidente quando numa entrevista que concedeu a Larry King e face à pergunta; *“What’s like to be shot, to be really shot?”* Reagan respondeu; *“I didn’t know I was shot. I heard a noise, and I thought it was firecrackers”*²²¹.

²¹⁹ As motivações do atentado estão plasmadas na (p.80) da presente investigação.

²²⁰ Cfr. Documentário *Banijay History - The Shooting of Ronald Reagan (Crimes of The Century)* | *Reel Truth History Documentary* (3m26s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KvuMpse1xbQ&ab_channel=BanijayHistory. Acedido em 17 de dezembro 2023.

²²¹ Cfr. King, Larry. (1990). *Interviewed the former US President Ronald Reagan*. CNN. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IJKgXz_hOjI&ab_channel=TheCoach. Acedido em 18 de dezembro

Esta ideia também foi percebida por Charlie Wilson repórter da CBS News que se encontrava no local quando afirmou “*I thought it was a prank, it sounded like firecrackers, not gunshots*”²²². Mesmo Jerry Parr²²³ nas declarações que prestou ao FBI em sede de inquérito judicial²²⁴ afirmou que os sons que ouviu pareciam “*firecrackers or a small caliber weapon*”. E esta foi a grande diferença! Podiam ser sons de bombinhas de Carnaval como podiam ser sons provenientes uma arma de fogo de pequeno calibre e reagiu. “*My reaction was instantly to shove the President forward into the limousine*” (*Ibidem*).

Em termos de fugacidade este atentado, começou e terminou sem que ninguém se tivesse realmente apercebido. A exceção tinha sido a reação dos elementos dos USSS que aplicaram no terreno a sua filosofia de atuação e retiraram o Presidente do local.

Sobre a reação específica destes Protetores, Magalhães (2018) argui desconhecer “a nível científico - estudos que determinem os tempos de reação dos polícias da segurança pessoal face à perceção ou identificação de um estímulo contra o Protegido e a ação levada a efeito para o enfrentar” (p. 69). Mas “o que consideramos ser do domínio empírico é que uma vez que um adversário inicia um ataque contra o nosso Protegido, o nosso cérebro necessita de frações de tempo para processar essa informação e emitir o estímulo correspondente de reação” (Magalhães, 2018, p. 70). Colliver (2011) é perentório ao afirmar “*the important thing to remember about timing is that action beats reaction*” (p.187).

O que “é desejável que não aconteça é que os elementos da segurança que são treinados para reagirem, fiquem paralisados. A mecânica muscular tem de ser ativada, a memória muscular tem de vir à tona. É o conceito de reproduzir gestos ou ações previamente assimiladas pelo nosso corpo durante o treino que ocorre face” (Magalhães, 2018, p. 71) “às muitas repetições perante uma situação e que possibilita que a mente subconscientemente assuma ações e agirmos sem pensar” (Colliver, 2011, p. 187).

Foi este sinónimo de aprendizagem motora e de toda a motricidade humana como

de 2023.

²²² Cfr. Blogue: *Behind The Scenes Of History: Covering The President On March 30, 1981*. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/behind-the-scenes-of-history-covering-the-president-on-march-30-1981/>. Acedido em 20 de dezembro de 2023.

²²³ Antigo elemento dos Serviços Secretos e responsável pelo dispositivo de segurança do Presidente Reagan.

²²⁴ Cfr. *Attempted Assassination of President Ronald Reagan, volume 2, Part 03 of 04*, p. 256. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/president-ronald-reagan-assassination-attempt/president-ronald-reagan-assassination-attempt-part-03-of-04/view> . Acedido em 20 de dezembro de 2023.

refere (Gundersen, 2016) quando o entende como o processo fisiológico através do qual o nosso corpo produz determinados movimentos face de estímulos que lhes permitiu salvarem a vida do Presidente.

A reação dos elementos dos USSS “existiu, apesar da vantagem estar sempre do lado do Perpetrador que escolheu o espaço geográfico - a saída do Hotel Hilton em Washington D.C. - e que identificou a hora de saída do Presidente” (Magalhães, 2018, p. 73) .

A reação dos elementos dos USSS “ocorreu contrariando os instintos de auto preservação que cada pessoa tem e que foram identificadas no local” (Magalhães, 2018, p. 73) ao visualizar-se a reação dos policiais fardados que ao ouvirem os estampidos se baixaram para não serem atingidos.

Os agentes dos USSS fizeram o contrário e agiram face ao condicionamento a que foram sujeitos durante sua formação que consta nas palavras de David Carpenter antigo agente de segurança do Presidente Bill Clinton de eliminar esse instinto de autoproteção e enfrentar o perigo ²²⁵.

²²⁵ Cfr. Carpenter, David.(2015). ob., cit (p.61). (25m10s).

Estudo de Caso, nº. 1 - O atentado ao embaixador de Israel

Efhraim Eldar foi o primeiro embaixador de Israel em Portugal logo que os dois países em maio de 1977 estabeleceram relações diplomáticas. Como cônsul-geral desde setembro de 1976, Efhraim assumiu o cargo de embaixador pouco tempo depois. Portugal há data do atentado não dispunha de representação diplomática no Estado de Israel.

Data, local e hora

Terça-feira, 13 de novembro de 1979. O guarda da PSP, Ildefonso Pereira juntamente com o condutor José Dias, do embaixador de Israel, Efhraim Eldar, chegaram com a viatura oficial de marca Volvo, modelo 244 de matrícula CD-10-10, à embaixada de Israel sita na Rua António Enes, Lisboa, pelas 09h30.

“Era costume fazer um trajeto diferente todos os dias por ordem dos guardas da segurança” José Dias (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 82)

A viatura parou frente à embaixada com o motor ainda a trabalhar. Ildefonso saiu do banco da frente do veículo e ao abrir a porta traseira do lado direito (lado do embaixador) foi surpreendido a curta distância.

Quem? O que? Como?

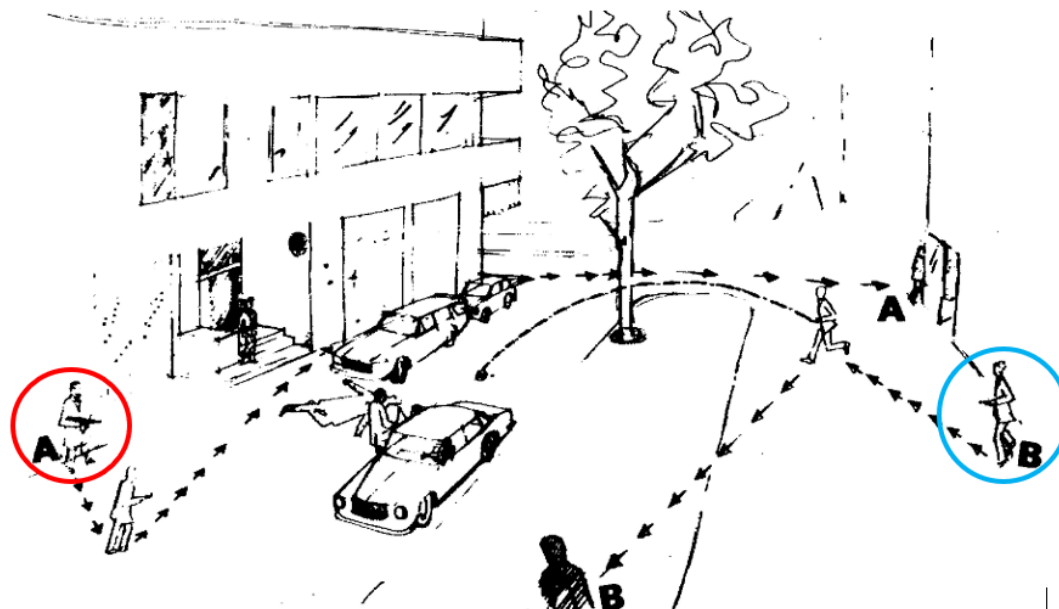
Dois homens, aparentando ambos entre os vinte e os trinta anos de idade, na posse de armas de fogo, pistolas-metralhadoras, dispararam em direção à viatura e arremessaram uma granada no mesmo sentido que provocou uma explosão no local (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 2). Sob ataque, José Dias juntamente com o embaixador conseguiram fugir em direção à esquadra da PSP sita na Av.^a. João Crisóstomo onde se refugiaram. Ildefonso Pereira responsável pela segurança pessoal ao diplomata ficou caído no solo (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 2).

Jornalistas que ocorreram ao local entrevistaram pessoas que presenciaram o atentado e com alguns excertos dos testemunhos recolhidos, elaboraram um croqui com o qual pretenderam reconstituir a forma de atuação dos terroristas. Infra relatamos a descrição do mesmo:

O atirador denominado de A (assinalado com um círculo vermelho e que se encontrava junto à embaixada) atingiu o guarda Ildefonso e disparou sobre a viatura diplomática. Depois fugiu pela rua Filipa Folque, enquanto o atirador denominado de B

(assinalado com um círculo azul do lado oposto à instalação diplomática) esperou que o cúmplice passasse à sua frente para fazer o lançamento da granada em direção à viatura. Depois fugiu em direção à rua Luís Bivar.

Figura 14 Croqui de atuação dos terroristas



Fonte: Jornal, Diário de Lisboa. (1979) n.º 20106. Os dois elementos do comando atuaram em cruzado.
Edição de 14 de novembro, pág. 6.

Contenção / Gestão inicial do local do crime

A primeira brigada da PJ a tomar conta da ocorrência, foi informada pela secretária do embaixador, Isabel N. Leite, que relatou ter recebido minutos antes do atentado um telefonema de uma pessoa que falava em português correto e com voz masculina que disse; “Informe o senhor embaixador que sou amigo de Israel e condenamos a vinda de Arafat a Portugal e que a vinda deste só foi possível graças ao bandido do Presidente da República que temos e ao Governo e que não falava só em nome dele, mas também em nome de amigos que tinha e que pensavam da mesma maneira” (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 3).

No local e após o atentado, a PSP foi incapaz de garantir a esterilização do mesmo para a investigação subsequente. O ajuntamento de transeuntes foi notório conforme a imagem infra demonstra.

Figura 15 Transeuntes no local do atentado



Fonte: s.d., s.r.

Mediatização do atentado – Órgãos de comunicação social

Os jornais desse dia e seguintes deram ênfase ao ataque. De forma ilustrativa o Jornal “A Capital”, destacava “Embaixador israelita escapa a atentado”,²²⁶ o jornal o “DIA” destacava “Terrorismo em Lisboa - À metralhadora e à granada tentaram matar o Embaixador de Israel”²²⁷ e estabeleceram ligação entre o sucedido e o acolhimento por parte do país a Arafat dias antes.

²²⁶ Cfr. Edição de 13 de novembro.

²²⁷ Cfr. Edição de 14 de novembro.

Figura 16 Destaque de Jornal

Consequência directa do acolhimento a Arafat



Ildefonso Teixeira Pereira, o guarda do PSP assassinado

depois os malfícios do terrorismo palestino". O governo de Menahem Begin apresentou também "sinceras condolências à família do polícia português morto e os votos de rápido restabelecimento ao embaixador e aos feridos portugueses". Idêntica tomada de posição foi divulgada pela Embaixada de Israel junto do Governo de Lisboa, que após ter expresso o "mais profundo repúdio contra os cobardes assassinos", salienta simultaneamente

Ephraim Eldar, enquanto Lourdes Pintasilgo recebia a notícia com "consternação e pesar". Em Moscovo, Yasser Arafat — o chefe da OLP que há menos de dez dias esteve em Lisboa — desmentia qualquer envolvimento da sua organização com o atentado de Lisboa. Segundo Arafat, "a raiva dos inimigos da revolução palestina" foi suscitada pela "recepção calorosa e cordial que a opinião pública e o Governo portugueses deram aos representantes palestinos".

que tem sido criado no nosso País e que levou a tão graves consequências".

O citado Instituto de Relações Culturais alerta "a consciência nacional para os perigos que resultam da aceitação entre nós, por algumas entidades oficiais, de indivíduos ou organizações estrangeiras cujas credenciais são o assassinio de inocentes e o vandalismo destruidor". Mas para o grupo promotor da Associação de Amizade Portugal-Israel "esta tentativa terrorista é um dos

Fonte: Jornal "O DIA" edição 14 de novembro 1979

A nível internacional o ato terrorista foi relatada pela Associated Press pelo Jornal francês *Le Monde*,²²⁸ e reproduzida no jornal espanhol *EL País*,²²⁹ que estabeleceu uma ligação ao clima vivido em Portugal nessa época. Do outro lado do Atlântico o ataque também foi noticiado pelo jornal *New York Times*²³⁰.

Figura 17 Destaque de Agência Noticiosa

Bodyguard Killed In Attack On Israeli Envoy In Lisbon

LISBON, Portugal (AP) — Terrorists fired sub-machine guns and hurled hand grenades at the car carrying Israel's ambassador in downtown Lisbon today, slightly wounding the envoy and killing his bodyguard and wounding three others, police said.

No group immediately claimed responsibility.

Police said Ambassador Ephraim Eldar escaped with a bullet wound in the arm as at least two men opened fire on his car as it arrived at the Israeli Embassy. Eldar's Portuguese bodyguard died instantly from an exploding grenade, police said.

The attack came at 9:54 A.M. at the embassy on a tree-lined wide street near

Ambassador Eldar

Lisbon's Gulbenkian Museum. The ambassador's briefcase was found near the side of his car a few feet from a pool of blood.

Police said witnesses reported one of the gunman was a blond wearing a raincoat, and that he still carried his submachine gun as he led the others fleeing the scene. The gunman's bullets also hit a Portuguese guard at the embassy door, the ambassador's driver and a woman passerby.

The 55-year-old ambassador survived the attack by remaining in his car, police said. A woman who lives near the embassy said she saw Eldar leaving his car clutching his right arm, and that he was taken away in an ambulance.

Police quickly sealed Portugal's borders with Spain and set up airport and maritime checkpoints.

Prime Minister Maria de Lourdes Pintasilgo, reported stunned and saddened by the attack, ordered an all-out search for the attackers.

The attack was the first by terrorists in Portugal since the 1974 revolution and came 10 days after an Arab solidarity conference in Lisbon where the main theme was Middle East peace and the featured speaker was Palestine Liberation Organization chief Yasser Arafat.

Portugal and Israel upgraded diplomatic relations to the ambassadorial level two years ago when Eldar was assigned to Lisbon. Portugal has yet to send an envoy to Israel.

Fonte: Notícia na Associated Press

²²⁸ Cfr. Jornal *Le Monde*. (1979). *L'ambassadeur d'israel à Lisbonne est blessé dans un attentat Son garde du corps a été tué*. Arquivo Web. Edição de 14 de novembro. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1979/11/14/l-ambassadeur-d-israel-a-lisbonne-est-blesse-dans-un-attentat-son-garde-du-corps-a-ete-tue_3052071_1819218.html. Acedido em 16 de dezembro 2023.

²²⁹ Cfr. Guardiola, Nicole, Jornal *El País*. (1979). *El embajador de Israel en Lisboa, herido en un atentado*. Edição de 14 de novembro. Disponível em: <https://elpais.com/hemeroteca/1979-11-14/7/>. Acedido em 30 de janeiro de 2024.

²³⁰ Cfr. Jornal *New York Times*. (1979). *Israeli Envoy in Lisbon Is Wounded and Guard Slain in Embassy Raid; Arafat's Visit Cited*. Edição de 14 de novembro. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1979/11/14/archives/israeli-envoy-in-lisbon-is-wounded-and-guard-slain-in-embassy-raid.html>. Acedido em 23 de dezembro 2023.

Reivindicações do atentado

O atentado foi reivindicado mediante telefonemas para a comunicação social por três organizações; “Secção de Lisboa dos Militantes Operários Internacionalistas” no próprio dia do atentado (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 5). A “Organização Nasserista para a Libertação de Presos do Egipto” e “Águias da Revolução” (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 38). As autoridades judiciais não as valorizaram em termos investigatórios ora por desconhecimento de existência das mesmas ou por considerarem que se baseavam num manifesto aproveitamento da situação (Proc. 928, 1979, vol. 3, p. 578).

Diversas formas de repúdio do atentado

Desde o primeiro momento em que o atentado se tornou público, que os dirigentes políticos nacionais foram unânimes em condenar o mesmo. O chefe de Estado, Ramalho Eanes, numa missiva dirigida ao seu congénere estrangeiro sublinhou os princípios que inspiram o Estado português e a condenação do criminoso atentado, reiterando ainda os esforços necessários para levar perante a justiça os autores reforçando o empenho no processo de paz no médio-orientes²³¹. Na mesma altura a Primeira-ministra Lurdes Pintassilgo e o responsável pela diplomacia nacional ministro Freitas Cruz²³² para além de repudiarem o ato, foram informados pelo enviado especial de Israel a Portugal, Avraham Avidar, que o atentado não alterava as relações com Portugal²³³ no entanto, este, teceu duros comentários sobre a forma de atuar da OLP. “Arafat sempre negou que o outro grupo extremista responsável pelos atos de terrorismo pertencia, à OLP, no entanto nós afirmamos que todos esses grupos fazem parte de uma orquestração comandada pelo próprio Arafat” (*Ibidem*).

Em Madrid, a OLP emitiu um comunicado informando ser completamente alheia ao atentado, mencionando que o mesmo, pretendeu prejudicar as relações palestinas - portuguesas. Ahmed Sobeh, diretor adjunto da delegação da OLP em Madrid declarou” a

²³¹ Cfr. Jornal Diário de Notícias. (1979). nº. 40499. Ramalho Eanes condena o atentado em telegrama ao presidente de Israel. Edição de 15 de novembro, capa.

²³² Que defendia a criação de um Estado Palestino. Declarações proferidas no âmbito da cimeira de apoio ao povo árabe que decorreu de 2 e 6 de Novembro de 1979, e que contou com a presença do Presidente da OLP, Yasser Arafat – na sua primeira visita a um país da Europa Ocidental em que foi recebido pelo Chefe de Estado e a Primeira-ministra, de então, respetivamente, general Ramalho Eanes e Engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo – que marcou, simbolicamente, o início do reconhecimento, na Europa, da OLP e, em geral, da causa palestina, Cfr. Jornal Diário de Notícias. (1979). nº. 40497. Edição de 13 de novembro, (p. 5).

²³³ Cfr. Jornal Diário de Notícias. (1979). nº. 40500. O atentado não altera as relações com Portugal. Edição de 16 de novembro, capa, pág. 3.

nossa luta limita-se exclusivamente à Palestina ocupada”²³⁴.

Na mesma linha Yasser Arafat presidente executivo da organização, em Moscovo reiterou a ideia, acrescentando que a recente visita a Portugal e a receção calorosa do povo português para com o povo árabe, suscitou a raiva dos inimigos da revolução palestina²³⁵.

A chefe do Executivo português em declarações à imprensa expressava que aquando da visita de Arafat a Portugal lhe não escondera “a preocupação do Governo português pelas vidas do povo de Israel e pela salvaguarda do Estado de Israel e dos seus direitos”²³⁶. Sobre o atentado afirmou não crer que “seja uma pessoa [Arafat] que esteja a provocar o terrorismo internacional”²³⁷.

Ao nível dos partidos políticos o PS, condenou o atentado e classificou-o como uma tentativa de fazer introduzir em Portugal uma gama de métodos antidemocráticos e que os seus autores não acredita serem portugueses. O PSD classificou-o como anti-humano e referiu que o mesmo não afetaria minimamente a solidariedade entre Portugal e Israel. O CDS, por intermédio do seu presidente Freitas do Amaral, considerou que o atentado não teria nenhum efeito positivo na resolução dos delicados problemas do médio oriente. O PCP classificou-o como uma tentativa de travar a simpatia nacional com o povo árabe e que os autores só podiam estar interessados em ofuscar e deturpar o êxito da recente conferência mundial de solidariedade com o mesmo²³⁸.

Da investigação

Aquando da chegada da primeira brigada da PJ ao local, os investigadores foram suficientemente diligentes para procederem à recolha de testemunhos de cidadãos, testemunhas oculares e recolherem os primeiros indícios.

Tomada de declarações na fase inicial

- 1) Vítor M. S. Gama, trinta e dois anos de idade e residente em Lisboa; viu um homem alto de cabelo escuro, magro com casaco castanho de pele a tirar uma arma dentro de

²³⁴ Cfr. Jornal Diário de Lisboa. (1979). nº. 20105. Anónimos. Reivindicam acção em Beirute e em Lisboa. Edição de 13 de novembro, (p.7).

²³⁵ Cfr. Jornal Diário de Notícias (1979). nº. 40498. Arafat: Provocação dos meios reacionário. Edição de 14 de novembro, capa, (p.3).

²³⁶ Cfr. Jornal Diário de Notícias. (1979). nº. 40501. Há razões para acreditar nas afirmações da OLP. Edição de 17 de novembro, (p.3).

²³⁷ *Ibidem.*

²³⁸ *Ibidem.*

um saco de plástico castanho e a dar tiros de rajada para o carro da embaixada tendo depois fugido (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 2–4).

- 2) Vítor M. M. Cabrita, vinte e quatro anos de idade e residente em Odivelas; viu um homem de fato azul-escuro, ligeiramente alto e magro, aparentando vinte e cinco a trinta anos que transportava uma pistola metralhadora escura e pequena tendo começado a disparar para o carro e depois fugiu (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 2–4).
- 3) Joaquim P. de Castro, cinquenta e três anos de idade e residente em Cascais; viu um individuo de casaco castanho a disparar para a viatura do embaixador (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 2–4).
- 4) Francisca Maria V.B. Santarém, quarenta e oito anos de idade, residente em Lisboa; afirmou que depois de ouvir tiros foi á janela do escritório e viu um homem cerca de trinta anos com um casaco castanho com uma arma a fugir do local (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 2–4).
- 5) Rodrigues Figueiredo, residente em Lisboa; viu uma pessoa de costas vestindo de cor escura tirando debaixo da gabardine uma arma preta e que começou a disparar para o carro (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 2–4).
- 6) Joaquim A. Silva, guarda da PSP que se encontrava de serviço às instalações da embaixada que depois de ferido foi transportado para o hospital de Santa Maria, afirmou não ter visto ninguém (Proc. 928, 1979, vol. 1, p.4).

Recolha de indícios

Os agentes da PJ destacados para a investigação procederam à recolha de vários indícios forenses nomeadamente; cápsulas de munições de calibre 9 mm, um carregador de uma pistola-metralhadora, alguns projéteis, uma cavilha de granada, um par de calças e uma camisola dentro de um saco de plástico e dois jornais, “O Diário “e o “El País” (Proc. 928, 1979, vol. 1, p.3).

Da prova testemunhal em inquérito

Inquirições no dia 14 de novembro:

- 1) Emília C. Lopes, trinta e cinco anos de idade e residente em Lisboa, permitiu apurar que: viu um homem novo, vestindo um blusão castanho empunhando uma metralhadora disparou contra uma viatura parada frente à embaixada. Fê-lo em dois momentos distintos ao que se seguiu o rebentamento de uma granada numa altura em

que se lançou ao chão (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 18).

- 2) Joaquim A. H. Matias, vinte e nove anos de idade, soldado da GNR, permitiu apurar que: viu um homem, alto, vestindo uma gabardine amarelada, a correr em direção à Av. 5 de outubro, levando nas mãos uma pistola metralhadora (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 79).

Inquirições subsequentes

- 1) No dia 19 de novembro, José Dias, cinquenta e cinco anos de idade e residente em Moscavide, motorista do embaixador permitiu apurar que: no dia do atentado foi buscar o embaixador à sua residência e até chegarem à embaixada nada de relevante se passou.

Junto à instalação diplomática, depois de ter parado, que manteve a viatura em funcionamento pois tinha de se deslocar ao aeroporto da portela.

Que o guarda Ildefonso saiu da viatura no sentido de abrir a porta do embaixador e foi atingido por disparos de arma de fogo efetuada por um homem que se encontrava desse lado, não chegando a abrir a porta da retaguarda.

Que face ao sucedido arrancou com a viatura em frente e viu um segundo homem de frente a fazer disparos com arma de fogo na sua direção.

Que apenas parou na esquadra da PSP sita na Av. ^a João Crisóstomo onde procurou auxílio (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 81–83).

- 2) No dia 19 de novembro e em nova inquirição, Emília C. Lopes, acrescentou algo: a existência de um segundo atirador no local que também fez fogo para a viatura do embaixador (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 84–86).

- 3) No dia 22 de novembro, embaixador Ephraim Eldar, cinquenta e cinco anos de idade, permitiu aferir que: durante o trajeto até à embaixada nada de anormal se passou e que quando chegou à mesma, ouviu disparos de arma de fogo dirigidos para a viatura, após o que se deitou no banco traseiro onde permaneceu e sentiu a viatura arrancar a alta velocidade.

Que não teve oportunidade de ver qualquer característica de qualquer dos atacantes (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 148–149).

- 4) No dia 2 de agosto de 1982, o guarda da PSP Joaquim A. Silva, vinte e três anos de idade, residente em Lisboa, permitiu aferir que: se encontrava de patrulha fixa na residência e que aquando da aproximação da viatura do embaixador viu o seu colega sair da mesma e quando se preparava para abrir a porta do lado do diplomata começou

o tiroteio. Que viu, dois atacantes, e que o seu colega foi baleado de imediato. Que se apercebeu do lançamento da granada para junto da viatura motivo pelo qual se lançou para o solo para o interior da porta que dava acesso à garagem. Que momentos antes da chegada da viatura do embaixador apercebeu-se da presença no local dos dois indivíduos que cometeram o ato, mas que os mesmos não lhe fizeram despertar qualquer suspeita, quer pelo modo como se comportaram quer até pela maneira como estavam vestidos. Que em termos de caracterização dos mesmos eram jovens que um era alto e magro e que o segundo era mais baixo e mais entroncado.

Considerou que os dois atacantes atuaram de forma concertada com o fim de matar o embaixador (Proc. 928, 1979, vol. 2, pp. 390–391).

- 5) No dia 28 de setembro de 1982, quase três anos depois do atentado, Joaquim A. H. Matias, confirmou as declarações iniciais e acrescentou que tinha visto outro indivíduo para além do primeiro que corria na mesma direção, mas que não levava nada nas mãos. Que não interveio como soldado da GNR, dado na altura trajar à civil e encontrar-se desarmado (Proc. 928, 1979, vol. 2, p. 413).

Da prova pericial

Durante a fase de inquérito, os investigadores procederam a diversas provas periciais:

- a. Exames balísticos
 - a. Apurou-se que a cavilha da granada não era de produção nacional, mas sim de fabrico soviético (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 51).
 - b. A viatura do diplomata continha onze orifícios de munição de 9 mm, todos disparadas pela mesma arma de fogo (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 61, 265–267).
 - c. O carregador e a arma de fogo eram de marca Makarov de fabrico polaco (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 279).
 - d. A arma de fogo do guarda da PSP Ildefonso, uma pistola do fabrico americano de marca Smith & Wesson de calibre 9 mm, que se encontrava em perfeito estado de limpeza pelo que não chegou a ser utilizada nesse mesmo dia (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 277).
 - e. Foram realizados exames referentes às trajetórias dos disparos na fachada exterior do edifício da embaixada.

b. Exames médico-legais

a. Feridos:

- i. Emília C. Lopes atingida com estilhaços provenientes da granada na face e no olho esquerdo, com perda acentuada de visão (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 2, 18, 85, vol. 3. p. 526).
- ii. Joaquim A. Silva, guarda da PSP de serviço à embaixada ferido pelos estilhaços da granada na perna esquerda (Proc. 928, 1979, vol. 2, p. 390).
- iii. O embaixador, Ephraim Eldar, atingido com tiros na coxa direita e antebraço do mesmo lado (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 2, vol. 3, p.454).
- iv. O motorista, José Dias atingido com disparos no ombro esquerdo (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 2, 18, 52, vol. 3, p. 454).

b. Mortos:

- i. Ildefonso Pereira, relatório da autópsia, disparos de arma de fogo e estilhaços de granada (Proc. 928, 1979, vol. 1, p. 2, vol. 2, pp. 214–216, vol. 3, p. 576).

c. Danos provocados pela explosão.

- a. A fachada exterior da embaixada sofreu danos provenientes dos disparos e da explosão, mas nada de estrutural segundo declarações do responsável do condomínio.
- b. Algumas viaturas que se encontravam estacionadas junto à instalação diplomática também sofreram danos materiais nomeadamente; Peugeot modelo 504 de matrícula, BT-21-75, Volkswagen de matrícula NF-51-25, e um Austin 1300 de matrícula EN-97-81.
- c. Os danos não foram quantificados.

d. Reconstituições

Os investigadores fizeram no dia 14 de novembro - dia seguinte ao atentado - uma reconstituição sobre o percurso de fuga que os autores terão encetado desde a embaixada, até ao último ponto onde foram vistos, a Rua Tomás Ribeiro. Estabeleceram diversos contactos especialmente com comerciantes, na perspectiva de uma identificação mais cabal. Das diligências nada de relevante resultou (Proc. 928, 1979, vol. 1, pp. 18–20).

Cooperação internacional

Via Gabinete Nacional da Interpol²³⁹, foi pedido às autoridades francesas que localizassem um cidadão de origem libanesa de nome Kamal Younes, que havia estado em território nacional no dia do atentado e abandonado o hotel onde se encontrava hospedado duas horas depois do crime em voo com destino a Paris (Proc. nº. 928/79, vol. 1, pp.44-45) e que se tinha tornado suspeito. Esta diligência viria a ser infrutífera pois o identificado não constava dos ficheiros da Interpol (Proc. nº. 928/79, vol. 1, p.80).

As autoridades de Haia, pediram também via Interpol às autoridades nacionais todas as informações relevantes sobre o atentado no intuito de reforçar a segurança aos interesses israelitas em território dos Países Baixos (Proc. nº. 928/79, vol. 1, p.37).

Por outro lado, as autoridades espanholas inicialmente estabeleceram uma conexão entre o atentado de Lisboa e um ocorrido em Madrid onde foi morto Adolfo Coteló Villar Real com uma arma de fogo do mesmo padrão (Proc. nº. 928/79, vol. 3, p.293) e com o mesmo *modus operandi*; morte quando se encontrava dentro da sua viatura particular após ter parado a mesma num sinal de trânsito, foi atingido por uma rajada de metralhadora. No entanto posteriores avaliações forenses aos invólucros das munições solicitados pelas autoridades nacionais às espanholas demonstraram uma não coincidência.

A vinda de especialistas estrangeiros a Portugal no sentido de contribuir para a resolução da investigação foi noticiada pela comunicação social, nomeadamente de origem israelita e da RFA, ligados à luta antiterrorista²⁴⁰.

Dos eventuais resultados dessa cooperação nada apuramos, pois, nada se encontrava registado no Autos.

Resumo do relatório final dos investigadores

No dia 13 de novembro de 1979, na cidade de Lisboa, Rua António Eanes, pelas 09h30, dois ou mais indivíduos armados, perpetraram um atentado contro o embaixador de Israel em Portugal.

Os autores não identificados, dispararam rajadas de pistola-metralhadora e lançaram uma granada de mão contra a viatura que transportava o embaixador. Deste

²³⁹ Portugal aderiu a esta organização de cooperação em matéria policial em 1930.

²⁴⁰ Cfr. Jornal Diário de Lisboa. (1979). nº. 20108. Mais especialistas estrangeiros em Lisboa. Edição de 16 de novembro, (p.5).

atentado que visava a morte do embaixador resultou a morte do guarda da PSP Ildefonso Pereira, responsável pela segurança pessoal do diplomata, fruto dos projéteis que o atingiram bem como à granada de mão que junto a si deflagrou.

O embaixador ficou ferido, bem como o senhor José Dias, a senhora Emília C. Lopes e o guarda da PSP Joaquim A. Silva.

Resultaram danos materiais no edifício da embaixada, bem como em algumas viaturas que se encontravam estacionadas junto à mesma.

Foram ouvidas vinte e nove testemunhas, em diferentes fases do processo.

O atentado foi reivindicado por uma organização autodenominada Secção de Lisboa Militante Operária Intervencionista.

Que até à data da proposta de arquivamento do processo não foi possível identificar os autores do atentado (Proc. nº. 928/79, vol.3, pp.576-579).

Apreciação do relatório da investigação

Não apreciamos os eventuais deméritos da investigação judicial efetuada numa época em que Portugal ainda se consolidava como país democrático e em que as instituições ao nível da cientificidade da investigação pugnavam por desenvolver e aprimorar competências na área.

Não deixamos do entanto de registar:

- a) À guisa de desabafo de um investigador que “este processo esteve parado bastante tempo em virtude de ter estado distribuído a funcionários que sucessivamente, têm saído desta secção sem serem substituídos” datado de 21 de dezembro de 1981 (Proc. nº. 928/79, vol.2, p.386).
- b) Que, um *croquis* da eventual atuação dos terroristas, desenhado pelo Jornal Diário de Lisboa, após auscultação de populares que presenciaram o atentado, não constasse no inquérito judicial.
- c) Que o guarda da PSP Joaquim A. Silva, que se encontrava de serviço na embaixada e que num primeiro momento após ter sido ferido afirmou nada ter visto, quando voltou aos Autos pela segunda vez, fê-lo quase três anos depois foi mais explícito nas suas declarações.
- d) Também não deixamos de registar que no fim da investigação judicial, em novembro de 1986 e sete anos depois do seu início e em virtude de os autores materiais do crime não terem sido identificados, o redator da conclusão, ter tecido considerações especulativas que transcrevemos: “embora não tenha sido até hoje,

apurado concretamente quem foram os responsáveis pelo atentado, tudo leva a crer que tenha sido uma organização terrorista palestina que levou a cabo esta ação. Note-se que, sete dias antes, decorreram no Hotel Penta, em Lisboa, uma conferência de apoio à OLP, com a presença do seu líder Yasser Arafat. Qualquer uma das outras organizações rivais poderia ter aproveitado a ocasião para comprometer essa conferência” (Proc. nº. 928/79, vol.3, pp.577-578).

A nossa análise

- 1) Do estudo do processo em referência este atentado realizado em Portugal inseriu-se numa série de ações análogas dirigidas contra interesses israelitas na década de setenta e oitenta do século XX, na tentativa de fragilizar o Estado de Israel dos quais se destacam;
 - a. Dia 8 de setembro de 1969, Haia, Países Baixos, e Bonn, Alemanha, as embaixadas de Israel bem como os escritórios da companhia de aviação El Al, foram atacadas com engenhos explosivos e granadas. Os ataques às embaixadas não registaram vítimas. No ataque à companhia de aviação três funcionários e um passageiro ficaram feridos.
 - b. Dia 4 de maio de 1970, Assunção, Paraguai, dois palestinos armados, entraram no consulado israelita e dispararam contra os funcionários. Do atentado resultou a morte da secretária Edna Pe'er e ferimentos num trabalhador local. Os autores foram detidos e condenados.
 - c. Dia 28 de maio de 1971, Istambul, Turquia, no consulado israelita, o cônsul Efraim Elrom foi morto. O Exército de Libertação Turco reclamou o ato.
 - d. Dia 19 de setembro de 1972, Londres, Inglaterra, o conselheiro agrícola Ami Shechori, foi morto através da explosão de uma carta armadilhada que lhe foi dirigida. A organização Setembro Negro reclamou a autoria do atentado.
 - e. Dia 28 de dezembro de 1972, Bangkok, Tailândia, a embaixada de Israel foi tomada de assalto por quatro terroristas. Seis funcionários foram libertados dezanove horas mais tarde.
 - f. Dia 1 de julho de 1973, Washington, EUA, Yosef (Joe) Allon, adido militar israelita foi morto a tiro no exterior da sua residência.
 - g. Dia 3 de junho de 1982, Londres, Reino Unido, Shlomo Argov,

embaixador de Israel, foi baleado na cabeça e seriamente ferido por três terroristas palestinos do grupo Abu Nidal, da OLP, perto do Dorchester Hotel, em Londres. Os três terroristas foram presos e condenados a penas de prisão que variaram entre os trinta a trinta e cinco anos de prisão.

- 2) A escolha de Portugal para a materialização do atentado não foi por nós apurada.
- 3) Quanto às motivações para o mesmo por parte dos seus autores não tendo os mesmos sido identificados e presentes à justiça ficaram por apurar. Consideramos ainda assim altamente credível que motivações políticas estivessem na base do atentado.
- 4) Quanto às intenções e às capacidades, os autores demonstraram um alto nível em ambas. A forma como estavam na posse de armamento de guerra e a forma decidida como o utilizaram não deixam dúvidas quanto ao objetivo principal, matar o embaixador! Embora a morte do diplomata não tenha sido conseguida, todos os atos executórios para o sucesso da mesma foram materializados. O estarem no local antes da chegada da viatura. O aguardar que a viatura se imobilizasse e que o Protetor do embaixador saísse da viatura para então abrirem fogo sobre a mesma.
- 5) No que respeita ao plano de fuga e de acordo com as declarações proferidas pelas testemunhas e pelo trajeto empreendido, é altamente provável que os criminosos conhecessem o trajeto a percorrer o que pode apontar para um planeamento prévio do ataque. Reforçando essa ideia com as palavras do guarda da PSP Joaquim A. Silva que se encontrava na embaixada, quando referiu que viu os criminosos na área da circundante, momentos antes do atentado.
- 6) No que respeita à intervenção do guarda da segurança pessoal Ildefonso Pereira analisamos a mesma como;
 - a. Executar diferentes trajetos diários na deslocação da residência para a embaixada era - na altura da prática dos factos - e ainda o é hoje uma contramedida securitária adequada no sentido da mitigação do risco contra o Protegido. Com esta simples medida impede-se o estabelecimento de padrões de trajetos na partida e na chegada a um local. Por outro lado, o conhecimento e a escolha, de itinerários principais e secundários (Aitch, 2012) para deslocação de um ponto para o outro completa a preocupação securitária. A forma expressa como o motorista do diplomata o referiu nos Autos é disso prova evidente.

- b. A utilização de uma viatura convencional por parte do embaixador nesta missão apresentou-se na nossa visão como uma vulnerabilidade, dado que a prestabilidade de uma viatura de características blindadas teria potenciado um resultado diferente em termos das lesões físicas dos ocupantes.
 - c. Ainda assim a sintonia entre condutor e Protetor de manter a viatura com o motor a trabalhar enquanto o embaixador se encontrava no seu interior revelou-se fundamental. É uma das técnicas defendidas a nível internacional nesta matéria (J. Brown, 2007; Colliver, 2011) em que a viatura apenas deve ser desligada quando o Protegido sair da linha de vista dos Protetores entrando em lugar seguro.
 - d. Na chegada da viatura à embaixada, - a terminologia correta é ao local de desembarque -, diz-nos a literatura especializada que é um dos chamados momentos mais críticos para o Protegido, onde a integridade física do mesmo pode estar em risco (Deatherage, 2008) ou mesmo potenciar o perigo (J. Brown, 2007). Ildefonso executou o procedimento correto. Foi o primeiro a sair da viatura para fazer a abertura de porta e realizar o desembarque do Protegido. Durante essa manobra os Protetores fazem uma perscrutação visual ainda que rápida do local onde se encontram (Aitch, 2012; Hipp, 2012).
 - e. Já fora da viatura, a sua presença junto à porta funcionou como um escudo humano tornando-se assim o destinatário de qualquer primeira ação.
 - f. Com essa ação permitiu a sobrevivência de José Dias que mesmo debaixo de fogo pôde abandonar o local de perigo.
- 7) Fatores complementares da sobrevivência do embaixador ao atentado; o procedimento securitário por parte do diplomata de, ao ouvir os disparos de arma de fogo dirigidos contra a viatura, se ter deitado no banco traseiro. Esta ação especulativamente deriva de uma reação racional face ao perigo que enfrentava ou de um protocolo de atuação típico de países que enfrentam com alguma regularidade atos desta natureza.

Arquivo judicial

O Processo judicial, conduzido pela PJ, Direção Central de Combate ao Banditismo com o nº. 928/79 é composto por três volumes no total de quinhentas e setenta

e nove páginas. O início do mesmo ocorreu no dia 13 de novembro 1979 logo após o atentado e foi dado como concluído no dia 28 de novembro de 1986.

Encontra-se presentemente arquivado no Centro de Documentação e Arquivo da PJ em Lisboa.

O pós arquivo judicial

O interesse da sociedade nacional sobre este acontecimento desapareceu e apenas foi objeto de análise jornalística ou académica em esporádicas linhas para ilustrarem pontuais reportagens sobre segurança e criminalidade em Portugal durante a década de setenta e oitenta do século XX²⁴¹.

²⁴¹ Cfr. <https://www.publico.pt/2001/09/22/jornal/portugal-foi-palco-de-atentados-terroristas-nos-anos-80-162057>; <https://www.noticiasaminuto.com/pais/1627083/psp-record-a-seguranca-pessoal-morto-ha-41-anos-em-atentado-de-lisboa>. Acedido em 3 de março de 2024.

Estudo de Caso, nº. 2 - O atentado contra a Embaixada da Turquia

No dia 26 de julho de 1983, o guarda da PSP Túlio Rosado, pertencente à Divisão de Segurança da Polícia de Lisboa, encontrava-se a trabalhar na embaixada da Turquia sita na Av. das Descobertas nº. 22 em Lisboa. O embaixador encontrava-se no estrangeiro e era o encarregado de Negócios, Mustafa Yurtsev Mihçioğlu, que o substituíra no posto. Nesse dia, uma viatura de marca Ford Escort, de cor branca e de matrícula CM-01-21 parou frente à instalação diplomática. Dela saiu um homem que se dirigindo ao guarda Túlio bem como ao elemento turco que aí prestava serviço e quando questionado sobre o que desejava respondeu num português arcaico “visar passaporte” (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 59). Quando o elemento turco lhe pediu o passaporte para tal efeito, o suspeito, nas palavras de Túlio, retirou-se para junto da viatura em passo lento “mantendo sempre a sua mão direita dentro do blusão que vestia”²⁴². Ainda assim o polícia português, tinha memorizado a matrícula da viatura.

Em Portugal, os tempos eram na visão Santos (2020) de especial cautela pois já no dia 7 de junho de 1982, o adido comercial da embaixada turca havia sido assassinado à porta da sua residência em Linda-a-Velha por um grupo terrorista arménio.

Data, local e hora

Quarta-feira, dia 27 de julho de 1983, pelas 10h30, embaixada da Turquia sita na Av. das Descobertas nº. 22 em Lisboa.

Quem? O que? Como?

Cinco homens de origem arménia na posse de armas de fogo e material explosivo, fazendo parte do autodenominado Exército Arménio, atacaram a embaixada (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 2). Fazendo-se transportar em duas viaturas alugadas²⁴³ de marca Ford, modelo Escort de matrículas, CN-01-21; NE-74-63 (Proc.971, 1983, Volume. 2, p. 435) depararam-se junto à instalação diplomática com um polícia, Abílio F. Pereira, que rapidamente neutralizam com vários disparos de metralhadora. Depois de o ferirem nas

²⁴² Cfr. Osório, Isabel. (2008). Documentário SIC. Perdidos e Achados - Ataque terrorista à Embaixada Turca em Lisboa 1983, (1m55s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5Pg2OmT9MXI&ab_channel=VirgilioSantos. Acedido em 30 de setembro 2023.

²⁴³ Viaturas alugadas à empresa Nova Empresa de Transportes Internacionais, com sede no Campo dos Mártires da Pátria em Lisboa.

pernas e nos braços retiram-lhe a pistola e o rádio de serviço (Proc. 971, 1983, vol. 2, p. 417). Sobrevindo ao atentado, o guarda ficou prostrado no solo. Os cinco atacantes entraram na instalação diplomática pelo portão esquerdo, utilizando para o efeito a viatura CN-01-21, com que forçaram o mesmo.

Contenção/ Gestão inicial do local do crime

A PSP chamada ao local, instalou um perímetro de segurança, junto à embaixada cortando e ou condicionando o trânsito na Av. das Descobertas e ainda sem a presença da PJ a liderar a investigação, foram mantidos contactos telefónicos entre os autores do atentado - que não se identificavam como terroristas - e o encarregado de Negócios da embaixada (Proc. 971, 1983, vol. 2, p. 415).

Decisão política

Face aos acontecimentos no Restelo na residência oficial do Primeiro-ministro em São Bento, Mário Soares reuniu o Gabinete de Crise com a presença dos dirigentes máximos das forças e serviços de segurança. A decisão política face aos eventos foi rápida e incisiva. Foi autorizada uma intervenção policial musculada na embaixada e o GOE da PSP recebeu autorização para intervir²⁴⁴.

Ação tática

Para o controlo tático da situação, o comandante da unidade policial, major Albano Gama Diogo, afetou um dispositivo de intervenção composto por dez polícias para o assalto à embaixada. No entanto e antes da ação, ocorreu uma explosão seguida de incêndio dentro da instalação e que precipitou os acontecimentos. Sem noção do que se tinha passado, Gama Diogo “ordenou aos polícias que limpassem a embaixada. “Para nós não havia reféns só havia terroristas”²⁴⁵. A tomada tática do edifício fez-se rapidamente, piso a piso até ao telhado sem que ninguém fosse localizado. No trajeto inverso porém encontram os corpos carbonizados e as armas dos terroristas. A convicção de Gama Diogo face à explosão ocorrida foi que “eles estavam a armadilhar portas e janelas para receberem a força de assalto, neste clima de stress ao montarem o engenho explosivo a deflagração ocorreu (...) com explosivos as pessoas só se costumam enganar uma vez e

²⁴⁴ Cfr. Osório, Isabel. (2008), ob.cit., (p.164), (1m55s).

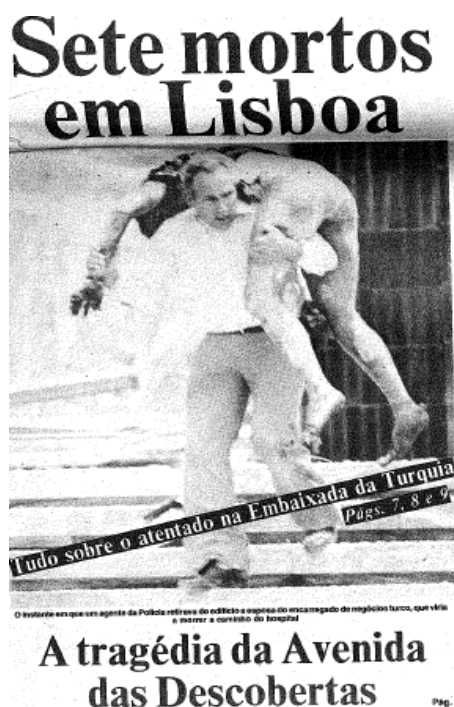
²⁴⁵ *Ibidem* (9m30s).

enganam-se de vez (...) foi o caso que lhes aconteceu”²⁴⁶.

Mediatização do atentado – Órgãos de comunicação social

Os jornais do dia seguinte deram ênfase ao atentado. De forma ilustrativa o Jornal Diário de Lisboa²⁴⁷ destacava “que por causa de um genocídio que o mundo não conhece.”

Figura 18 Resgate de refém do atentado



Fonte: Foto de Luís Vasconcelos (1983)

Na mesma linha o Jornal de Notícias²⁴⁸ publicava “Comando Arménio mata e morre na Embaixada da Turquia em Lisboa”. A imprensa estrangeira também não deixou de apontar o sucedido ao assinalar o atentado vivido em Lisboa e a morte de vários terroristas²⁴⁹.

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ Cfr. Jornal, Diário de Lisboa. (1983). nº. 21215 - Por causa de um genocídio que o Mundo não conhece - Sete mortos em Lisboa. Edição de 28 de julho, primeira página e (pp-7- 9).

²⁴⁸ Cfr. Jornal, Diário de Notícias. (1983). nº. 41782 - Comando Arménio mata e morre na Embaixada da Turquia em Lisboa. Edição de 28 de julho, primeira página e (pp-4-5).

²⁴⁹ Cfr. El País. (1983). *Terror en Lisboa*. Arquivo Web. Edição de 28 de julho. Disponível em: https://elpais.com/diario/1983/07/28/portada/428191202_850215.html. Acedido em 21 de dezembro 2023. Rebelo, José. (1983). *Jornal Le Monde. L'occupation de l'ambassade de turquie à lisbonne a fait sept morts, dont les cinq terroristes*. Arquivo Web. Edição de 29 de julho. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/archives/article/1983/07/29/le-groupe-orly-menace-d-attaquer-a-la-roquette-l-ambassade-de-france-a-teheran-l-occupation-de-l-ambassade-de-turquie-a-lisbonne-a-fait-sept-morts->

Reivindicações do atentado

O atentado foi reivindicado pelo grupo terrorista ASALA (Merari & Kurz, 1985). Numa missiva enviada à delegação da United Press Internacional, em Lisboa, escrita em inglês (Proc. 971, 1983, vol. 1) as motivações expressas foram:

We are the sons of the Armenian people. Our resolve to have recourse to violence is the result of the refusal of the Turkish state and the powers supporting it to heed to the justful and peaceful demanda of the Armenian people, (...), for decades now, the Armenians have been waiting for the international justice to solve the Armenian problem. They organized marches and protests meetings; they addressed memorandums to the United Nations and the major powers, yet nothing came out, no tangible results were obtained in terms of recognition of the political and territorial rights of the Armenian people (...), and now because of the refusal and indifference to solve the Armenian question through peaceful means, we have decided to force Turkey into accepting to negotiate with the Armenian people to solve the Armenian problems, let the Turkish state and its allies refuse to acknowledge the realities of the Genocide and the Armenian rights (...), we have decided to blow up this building and remain under the collapse, this is not a suicide nor an expression of insanity but rather our sacrifice to the altar of freedom. Long live the freedom loving Armenian People. Long live the Armenian Revolution (pp.73-74).

No que respeita à eventual intervenção tática da Polícia na embaixada, os autores tinham entregado uma mensagem redigida em inglês e subscrita pelo grupo, no jornal Diário de Notícias²⁵⁰ em que estabeleciam as condições de passividade que a Polícia deveria adotar durante a operação e que esta duraria no mínimo 48 horas. A inércia tática das polícias passaria por não avocar qualquer tipo de grupo de assalto, colocação de atirados ou quaisquer técnicas de desorientação face ao grupo terrorista isto porque a capacidade bélica de que o grupo dispunha seria o suficiente para colocarem em risco a vida das pessoas que se encontram na embaixada. A não comunicação direta com as autoridades fundamentava-se no pressuposto de os elementos do grupo não se considerarem como criminosos, mas sim revolucionários, com um objetivo, a defesa dos legítimos direitos do povo arménio. As subseqüentes explicações da luta em causa que os impeliram a ocuparem a instalação diplomática seriam fornecidas não só pela via de comunicados diretos ou através de comunicados emitidos no estrangeiro.

dont-les-cinq-terroristes_3078218_1819218.html. Acedido em 5 de dezembro 2024. Jornal, Asbarez. (1983), n.º. 7093, Armenian Revolutionary Army attacks Turkish Embassy in Lisbon. Edição de 30 de julho, capa e (p.15).

²⁵⁰ Cfr. Jornal Diário de Lisboa. (1983). n.º. 41782. Carta entregue no DN pelo Exército Arménio. Edição de 28 de julho, (p. 5).

Diversas formas de repúdio do atentado

As condenações e manifestações de repúdio do ato, surgiram imediatamente e oriundas de vários quadrantes. O Presidente da República Ramalho Eanes lamentou a perda de vidas humanas e mostrou-se particularmente sensível à vulnerabilidade do país a atos como estes e à falta de um serviço de informações²⁵¹.

Os principais partidos políticos corroboraram uma posição de condenação ao atentado. O CDS invocando Portugal como outrora país de exemplo e respeito de autoridade, salientou que o mesmo constituía um alerta para que se tomassem as medidas necessárias para pôr cobro aos assassinatos cometidos por mercenários que escolhem para o seu campo de luta Portugal. O PSD para além de ter protestado veementemente contra o atentado sublinhou que estes atos para além da matéria factual têm como objetivo o enfraquecimento das instituições. O PS para lá de condenar o ato mostrava-se preocupado pela escalada de graves atos de terrorismo em território nacional²⁵². O PCP opondo-se firmemente a tais ações contrapôs que as mesmas não podiam servir de justificação para medidas e planos que a pretexto do combate ao terrorismo visem de facto a restrição ou intimidação ao exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos portugueses²⁵³.

Da investigação

A abertura do processo judicial ocorreu face ao recebimento de uma chamada telefónica na sede da PJ, dando conta a existência de um atentado na embaixada da Turquia em Lisboa com mortos (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 2). O agente J. Ferreira foi nomeado coordenador da investigação. A Brigada que compareceu na embaixada numa fase inicial manteve-se à distância por razões de segurança. Uma precaução assinalada pelos perímetros que a PSP tinha implementado dado serem audíveis vários disparos de armas de fogo e rebentamento de explosivos (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 3).

Recolha de indícios

Finalizada a intervenção tática, apenas pelas 15h00, os inspetores da PJ tiveram autorização para entrarem na embaixada. Aí encontram os corpos de cinco pessoas, procederam à identificação dos cadáveres, apreenderam diverso armamento, viaturas e

²⁵¹ Cfr. Jornal, Diário de Lisboa (1983), n.º. 21215. Condenações surgiram de todos os quadrantes. Edição de 28 de julho, (p. 9).

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ *Ibidem*.

realizaram a recolha de outros indícios (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 5).

No átrio da embaixada e dentro da viatura CM-01-21 foi encontrado o cadáver de um dos atacantes atingido por uma arma de fogo disparada presumivelmente por um dos seguranças de embaixada, Arsan, (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 3). Junto a esse atacante foi localizado uma pistola metralhadora, com dois carregadores e uma granada de mão ofensiva.

Da prova testemunhal em inquérito

- 1) Túlio Rosado em declarações prestadas no dia 28 de junho de 1983 (Proc. 971, 1983, vol.1, p. 59 -ss) afirmou: que num momento da sua pausa durante o seu turno de serviço e através da vedação da embaixada, ter verificado que uma viatura, circulando no sentido Algés - Monsanto de cor branca e de marca Ford se aproximou da embaixada, e pela matrícula apercebeu-se que se tratava da viatura presente no dia anterior.

Que se dirigiu para a frente da embaixada e ter reconhecido o mesmo homem do dia anterior, agora sentado no banco traseiro do lado direito e empunhando uma pistola metralhadora com dois carregadores colados um ao outro tendo saindo da viatura em posição de ataque.

Que face a tal, Túlio empunhou a sua pistola de serviço e disparou na direção da viatura, entrando na embaixada e dando o alarme, “Terroristas”, enquanto ouviu uma rajada de arma de fogo proveniente da viatura que partiu os vidros da frente do edifício. A viatura branca tinha forçado o portão de entrada e violado o perímetro da embaixada (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 60).

Que presenciou o polícia turco com quem trabalhava e que se encontrava no local a disparar uma rajada de metralhadora em direção aos terroristas tendo um deles caído no solo.

Que se deslocou para o gabinete do encarregado de negócios que se situava no primeiro andar do edifício continuando a ouvir tiros de armas de fogo e explosões dando conhecimento do que se estava a passar ao referido diplomata.

Que presenciou o encarregado de negócios a atender um telefonema, em que os restantes terroristas lhe ordenavam que exigisse a retirada imediata da Polícia, caso contrário fariam explodir um engenho explosivo.

- 2) Benedita Lucena em declarações prestadas no dia 11 de agosto de 1983, referiu que: se encontrava em substituição da secretária do embaixador por motivo de férias.

Que já no dia anterior ao do ataque tinha tido conhecimento que uma viatura se tinha tornado suspeita ao ter estado nas imediações da embaixada.

Que no dia do atentado, trabalhava no primeiro andar da embaixada quando ouviu vários disparos de arma de fogo e que face a tal refugiou-se no terraço da embaixada, onde permaneceu durante uma hora tendo apenas abandonado o mesmo já na companhia da Polícia (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 180).

- 3) Ersan, adido da embaixada, em declarações prestadas no dia 11 de agosto de 1983, referiu que: foi alertado pelo guarda Túlio a gritar “Terroristas”.

Que se apercebeu de um dos terroristas entrar no recinto da instalação diplomática empunhando uma pistola-metralhadora, que não teve dúvidas e disparou contra o mesmo tendo em ato contínuo ouvido diversos disparos provenientes de várias direções seguidas de um estrondo.

Que atendeu um telefonema dirigido ao encarregado de negócios e que ouviu o mesmo em conversações com os terroristas e que presenciou o comissário Aires a resgatar a mulher do encarregado de negócios (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 183).

- 4) Abílio F. Pereira, guarda da PSP, em declarações prestadas no dia do atentado, afirmou que: foi maniatado e ferido a tiro nos braços e nas pernas tendo desmaiado de seguida dia (Proc. 971, 1983, vol. 1, pp. 89–90). Que não se recordava de nada.

- 5) Manuel Menicha em declarações prestadas no dia do atentado afirmou que: se encontrava de serviço na zona de Santa Marta em Lisboa e ouvindo as comunicações rádio deslocou-se para o local acompanhado pelo subchefe Gil.

Nas imediações da embaixada, tomou conhecimento do assalto e dirigiu-se para as traseiras da instalação diplomática, acedeu ao seu interior e encontrou um colega, guarda Manual Pacheco.

Que avistou dois terroristas armados e optou por se retirar no local recomendando prudência ao seu colega.

Que ouviu uma grande explosão identificando momentos após a mesma um vulto em chamas (tratava-se da mulher do encarregado de negócios) mas que não assistiu à morte do seu colega Pacheco, falecido com três disparos de arma de fogo.

(Proc. 971, 1983, vol. 1, pp. 153–154).

- 6) José C. Oliveira, motorista da embaixada do Egipto - que se situa do lado oposto à embaixada da Turquia em - declarações prestadas no dia do atentado, afirmou que; no dia anterior encontrava-se nas imediações da embaixada onde trabalhava apercebendo-se da paragem de duas viaturas, uma de cor branca e outra de cor

alaranjada junto à instalação diplomática turca.

Que do interior de ambas, saíram dois homens que se dirigiram ao portão da embaixada da Turquia e que interagiram por breves momentos com dois funcionários que se encontravam no interior da mesma, abandonando o local de seguida.

Que no dia do atentado pelas, 10h30, estando no seu local de trabalho e após ter recebido correspondência para o embaixador, verificou que as duas viaturas do dia anterior, pararam junto ao portão e que de dentro das mesmas saíram uns homens e começou o tiroteio.

Que viu caído no solo um Polícia fardado e que de imediato ligou para as autoridades a dar o alarme, (Proc. 971, 1983, vol. 1, pp. 93–95).

- 7) O encarregado de negócios, Mustafa Yurtsev Mihçioğlu, nunca prestou declarações no processo pois faleceu na Turquia num acidente de viação em 3 de outubro de 1983 (Proc. 971, 1983, vol. 1, p.336).

Da prova pericial

1) Exames balísticos

- a. Os investigadores recolheram inúmeras provas balísticas no local, desde pistolas, a pistolas metralhadoras, fragmentos de matérias explosivas e dezenas de invólucros de munições.

2) Exames médico-legais

a. Feridos:

Polícias da PSP, guardas; Túlio Rosado, Abílio F. Pereira.

Filho do encarregado de negócios, Sulayman Sudi.

b. Mortos:

Todos os terroristas num total de cinco: Simon Khacher Yahniyan; Vatche Taghlian Nazar; Sarkis Abraham Abrahamian; Stark Onnir Ajamian e Ara Housel Karrvikian.

Cahide Mihçioğlu (mulher do encarregado de negócios).

Um polícia da PSP, guarda Manuel F. Pacheco.

3) Danos provocados pela explosão.

- a. Os danos na instalação diplomática foram significativos, pois apenas a estrutura em betão se manteve estrutural. As declarações quer do comissário

Aires, quer do guarda Túlio reforçam essa ideia²⁵⁴.

4) Reconstituições

Os investigadores durante o processo, optaram por não fazer qualquer tipo de reconstituição do assalto à embaixada.

Cooperação internacional

Via Gabinete Nacional da Interpol, foi solicitado a diversas autoridades europeias informações sobre se as armas envolvidas no atentado tinham algum histórico de intervenções em cenários antecedentes, a resposta foi negativa. (Proc. 971, 1983, vol. 1, p. 197).

Resumo do relatório final dos investigadores

Os autores do atentado e de acordo com os investigadores da PJ utilizaram a via aérea para entrarem em Portugal, pelo aeroporto de Lisboa depois de terem feito escala em Roma. Do total, quatro chegaram no mesmo dia, 21 de julho de 1983, (Simon, Vatche, Strak e Ara), enquanto o quinto, (Sarkis) chegou no dia 24 também proveniente de Roma. Todos eram possuidores de passaporte libanês. Todos utilizaram táxis, para se deslocarem para os hotéis, onde ficaram instalados. Simon e Vatche no hotel Cibra; Ara e Strak no Grande Hotel e Sarkis no hotel Sintra Estoril.

Durante a permanência em território nacional e para se deslocarem, terão utilizado duas viaturas alugadas, NE-74-63; CM-01-21, viaturas essas com as quais fizeram o reconhecimento ao local (Proc. 971, 1983, vol. 2, p. 445).

Apreciação do relatório da investigação

Não apreciamos os eventuais deméritos da investigação judicial efetuada numa época em que Portugal se consolidava como país e em que as instituições ao nível da investigação pugnavam por desenvolver e aprimorar competências na área.

Não deixamos do entanto de registar a ausência de prova testemunhal em inquérito das seguintes pessoas:

- a. Do subchefe da PSP Gil que se deslocou com o guarda António Menicha para a embaixada.
- b. Do comandante da força tática do GOE presente no local.

²⁵⁴ Cfr. Osório, Isabel. (2008), ob.cit., (p.164), (8m15s).

- c. Do comissário da PSP Aires que entrou dentro da instalação diplomática e resgatou a mulher do encarregado de negócios.

A nossa análise

- 1) Da consulta do processo em referência este atentado realizado em Portugal inseriu-se na nossa ótica numa série de ações dirigidas contra interesses turcos na década de setenta e oitenta do século XX, como forma de combate político pela via armada, dos quais destacamos;
 - a. Dia 22 de outubro de 1975, Viena, Áustria, o embaixador turco, Danis Tualigil foi assassinado com recurso a arma de fogo no interior do seu gabinete por três membros do ASALA, depois de terem abatido o segurança que se encontrava à porta do mesmo.
 - b. Dia 24 de outubro de 1975, Paris, França, o embaixador Turco Ismail Erez e o seu motorista, foram emboscados próximo da embaixada por um grupo de membros do ASALA, que com recurso a arma de fogo os assassinaram.
 - c. Dia 2 de junho de 1978, Madrid, Espanha, o embaixador Zeki Kuneralp, juntamente com a sua mulher, Necla Kuneralp e o seu cunhado, Besir Balcioglu, foram emboscados na sua viatura oficial por membros do ASALA a tiro de arma de fogo. O diplomata sobreviveu ao ataque tendo morrido a sua mulher, o cunhado e o motorista.
 - d. Dia 12 de outubro de 1979, Haia, Países-Baixos, Ahmet Benler, filho do embaixador Turco Ozdem Benler, foi assassinado com recurso a arma de fogo por membros do ASALA.
 - e. Dia 24 de setembro de 1981, Paris, França, ataque ao consulado turco por quatro membros do ASALA. O cônsul Kaya Inal, e um segurança turco Cemal Ozen, foram seriamente feridos. Os atacantes fizeram cinquenta e seis reféns. A situação foi resolvida com recusa a negociação e posterior apresentação em tribunal dos perpetradores.
 - f. Dia 9 de setembro de 1982, Burgas, Bulgária, o adido administrativo turco, Bora Suelkan foi morto com recuso a arma de fogo em frente à sua residência por elementos do ASALA.
 - g. Dia 14 de julho de 1983, Bruxelas, Bélgica, o adido Administrativo Turco, Dursun Aksoy, foi morto, junto à sua residência, com recurso a arma de fogo por um elemento do ASALA.

- h. Dia 15 de julho de 1983, Paris, França, Aeroporto de Orly, uma bomba explodiu no *check in* das linhas aéreas Turcas. No local três pessoas morrem de imediato e mais cinco no hospital. Varoujan Garabedian membro do ramo francês da ASALA foi considerado culpado e cumpriu pena de prisão.
- 2) A escolha de Portugal para a materialização do atentado não foi por nós apurada.
 - 3) Quanto às motivações para a realização do atentado, os indícios plasmados no processo apontam para motivações de natureza política.
 - 4) Quanto às intenções e capacidades, os autores demonstraram alto nível em ambas. A forma como fizeram o planeamento prévio do ataque deslocando-se ao local no dia anterior à ação e a decisão de atuarem não deixou motivo para dúvidas. O armamento que possuíam e que utilizaram foi elucidativo das suas capacidades.
 - 5) No que respeita ao plano de fuga e face às provas recolhidas não ficou claro que o mesmo estivesse previsto. A quantidade de material apreendido, a declaração, recebida e escrita em inglês indiciam que os Perpetradores não se importariam de padecer no local do atentando e nessa ordem de ideias, que estivessem preparados para permanecer durante muito tempo no mesmo (Proc. 971, 1983, vol. 2, p. 417).
 - 6) No que respeita à intervenção do guarda da segurança pessoal Túlio Rosado;
 - a. Antes do atentado
 - i. A atenção e a capacidade de identificar algo suspeito no dia anterior aquando da deslocação do primeiro atacante à embaixada foi primordial. Uma ideia defendida por Aitch (2012) quando defende que nesta atividade é exigido um “*high level of observation – not just the looking but the seeing and not just the seeing but the assessing*” (p. 79).
 - ii. A forma diligente como deu conhecimento das suas suspeitas aos seus superiores hierárquicos através de uma informação escrita que redigiu.
 - iii. A forma como memorizou a matrícula da viatura suspeita bem como das características físicas do sujeito que o abordou.
 - b. No dia do atentado
 - i. A identificação e cenarização do que se iria passar quando viu a viatura suspeita aproximar-se da embaixada. Uma situação caracterizada por (Holder & Hawley, 1998) como de vida ou de morte baseada num “*state of mind*”(Aitch, 2012, p. 79) e que requer uma ação imediata dada a fugacidade com que estes atos ocorrem.

- ii. A forma como adequou a sua resposta ao ataque iminente numa linha defendida por (Colliver, 2011) em que quando um suspeito se prepara para um ataque há que fazer face ao que se percebe e implementar uma ação de resposta adequada.
- iii. A contenção primeira da ação terrorista ao fazer recurso da sua arma de fogo contra os atacantes, ter dado o alarme a nível interno da embaixada e por ter acionado o botão de pânico do seu rádio permitiu que o reforço policial para o local fosse enviado.
- iv. Com a sua atuação, obrigou os terroristas a alterarem o plano inicial de tomada da embaixada e a refugiarem-se na residência do encarregado de negócios.
- v. Com a sua atuação possibilitou a intervenção tática policial subsequente.

Figura 19 Guarda da segurança Túlio em ação



Fonte: Foto de Luís Vasconcelos (1983)

Arquivo judicial

O Processo judicial, conduzido pela Polícia Judiciária, Directoria-geral nº. 971/83, é composto por dois volumes no total de quatrocentas e cinquenta e cinco páginas. O início do mesmo ocorreu no dia 27 de julho 1983, logo após ter sido recebida uma chamada telefónica na sede da PJ e foi dado como concluído no dia 31 de dezembro de 1987.

Encontra-se presentemente arquivado no Centro de Documentação e Arquivo da PJ em Lisboa.

O pós arquivo judicial

O interesse sobre o tema na sociedade nacional após o evento se desvaneceu e foi sendo objeto de interesse jornalístico que entendemos oportuno trazer à colação. A Televisão SIC, num programa denominado Perdidos e Achados, fez um episódio sobre o ataque à embaixada Turca em Lisboa em 1983. No mesmo, auscultaram uma série de pessoas que mesmo não tendo prestado declarações em inquérito estiveram envolvidas no evento.

Túlio Rosado, agente da PSP, já na condição de reformado reiterou, o que tinha proferido em inquérito judicial e a forma como o atentado o tinha marcado profundamente tendo, no entanto, continuado a exercer as suas funções no Corpo de Segurança Pessoal.

Benedita Lucena, reiterou que o barulho dos disparos das armas de fogo foi o que a mais impressionou e que teve sorte em se encontrar no seu gabinete no início do assalto.

João Paulo Aires, já na qualidade de polícia reformado, relatou logo que soube do ataque deslocou-se para o local onde tomou conta das operações momentaneamente. Que assistiu à explosão ocorrida no interior da embaixada e que viu quer o filho quer a mulher do encarregado de negócios a tentarem abandonar o local quando decidiu resgatar a mesma.

Luís Vasconcelos, fotógrafo jornalista, que se deslocou para o local do atentado apercebeu-se da oportunidade jornalística que o evento potenciava. Por meio de transposição de uns pequenos quintais limítrofes à embaixada conseguiu ter um ângulo privilegiado em frente à mesma e ter realizado uma série de fotos que encheram os jornais nos dias seguintes²⁵⁵.

Síntese capitular.

Nos atentados estudados no presente capítulo, não nos foi possível apurar o porquê da escolha de Portugal para materialização dos mesmos.

No ataque ao embaixador de Israel, os autores nunca foram localizados, nem uma hipotética reivindicação do ato foi emitida. No ataque à embaixada da Turquia onde morreram todos os Perpetradores, em nenhum momento a escolha de Portugal foi mencionada.

²⁵⁵ Cfr. Osório, Isabel. (2008), ob.cit., (p.164), (6m58s).

Aos dois atentados existe uma semelhança, ambos ocorreram em duas zonas nobres da cidade de Lisboa, em áreas movimentadas quer por pessoas a pé quer por veículos em circulação e em plena luz do dia. Ambos em períodos matinais de dois dias de semana.

Uma segunda semelhança registada foi que os interesses estrangeiros em Portugal, foram alvo de uma violência extrema e ostensiva que contou com o emprego de armas de fogo curtas, - pistolas -, mas também de armas de ombro - tipo metralhadoras -, e substâncias | engenhos explosivos.

No domínio das motivações deparamo-nos com uma situação assimétrica nos atentados. Se no ataque à embaixada turca, foram de natureza política expressa pelo grupo ASALA que optou pela tomada da instalação diplomática como forma de luta para projetar na opinião internacional a pretensão do povo arménio, e lavrada na missiva enviada aos órgãos de comunicação social e posteriormente publicitada, no caso da ação contra o embaixador de Israel e para além das reivindicações da autoria do ato em sede de inquérito, consideradas pelas autoridades judiciais como oportunistas e não valoradas, foram de natureza política não expressa. Neste atentado, não existe em nenhuma prova recolhida durante a investigação menção direta a essa motivação, ainda assim entendemos como altamente provável que tenham estado na sua génese.

Em ambas as ações e no que se refere ao número de Perpetradores afetos a cada, não registamos um padrão, pois variou entre os dois homens no ataque ao embaixador de Israel aos cinco na tomada da embaixada da Turquia. No domínio das idades - no primeiro evento - entre os vinte e os trinta anos, (idades estimadas) e as idades comprovadas de todos os cinco elementos entre os dezanove e os vinte e um anos no segundo atentado. A única semelhança foi o género, o masculino, a grande motivação, a capacidade de decisão e preparação técnica táctica no uso do armamento e de técnicas de guerrilha que demonstraram todos os Perpetradores.

No que respeita à intervenção das autoridades policiais nos atentados foram por razões óbvias assimétricas. Quer no ataque ao embaixador de Israel, quer no assalto à embaixada da Turquia, a atuação da PJ foi subsequente à prática dos factos. No caso da PSP, por intermédio do seu Grupo de Operações Especiais ainda interveio durante o ataque à embaixada da Turquia.

Em ambos os atentados as ações de repúdio foram expressas desde a primeira hora, quer pelo chefe de Estado e Governo, quer pelas forças políticas nacionais um padrão adicional que demonstrou que a sociedade não aceitava este tipo de atuação em

território nacional. A mediatização dos eventos através os órgãos de comunicação social, extravasou fronteiras com os principais jornais europeus, *El País* e o *Le Monde*, e americano *New York Times*, a noticiarem o sucedido. A nível interno a massiva cobertura dada pelos periódicos nacionais, fez capas durante dias.

Ao nível da cooperação internacional e no caso do ataque ao embaixador de Israel a mesma foi acionada não só na tentativa de pedidos de localização de suspeitos, como na resposta às autoridades holandesas e no estabelecimento forense de comparações entre a utilização de armas de fogo em atentados análogos ocorridos em Espanha. No caso da embaixada da Turquia também o pedido de verificação forense de utilização de armas foi solicitado. Os resultados foram os mesmos, negativos.

Ainda que por meios de comunicação arcaicos se vistos ao nível da atualidade, as solicitações de cooperação internacional foram atendidas no espaço de tempo relativamente curto.

Da nossa análise, os atentados, embora ocorridos num espaço temporal considerável, novembro de 1979 e julho de 1983, inseriram-se numa serie de ações análogas ocorridas a nível internacional contra interesses do Estado de Israel e do Estado Turco retratadas em cada estudo de caso.

Todas com o mesmo tipo violência extrema e com impactos humanos assinaláveis. É uma asserção que não podemos deixar de assinalar. Com estes ataques os autores, violaram claramente as normas previstas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e na Convenção de Viena sobre Relações Consulares bem como no direito internacional.

No que respeita à intervenção dos polícias da segurança pessoal abordamo-las em dois ângulos diferentes; no caso do atentado ao embaixador de Israel, a surpresa da ação foi a nota dominante. Argumentamos que o guarda Ildefonso não teve hipótese de reagir para além de se ter tornado num escudo humano possibilitando a fuga do local do atentado quer do diplomata quer do motorista garantindo assim a sobrevivência de ambos. A sua ação foi de uma natureza preventiva e não reativa. O facto de não usado a sua arma de fogo corrobora o nosso argumento.

No caso da embaixada da Turquia, a ação do guarda da PSP Túlio foi diferente, classificamo-la como híbrida. Teve uma vertente preventiva quando reconheceu a viatura, e o homem que no dia anterior tinha feito uma ação de reconhecimento à embaixada e alertou os seus superiores do facto.

Teve uma vertente reativa quando no dia do atentado, sinalizou a iminência do ataque

dando o alerta e quando ostensivamente fez uso efetivo da sua arma de fogo contra os terroristas defendendo um interesse estrangeiro em território nacional.

Capítulo VI - Os Atentados contra Dignitários, os casos julgados

Estudo de Caso, nº. 3 - O atentado ao Papa

João Paulo II (Karol Wojtyła) visitou Portugal pela primeira vez em 12 de maio de 1982,²⁵⁶ fê-lo com uma dupla vertente; como chefe de Estado do Vaticano e como líder religioso. O “Presidente da República, Ramalho Eanes e o Primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão deram, no aeroporto de Lisboa, as boas-vindas ao Sumo Pontífice” (Magalhães, 2022, p. 108).

Depois das honras militares, João Paulo II saiu do aeroporto entrou numa espécie de papamóvel descoberto²⁵⁷ e deslocou-se para a Sé Patriarcal de Lisboa. Durante o “trajeto a multidão dificilmente era contida na ânsia de chegar o mais perto possível de Sua Santidade”(Magalhães, 2022, p. 108). Apesar do duplo papel, que personalizava, o objetivo central da visita foi de natureza eminentemente apostólica. Foi o que João Paulo II, denominou de “um chamamento”²⁵⁸.

Antecedentes

Antes de se deslocar a Portugal pela primeira vez, João Paulo II, foi vítima de um atentado em 1981 na Praça de S. Pedro em Roma perpetrado por Mehmet Ali Agca²⁵⁹ que com uma pistola Browning, desferiu dois disparos atingindo o Papa. Submetido a uma intervenção cirúrgica o bispo de Roma sobreviveu ao atentado e, convicto para toda a vida, de que foi salvo pela misericórdia de Deus, o sumo pontífice em sinal de agradecimento aceitou vir a Portugal e ao Santuário de Fátima²⁶⁰.

A visita a Portugal só foi anunciada no final do mês de fevereiro de 1982, menos

²⁵⁶ Voltou a visitar Portugal novamente em 1991 e no ano 2000.

²⁵⁷ Cfr. RTP Arquivo. (1982). Visita de Sua Santidade o PAPA João Paulo II a Portugal (2m30s). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-sua-santidade-o-papa-joao-paulo-ii-a-portugal/>. Acedido em 26 de setembro de 2022.

²⁵⁸ Cfr. Ecclesia. Programa 70x7. (2022). 40 anos da visita do Papa João Paulo II a Portugal (8m16s). Disponível em: <https://agencia.ecclesia.pt/porta/40-anos-da-visita-do-papa-joao-paulo-ii-a-portugal/>. Acedido em 22 de setembro de 2022.

²⁵⁹ Mehmet Ali Agca, tentou assassinar o Papa João Paulo II na Praça de São Pedro, no Vaticano, em maio de 1981, afirmou que o guia da Revolução Islâmica no Irão, o Ayatollah Khomeini, foi o instigador do ataque. Agca, de origem turca, revelou esta informação num livro biográfico lançado em Itália. No livro, intitulado "Prometeram-me o paraíso. A minha vida e a verdade sobre o atentado contra o Papa". Ali Agca, que sofria de problemas mentais, contou como chegou ao Irão depois de ter fugido de uma prisão turca, onde cumpria pena pelo assassinio de um jornalista. Cfr. Jornal Expresso, edição de 1 de fevereiro de 2013

²⁶⁰ Cfr. Podcast do Jornal, Observador. (2024). Matar o Papa, episódio 1 (09m00). Disponível em: <https://observador.pt/programas/matar-o-papa/estreia-matar-o-papa-episodio-1-o-anticristo-em-fatima/>. Acedido em 19 de maio de 2024.

de três meses antes no evento. Já nessa altura, mesmo depois do atentado sofrido, João Paulo II não circulava em viaturas fechadas dentro de recintos religiosos, a proximidade com os fiéis era fundamental. A viatura que o transportasse tinha de ser aberta.

A agenda apostólica nesta primeira vinda a Portugal era bastante completa, tinha para além das celebrações no Santuário de Fátima, encontros em Lisboa, Vila-Viçosa, Coimbra, Porto e Braga.

Data, local e hora

Noite de 12 de maio pelas 22h30 no Santuário de Fátima - Leiria, quando João Paulo II se deslocava para o altar, um padre - envergando um traje sacerdotal - tentou aproximar-se do mesmo.

A aproximação foi relativamente fácil pois para além da utilização dos paramentos litúrgicos, a demonstração repetida de afeto por João Paulo II, expressa no desejo de “quero beijar el Papa”²⁶¹ não despertou num primeiro momento qualquer suspeita na segurança. Manuel Ramalhete, um dos polícias da segurança pessoal mais próximos assistiu a essa aproximação e mesmo o facto de o clérigo ter passado as grades que separavam o cortejo religioso da multidão não foi suficiente para suspeitar, dado lhe ter parecido que se tratava de um “padre emocionado”²⁶².

Quem? O quê? Como?

Transportando um sabre baioneta²⁶³ “Krohn balbuciando frases impercetíveis tentou atingir o Papa” (Magalhães, 2022b, p. 109) tendo sido impedido pelos polícias da segurança pessoal destacados no local, ao mesmo tempo que depois de manietado gritava “Morte ao Comunismo, abaixo o Concílio Vaticano II”²⁶⁴.

Gestão inicial do local do crime

A fugacidade da ação de Krohn aliada à dinâmica da subida do Papa em direção

²⁶¹ Cfr. Franco, Hugo. (2017). 12 de maio de 1982: o ataque falhado contra João Paulo II contado pelos seguranças que o salvaram. Jornal Expresso, edição *on line* de 7 de maio. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2017-05-07-12-de-maio-de-1982-o-ataque-falhado-a-Joao-Paulo-II-contado-pelos-seguranças-que-o-salvaram>. Acedido em 14 de maio de 2023.

²⁶² Cfr. Salgueiro, Rosário. (2010). RTP Arquivo. Juan Fernandez Krohn (1m16s). Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/juan-fernandez-krohn/>. Acedido em 22 de setembro de 2022.

²⁶³ Sabre tipo Mauser fazendo parte integrante e uma espingarda militar.

²⁶⁴ Cfr. Salgueiro, Rosário. (2010), ob.cit., (página atual), (2m10s).

ao altar e à intervenção policial não possibilitou o convencional isolamento de área para eventuais futuras investigações judiciais que se demonstrassem necessárias.

Mediatização do atentado - Órgãos de comunicação social

A cobertura jornalística da visita realizada pela RTP com quatro dias de duração, foi a primeira no pós 25 de Abril e contou desde o início com uma presença assinalável de meios humanos e materiais. As recolhas de imagens pelas câmaras revelaram-se essenciais para se entender o desenrolar do evento. A imprensa internacional, em especial a escrita também registou o facto²⁶⁵.

Diversas formas de repúdio do atentado

Desde o primeiro momento em que o atentado se tornou público que as declarações de repúdio do ato foram expressas. O Primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão em nome do Executivo manifestou a sua total repulsa e profunda consternação pelo atentado de que foi vítima Sua Santidade o Papa²⁶⁶.

A detenção do suspeito

Controlado pelos polícias da segurança pessoal, o padre Krohn já sob detenção - efetuada pelo subchefe da PSP Moura, - foi conduzido para o posto policial de Fátima.

Da investigação

Conduzida pelo agente Marcelo Morais da Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB) – PJ, foi aberta no dia do atentado. Em conversa logo após a detenção e apresentação à autoridade policial, Krohn confessou que tentou matar João Paulo II porque foi este que condenou o arcebispo francês Marcel Lefebvre e todos os

²⁶⁵ Cfr. Jornal. *La Van Guardia* n.º. 36052. (1982). Fanatismo Criminal en Fátima. Edição de 14 de maio, primeira página. Fraguas, Rafael. (1982). Jornal *El País*. *Frustrado agresor del Papa, en Fátima, un hombre brillante y veemente*. Arquivo Web. Edição de 14 de maio. Disponível em: https://elpais.com/diario/1982/05/14/ultima/390175204_850215.html. Acedido em 16 de dezembro 2023. Rebelo, José. (1982). Jornal *Le Monde*. *Le général Eanes a demandé à Jean - Paul II d'être le médiateur dans le conflit de Timor Un pèlerin parmi les pèlerins*. Arquivo Web. Edição de 14 de maio. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1982/05/14/le-general-eanes-a-demande-a-jean-paul-ii-d-etre-le-mediateur-dans-le-conflit-de-timor-un-pelerin-parmi-les-pelerins_3110408_1819218.html. Acedido em 16 de dezembro 2023.

²⁶⁶ Cfr. Carvalho, Rita, & Teixeira, Rui. (2022). RTP Play. Padre Krohn, 40 anos depois de tentar matar o Papa (5m20s). Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p10879/padre-krohn-40-anos-depois-de-tentar-matar-o-papa>. Acedido em 22 de setembro de 2023.

seus sacerdotes dividindo a Igreja.

Da prova testemunhal em inquérito

1) Juan Fernández Krohn

- a. A ideia de matar o Papa surgiu-lhe seis meses antes do atentado sem que nunca o tivesse contado a ninguém. A inspiração ocorreu-lhe quando assistiu pela televisão ao atentado que vitimou o presidente egípcio Anwar Sadat²⁶⁷ e viu muçulmanos assassinar o presidente, que decidiu ganhar coragem para assassinar o Papa e salvar a Igreja Católica da agonia que representa o processo de demolição de que falou Paulo VI²⁶⁸ (Querela 196, 1982, p. 2) “seria para mim uma espécie de espírito de imolação”²⁶⁹.
- b. O sacerdote chegou a território nacional dia 11 de maio de 1982, vindo de Paris de comboio, uma viagem de mais de vinte e quatro horas. Quando chegou à estação de Santa Apolónia, apanhou outro comboio que o transportou até Fátima. Consigo trazia uma mala onde guardava um sabre baioneta com trinta e sete centímetros de comprimento, um livro e algum dinheiro.
- c. Como arma do crime, este sabre não foi a primeira escolha de Krohn. Primeiro adquiriu uma navalha tipo ponta e mola ao que se seguiu a compra de uma faca de mato, mas ambas por não servirem aos seus intentos decidiu-se finalmente pelo sabre que adquiriu numa feira de rua nos arredores de Paris - França.
- d. No Santuário de Fátima redigiu três mensagens em pequenos cartões de papel todas dirigidas ao Papa para serem lidas depois do atentado (Querela 196,

²⁶⁷ Presidente do Egipto assassinado no dia 6 de outubro de 1981 por extremistas egípcios que aproveitaram a realização de uma parada militar para matarem aquele que consideravam o principal traidor dos acordos de Camp David. Cfr. ob.cit (p.45 da presente investigação).

²⁶⁸ Paulo VI, (1897- 1978). Nomeado em 1954 arcebispo de Milão, comprometeu-se profundamente no plano pastoral, dedicando uma atenção especial aos problemas do mundo do trabalho, da imigração e das periferias, onde promoveu a construção de mais de cem igrejas. Participou no concílio Vaticano II, no qual apoiou abertamente a linha reformista. A 21 de Junho de 1963 foi eleito Papa e escolheu o nome Paulo, com uma referência clara ao apóstolo evangelizador. Nos primeiros atos do pontificado desejou evidenciar a continuidade com o predecessor, em particular com a decisão de retomar o Vaticano II, que se reabriu a 29 de setembro de 1963. O impulso renovador no âmbito do governo da Igreja traduziu-se depois na reforma da Cúria em 1967, do tribunal pontifício em 1968 e do conclave em 1970 e 1975. Também no campo da liturgia realizou uma obra paciente de mediação para favorecer a renovação recomendada pelo Vaticano II, sem, contudo, conseguir evitar as críticas dos sectores eclesiais mais progressistas e a oposição tenaz dos conservadores, entre os quais o arcebispo francês Marcel Lefebvre, suspenso *a divinis* em 1976. *Do jornal L'Osservatore Romano, edição em português, n.º 43 de 23 de outubro de 2014.*

²⁶⁹ Cfr. Salgueiro, Rosário. (2010). ob.cit., (p.181 da presente investigação), (6m45s).

1982, p. 2) e onde aproveitou o tempo para estudar a melhor forma de realizar o atentado²⁷⁰.

- e. No dia 12 e já no recinto do Santuário, aguardou junto às barreiras colocadas no centro do recinto a chegada do Papa.
- f. Quando João Paulo II se dirigiu para o altar e após várias tentativas goradas de se aproximar, tentou uma derradeira vez e com o sabre na mão, tentou assassinar o Papa quando foi maniatado pela segurança pessoal (Querela 196, 1982, p. 5).
- g. No dia 13 de maio, Krohn entregou ao investigador da PJ uma declaração escrita no total de quatro folhas, onde explanou os motivos pelos quais decidiu levar a ação por diante (Querela 196, 1982, pp. 17–21).
- h. Em 7 de junho de 1982, voltou ao processo desta vez pela juntada de três folhas, por si redigidas à mão, com a descrição detalhada de toda a operação e o desenrolar sequencial. Do desenho nº. 3, aparecia a frase “*saltar a barreira*” e no desenho nº. 4 “*intencion del golpe final*” (Querela 196, 1982, pp. 83–84).
- i. No dia 12 de julho de 1982, Krohn voltou a ser ouvido em processo. Nos autos nada mais referiu ou acrescentou (Querela 196, 1982, p. 127).

2) Inquirições dos autuantes e testemunhas

- a. Paul Marcinkus, membro de delegação do Vaticano, inquirido no dia 15 de maio de 1982, afirmou que foi ele quem preveniu o atentado.
Que se apercebeu das movimentações de Krohn e das sucessivas tentativas de se chegar ao Papa, mas que este o não conseguiu por sua intervenção (Querela 196, 1982, pp. 41–42).
- b. José M. de Moura, subchefe da PSP, inquirido no dia 27 de maio de 1982, afirmou que prestava segurança pessoal ao Papa João Paulo II no dia do atentado e tinha recebido ordens específicas para ninguém tocar em Sua Santidade.
Que se encontrava sempre colocado à retaguarda do Papa o que lhe permitia ter uma visão mais ampla do que se passava.

²⁷⁰ Cfr. Sanchez, Álvaro. (2020). A vida belga do espanhol que tentou matar o PAPA João Paulo II. Jornal EL País - Internacional, edição *on line* de 27 de outubro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-27/a-vida-belga-do-espanhol-que-tentou-matar-o-papa-joao-paulo-ii.html>. Acedido em 31 de outubro 2023.

Que se apercebeu das movimentações do padre Krohn e as suas insistências de aproximação e que viu o seu colega Ramalhete impedi-lo de tal (Querela 196, 1982, pp. 66–69).

- c. Isidoro C. Félix, guarda da PSP, inquirido no dia 31 de maio de 1982, afirmou que prestava juntamente com os seus colegas - num total de vinte - segurança pessoal ao Papa João Paulo II e que se recordava de ter ouvido “abaixo o concílio vaticano II, o Papa é comunista, viva Portugal católico, viva a Polónia e o Solidariedade, mas que não presenciou a tentativa realizada pelo padre Krohn (Querela 196, 1982, pp. 72–74).
- d. Manuel C. Ramalhete, subchefe da PSP, inquirido no dia 03 de junho de 1982, afirmou que prestava segurança pessoal ao Papa João Paulo II no dia do atentado e que reconheceu o padre Krohn a tentar repetidamente aproximar-se do Papa, inclusive quando saltou as grades.
Ficou convicto que o padre Krohn queria mesmo matar Sua Santidade (Querela 196, 1982, pp. 76–78).
- e. David B. de Azevedo, comissário da PSP, inquirido no dia 9 de julho de 1982, afirmou que prestava segurança pessoal ao Papa João Paulo II no dia do atentado e que ouviu a frase “*quero beijar el Papa*” quando se apercebeu que o padre Krohn forçava a barreira de segurança.
Que viu o Ramalhete a desequilibrar o padre Krohn enquanto este proferia frases contra o concílio vaticano II.
Que ficou convencido que não fosse a intervenção da segurança pessoal, o agressor teria atingido o Papa (Querela 196, 1982, pp. 116–117).

Da prova pericial

1) Exame de personalidade

A requerimento do coletivo de juizes e já em audiência de julgamento foi o padre Krohn submetido a um exame de personalidade. Os peritos forenses, Jorge G. Saraiva, Camilo D. Cardoso e Pedro C. Amaral Polónio concluíram no dia 7 de fevereiro de 1983, num relatório de vinte e oito páginas que:

- a. O Padre Krohn não apresentava sinais ou sintomas de doença mental.
- b. Que é cortez e possui discurso rápido e ativo.
- c. Tem condescendência fácil.
- d. É imputável pelas suas ações.

- e. E que o seu delírio deve ser considerado determinado por uma evolução mística e política individual notadamente condicionada ao meio sociopolítico religioso em que vive.

2) Exames forenses

- a. Ao sabre, tipo Mauser, modelo 1902 com o nº. de série 14925, de origem tailandesa e fazendo parte integrante de uma espingarda militar.
Lâmina de vinte e quatro centímetros e meio e com um punho de doze centímetros, apresentando um apreciável poder de corte (Querela 196, 1982, p. 84).
- b. Aos fotogramas do evento. A investigação recorreu extensamente ao material dos repórteres fotográficos que se encontravam no local a fazer a cobertura do evento.
Nas mesmas pôde-se ver os diversos posicionamentos dos intervenientes assinalados com círculos vermelhos (Querela 196, 1982, pp. 130–190).

Material apreendido

- a. O passaporte pessoal de Krohn;
- b. O sabre;
- c. A pasta em couro;
- d. Algum dinheiro americano e francos franceses;
- e. Três cartões com mensagens escritas, uma em latim e duas em francês depois de traduzidas;
 - i. Mensagem nº. 1. “e depois disto vi outro anjo descido do céu e que dizia: Mata, Mata a Grande Babilónia”.
 - ii. Mensagem nº. 2. “se a humanidade não se converter, a Rússia espalhará os seus erros pelo mundo: o Comunismo”.
 - iii. Mensagem nº. 3. “O comunismo é intrinsecamente perverso Fátima condena a forma polaca de diálogo” (Querela 196, 1982, p. 112).

Figura 20 O sabre utilizado pelo Padre Krohn ²⁷¹



Fonte: Arma usada pelo padre Krohn. Foto: CMO

Cooperação internacional

Foi solicitada via Interpol cooperação internacional no sentido obter informações sobre o padre Krohn.

As justiças de Espanha, França, Argentina e República Centro Africana, responderam aos Telex da Polícia Judiciária (Querela 196, 1982, pp. 22, ss). Nada de substancial foi junto ao processo.

Acusação do MP

O padre Krohn foi acusado em agosto de 1982, pelo Ministério Público, da prática dos crimes de homicídio voluntário qualificado, na forma tentada, contra um chefe de Estado e de uso detenção e porte de arma proibida (Querela 196, 1982, pp. 191, ss).

A investigação teve na prova testemunhal uma das suas maiores evidências sendo que as repetidas confissões por escrito do padre Krohn corroboraram essa convicção.

A posse da arma (sabre) com o poder de causar perigo que apresentava, as sequencias das movimentações de Krohn plasmada quer nos fotogramas constantes no processo quer nas imagens da RTP, permitiram a acusação por parte do MP e o correspondente julgamento em tribunal.

Do julgamento

O Processo de Querela nº 196,1982, da 2ª. Secção, contendo dois volumes com um total de quatrocentas e oito páginas, deu entrada no tribunal de Vila Nova de Ourém em 20 de agosto 1982. O julgamento que começou no dia 20 de outubro do mesmo ano e

²⁷¹ Encontra-se nas instalações da PJ em Lisboa, catalogada como relíquia nº. 15.

decorreu num momento em que dois regimes jurídicos se encontravam presentes; em vigor o velho código penal de 1886 e o novo código, já aprovado em 23 de agosto de 1982 e pronto para entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 1983.

O coletivo de juízes foi constituído por: Políbio Rosa da Silva Flores presidente do círculo judicial de Tomar, Joaquim Filipe Soares Rebelo, juiz em Tomar, José António Henriques Santos Cabral, juiz no Tribunal de Ourém. O Procurador da República foi o Magistrado José Pereira Guerreiro e o Defensor officioso do padre Krohn foi José Maria Lopes Perdigão um advogado de oitenta e dois anos de idade.

Nas audiências, foram ouvidas para além dos supra identificados duas peregrinas provenientes da cidade do Porto que nada de relevante trouxeram ao processo bem como as testemunhas da defesa do padre Krohn especialmente abonatórias.

No que diz respeito aos depoimentos do padre Krohn, levaram o coletivo de juízes no dia 22 de outubro a abrir um incidente de alienação mental, dado o comportamento estranho do réu, nomeadamente pela “frieza fora do vulgar atenta a gravidade da incriminação e pela preocupação de chamar a si uma responsabilidade penal tão agravada quanto possível” (Querela 196, 1982, p. 266). Sanado o incidente após exame pericial à personalidade de Krohn considerado criminalmente imputável, foi em 14 de março de 1983 agendada nova data de julgamento.

A segunda audiência do julgamento ocorreu em 21 de abril de 1983, para alegações do MP e do advogado de defesa officioso, José Maria Lopes Perdigão, o padre Krohn voltou a prestar depoimento.

Leitura do acórdão.

O coletivo de juízes proferiu o acórdão em 2 de maio de 1983, condenando Krohn a uma pena única de seis anos e seis meses de prisão pela prática dos crimes de homicídio qualificado, na forma tentada e pela detenção e uso de arma proibida.

Ao ouvir a sentença contra si decretada, Krohn, dirigiu-se ao coletivo de Juízes com palavras ofensivas à honra dos mesmos nomeadamente: fantoches, assassinos, comunistas, atitude que lhe valeu um novo processo sumário. Pelos três crimes de injúrias, foi condenado a mais três meses de prisão, levando a uma pena única de sete anos de prisão e noventa dias de multa (Querela 196, 1982, pp. 294–306).

Preso no estabelecimento prisional de Vale dos Judeus, em Alcoentre, em 9 de agosto de 1983, para cumprimento de pena, Krohn ainda recorreu para o tribunal da

Relação de Coimbra que confirmou a decisão do tribunal de 1ª. Instância (Querela 196, 1982, pp. 337–346) em ato de recurso especial, ainda solicitou um indulto presidencial negado pelo Presidente Ramalho Eanes em 22 de dezembro de 1984 (Querela 196, 1982, p. 385).

Pelo bom comportamento durante o cumprimento de pena, Krohn beneficiou de liberdade condicional em 21 de novembro de 1985, tendo obtido a liberdade definitiva, com expulsão do país, em 21 de maio de 1989.

Depois disso, foi proibido de exercer o sacerdócio, fixando a sua residência na Bélgica.

A nossa análise

Após a consulta do processo judicial, da visualização dos documentários produzidos, do estudo das peças elaboradas pela comunicação social, das entrevistas realizadas e da informação recolhida nas II jornadas e direito criminal de 2022 concluímos que:

- 1) A escolha de Portugal para a materialização do ataque por parte do padre Krohn ficou bem patente. O Santuário de Fátima e a cerimónia do 13 de maio, foi o grande evento onde João Paulo II esteve presente nesse primeiro semestre do ano de 1982.
- 2) Quanto às motivações para a realização do atentado por parte do seu autor afiguram-se-nos claras. A componente religiosa foi o que o impeliu a tal e mesmo o aparato policial afeto à segurança do Papa, não o demoveu de atuar.
- 3) Quanto às capacidades de causar dano, a posse do sabre com as suas características especialmente o poder de corte aferido pelos peritos, não deixa dúvidas sobre um eventual resultado caso conseguisse chegar junto do Papa.
- 4) No que respeita a um eventual plano de fuga o mesmo nunca esteve nos planos de Juan Fernández Krohn. Tinha perfeita consciência que poderia não sair vivo do Santuário.
- 5) No domínio das vulnerabilidades no recinto do Santuário:
 - a. O atentado sofrido por João Paulo II no ano antes (1981) alterou a dinâmica da procissão das velas no Santuário de Fátima. A ideia foi tornar o percurso mais curto para que o Papa saísse da capelinha das aparições depois de ter feito as suas orações e fosse em viatura para o altar central. Só depois a procissão decorreria com o Papa a assistir à mesma.
 - a. A deslocação realizou-se maioritariamente a pé entre a Capela das Aparições - onde rezou - e o altar, é possível visualizar pelas imagens da cobertura da

operação, a presença de inúmeras pessoas durante esse trajeto sem estarem balizadas por um sistema físico que as impedisse rapidamente de se aproximarem do Papa. Fotógrafos, leigos, escuteiros e peregrinos povoavam esse espaço.

- b. Aceitamos que, a utilização dos paramentos litúrgicos pelo padre Juan Fernández Krohn eram perfeitas em termos de liberdade de circulação no recinto. Muito dificilmente e em termos especulativos alguém iria desconfiar que um servo da Igreja quereria fazer mal ao seu mais alto representante.
- 6) No que respeita à intervenção dos polícias da segurança pessoal;
- a. Esta operação de segurança que foi planeada pelo tenente-coronel Bivar de Sousa, previa, como cenário plausível a ocorrência de um eventual atentado em território nacional, dado que Sua Santidade tinha sofrido um atentado um ano antes no vaticano e a probabilidade de ocorrência de novo não estava posta de lado²⁷². Uma cenarização que encontra respaldo na linha defendida por (Aitch, 2012; J. Carvalho, 2016; Holder & Hawley, 1998) e terá contribuído para o sucesso da missão.
- Foi também decisão deste comandante na noite do dia 12, de não ter só um grupo de Protetores em redor do João Paulo II, mas um dispositivo mais reforçado.
- Que, também foi sua a decisão face à presença de uma grande multidão, criar duas barreiras de homens que funcionavam como uma parede à esquerda e à direita do Papa e do grupo que o acompanhava²⁷³. A aplicação de uma medida securitária que encontra respaldo na aplicação de círculos concêntricos junto do Protegido conforme defende a doutrina das Nações Unidas (ONU, 2012). Que na sua visão, o “padre Krohn foi agarrado na altura própria”²⁷⁴.
- b. Borges de Azevedo também participante no dispositivo securitário, ao lado do Papa. Afirmou ter-se “apercebido das tentativas do padre Krohn para furar o cordão de segurança, que o manteve sempre sob vigilância”²⁷⁵, sabendo que se fosse necessário os seus homens atuariam, o que acabaram por fazer.

²⁷² Cfr. Alvarez, Luciano. (2017). As memórias dos polícias que salvaram a vida a João Paulo II. Jornal Público, edição *on line* de 6 de maio. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/05/06/sociedade/noticia/as-recordacoes-dos-policias-que-salvaram-a-vida-a-joao-paulo-ii-1770971>. Acedido em 31 de outubro 2023.

²⁷³ *Ibidem*.

²⁷⁴ Cfr. Franco, Hugo. (2017). *ob.cit.*, (p.181 da presente investigação).

²⁷⁵ Cfr. Alvarez, Luciano. (2017). *ob.cit.*, (página atual).

- c. Manuel Ramallete também participante no dispositivo securitário que se encontrava mais próximo do Papa teve uma melhor percepção dos acontecimentos: “Quando já estamos a subir a escadaria, vejo um homem com uma mala de napa castanha na mão que conseguiu passar as grades a querer furar o cordão de segurança que tínhamos montado, tentando passar por baixo do meu braço direito para chegar junto do Papa. Estava agitado, mas como estava vestido de padre não dei grande importância. Dei-lhe um empurrão com o braço e afastei-o”. “Fiquei de olho nele. Com a pasta em ambas as mãos tentou novamente afastar o meu braço direito. Eu agarrava o ombro esquerdo do meu companheiro posicionado à minha direita e dei-lhe uma cotovelada afastando-o novamente”²⁷⁶.

A cotovelada não desmotivou Krohn, que tentou chegar junto do Papa uma terceira vez: “Já na base do altar, com um gesto de raiva, gritando e mostrando muita agressividade, lançou-se novamente sobre o meu braço direito. Reparei então que além da pasta transportava numa das mãos outro objeto. Quando se lançou sobre o meu braço, retirei-o do ombro do meu colega e, simultaneamente, coloquei-lhe o meu pé direito no meio das pernas provocando a sua queda”²⁷⁷.

- 7) O atentado foi de tal forma fugaz que passou despercebido aos peregrinos que se encontravam no Santuário de Fátima e não foi decisivo para uma eventual anulação da restante visita a Portugal. O Reitor do espaço, monsenhor Luciano Guerra, “anunciou aos peregrinos que não se passava nada, o que tinha acontecido foi que um padre tinha escorregado e caído e que o Santo Padre solicitamente se curvou sobre ele para tentar perceber o que se tinha passado”²⁷⁸.
- 8) José António Santos há data dos atos, jornalista no jornal Diário de Notícias referiu que Krohn foi impedido de exercer sobre o Papa porque foi travado pela segurança²⁷⁹ a rapidez de atuação da segurança foi tal “que a maioria das pessoas presentes no local nem se apercebeu do sucedido”.
- 9) Em 2007 Stanislaw Dziwisz, secretário pessoal, do Papa publicou um livro intitulado “Testemunho” em que descreve memórias da vida de João Paulo II. Passado a filme

²⁷⁶ Cfr. Alvarez, Luciano. (2017). ob.cit., (p.190 da presente investigação).

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ Cfr. Ecclesia. Programa 70x7. (2022), ob.cit., (p.180 da presente investigação), (6m).

²⁷⁹ *Ibidem*, (5m45s).

/ documentário revela que “*I can talk about this openly today, because then we kept it in secrecy, he injured the Pope, in the way that he was able to complete the ceremony. On returning to his room we noticed that his cassock was bloodied, and the knife had hurt him*”²⁸⁰.

- 10) Esta afirmação é errónea, o Papa não chegou em nenhum momento a ser atingido pelo sabre empunhado por Krohn. Algumas gotas de sangue que se encontraram à posteriori na sua batina provieram ao guarda da PSP Moura, que ao pegar no mesmo acidentalmente se cortou na sua mão (Querela 196, 1982, p. 167) tendo recebido tratamento médico à posteriori.

Figura 21 Detenção do Padre Krohn



Fonte: Abel Fonseca / Lusa

Arquivo judicial

O processo de Querela nº 196,1982, da 2ª. Secção do Tribunal de Vila Nova de Ourém, contendo dois volumes e quatrocentas e oito páginas, encontra-se presentemente arquivado na Torre do Tombo em Lisboa.

O pós arquivo judicial

O interesse sobre este tema na sociedade nacional não desapareceu e foi sendo objeto de análise jornalística e de investigação pelos Órgãos de Comunicação Social (OCS) que entendemos oportuno trazer à colação.

Em 2010 a jornalista da RTP Rosário Salgueiro²⁸¹ fez uma reportagem sobre o

²⁸⁰ Cfr. Film the “Testimony”. (2007). TBA Group, Pawel Pitera. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DEIecFs6EHc&ab_channel=Cat%C3%B3licocommuitoorgulho. Consultado em 30 de maio de 2024.

²⁸¹ Cfr. Salgueiro, Rosário. (2010). ob.cit., (p.181 da presente investigação).

atentado na qual, entrevistou uma série de intervenientes nomeadamente o autor, o padre Krohn em Bruxelas, uma entrevista que decorreu vinte e oito anos, anos depois do atentado. Por considerarmos o interesse da peça jornalística decidimos integrar excertos da mesma na investigação.

Rosário Salgueiro (RS): “Porque é que tentou matar João Paulo II?”²⁸²

Padre Krohn (PK): “Eu tinha convicções muito profundas²⁸³ e nunca o reconheci como Soberano Pontífice”²⁸⁴.

RS: “Matar João Paulo II era uma solução?”²⁸⁵

PK: “Cheguei à conclusão de que, no fundo eu não queria matar João Paulo II. O que eu queria consegui: um gesto, uma repercussão nos meios de comunicação a nível mundial”²⁸⁶.

RS: “Quando pensou ter esse gesto?”²⁸⁷

PK: “Uns meses antes quando assisti ao atentado contra Anwar Al-Sadat, no Egipto, sofri o efeito de imolação ou do escândalo, se quisermos, mas de facto aquele ato teve em mim um forte impacto e pensei que se uns se sacrificam por uma causa na religião Islâmica, porque outros não poderiam fazê-lo na religião católica? E efetivamente para mim era uma espécie de espírito de imolação”²⁸⁸.

RS: “Foi comprar a baioneta”²⁸⁹ (...)

PK: “Em Paris, na porta de Clignancourt num bairro de venda ambulante”²⁹⁰.

RS: “A polícia que havia, não o fez voltar a trás arrepender-se?”²⁹¹

PK: “Eu estava decidido. Estive de esperar muitas horas de pé; não sei se foram cinco ou seis ou sete horas, esperei até o fim. Era de facto essa a minha intenção, fi-lo e não me arrependo”²⁹².

Na mesma reportagem, Santos Cabral, juiz Conselheiro jubilado, há época juiz de

²⁸² *Ibidem*. (4m40s).

²⁸³ Krohn tinha sido ordenado padre quatro anos antes do atentado pelo Monsenhor Marcel Lefebvre, Arcebispo católico francês que se notabilizou pela resistência às reformas da Igreja Católica instauradas pelo Concílio Vaticano II e fundador da Fraternidade Sacerdotal de S. Pio X. Ordenação não reconhecida pelo Vaticano, que, entretanto, já tinha suspenso Monsenhor Lefebvre e mais tarde excomungado o mesmo.

²⁸⁴ Cfr. Salgueiro, Rosário. (2010). *ob.cit.*, (p.181 da presente investigação). (4m58s).

²⁸⁵ *Ibidem*. (5m59s).

²⁸⁶ *Ibidem*. (6m07s).

²⁸⁷ *Ibidem*. (6m09s).

²⁸⁸ *Ibidem*. (6m46s).

²⁸⁹ *Ibidem*. (6m55s).

²⁹⁰ *Ibidem*. (7m08s).

²⁹¹ *Ibidem*. (7m41s).

²⁹² *Ibidem*. (7m58s).

direito que fez parte do coletivo, viu na ação de Krohn “um atentado à vida de um chefe de Estado estrangeiro, era as implicações que tinha se aquele julgamento corresse mal (...) era o nome do país que estava em causa”²⁹³.

No 40º. aniversário do processo-crime contra o Papa João Paulo II, o município de Ourém realizou em 4 de novembro 2022, as II Jornadas Direito Criminal da Comarca de Santarém. No âmbito das mesmas existem uma série de contributos que consideramos como relevantes e que enriquecem a nossa investigação.

- a) Luís Miguel Caldas, juiz Presidente do Tribunal da Comarca de Santarém, considerou que este processo foi muito singular dado que se realizou “oito anos apenas a revolução de Abril de 1974 e a Constituição da República apenas tinha sido aprovada pela Assembleia Constituinte há seis anos”²⁹⁴.

Que este processo teve duas vertentes, uma história e outra sociológica. A figura do Papa, independentemente da laicidade do Estado Português. Portugal era há data um país eminentemente católico em termos religiosos. O Papa, foi da história, um dos que teve um maior pontificado desde 1978 a 2005, liderando a Igreja católica por mais de vinte e seis anos (*Ibidem*).

Para além do aspeto religioso este processo é “único processo judicial português e um dos poucos processos judiciais em termos mundiais em que a vítima do crime foi um chefe de Estado de um Estado soberano estrangeiro”²⁹⁵.

- b) Políbio Flor, juiz conselheiro jubilado, que há data da prática dos atos fez parte do coletivo que julgou Krohn afirmou que face a algumas atitudes tomadas pelo arguido e sobre uma eventual irresponsabilização ou diminuição da imputabilidade do mesmo, foi solicitada uma perícia que foi feita sobre o arguido. Esta diligência foi requerida por ação do próprio coletivo de juízes e que nada revelou face a uma eventual diminuição da imputabilidade do mesmo. Tal veio a conferir uma segurança à decisão jurídica emanada pelo tribunal²⁹⁶.
- c) Por outro lado, Santos Cabral, considerou que para além da administração da justiça “este foi um julgamento com projeção a nível global”²⁹⁷.

²⁹³ *Ibidem*. (13m20s).

²⁹⁴ Cfr. II Jornadas de Direito Criminal da Comarca de Santarém. (2022). Colóquio. 40 anos do processo-crime do atentado de 12 de maio de 1982 contra o PAPA João Paulo II. (38m08s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cMaHCErqa0k&t=1363s&ab_channel=Munic%C3%ADpiodeOur%C3%A9m-Portugal. Acedido em 14 de janeiro de 2023.

²⁹⁵ *Ibidem*. (42m01s).

²⁹⁶ *Ibidem*. (1h44m23s).

²⁹⁷ *Ibidem*. (1h52m24s).

O padre Krohn era um arguido que tinha uma “personalidade maniqueísta”²⁹⁸ e uma “exacerbação místico religiosa” muito vincada, perfeitamente “capaz de discernir entre o bem e o mal”, mas um “homem profundamente inteligente, dado que aos vinte e três anos de idade tinha o curso de economia e de direito ao que se seguiu o curso de teologia”.

Considerou que o atentado foi um ato de “intolerância e de um discurso de ódio e não um ato isolado”²⁹⁹.

- d) Paulo Saragoça da Matta, advogado, considerou que o padre Krohn colaborou com a investigação, pois “não só confessou três vezes por escrito, como desenhou *croquis* a explicar por onde andou”³⁰⁰.

Que do material apreendido em termos de dinheiro o padre Krohn tinha o correspondente na atualidade a trinta e duas vezes o salário nacional, (2022), dinheiro esse que lhe foi devolvido. Fato curioso foi a vinda a Portugal do superior provincial de França da confraria Pio X, Ordem religiosa de Monsenhor Marcel Lefebvre, para uma visita ao mesmo nos calabouços da PJ, menos de quarenta e oito horas após o ocorrido.

- e) Henrique Araújo, juiz Conselheiro e Presidente, do Supremo Tribunal de Justiça (STJ)³⁰¹ sobre o esquema securitário atribuído ao Papa referiu que viria a revelar-se decisivo na proteção do Sumo Pontífice. De facto, durante a procissão das velas, o padre espanhol Juan Krohn “armado com um sabre militar, aproximou-se de João Paulo II junto da escadaria que conduz ao altar da Basílica, com a intenção de o ferir de morte. O corpo de segurança atuou a tempo, manietando-o e detendo-o”³⁰².

²⁹⁸ *Ibidem*. (1h54m).

²⁹⁹ *Ibidem*. (1h57m30s).

³⁰⁰ *Ibidem*. (3h07m08s).

³⁰¹ Exerceu funções no cargo de 7 de junho de 2021 até 03 de junho de 2024.

³⁰² Cfr. II Jornadas de Direito Criminal da Comarca de Santarém. (2022), ob.cit., (p.194 da presente investigação). (49m26).

Estudo de Caso, nº. 4 - O atentado ao dirigente da OLP

A reunião da Internacional Socialista que se realizou entre os dias 7 e 10 de abril de 1983, o XVI Congresso em Albufeira, não estava originariamente planeada para decorrer em Portugal.

No início de fevereiro desse ano, o Partido Trabalhista da Austrália, surpreendido pela iminência de eleições antecipadas internas, pedira o adiamento do Congresso. Willy Brandt, presidente da IS, demonstrou-se relutante em adiar o mesmo. Nas palavras de Mateus (1996) “estávamos ambos em Madrid no dia 10 de fevereiro, quando foi conhecida a notícia do adiamento, Hans Jurgen Wischnewski, antigo ministro alemão do Interior dir-me-ia que Brandt não aceitaria o proposto adiamento e perguntar-me-ia se o PS não estaria interessado em organizar aquele Congresso em Portugal, disse-lhe que iria consultar Mário Soares que me diria imediatamente que sim, que seria ótimo para nós, do ponto de vista eleitoral” (p. 231).

Com menos de um mês de preparação para a realização do evento, o convite foi aceite por Mário Soares.

Antecedentes

Antes de se deslocar a Portugal, Issam Sartawi, médico de profissão que exercia funções de conselheiro para as relações externas do líder histórico da OLP Yasser Arafat e amigo pessoal do mesmo, com residência em Paris - França, era alvo de ameaças de morte em especial pelas fações mais radicais da OLP³⁰³.

As mesmas intensificaram-se após o recebimento do prémio Bruno - Kreisky, atribuído a quem se destaca em ações no campo dos direitos humanos e que partilhou com o antigo deputado israelita Aryeh Eliav³⁰⁴.

Dado as ameaças que sobre si pendiam, Sartawi tinha consciência dos perigos que corria a ponto de ter confiado dez dias antes da sua morte, em conversa com Uri Avneri³⁰⁵ que “não valia a pena tomar precauções porque os assassinos podem abater-me em qualquer esquina”³⁰⁶.

³⁰³ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1983), nº. 304 - Extremistas da OLP reivindicam acção. Edição de 11 de abril, capa e (p. 6).

³⁰⁴ Cfr. Jornal, A capital. (1983). - Sartawi Homem do diálogo com esquerda israelita. Edição de 11 de abril.

³⁰⁵ Uri Avneri (1923-2018) foi um escritor e jornalista israelita. Foi editor chefe da revista semanal "HaOlam HaZeh" e fundador do movimento de Paz Gush Shalom.

³⁰⁶ Cfr. Jornal, A capital. (1984). - Presumível Assassino de Sartawi julgado amanhã em Albufeira. Edição

Esta resignação | aceitação face à sua morte num qualquer atentado, foi reforçada pelo chanceler austríaco Bruno Kreisky quando afirmou que “há muitos anos que Sartawi se sabia ameaçado, mas que não cedia ao receio”³⁰⁷ ideia reforçada por Uri Avneri em entrevista a Anat Saragusti em que percecionou esse cenário.

Ainda assim, Sartawi decidiu vir a Portugal e ficar alojado a alguns quilómetros de distância do hotel da conferência, optando assim por não ficar alojado no hotel de Montechoro³⁰⁸ onde decorreriam os trabalhos.

Data, local e hora

Issam Sartawi, representante da Organização de Libertação da Palestina nos trabalhos do XVI Congresso da IS que decorreu em Albufeira no Hotel Montechoro, atual hotel (Júpiter) foi morto com uma arma de fogo no dia 10 de abril de 1983, pelas 09h30.

Quem? O que? Como?

Um homem de nome Yousif Al - Awad, nome pelo qual vai ser mencionado na investigação, mas que também dizia chamar-se, Mohamad Hussein, Raschid (Querela 710, 1983, pp. 760–761) ou El Arabi Tawfik Gamal (Querela 710, 1983, pp. 1071–1072) - ligado à organização extremista palestina “Al Fatah”, Movimento de Libertação Nacional da Palestina Conselho da Revolução - transportando consigo uma arma de fogo desferiu três disparos com arma de fogo de calibre 9 mm a curta distância de Sartawi, assassinando o mesmo.

Gestão inicial do local do crime

Após o atentado instalou-se a confusão generalizada, como se depreende das palavras de Mateus (1996) “corri com ele até ao local do crime, onde deparei com Sartawi esvaído em sangue e uma multidão à sua volta” (p.232).

O assassino apesar de ter sido perseguido³⁰⁹ de imediato - por elementos da

de 3 de janeiro.

³⁰⁷ Jornal Diário de Lisboa. (1983). nº. 21125. O marroquino detido no hotel Fénix nada confessou sobre o assassinio. Edição de 11 de abril, (p. 5).

³⁰⁸ Cfr. Uri Avneri. (2017). Issam Sartawi is Assassinated. (0m58s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AAY8O7j1e4w&ab_channel=WebofStoriesLifeStoriesofRemarkablePeople. Acedido em 02 de dezembro de 2022.

³⁰⁹ Cfr. Declarações de uma testemunha, Carolina Quina, que depois de ter ouvido tiros, viu uma pessoa correr na sua direção, enquanto se dirigia para o hotel, com uma arma de fogo na mão, perseguido por dois homens também empunhando armas de fogo. Jornal Diário de Lisboa. (1983). nº. 21126. Um testemunho. Edição de 12 de abril, (p.5).

segurança pessoal afetos a outras entidades nomeadamente pelos guardas da PSP Velhinho, “encetei de imediato a perseguição ao mesmo juntamente com o seu colega David tendo recorrido à minha arma de fogo com a qual efetuei alguns disparos”³¹⁰ e David Matias - conseguiu escapar do local, vindo a ser detido já na cidade de Lisboa nesse mesmo dia pela mesma polícia numa pequena unidade hoteleira.

Mediatização do atentado – Órgãos de comunicação social

A imprensa nacional e estrangeira fizeram manchetes de primeiras páginas com as imagens do corpo do ex. delegado da OLP caído no chão³¹¹.

O jornal *Le Monde* assinalava “*L'assassinat d'Issam Sartaoui affaiblit les partisans du dialogue. Le Roi Hussein n'est pas parvenu à un accord avec M. Arafat*”³¹².

Em Espanha o jornal *El País*, titulava “*Golpe directo a Arafat, según fuentes diplomáticas en Líbano*”³¹³.

No outro lado do Atlântico o destaque também foi dado enquanto o *Washington Post* publicava “*Moderate PLO Leader Assassinated*”³¹⁴ o *New York Times* dava destaque a um “*Murder of a PLO moderate: a warning for arafat?*”³¹⁵ e a *Revista Time* assinalava “*The Great P.L.O. Juggling Act*”³¹⁶.

³¹⁰ Excerto da entrevista conferida a Magalhães (2024) e que se encontra no (anexo 6) da presente investigação.

³¹¹ Cfr. Jornal de Notícias. (1983). Atentado Sangrento Manchou o Congresso da IS. Edição de 11 de abril.

³¹² Cfr. Jarry, Emmanuel. (1983). *Jornal Le Monde. L'assassinat d'Issam Sartaoui affaiblit les partisans du dialogue. Le roi Hussein n'est pas parvenu à un accord avec M. Arafat*. Arquivo Web. Edição de 12 de abril. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1983/04/12/bull-l-assassinat-d-issam-sartaoui-affaiblit-les-partisans-du-dialogue-bull-le-roi-hussein-n-est-pas-parvenu-a-un-accord-avec-m-arafat_3080439_1819218.html Acedido em 21 de dezembro 2023.

³¹³ Cfr. *El País*. (1983). *Golpe directo a Arafat, según fuentes diplomáticas en Líbano*. Arquivo Web. Edição de 12 de abril. Disponível em: https://elpais.com/diario/1983/04/12/internacional/418946402_850215.html. Acedido em 21 de dezembro 2023.

³¹⁴ Cfr. Wise, Peter. (1983). *Washington Post. Moderate PLO Leader Assassinated*. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1983/04/11/moderate-plo-leader-assassinated/98ccd878-1cca-4f6d-99ad-ebe07b8218bf/>. Edição de 11 de abril. Acedido em 22 de dezembro de 2023.

³¹⁵ Cfr. Friedman, Thomas. (1983). *New York Times. Murder of a PLO: Warning for Arafat*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1983/04/11/world/murder-of-a-plo-moderate-a-warning-for-arafat-news-analysis.html>. Edição de 11 de abril. Acedido em 22 de dezembro 2023.

³¹⁶ Cfr. *Revista, Time on line* abril. (1983). *Murder of a PLO moderate: a warning for Arafat?* Disponível em: <https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,923556,00.html>. Edição de 25 de abril. Acedido em 23 de dezembro 2023.

Figura 22 O Corpo de Sartawi jaz no solo do hotel



Fonte: Jornal Expresso, 1997, Coleção «25 anos inesquecíveis», volume «Crimes, Atentados e Massacres»

Diversas formas de repúdio do atentado

O atentado foi repudiado pelos principais líderes políticos que se encontravam no Congresso da IS tendo esses repúdios ficaram lavrados em ata final.

Para Willy Brandt, Sartawi “foi vítima de violência, violência que têm envenenado o Médio-Oriente durante décadas” (Socialista, 1983, p. 141).

Shimon Peres sublinhou que a morte do antigo delegado da OLP “significou um ataque ao espírito moderado que sempre personificou com coragem pessoal” (Socialista, 1983, p. 141).

Walid Jumblatt considerou que a “causa palestiniana é uma causa justa e que o tempo de acusações não vai ajudar o processo” ideia sublinhada e aprofundada por Bernt Carlsson quando enfatizou que a “dor que partilhavam no momento devia se transformar em determinação para continuarem os esforços de Paz” (Socialista, 1983, p. 142).

Bettino Craxi, ligou esta morte a muitas outras sublinhando o ódio e o fanatismo que instigam tais comportamentos” (Socialista, 1983, p. 142).

Em termos nacionais o Presidente a República expressou o seu repúdio pelo ato e expressou condolências a Willy Brandt e a Arafat³¹⁷.

Reivindicações do atentado

Depois do atentado, o mesmo foi reivindicado por várias organizações. O grupo extremista palestino Abu Nidal foi o primeiro a tomar tal iniciativa, a informação foi

³¹⁷ Jornal Diário de Lisboa. (1983). nº. 21126. Eanes enviou condolências a Willy Brandt e a Arafat. Edição de 12 de abril, (p. 5).

veiculada simultaneamente em Beirute e em Damasco segundo a agência noticiosa France - Press. Na mesma linha um autointitulado Comando Ibérico Antiterrorista, telefonou para a agência noticiosa nacional ANOP na delegação da cidade do Porto³¹⁸.

A detenção do suspeito

O arguido, foi detido pela PSP no dia do crime em Lisboa oito horas depois do atentado. Transportado por um táxi que apanhou no Hotel da Aldeia foi conduzido por Domingos Marrachinho até às imediações do Hotel Tivoli em Lisboa. Durante a viagem até à capital o condutor, olhou bem para o arguido e em ato de reconhecimento não teve dúvidas em identificá-lo (Querela 710, 1983, p. 9).

Da investigação

A abertura da investigação criminal foi imediata ao cometimento do crime e face às notícias veiculadas pela comunicação social (Querela 710, 1983, p. 2). O autor foi presente ao juiz de instrução criminal que confirmou a detenção e mandou recolher o preso às instalações da PJ de Lisboa, sem direito a caução³¹⁹.

Nesse mesmo dia, o arguido, afirmou-se orgulhoso pelo ato cometido e confirmou que a arma utilizada no crime era a arma que se encontrava nos autos. Que disparou sobre a vítima a uma distância de um braço e que na altura do ato, não usava nem barbas, nem bigode e que usava uns óculos com lentes photogray (Querela 710, 1983, pp. 218–219).

Da prova testemunhal em inquérito

- 1) Yousif Al - Awad, em sede de inquérito - já depois de ter advogado constituído - foi ouvido pelo responsável da investigação, inspetor Francisco Calvão sobre a sua vinda a Portugal.
 - a. Mencionou que veio a Lisboa com objetivos turísticos e que a sua ida ao algarve se deveu ao “clima mais ameno que se fazia sentir”. Que durante o dia 10 de abril, “não teve conhecimento de qualquer evento relevante ocorrido em Portugal” e que regressou de forma intempestiva a Lisboa porque “é um

³¹⁸ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1983), nº. 304 – Extremistas da OLP reivindicam acção. Edição de 11 de abril, (p. 6).

³¹⁹ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1983), nº. 306 - Juiz confirmou prisão do principal suspeito. Edição de 13 de abril, (p. 5).

homem livre e anda como quer” (Querela 710, 1983, pp. 36–38).

- b. Negou qualquer implicação no atentado e quanto ao ferimento que tinha na sua perna atribuiu a mesma a uma queda em Lisboa (*Ibidem*).

2) Guardas da PSP de serviço no congresso;

- a. Francisco N. P. Velhinho;
- b. José Casimiro M. David;
- c. Joaquim Manuel C. Santos;
- d. José Manuel S. Duarte;
- e. Alfredo R. Januário.

Todos se encontravam dentro da instalação hoteleira no momento do atentado e em nenhum dos depoimentos prestados houve certeza de terem visto o réu a efetuar os disparos. As únicas declarações coincidentes foram o fato de terem ouvido vários disparos de arma de fogo e de terem visto um indivíduo a abandonar o hotel a correr. Dentro destes polícias, os guardas da PSP, Velhinho e David ainda encetaram uma perseguição do autor, tendo ambos recorrido às suas armas de fogo distribuídas disparando alguns tiros na direção do fugitivo (Querela 710, 1983, p. 47) sem consequências.

3) Outros cidadãos;

- a. Eduardo Manuel C.P. Pereira, empregado de indústria hoteleira;
- b. Aldegundes M.C. Ramos, rececionista de hotel;
- c. Paula Cristina C. Feliciano, rececionista de hotel;
- d. Aníbal Manuel R. Santos, mecânico de automóveis;
- e. Eduardo Silva M. Abrantes, Economista.

Os funcionários do hotel não viram o réu a efetuar os disparos.

Os outros, cidadãos que se encontravam no exterior do hotel apenas viram alguém a abandonar o mesmo a correr.

Da prova pericial

1) Ao corpo de Sartawi

Realizada pelo Dr. José Sombreireiro, diretor do IML, identificou que a morte de Sartawi foi devida a laceração de encéfalo de projétil de arma de fogo disparada a curta distância (Querela 710, 1983, p. 577).

Este tiro terá sido desferido a curta distância entre um e cinco metros.

O tiro fatal foi efetuado de trás para a frente.

2) Exames balísticos

- a. A arma de fogo, não estava registada em Portugal e não continha impressões digitais. Tratava-se de uma pistola de fabrico polaco, de marca Makarov, modelo P- 64 de 9 mm com o número rasurado. Com a mesma encontravam-se dois carregadores, oito munições, seis cápsulas percutidas e três projéteis (Querela 710, 1983, pp. 389–394). A arma foi apreendida e junta ao processo.
 - b. O Engenheiro Mário J. D. Fonseca, perito em balística confirmou que a arma do crime foi a mesma que foi encontrada pelo jornalista Jorge Simões³²⁰.
- 3) Exames médico-legais
- a. Ferido, Youssif Al - Awad, apresentando vários ferimentos no seu corpo “autoinfligidos”³²¹ nomeadamente no joelho direito. Foi submetido a exame forense no dia seguinte ao do atentado (Querela 710, 1983, p. 36).
 - b. Youssif Al - Awad submetido a testes para detetar resíduos de pólvora nas mãos, oito horas após a sua detenção, deram negativos (Querela 710, 1983, p. 276). Quanto ao seu vestuário que utilizou no dia 10 de abril, após exame específico deu como positivo o seu uso (Querela 710, 1983, pp. 375–377).

Material apreendido

Todo o material submetido a exames forenses foi apreendido e junto ao respetivo processo-crime.

Reconstituições

- a. Em 15 de maio de 1983, foi feita uma reconstituição ao atentado onde participaram, o inspetor da PJ responsável pelo caso, o arguido, dois guardas da PSP e diversos funcionários do hotel.
- b. Para além dos percursos de fuga do hotel, o réu indicou o local exato onde escondeu a arma de fogo e o local onde caiu durante a fuga³²².

Cooperação internacional

Desde o início da investigação foram solicitadas uma série de diligências internacionais que contribuíssem para a resolução da mesma. A mais relevante foi a

³²⁰ Cfr. Cordeiro, Roberto. (1985). Jornal Diário de Notícias, nº. 42408 -Agente da PJ descreve como o réu assumiu a autoria material do crime de Montechoro. Edição de 25 de abril.

³²¹ *Ibidem*.

³²² Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1984). - Al Awad reconstituiu o crime e revelou onde escondeu a arma. Edição de 6 de janeiro.

tentativa de identificação do arguido.

O passaporte apreendido era falso, informação prestada pelas autoridades de Rabat.

Quanto à identidade supostamente marroquina do arguido, também se revelou falsa (Querela 710, 1983, p. 409).

O dinheiro apreendido nomeadamente moeda americana não constava em nenhuma lista de desaparecido ou furtado, informação via Interpol de Washington (Querela 710, 1983, pp. 283–285).

As cartas de condução apreendidas também eram falsas (Querela 710, 1983, p. 396).

Quanto a um eventual *trekking* de passagem de Youssif Al - Awad por capitais europeias, a Interpol por intermédio de diversas secções, não dispunha de qualquer referência de passagem do mesmo nos seus arquivos (Querela 710, 1983, p. 436,437,448).

Acusação do MP

Findo o inquérito criminal concluído em 28 de junho de 1983 com quinhentas e sessenta e três páginas, foi o mesmo entregue à Juiz de Instrução Criminal do tribunal Judicial da Comarca de Portimão (Querela 710, 1983, p. 563).

Resumo da acusação;

- 1) Em 8 de abril de 1983, o arguido Youssif Al - Awad entrou em território nacional utilizando transporte ferroviário proveniente de Madrid, depois de viajar da Grécia e de ter passado por Barcelona, tendo ficado alojado na residencial do Sul sita na Av. ^a da Liberdade, Lisboa.
- 2) No dia seguinte apresentou-se no Hotel da Aldeia em Albufeira onde permaneceu uma noite.
- 3) Nessa mesma noite entre as 20h00 e as 23h00 “agindo como encarregado de execução da sentença” (Querela 710, 1983, p. 566) deslocou-se ao átrio do Hotel Montechoro, onde estudou o local, na realização do plano que previamente havia concebido.
- 4) No dia 10 de abril pelas 09h00, abandonou o Hotel da Aldeia e dirigiu-se ao Hotel Montechoro, onde a um canto junto aos telefones esperou a chegada de Sartawi, figura que lhe era “sobejamente conhecida” (Querela 710, 1983, p. 566).
- 5) Este, chegou entre as 09h00 e as 09h10 acompanhado pelo seu secretário Anwar Abu Eishen, tendo permanecido no átrio do hotel, a uma distância entre os cinco e os seis metros, enquanto o representante da OLP encetou conversa com um

colega tanzaniano e outro cipriota.

- 6) Por essa hora o réu, saindo do seu ponto de espera aproximou-se de Sartawi, sacou da arma de fogo de 9 mm de marca Makarov P- 64 que empunhou com as duas mãos e disparou três tiros contra o enviado da OLP. O primeiro disparo atingiu Sartawi na nuca, o segundo na parte interior do pulso direito e o terceiro de raspão na parte superior da cabeça (Querela 710, 1983, p. 567).
- 7) O assistente de Sartawi presenciou toda a acção e foi em socorro do mesmo, o que levou o arguido a disparar um tiro na sua direcção, atingindo o mesmo na face externa da coxa direita, que lhe provou uma incapacidade temporária, (Querela 710, 1983, p. 567).
- 8) O réu abandonou o local do congresso, fugindo.
- 9) Na acusação ficou expresso a convicção do MP; “Ao disparar os tiros contra o Dr. Sartawi, o réu quis matá-lo e ao disparar contra o ofendido Anwar Abu Eishen o réu quis igualmente matá-lo” (Querela 710, 1983, p. 567).

Do julgamento

O Processo de Querela nº 710/1983, do Tribunal Judicial de Albufeira. Autor/Réu: Ministério Público; Yousif Al – Awad.

O julgamento teve início no dia 4 de janeiro de 1984 sendo que foram notificadas dezoito testemunhas para audiência, três das quais estrangeiras.

Coletivo de juízes

Juiz presidente Brito, da Câmara, Juiz Dias Costa e Juiz Jaime Valente, delegado do Ministério Público, Casais de Brito e oito jurados.

Defensor oficioso do réu

Aquando da sua apresentação ao juiz de instrução criminal Youssif Al - Awad, teve como defensora oficiosa uma advogada estagiária, Maria Teresa Nunes. A defensora em julgamento foi a Advogada Fátima Pontes uma jurisconsulte com quatro anos de prática de advocacia.

Das declarações em audiência de julgamento

- a) Al - Awad, negou ter sido o autor dos disparos, mas reconheceu fazer parte de um

plano para matar Sartawi³²³.

Que fez o reconhecimento do local pelas 07h30 tendo saído do mesmo as 08h30³²⁴.

Que conhecia Sartawi e que se os seus companheiros lhe tivessem pedido, teria executado o atentado.

Que tudo o que fez foi por sacrifício dado ser um combatente e que lutaria até à morte pela revolução.

Que se recusou revelar ao Tribunal o número de companheiros intervenientes e que não foi ele quem disparou³²⁵.

Que quanto aos pequenos ferimentos que apresentava em várias partes do corpo na altura de sua detenção, referiu que foram feitos por si com uma pedra para dar a entender aos que o prendessem que fora ele o autor do crime. E frisou que se ao início da investigação disse à Polícia que tinha sido ele foi porque achou necessário³²⁶.

b) Declarações de polícias que se encontram no local.

i. Francisco Velhinho polícia da Divisão de Segurança da PSP de Lisboa e que se encontrava a proteger Willy Brandt. Foi perentório em reconhecer o arguido como a pessoa que tinha fugido do local³²⁷.

ii. Casimiro M. David, polícia da PSP que se encontrava a proteger o secretário-geral do PS Libanês, Walid Jumblatt. Não foi perentório a reconhecer o autor dado “apenas o ter visto de costas”³²⁸.

Que toda a ação se passou numa fração de segundos e que a entidade a quem estava adstrito o informara que partiriam de imediato para o aeroporto de Faro para seguir com urgência para o Líbano³²⁹.

iii. Joaquim M. Caetano Santos subchefe da PSP que se encontrava a proteger Bulent Ecevit, responsável do PS da Turquia. Afirmou que estabeleceu contacto visual com os réus momentos antes por lhe parecer desconfiado e desambientado, mas que a sua atenção foi desviada por ter sido chamado via

³²³ Cfr. Jornal O Dia. (1984). - Presumível assassino nega ser o autor dos disparos mortais. Edição de 5 de janeiro; Jornal de Notícias. (1984). - Não fui eu o autor dos disparos: O meu papel foi despistar a Polícia. Edição de 5 de abril; Jornal O Diário. (1984). - Al Awad nega em tribunal ter matado Issam Sartawi. Edição de 5 de abril.

³²⁴ *Ibidem*.

³²⁵ Cfr. Jornal Diário de Notícias. (1984). - Duas testemunhas que viram matar Sartawi não reconheceram em Al-Awad o assassino. Edição de 7 de janeiro.

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ Cfr. Jornal A Tarde. (1984). - Muitas dúvidas sobre o crime de Montechoro. Edição de 6 de janeiro.

³²⁸ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1984). Edição de 4 de janeiro.

³²⁹ Cfr. Jornal, Diário de Notícias. (1985). Desfeitoado pela defesa e pelo tribunal um depoimento que podia comprometer Awad. Edição de 23 de abril.

rádio para acompanhar a sua entidade³³⁰.

- c) Declarações do rececionista do hotel afirmou que “o autor do atentado era muito mais forte que Al Awad”³³¹ e trajava um casaco de xadrez e calças castanhas³³².
- d) Declarações do inspetor da PJ, Francisco Calvão, reconheceu não existirem provas materiais de que Al Awad foi o autor dos disparos, porque a pistola não tinha impressões digitais e nas mãos de Al Awad não foram encontrados vestígios de pólvora³³³. Este responsável, explicou em tribunal que o arguido nos momentos após a sua detenção em Lisboa, ficou surpreendido com a facilidade com que concretizou o atentado e que admitiu a hipótese e ser abatido durante o mesmo³³⁴.

Mencionou ainda que, no âmbito da uma reconstituição do atentado o réu lhe ter indicado concretamente o local onde a arma de fogo foi encontrada³³⁵.

- e) A requerimento a defesa foi ouvida uma bobine contendo uma entrevista - o juiz presidente justificou a diligência dado estranhamente o secretário de Sartawi não figurar entre as pessoas chamadas a depor no processo - concedida a dois jornalistas da Rádio Comercial, Jorge Simões e Sena Santos e em que declarou que foram dois os autores do atentado³³⁶ e não apenas um.

Que um primeiro autor, que não viu porque o abordou por trás, disparou para as suas pernas, uma ou duas balas e que o segundo atingiu Sartawi quando se encontrava por terra, depois fugiram os dois.

Questionado pelos jornalistas sobre se a OLP tinha pedido segurança especial para Sartawi, declarou que não porque já havia uma segurança para todos os elementos da IS montada pelos portugueses.

- f) Declarações de Jorge Simões, afirmou na entrevista que o secretário da Sartawi lhe concedeu, ter visto dois atiradores possivelmente um terceiro, acrescentando ainda que uma senhora alemã ou suíça provavelmente um quadro da IS lhe ter dito que o Dr. Sartawi fora chamado quando escrevia o seu discurso pelo seu secretário ao hall de entrada onde, entretanto ocorreria o atentado³³⁷.

³³⁰ *Ibidem*.

³³¹ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1984). Edição de 4 de janeiro.

³³² Cfr. Jornal O Diário. (1984). Al Awad nega em tribunal ter matado Issam Sartawi. Edição de 5 de janeiro.

³³³ Cfr. Jornal Diário de Lisboa. (1984). nº. 21349. Ausência de provas materiais pode beneficiar Al-Awad. Edição de 6 de janeiro, (p. 6).

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1984). Secretário de Issam Sartawi: Foram dois os atiradores. Edição de 7 de janeiro.

³³⁷ Cfr. Jornal, Diário de Notícias. (1985). Últimos minutos de Sartawi continuam por investigar – declarou

Identificada mais tarde como sendo Suzanne Marie Schmidt, alemã, chegou a Faro no início do mês e deixou Portugal no dia 17 de abril, sete dias após o crime não tendo sido ouvida no processo³³⁸.

Incidente durante o julgamento

Uma carta entregue à agência de informação Notícias de Portugal, ameaçava que a libertação do assassino de Sartawi poderia vir a ser negociada por troca de um avião da TAP ou por um diplomata português³³⁹.

Esta ameaça ficou suspensa após o conhecimento da decisão do tribunal favorável a Youssif Al – Awad. Um suposto porta-voz da Al Fatah, afirmou mesmo nada ter contra a magistratura portuguesa³⁴⁰.

Alegações:

- a. Para a Advogada Fátima Pontes o arguido não passou de um ator secundário dado que o verdadeiro assassino não estava presente na sala de audiências.

As provas circunstanciais, a falta de resíduos de pólvora nas mãos do acusado, a chamada prova da parafina e as incongruências nas declarações das testemunhas foram o motivo para garantir a inocência do arguido³⁴¹.

A causídica, acusou a Polícia de tentar fazer coincidir todos os elementos disponíveis contra o réu e expressou a sua indignação pelo fato da PJ ter deixado sair do país uma pessoa com passaporte falso, uma das principais testemunhas, o secretário de Sartawi³⁴².

A instrução do processo segundo a mesma advogada foi escandalosa e deficiente.

- b. Para o MP, o autor foi o culpado do homicídio as provas apontaram para o mesmo desde o início bem como a sua confissão inicial³⁴³.

Jorge Simões em Tribunal. Edição de 18 de abril.

³³⁸ Cfr. Jornal, Diário de Notícias. (1985). Desfeitoado pela defesa e pelo tribunal um depoimento que podia comprometer Awad. Edição de 23 de abril.

³³⁹ Cfr. Jornal, Diário de Notícias. (1984). Ameaça de negociar libertação de Rashide por avião da TAP ou por diplomata português. Edição de 10 de janeiro.

³⁴⁰ Cfr. Jornal A Capital. (1984). Rashid Absolvido dos crimes de Homicídio. Edição de 12 de janeiro.

³⁴¹ Cfr. Jornal O Dia. (1984). Pedida a absolvição do réu. Edição de 11 de janeiro.

³⁴² Jornal, Jornal de Notícias. (1984). Pertença à Revolução não ao mundo do crime. Edição de 11 de janeiro.

³⁴³ *Ibidem*.

Acórdão: datado de 11 de janeiro e 1984³⁴⁴.

Findo o julgamento resultou provado o seguinte:

- 1) O réu entrou em Portugal no dia 8 de abril de 1983, pela fronteira da Santa Apolónia vindo de Espanha tendo ficado alojado nessa noite na residencial do Sul, sita na Av.^a. da Liberdade em Lisboa.
- 2) Que no dia 9 de abril apresentou-se no hotel da aldeia em Albufeira solicitando alojamento apenas para uma noite com um passaporte falso.
- 3) Que o réu era membro do Conselho da Revolução do Movimento de Libertação Nacional da Palestina, Conselho esse que sentenciou à pena de morte Sartawi.
- 4) Que utilizou documentos falsos.

Resultou não provado o seguinte:

- 1) No dia 10 de abril Sartawi e o seu assistente pessoal encontrarem-se no átrio do hotel Montechoro.
- 2) Que o Réu fosse o executor da referida decisão do Conselho.
- 3) Logo não foi o réu o autor do homicídio.

O réu foi condenado pela posse de documentos falsos e punido com três anos de prisão e sessenta dias de multa. O MP recorreu da decisão³⁴⁵.

Em virtude da utilização de Júri durante o julgamento, o recurso fez transitar o processo diretamente para o Supremo Tribunal de Justiça, onde por decisão proferida em 27 de junho 1984 entendeu existirem passos altamente suspeitos por parte do arguido no dia prévio e no dia do atentado³⁴⁶, mandando repetir o julgamento.

Durante os meses subsequentes, enquanto a decisão do Supremo Tribunal de Justiça não foi proferida, os OCS alimentaram páginas sobre o assunto chegando-se a criar teorias de conspiração onde teria existido uma eventual autorização de Arafat para matar Sartawi com origem numa reportagem no jornal *New York Times* da autoria da jornalista Flora Lewis onde citando declarações de um dissidente palestino Mohamed Labadi, o líder da OLP teria dado tal permissão³⁴⁷ situação prontamente negada por

³⁴⁴ Cfr. Jornal, Diário de Notícias. (1984). O acórdão do Tribunal e Albufeira. Edição de 15 de janeiro.

³⁴⁵ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1984). Ministério Público recorreu da sentença. Edição de 19 de janeiro.

³⁴⁶ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1984). Novo Julgamento de Rashid não será este ano. Edição de 27 de outubro.

³⁴⁷ Cfr. Jornal, Diário de lisboa. (1984). n.º. 21391 – Arafat teria dado luz verde ao assassínio de Sartawi.

Arafat³⁴⁸.

O novo julgamento iniciou-se em abril de 1985, no dia 16, sendo que o juiz presidente do coletivo não deixou de tecer comentários bastante fortes sobre a qualidade da investigação realizada “receio que não se tenha procedido a audição rápida de certas testemunhas já que um inquérito destes transcendia fronteiras e não vejo que isso tivesse acontecido ou tivesse sido feito”³⁴⁹.

A segurança do evento

Foi um tema muito debatido quer entre jornalistas e cidadãos anónimos, quer entre as autoridades nacionais, o Governo e o PS bem como entre restantes delegações estrangeiras.

Rui Mateus dirigente do PS, afirmou que o Governo tinha sido avisado que a presença de membros de algumas delegações ao congresso poderia criar perigo de eventuais atentados³⁵⁰ e lamentou que as autoridades não tivessem concedido proteção senão a membros de governos estrangeiros e não a outras pessoas como Sartawi, que não tinha consigo qualquer guarda pessoal ao contrário do que sucedia com Willy Brandt, presidente da IS e de Bayardo Arce da Nicarágua³⁵¹.

Ainda assim e segundo a mesma fonte, o PS, afirmou que Sartawi não queria que lhe fosse fixado qualquer dispositivo de segurança, além de que o dirigente não tinha sequer anunciado a sua chegada a território nacional. Apesar de tudo, o PS forneceu ao MAI com a devida antecedência a lista das altas individualidades presentes no Congresso e atualizou-as telefonicamente à medida que se registavam novas chegadas³⁵².

Por parte do Governo, Roberto Carneiro, na qualidade de secretário de Estado, afirmou que não fora pedido qualquer segurança para os elementos da OLP presentes na conferência, ideia reiterado por Meneres Pimentel na qualidade de ministro da Justiça,

Edição de 24 de fevereiro, capa e pág. 20; Cfr. Jornal, A Capital. (1984). Arafat concordado com a morte de Sartawi. Edição de 24 de fevereiro. Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1984). n.º. 41986 – Autorização de Arafat para a morte de Sartawi é fantasia jornalística. Edição de 26 de fevereiro.

³⁴⁸ Cfr. Jornal, Diário de Notícias. (1984). Arafat nega envolvimento na morte de Sartawi. Edição de 9 de março.

³⁴⁹ Cfr. Jornal, Diário de Notícias. (1985). O inquérito deste caso transcendia fronteiras e não vejo que isso tivesse acontecido. Edição de 25 de abril.

³⁵⁰ Cfr. Jornal, O Dia. (1983). Assassinado num hotel algarvio delegado da OLP ao congresso da IS. Edição de 11 de abril.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² Cfr. Jornal, A Capital. (1983). Marroquino pode ter sido a isca lançada pelo comando terrorista. Edição de 13 de abril.

quando afirmou que Sartawi não tinha pedido segurança às autoridades portuguesas³⁵³.

A comunicação social foi muito assertiva no domínio da (in) segurança que rodeou o evento. A liberdade de circulação no espaço do congresso, fosse de jornalistas, conferencistas ou hóspedes era total, exceção feita à sala de conferências onde era necessário um *badge* para aceder ao interior da mesma.

A nossa análise

- 1) Da análise do processo, este atentado ocorrido em Portugal inseriu-se numa série de ações dirigidas contra interesses do povo palestino na década de setenta e oitenta do século XX, na Europa na tentativa de fragilizar a consolidação do mesmo dos quais destacamos;
 - a. Dia 25 de janeiro de 1973, Hussein Bachir Abul Kheir, representante da OLP no Chipre, foi morto por uma bomba no quarto do hotel onde se encontrava hospedado.
 - b. Dia 03 de janeiro de 1977, Mahmud Uld Saleh, antigo representante da OLP em Paris, foi morto com arma de fogo.
 - c. Dia 04 de janeiro de 1978, Said Hammami, representante OLP em Londres foi morto com arma de fogo.
 - d. Dia 3 de agosto de 1978, Ezzedine Kalaf, chefe da representação palestina em França e um dos seus adjuntos foram assassinados na sede da OLP em Paris.
 - e. Dia 02 de março de 1979, Zuheir Mohsen, chefe do departamento militar da OLP em Cannes, foi morto com arma de fogo.
 - f. Dia 15 de dezembro de 1979, Samir Tukan e Ibrahim Abdel Aziz, membros do gabinete da OLP em Nicósia, Chipre foram assassinados com arma de fogo.
 - g. Dia 17 de janeiro de 1980, Yossef Mubarak destacado militante palestino em Paris, foi morto com arma de fogo.
 - h. Dia 01 de junho de 1981, Naïm Khader, representante OLP em Bruxelas, foi morto com arma de fogo.
 - i. Dia 09 de outubro de 1981, Majed Abu Charrar, responsável dos sistemas de *Intelligence* da OLP, em Roma foi morto com arma de fogo.

³⁵³ Cfr. Jornal, Jornal de Notícias. (1983). n.º. 304 – Extremistas da OLP reivindicam ação. Edição de 11 de abril, (p. 5).

- j. Dia 13 junho de 1982, Mohammed Taha, antigo oficial da Fatah na RFA, Baviera, foi morto à facada.
- k. Dia 23 e julho e 1982, Fald Dani, diretor ajunto da OLP em Paris foi morto com recurso a explosivos colocados na sua viatura.
- 2) A escolha de Portugal para a materialização do atentado foi baseada na localização do congresso da IS nesse ano.
- 3) Quanto às motivações para o atentado não nos restam dúvidas que foram de natureza política. Sartawi poderia ter sido morto em qualquer outro local, só que quem o matou tinha objetivo políticos bem determinados, avisar a IS que não eram permitidas iniciativas de paz baseadas no diálogo com Israel. Para que o atentado resultasse do ponto de vista político, Sartawi tinha de morrer dentro do hotel onde se realizava o congresso³⁵⁴.
- 4) Quanto às intenções e às capacidades, do autor também não deixam dúvidas. Conseguiu matar Sartawi num local onde decorria um grande evento, com soldados de GNR à porta do hotel e diversas polícias da segurança pessoal no seu interior.
- 5) No que respeita ao plano de fuga, a nossa convicção é que desde o início o mesmo esteve definido, o que aponta para um planeamento prévio do ataque.
- 6) No que respeita à intervenção dos polícias da segurança pessoal, no congresso da IS verificamos que:
- Francisco Velhinho era responsável pela segurança pessoal de Willy Brandt, Presidente da IS;
- Casimiro David, era responsável pela segurança pessoal de Walid Jumblatt, secretário-geral do PS libanês;
- Joaquim Santos, era responsável pela segurança pessoal de Bulent Ecevit, na qualidade de convidado especial turco;
- José M. Santos, era responsável pela segurança pessoal de Kalevi Sorsa, Primeiro-ministro da Finlândia;
- Alfredo Januário, era responsável pela segurança pessoal de Bettino Craxi, Primeiro-ministro de Itália.
- A todos estes Protegidos nada aconteceu.

³⁵⁴ Cfr. Jornal O Tempo. (1983). Um aviso à I.S. Edição de 13 de abril de 1983, (p.9).

Impactos políticos do evento

Estiveram presentes no evento representantes de cento e vinte e seis partidos, organizações de mais de noventa países, entre oito primeiros-ministros e três presidentes da República. Pela primeira vez estiveram, representantes de Israel e da Organização de Libertação da Palestina.

A nível nacional, duas semanas depois do atentado, o Partido Socialista saiu vencedor das eleições legislativas com o seu melhor resultado de sempre. Obteve 36 % dos votos, a que corresponderam cento e um mandatos na Assembleia da República contra setenta e cinco do PSD.

Arquivo judicial

O processo relativo ao atentado contra Issam Sartawi. Processo Crime (Querela) n.º 710/1983 (com referência 44), caixa n.º 449 e 450 volumes I a V, com mil oitocentos e setenta e uma páginas, em que é autor o Ministério Público e Réu Yusef Al-Awad encontra-se atualmente arquivado no ministério da Cultura, Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, em Faro.

O pós julgamento (s)

Na sociedade nacional este atentado foi seguido com interesse jornalístico durante o tempo do julgamento, no entanto rapidamente foi colocado no esquecimento. A falta de provas inequívocas que pudessem condenar Yousif- Al Awad, pelo crime de homicídio acabariam por absolvê-lo, sendo isso experienciado logo em janeiro de 1984 aquando da leitura o primeiro acórdão, onde foi condenado apenas pelo uso de passaporte falso.

A solidez das provas não existiu e desde cedo ficou patente. Não apenas pelas contradições dos depoentes, mas também porque “ a partir da altura tomaram por boa e credível a confissão do acusado, os agentes da investigação, foram como se depreende da deliberação do tribunal, induzidos a seguirem o fio errado da meada que se afigurava desde logo demasiado fácil de deslindar para que essa aparente linearidade se não tornasse suscetível de levantar suspeitas como então disse a defesa oficiosa as pistas eram demasiado evidentes para deverem ser tidas como verosímeis”³⁵⁵.

³⁵⁵ Cfr. Jornal Diário de Notícias. (1985). Edição de 11 de maio.

Com a anulação do julgamento por decisão do STJ a repetição do acórdão publicado em 10 de maio de 1985 veio ratificar o anterior. Al Awad era membro do grupo Abu Nidal organização que reivindicou a morte de Sartawi e foi acusado de encobrimento do mesmo, “considerando o júri que o mesmo protegeu os seus companheiros e despistou a Polícia” Quanto a ser o autor dos disparos mais uma vez nada ficou provado (*Ibidem*).

Síntese capitular.

Nos dois atentados estudados no presente capítulo apuramos o porquê da escolha de Portugal para materialização dos mesmos. No caso do ataque ao Papa João Paulo II, a notícia da sua vinda a Portugal tinha sido amplamente difundida. O Bispo de Roma, estaria em território nacional de 12 a 15 de maio de 1982, para agradecer à Nossa Senhora de Fátima a graça de ter sobrevivido ao ataque contra sido perpetrado um ano antes na Praça de São Pedro no Vaticano. No que respeita ao atentado contra Issam Sartawi, o congresso da IS, ocorreria entre os dias 7 e 10 de abril de 1983 no Algarve. Embora o tempo de preparação do mesmo tivesse sido escasso, a publicitação nos órgãos de comunicação social tinha sido feita. Sinalizamos assim que, quer o Padre Krohn, quer quem matou Sartawi, sabiam que os seus alvos estariam em território nacional, nos espaços temporais e geográficos de cada evento.

Entre os atentados, não existiu, no entanto, qualquer similitude de proximidade geográfica. Um ocorreu no distrito de Santarém, o outro no distrito de Faro. Um num recinto de oração, em espaço aberto, no período noturno onde se encontravam dezenas de milhares de pessoas. O outro, no átrio de um hotel, no período matinal, num espaço fechado e com um número reduzido de pessoas presentes.

Em ambas as ações criminógenas, foram representantes internacionais, um deles chefe de Estado, alvo de uma violência extrema que contou com o emprego de um sabre com grande capacidade de corte e um segundo onde foi utilizada uma arma de fogo curta, - pistola.

Da análise de ambos fica explícito que as motivações do padre Krohn no ataque ao Papa, foram essencialmente de natureza religiosa impulsionadas por uma profunda divergência pela forma como via a abertura da Igreja ao mundo face a uma visão cada vez menos ortodoxa da liturgia iniciada do sumo pontífice. No caso do ataque a Sartawi as motivações foram de ordem política. Estamos convictos que o carácter mais moderado e dialogante que o ex. dirigente da OLP personificava e as eventuais iniciativas de paz baseadas no diálogo com Israel, terão contribuído para o atentado. Sartawi podia ter sido

morto em qualquer outra local, durante os dias que esteve em território nacional, mas quem o matou tinha objetivo político bem definidos, passar através da IS uma imagem mais radical da causa da Palestina e por isso Sartawi tinha de morrer dentro do hotel onde se realizava o congresso.

No que respeita ao planeamento e execução das ações, Krohn fê-las sozinho. A sua chegada a Portugal, um dia antes do ataque já com a arma (sabre) na sua posse e os reconhecimentos dos locais por onde o Papa circularia. No que respeita ao autor da morte de Sartawi é nossa convicção que o planeamento da ação também terá sido realizado. Terá chegado a Portugal antes do atentado, pernoitado na região algarvia e efetuado reconhecimentos ao hotel, conseguindo assim não levantar suspeitas o que lhe permitiu aguardar a oportunidade para matar Sartawi quando este estivesse numa área comum, especificamente no lobby do hotel. Com uma ação muito eficaz, desferiu os disparos suficientes para provocar a morte do dignitário, ferindo o seu assistente e encetando a fuga do local.

Em ambos os atentados as ações de repúdio foram expressas desde a primeira hora, quer pelo chefe de Estado quer pelo chefe do Governo no caso do atentado contra o Papa. No que respeita ao atentado de Albufeira, inúmeros foram os líderes políticos nacionais e estrangeiros que demonstraram a sua consternação pelo ocorrido.

Comum a ambas as ações foi mediatização através dos órgãos de comunicação social que extravasou fronteiras com os principais jornais europeus *El País* e o *Le Monde*, e americano *New York Times*, a noticiarem o sucedido. A nível interno a massiva cobertura dada pelos periódicos nacionais, fez capas dos mesmos durante dias.

Ao nível da cooperação internacional e no caso do atentado contra o Papa esta foi acionada no sentido de obter informações sobre o padre Krohn. O mesmo sucedeu no caso de Yousif Al – Awad o que possibilitou atestar que toda a documentação que o mesmo usou era falsa.

A investigação dos atentados depois de concluída levou à acusação de ambos os autores e aos correspondentes julgamentos. No caso do padre Krohn o tribunal coletivo considerou-o culpado pelo homicídio qualificado na forma tentada e condenou-o a uma pena de seis anos e meio de prisão. No caso de Yousif Al – Awad, foi o mesmo condenado pelo tribunal de júri a três anos de prisão e sessenta dias de multa, pela posse de documentos falsos.

Da nossa análise, os atentados, ocorridos com um espaço temporal assinalável, maio de 1982 e julho de 1983 não tem nada de comum.

No caso do ataque do padre Krohn tratou-se de uma ação individual baseada numa interpretação muito pessoal do caminho que a Igreja percorria desde o início do pontificado de João Paulo II, enquanto o ataque a Sartawi se inseriu numa série de ações dirigidas a nível internacional contra interesses do povo palestino na década de setenta e oitenta do século XX, pela Europa na tentativa de fragilizar a consolidação do mesmo conforme mencionamos no presente capítulo.

No que respeita à intervenção dos polícias da segurança pessoal abordamos as mesmas em dois ângulos diferentes; no caso do atentado ao Papa o sistema policial encontrava-se perfeitamente ciente do enquadramento da sua missão. Existia o antecedente de um ataque anterior, que acabou por ser a razão da vinda a Portugal do Papa e os polícias da segurança pessoal estavam alertas. Fizeram uma série de círculos protetivos, conforme menciona Borges de Azevedo (anexo7) e foi esse mesmo dispositivo que permitiu numa primeira fase sinalizar as tentativas de padre Krohn, numa segunda fase colocar o mesmo sob vigilância e numa fase final desarmá-lo, manietá-lo e proceder à sua detenção. Ainda assim o ataque não foi só por si o suficiente para cancelar o resto da visita a Portugal. No caso do ataque a Sartawi, o erro foi a montante. O ex. delegado da OLP foi o único dignitário que não constava de uma lista de participantes estrangeiros a proteger pelo Estado português de onde se sinalizaram alguns no presente capítulo e a quem nada aconteceu.

No pós atentados, estes temas não foram esquecidos pela sociedade portuguesa e sempre que se aborda o tema do terrorismo em território nacional os mesmos são mencionados como ilustrativos.

No caso específico do atentado ao Papa é recorrente mencioná-lo sempre que o Bispo de Roma visita território nacional o que aconteceu com, João Paulo II em 1991 e 2000, Bento XVI 2010 e Francisco em 2017 e 2023.

Capítulo VII - Apresentação e Análise de Resultados

Neste capítulo são apresentados os dados obtidos na investigação, juntamente com a respetiva análise e discussão.

O nosso problema de investigação subordinou-se à proteção de dignitários estrangeiros em Portugal entre 1974 e 1985 e de que forma a segurança pessoal dos mesmos foi o fator embrionário da dimensão externa da segurança interna.

No sentido de permitir uma maior compreensão desta questão central, decidimos fragmentá-la em quatro questões particulares mais simples e mais concretas. Lançamos quatro objetivos específicos, duas hipóteses de investigação e uma pergunta de partida.

Consideramos no entanto, oportuno antes do aprofundamento deste capítulo mencionar uma limitação na investigação que se prende com a impossibilidade de, por motivos de saúde um dos nossos potenciais candidatos conceder-nos uma entrevista. Trata-se do general Ramalho Eanes que na qualidade de Presidente da República experienciou os quatro atentados durante os seus mandatos. Foi nossa intenção aferir na sua visão política a leitura que fez dos fatos ocorridos e estamos certos que teria seria um contributo muito importante para nossa investigação.

Questão nº. 1. Que ator de segurança era Portugal no pós-revolução (1974-1985) no espaço europeu?

A revolução do 25 de Abril de 1974, surgiu no meio de uma crise económica mundial, a primeira do pós II Guerra Mundial, com uma queda abrupta do PIB em alguns países centrais (Varela, 2009) muito por culpa da primeira crise petrolífera mundial ocorrida em 1973. Portugal assim como outros países periféricos não ficou isento de tais impactos.

Por outro lado, a revolução ocorreu numa época de confrontos entre grandes blocos políticos e alianças militares. Um oriental, liderado pela União Soviética, com um modelo socialista baseado no preceito marxista-leninista de controlo estatal e com o seu braço armado assente Pacto de Varsóvia que integrava vários países do leste europeu. O outro bloco, o ocidental, liderado pelos EUA com um modelo capitalista baseado nas liberdades individuais e composto pela maioria dos países europeus integrando uma aliança militar comum, a NATO.

Este confronto | equilíbrio de poder entre estas superpotências e respetivos blocos foi garantido pela existência de armas nucleares em ambos os lados o que evitou que os

Estados oponentes declarassem formalmente guerra um ao outro.

Instaurado o regime democrático em Portugal, as prioridades do país e em particular dos primeiros Governos provisórios dirigiram-se para o combate à estagnação económica, à alta inflação, à fuga de capital humano e de divisas para o estrangeiro bem como o controlo imperioso das despesas públicas e a necessidade de acolher e integrar os retornados de regresso a Portugal. Neste domínio, a revolução foi ela potenciadora do fim de uma luta anticolonial, resultado do conflito armado no ultramar de mais de uma década, o que se fez com grande atraso relativamente a outras ex-colónias europeias. Foi a chamada “descolonização do último império colonial europeu” (Teixeira, 2017, p. 20).

A urgência das medidas de governação, passaram por conseguir apoio internacional de natureza financeira junto dos membros da CEE e dos EUA para enfrentarem os graves problemas que o país atravessava. Essa urgência financeira condicionou assim o legislador para que as suas preocupações no domínio da segurança “não estivessem sequer mencionadas no elenco das tarefas fundamentais do Estado” (Pereira, 2012, p. 12,13). Mesmo com o pedido formal de adesão à Comunidade Económica Europeia que iniciou um ciclo de integração de Portugal no espaço “geoestratégico europeu, espaço esse em que Portugal tinha de estar, pois era o único local do mundo onde nunca tinha estado” (Durães & Eugénio, 2010, p. 193) e mesmo com a manutenção de laços com os seus antigos territórios, as preocupações securitárias não estavam na primeira linha dos Executivos governamentais.

Ao nível securitário e de defesa Gouveia (1978) caracteriza genericamente que a estrutura de defesa do país teve de passar de uma fundamentação de lógica de guerra bastante agressiva, para uma de salvaguarda da paz, mais defensiva. De uma estrutura preparada para combater três guerras distantes para uma abrangendo apenas Portugal Continental e as regiões autónomas. De um Exército isolado, para um capaz de colaborar com os seus aliados e manter relações com os outros países. De um Exército vasto, e pouco sofisticado, preparado para uma guerra de antiguerrilha para um Exército mais pequeno e com uma nova fundamentação lógica e de uma coerência com as políticas do país, principalmente no campo internacional. Os acordos de patrulhamento marítimo estavam reduzidos a um mínimo, o mesmo acontecendo com as instalações afetadas pelos planos de contingência da NATO (Gouveia, 1978, pp. 29–30).

Apesar da consagração constitucional conferida em 1976, no âmbito das Relações Internacionais e com os imperativos que se colocavam a Portugal enquanto futuro membro da uma comunidade europeia que se avizinhava cada vez interdependente, o país

tardava em tornar-se um *player* securitário no espaço europeu.

No verão de 1976, as linhas políticas da política externa da Nação delineadas no programa do Governo visavam uma mais estreita participação nas instituições europeias, um estreitamento com os aliados tradicionais particularmente com a NATO, a cooperação com os novos países de expressão portuguesa e com o Brasil e o alargamento e a normalização da participação de Portugal em organizações internacionais (Gouveia, 1978, p. 30).

A revisão constitucional de 1976 ao diminuir a carga ideológica do texto, ao flexibilizar o sistema económico e sobretudo ao redefinir as estruturas do poder político, permitiu a Portugal, rever as suas opções estratégicas como país em processo de adesão europeia. Todo esse recenrar constitucional, foi extremamente importante na clarificação do papel desempenhado pela Polícia e pelas Forças Armadas na segurança do país criando condições para a reestruturação do sistema securitário. A expressão segurança interna ganhou relevo constitucional ao ser introduzida no artigo 272º da CRP, enquanto função da Polícia, opondo-se à missão de defesa nacional exclusiva das Forças Armadas. Ainda assim, o empenho operacional das Forças Armadas ao serviço da comunidade internacional, mesmo fora do contexto europeu, especialmente em operações de Paz e mesmo com o respaldo das Nações Unidas, apenas se iniciou no fim da década de oitenta e princípio da década de noventa do século XX em ações conjuntas nomeadamente;

- i. A Marinha na operação de Paz, *Desert Storm* em setembro e outubro de 1990, (Saramago, 2010, p. 154).
- ii. O Exército e a sua primeira força destacada (FND), para Moçambique em 1993, na operação ONUMOZ, no mês de abril, (Loureiro, 2010, p. 177)
- iii. A Força Aérea para além da nova adaptação ao novo ambiente de operações europeu, apenas em 1987, doze anos após a independência de São Tomé e Príncipe realizou uma ponte aérea para transporte de bens alimentares de emergência. E voltou a Cabo Verde e à Guiné-Bissau quando estas ex-colónias solicitaram apoio a Portugal aquando de visita do Papa João Paulo II a esses países em 25 janeiro a 01 de fevereiro de 1990 (Durães & Eugénio, 2010, pp. 198–199).

No que diz respeito às forças de segurança, a Polícia portuguesa participou em Missões de Paz desde 1992, altura em que o Governo da República decidiu a participação de Portugal na componente de polícia civil das Nações Unidas (UN CIVPOL) no território da ex-Jugoslávia (Elias, 2010, p. 242) enquanto a participação da GNR neste tipo de

operações teve início durante o ano de 1995 na Roménia durante a supervisão do embargo das Nações Unidas à ex-Jugoslávia (Cruz, 2010, p. 320). Por outro lado “o país já com o processo de adesão às comunidades em curso, viu em 14 de junho de 1985, os governos da Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França e República Federal da Alemanha celebraram, na localidade de Schengen, no Luxemburgo, um acordo relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns. Este acordo de Schengen visava a criação de uma zona de livre circulação de pessoas (Espaço Schengen) entre os Estados parte, através da supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns (internas) e, simultaneamente, pela implementação de medidas de segurança compensatórias, tendentes a intensificar os níveis de segurança e a ordem pública já existentes nos referidos Estados” (Marta, 2018, p. 96).

Portugal, teve no domínio das políticas públicas de segurança e como observa J. Oliveira (2006) eixos distintos. Um primeiro período entre 1974 - 1981 em que as políticas neste domínio tinham como principal objetivo o reforço da autoridade democrática e o zelar pela ordem pública, luta contra o tráfico de estupefacientes a nível interno bem como intensificar a ação antiterrorista que se começava a intensificar com a criação da Lei nº. 19/81 de 18 de agosto. Um segundo período de 1981 a 1995 foi de reafirmação da segurança interna e de modernização do sistema, com a publicação da primeira LSI, o aprovar das leis orgânicas e respetivos estatutos da PSP, GNR, PJ, a criação do SIS, bem como a institucionalização do SEF (p.286-287) e em que no domínio externo europeu a política securitária nacional foi residual³⁵⁶.

À guisa de conclusão, a participação de Portugal no plano securitário europeu, apenas teve um enfoque significativo após a sua adesão às comunidades. Antes do ato, as políticas de segurança nunca estiveram numa primeira linha das opções do legislador, outras necessidades mais prementes tiveram prioridade.

Questão nº. 2. Quais eram as ameaças internas e externas (1974-1985) percecionadas por Portugal?

Ao nível da comunidade internacional após a “Revolução dos Cravos” a preocupação quer da Administração americana quer de alguns países europeus focou-se na provável deriva de Portugal para um regime de ideologia comunista quando o mesmo

³⁵⁶ Em outubro de 1989, Portugal enviou vinte e cinco observadores para a missão da UNTAG - Grupo de Assistência da ONU à Transição da Namíbia.

era membro da NATO.

Essa visão pessimista, levou ao antigo responsável pela diplomacia americana, Henry Kissinger a profetizar que tal epílogo levaria a um isolamento de Portugal da comunidade internacional e à consequente expulsão da Aliança Atlântica. Por outro lado, o perigo de contágio político para países como a Espanha ou a Grécia onde os partidos comunistas poderiam ganhar expressão, faria balançar o equilíbrio de poderes instituído no mar mediterrâneo.

A Europa, via-se a braços com uma criminalidade organizada e violenta, com diferentes origens e motivações de grupos terroristas, que grassavam pelo seu território atingindo vários países. A tomada de embaixada francesa (Haia 1973), a tomada de reféns (OPEP, Viena 1975), o desvio de aviões (Air France, 1976), a tomada de comboios (Holanda, 1977), as mortes quer de industriais (Haans-Martin Schleyer, 1977), de políticos (Aldo Moro, 1978), de cidadãos anónimos (o violento ataque de 1980 na estação de comboios de Bolonha que causou oitenta e cinco mortes e mais de duzentos feridos), a morte de atletas olímpicos em Munique em plenos Jogos (1972), a luta armada independentista que a ETA protagonizava em Espanha contra o regime Franquista e já em democracia e na Irlanda do Norte, o Irish Republican Army que também nunca enjeitou o recurso à força armada, ilustram o nosso argumento de uma Europa insegura.

Em Portugal e até ao 25 de Abril foi a PIDE/DGS o único serviço de informações do regime, que o defendia num quadro de ameaça interna e externa. Com a extinção do serviço, o país ficou durante anos sem um produtor de informações de natureza civil que gerasse inteligência capaz de o defender de inimigos externos ou internos. O país tornou-se rapidamente destino de muito serviços de informações estrangeiros que desenvolveram inúmeras atividades explorando as inúmeras fragilidades da sociedade nacional.

Subjaz que o desaparecimento de material bélico de paíóis militares e a circulação quer de armas de fogo e de explosivos em solo nacional tinham-se tornado perfeitamente “normais” e transformavam-se em equipamento que alimentavam logisticamente grupos armados de inspirações políticas diametralmente opostas, que grassavam pelo país e que os empregavam na realização de assaltos a instituições bancárias, a sedes de partidos políticos, a instalações diplomáticas, e em atentados diversos que causaram mortos e feridos.

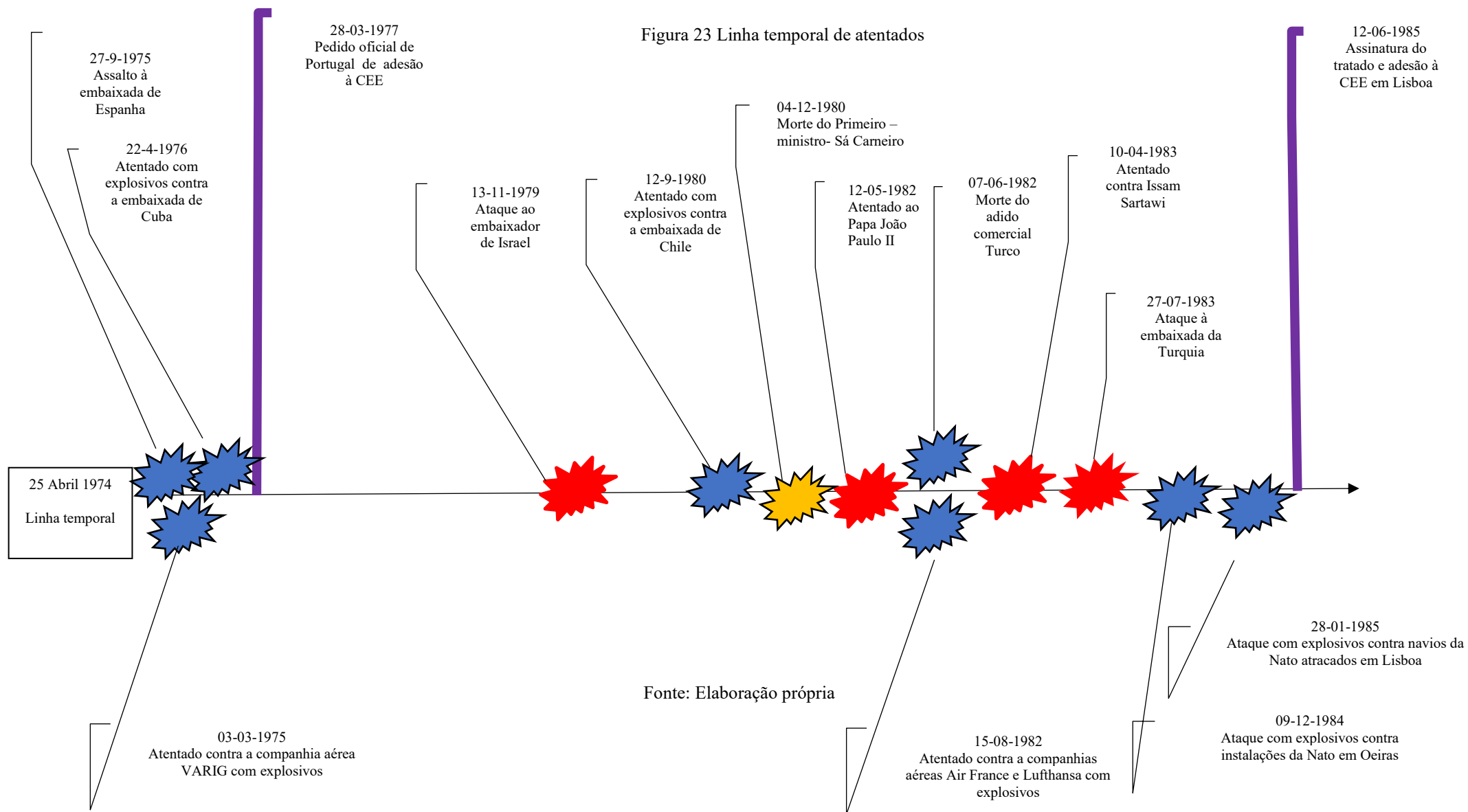
As lutas políticas que se tinham iniciado logo após a revolução e mesmo que indiretamente apoiavam-se na força das armas e numa violência contra o poder vigente, uma de inspiração de direita que se prolongou mesmo após o 25 de Novembro de 1975,

outra de inspiração de esquerda iniciada em 1977 e que viria a ser desmantelado apenas na década de oitenta do século XX.

A sociedade vivia um período de instabilidade securitária permanente. Na perspetiva de uma visão mais global dos ataques que se faziam sentir, infra apresentamos de forma esquemática - de elaboração própria -, uma linha temporal que tem início no 25 de Abril de 1974, contempla o pedido oficial de adesão de Portugal às comunidades e sinaliza a assinatura do tratado de adesão à CEE em junho de 1985.

Na linha temporal, são identificados para além do estudo de caso (objeto da nossa investigação e apresentados com explosões vermelhas) outros ataques a interesses estrangeiros em Portugal (apresentados com explosões de cor azul).

A exceção na linha temporal, representa a morte do ex. primeiro-ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro (apresentado com uma explosão de cor laranja).



Para uma - eventual - prevenção da ocorrência destes fenómenos criminais, faltou uma reforma fundamental, a reorganização do sistema de informações da República.

Os diversos grupos de trabalho criados para tal desiderato nunca conseguiram fazer vingar um sistema civil único facto a que não foram seguramente estranhos os estigmas herdados do antigo regime político face às informações (R. L. Monteiro, 2004, p. 460).

A não produção de relatórios de inteligência potenciou não só a ausência de uma prevenção criminal como um ineficaz combate por parte das Polícias ao fenómeno.

Questão nº. 3. Que garantias de segurança (1974-1985) tinham os dignitários estrangeiros em território nacional?

Com o evento da revolução de Abril e a extinção da DGS responsável pela segurança pessoal dos dignitários nacionais e estrangeiros em Portugal, os novos governantes e as altas entidades estrangeiras que se deslocavam a território nacional, deixaram de ter pessoal especializado que assegurasse tal missão.

A rutura doutrinária com as práticas securitárias do antigo regime - que o novo impôs, potenciou em termos de cooperação policial após o 25 de Abril, a realização do primeiro projeto formativo conjunto. O primeiro curso específico de formação de formadores de segurança pessoal, ministrado em Portugal por oficiais do Exército Britânico dos SAS, que decorreu na Tapada de Mafra entre os dias 4 de novembro e o dia 14 de dezembro de 1974 e onde vinte alunos entre militares, civis e policias frequentaram a formação.

Estes novos Protetores formados, puderam desde logo proteger os mais variados dignitários estrangeiros que se deslocaram a Portugal nomeadamente;

- a) o Presidente do Senegal, Leopold Senghor, janeiro de 1975;
- b) o Dr. Agostinho Neto, abril de 1975;
- c) o Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, maio de 1975;
- d) o Chefe do Comando Supremo Aliado da NATO, Almirante Ralph Wynne Cousins, maio de 1975;
- e) o Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, junho de 1975;
- f) a cosmonauta Soviética Valentina Terechkova, junho de 1975;
- g) o Presidente da Roménia, Nicolae Ceausescu, outubro de 1975;
- h) o Presidente da Jugoslávia, Marechal Tito, março de 1976;
- i) o Presidente da República da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, novembro de 1976;

- j) o Presidente da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral, janeiro de 1978;
- k) o rei de Espanha, Juan Carlos I, maio de 1978;
- l) o Presidente de França, Valéry Giscard d'Estaing, julho de 1978;
- m) o Presidente dos EUA, James Carter, junho de 1980;
- n) o Presidente da RFA, Karl Carstens, julho de 1980;
- o) o Presidente da Grécia, Constantino Karamanlis, junho de 1981;
- p) o Presidente de Moçambique, Samora Machel, outubro de 1983;
- q) o Presidente da Islândia, Vigdis Finnbogadóttir, novembro de 1983;
- r) o Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, em dezembro de 1983.

O modelo securitário recente há época, necessitava de uma interdependência funcional entre a segurança pessoal dos dignitários e as instalações diplomáticas que os acolhiam e voltou a ser o modelo britânico aplicado agora, pela Scotland Yard - Diplomatic Protection Group em março de 1976, escolhido para a génese da criação de novas Divisões policiais que passaram a assegurar as instalações diplomáticas situadas em território nacional maioritariamente em Lisboa.

A secção de segurança pessoal, situando-se na cidade de Lisboa, assegurava a proteção de todos os dignitários estrangeiros em Portugal e dos nacionais no estrangeiro. No entanto apenas em 1985 foi conferida à PSP a missão específica de segurança pessoal consumada pela revisão do primeiro estatuto desta força policial tonando-a assim na única força de segurança legalmente acreditada a desempenhar este tipo de missões em Portugal.

Durante todo esse tempo os dignitários estrangeiros que se deslocaram a território nacional e aos quais foram atribuídos a medida securitária, foram protegidos por dispositivos baseados em conhecimento empíricos dos polícias mais experientes em detrimento de uma filosofia consolidada ao nível inteligência preventiva. Aos mesmos, faltou-lhes a base, a determinação do grau da ameaça da entidade que protegiam com vista à implementação do dispositivo securitário mais adequado.

Em questão endereçada em entrevista (anexo7) a Borges de Azevedo, subintendente reformado da PSP e que esteve presente em dois dos quatros atentados retratados na investigação, sobre que tipo de relatórios de informações recebiam para prepararem as missões de segurança pessoal foi perentório a responder. “Não recebíamos qualquer tipo de informações para preparar os serviços. Nós trabalhávamos muito às cegas e era muito por carolice. Ninguém estava mentalizado para isto” (p.299).

Questão nº. 4. O que significou para Portugal a ocorrência destes atentados - ao embaixador de Israel, ao Papa João Paulo II, a Issam Sartawi e à Embaixada da Turquia - quando o país se preparava para aderir à CEE?

A Revolução de 1974 foi seguida com atenção em ambos os lados do Atlântico e no espaço europeu em concreto era assumido que “sem Portugal e a Espanha a identidade europeia não transmitiria senão a imagem de um corpo inacabado. Os países ibéricos pertenciam à Europa” (Royo, 2006, p. 93). Na visão de Quadros (1978) “não se compreenderia que três Estados da história tão antiga que contribuíram decisivamente para criar o património cultural e a civilização da Europa, permanecessem por mais tempo à margem de uma comunidade cujos membros pretendem viver em comum os valores herdados do humanismo greco-latino e do cristianismo” (p.34).

Destarte e nas palavras de Ferreira (2004) “a Junta de Salvação Nacional, formada em 26 de Abril de 1974, não teve problemas maiores para ser reconhecida a nível internacional. Independentemente das formas diplomáticas invocadas pode-se dizer que ao tomar posse o I Governo Provisório [16 de maio de 1974] já a generalidade dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas importantes haviam reconhecido o poder político emergente do golpe militar de 25 de Abril de 1974. O Brasil fizera-o a 27, a África do Sul a 28, a Espanha, os EUA e a República Federal da Alemanha declaram que mantinham inalteráveis as suas relações com Portugal. E o Reino Unido, após consultas aos países membros da CEE, da NATO e de Commonwealth anuncia, a 3 de maio, ter reconhecido o novo regime de Lisboa” (p. 143).

Uma revolução que mesmo contando com a presença de militares nos órgãos de poder, era caracterizada como uma democracia pluralista. Ferreira (2004) densifica esta visão dado que “para melhor se compreender os parâmetros do que se acaba de referir mencione-se o facto de o pedido de adesão de Portugal à CEE ter sido aceite quando a Constituição ainda albergava o Conselho da Revolução e o Presidente da República era um militar” (p. 143). A condição mais imperiosa que se apresentou para além da restauração da democracia foi a conclusão da descolonização, Portugal foi o último país da Europa a concluir este processo.

A adesão de Portugal às comunidades foi assim decidida em primeiro plano com base em argumentos de ordem política. Os governos dos povos dos Estados - membros das Comunidades estavam conscientes da importância que o seu apoio concreto e sem desfalecimentos às novas democracias da Europa do Sul, para as suas causas de paz, da

liberdade e do progresso económico e social não só nestas novas democracias como na Europa no seu conjunto (Soares, 1978, pp. 10–11). Correndo após o primeiro alargamento a Norte, com a entrada da Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido “o actual alargamento para o Sul, destina-se a levar às Comunidades um complemento de equilíbrio geográfico, sociológico e político” (*Ibidem.* p. 11).

Mas a vertente económica foi outro fator determinante para a adesão. No caso português as comunidades propuseram-se apoiar uma evolução política suscetível de permitir o desenvolvimento de relações mais estreitas, prova disso foi a aprovação de uma ajuda financeira na perspetiva do novo regime combater a crise económica. Neste domínio, com os parceiros europeus, Portugal já tinha alguma tradição fundada no facto do país já pertencer à EFTA desde 1960 e ter celebrado acordos com a CEE e com a CECA em 1972 (Soares, 1978, p. 8) no entanto se estes acordos permitiam algum enquadramento económico as reformas estruturais que o país tinha de realizar só poderiam ser materializadas com a ajuda das Comunidades. A adesão de Portugal às comunidades pressupunha um esforço de desenvolvimento e reestruturação económica do país (F. Pinto, 2011, p. 43) os sectores produtivos necessitavam de uma modernização para que o choque com o mercado único fosse atenuado.

Os atentados por nós estudados encontraram o processo de negociações em curso desde junho de 1975 quando, mesmo antes do pedido formal de adesão feito por Portugal em março de 1977 já a Comissão tinha sido autorizada a iniciar as negociações (Freire & Vinha, 2011, p. 8).

Estamos assim convictos que os atentados ocorridos, só por si nunca seriam impeditivos da adesão de Portugal às comunidades. As razões políticas e económicas não o permitiriam.

Como objetivos específicos pretendemos responder aos seguintes:

Quando iniciamos a investigação dos estudos de caso - atentados - integramo-los em dois grandes blocos investigatórios; aqueles que a investigação criminal permitiu levar a tribunal os seus autores e onde se fez justiça e os processos que se ficaram pela fase de investigação dado não ter sido possível levar a tribunal os seus autores, isto porque nunca foram identificados, ou porque mesmo identificados morreram no ataque em que participaram.

Porque foi Portugal escolhido para palco destes atentados?

A escolha de Portugal para a materialização dos atentados foi por nós enquadrada numa visão mais global. Sustentamos que parte desta luta armada se inseriu, numa visão europeia mais vasta onde grupos violentos internos e externos aos países atacados, pela força das armas, espalharam o terror na tentativa de perseguirem objetivos diversos e de conseguirem a atenção da comunidade internacional para causas que defendiam. Ainda assim o posicionamento geográfico do país “ face ao continente europeu, como plataforma privilegiada de acesso ao Atlântico Norte e ao Atlântico Sul; ao mediterrâneo, e ao continente africano, em particular ao Magrebe e Africa Ocidental” (Matos, 2016, p. 54) não pode deixar de ser mencionado.

Do nosso estudo ficou claro que no ataque ao Papa João Paulo II ocorrido em Fátima, e na morte de Sartawi no Algarve, enquadraram-se ambos no âmbito da realização de dois grandes eventos em território nacional. Um de carácter religioso, as celebrações litúrgicas do 13 de maio, outro de natureza política, o congresso da Internacional Socialista.

No que respeita aos remanescentes ataques, contra o embaixador de Israel e contra a embaixada da Turquia, não nos foi possível apurar o porquê da escolha do nosso país. Ainda assim as ações contra interesses desses Estados no âmbito internacional eram recorrentes, tornando assim legítima inferência que Portugal foi apenas mais um país. Mais um palco privilegiado de projeção na comunidade internacional de chamadas de atenção para lutas em curso em outros Estados.

Como se materializaram os atentados e quais os seus impactos?

Os dois atentados que não foram a julgamento ocorreram em zonas nobres da cidade de Lisboa, em áreas movimentadas quer por pessoas, quer por veículos, em plena luz do dia, ambos em períodos matinais de dois dias de semana.

Dos outros, um ocorreu num recinto de oração em espaço aberto, no período noturno onde se encontravam dezenas de milhares de pessoas, o remanescente, desenrolou-se no átrio de um hotel, pela manhã, num espaço fechado e com um número reduzido de pessoas.

Quanto às motivações dos Perpetradores, ficou claro que a tomada da instalação diplomática turca foi a forma de luta escolhida para projetar na opinião internacional a pretensão política de autodeterminação do povo arménio, expressa na missiva enviada aos órgãos de comunicação social e posteriormente publicitada. No caso do ataque a Sartawi as motivações também foram de ordem política. Estamos convictos que o carácter mais

moderado e dialogante que o ex. dirigente da OLP personificava e as eventuais iniciativas de paz baseadas no diálogo com Israel, terão contribuído para o atentado. Sartawi podia ter sido morto em qualquer outro lugar durante os dias que esteve em território nacional, mas quem o matou tinha um objetivo político bem definido, passar através da IS uma imagem mais radical da causa da Palestina e por isso Sartawi tinha de morrer dentro do hotel onde se realizava o congresso. De uma forma implícita, o ataque ao embaixador de Israel, também terá tido na génese motivações de ordem política. A única exceção foi o ataque ao Papa neste as convicções de natureza religiosa foram o principal fator que impeliram Krohn a realizar o ataque.

Comum a todos os tentados foi o planeamento e preparação prévia desenvolvida pelos Perpetradores. Desde a escolha e reconhecimento dos locais, às armas e aos meios de transporte utilizados. Nenhuma das ações foi inopinada ou apenas o resultado de uma oportunidade do acaso. Todas foram bem estudadas.

Respeitante ao número de intervenientes, este foi assimétrico. Desde um único Perpetrador no caso do padre Krohn, ao eventual segundo interveniente (nunca provado) no caso de Sartawi, aos dois autores contra o embaixador e Israel e ao grupo de cinco que atacou a embaixada da Turquia. Todos homens. No domínio das idades, também não se assinalou nenhuma similitude variando entre as estimadas dos homens no ataque ao embaixador de Israel entre os vinte e os trinta anos, à idade desconhecida de quem matou Sartawi - Youssif Al - Awad não foi condenado pelo assassinato do mesmo - às idades comprovadas dos cinco atuantes na tomada da embaixada da Turquia entre os dezanove e os vinte e um anos. O padre Krohn já com trinta e quatro anos foi o mais velho de todos os Perpetradores.

Em toda as ações, os meios empregues foram de elevada potencialidade letal. Sinalizando o sabre utilizado pelo padre Krohn com trinta e sete centímetros de comprimento e uma assinalável capacidade de corte, ao emprego de armas de fogo curtas - pistolas - na morte de Sartawi, mas também de armas de ombro - tipo metralhadoras - e substâncias, explosivas nos atentados contra o embaixador de Israel e na embaixada da Turquia.

No que respeita às consequências dos atentados dividimos as mesmas em impactos humanos e materiais. Em termos humanos as somas dos atentados provocaram nove feridos (seis civis e três polícias) e nove mortos (cinco terroristas, dois civis e dois polícias).

No domínio dos danos materiais há a assinalar os registados no exterior de embaixada de Israel bem como em algumas viaturas aí parqueadas, sendo que os danos de maior envergadura foram os registados na embaixada da Turquia. Apenas as estruturas de betão do edifício ficaram estáveis. Em termos de quantificação dos danos não nos foi possível apurar

os montantes.

Quanto à reivindicação dos atos, excluindo o do Padre Krohn, detido em flagrante delito, foram arguidas quer por grupos internos portugueses, aos quais as autoridades judiciárias nacionais consideraram como oportunistas e irrelevantes, quer por grupos estrangeiros nomeadamente o ASALA referente ao ataque à embaixada Turquia e pela Al Fatah no caso da morte de Sartawi. No caso do atentado contra o embaixador de Israel, nunca houve uma reivindicação credível por parte dos seus autores.

No que respeita à cooperação internacional, a mesma foi relevante atendendo à época. No ataque ao embaixador de Israel, foi acionada não só na tentativa de pedidos de localização de suspeitos, como em comparações forenses sobre a utilização de armas de fogo em atentados análogos em Espanha. No caso do ataque à embaixada da Turquia também o pedido de verificação forense de utilização de armas foi solicitado. No atentado contra o Papa, foi a mesma acionada no sentido de obter informações sobre o padre Krohn, o mesmo sucedendo no caso de Yousif Al – Awad, que possibilitou atestar que toda a documentação que este usou era falsa.

Ainda que por meios de comunicação arcaicos se vistos com lentes da atualidade, as solicitações foram atendidas em espaços de tempo relativamente curtos.

Como foram os atentados percecionados a nível interno e a nível internacional?

Em todos os atentados as ações de repúdio foram expressas desde a primeira hora, quer pelo chefe de Estado e de Governo nacionais, pelos principais partidos políticos e por inúmeros líderes políticos estrangeiros em especial no atentado que vitimou Sartawi.

A nível internacional, os principais jornais europeus, como o *El País* e o *Le Monde*, bem como os americanos, *New York Times* e o *Washington Post* noticiaram o sucedido e colocaram Portugal no epicentro dos países onde ações terroristas grassavam. No caso da morte de Sartawi, uma jornalista do *New York Times*, Flora Lewis, citando declarações de um dissidente palestino Mohamed Labadi, noticiou que o líder da OLP teria dado permissão para a morte do ex. conselheiro de Arafat.

A nível nacional, a televisão e a imprensa escrita especialmente os jornais diários não se inibiram de estabelecer perigosas ligações, não provadas, nomeadamente com a visita do Arafat a Portugal nos dias precedentes ao atentado contra o embaixador de Israel. Nos restantes atentados os jornais quer matutinos, quer vespertinos, fizeram inúmeras capas e notícias sobre os mesmos bem como programas de televisão onde procuraram explicar o sucedido.

A vinda de João Paulo II a Portugal teve em termos de transmissão para todo o mundo, uma das maiores operações logísticas da RTP isto porque se tratou da vinda de um chefe de Estado que era ao mesmo tempo líder religioso a um país profundamente católico e já em regime democrático.

Como Portugal se redefiniu em termos securitários no pós atentados?

Quando o atentado ao embaixador de Israel ocorreu o V Governo Constitucional encontrava-se em funções. A inadequabilidade da organização dos quadros da Polícia já plasmada com especial incidência na definição dos perímetros urbanos à responsabilidade da PSP, impulsionaram rapidamente o legislador a criar de raiz a Divisão de Segurança da Polícia de Lisboa, com um efetivo muito substancial a rondar os quatrocentos polícias que doravante se tornaram responsáveis pela segurança das instalações diplomáticas e residências oficiais situadas na cidade de Lisboa.

No entanto, o clima de insegurança que se continuava a registar e a evidência da vulnerabilidade do país ao terrorismo fosse ele da chamada “Rede Bombista do Norte” (R. L. Monteiro, 2004, p. 460) fosse proveniente das FP 25 de Abril (Poças, 2021) e os ataques direcionados aos dignitários estrangeiros, impulsionaram o Governo de Bloco Central, já presidido por Mário Soares - que nomeou, o Vice-Primeiro - ministro Prof. Mota Pinto e o ministro da Administração Interna Eng.º. Eduardo Pereira - a apresentarem uma proposta sobre medidas de luta contra o terrorismo.

O atentado contra o enviado de OLP no congresso da Internacional Socialista ocorrido em abril desse ano estava presente na mente dos dirigentes políticos e o Programa do IX Governo Constitucional disso foi prova quando ficou consagrado que “os Portugueses vivem a inquietação de uma criminalidade crescente, mas que por enquanto, não inclui significativa expressão terrorista”³⁵⁷.

Com a urgência requerida, foi sugerido ao Governo a criação dos Serviços de Informações, dando-se seguimento a uma iniciativa do Executivo anterior, mas esta proposta enviada pelo Governo à Assembleia da República, foi acompanhada de uma outra, a Lei de Segurança Interna e justificava-se pela complementaridade legislativa recíproca. (R. L. Monteiro, 2004, p. 463). No entanto e porque nessa proposta estar previsto ser atribuído ao SIS a competência para executar controlo das comunicações, mediante autorização judicial, gerou fortes críticas nos deputados da oposição, atrasando o respetivo processo legislativo

³⁵⁷ Cfr. Programa de Governo, publicado no Diário da Assembleia da República, III Legislatura, II Série – suplemento ao nº. 6 de 21 de junho de 1983, (p.196).

(*Ibidem*) tendo a mesma apenas visto a sua aprovação em 1987.

No domínio das “informações, foi necessário passarem dez anos sobre o 25 de Abril de 1974 para ser aprovada a Lei nº. 30/84 de 5 de setembro. Num país que teve uma longa tradição de polícia política, a existência de serviços de informações foi posta em causa por significativos sectores da sociedade que invocaram a experiência da ditadura” (R. Pereira, 2012, p. 17). A não aprovação em simultâneo dos dois documentos estruturantes da segurança interna nacional, possibilitou por um lado que o serviço de informações passasse a operar sem que existisse uma lei que regulasse o quadro securitário global para o país e por outro demonstrou a ausência de uma política securitária. O sistema de segurança interna que surgiu em 1987 ocorreu assim “num contexto (interno e externo) de “Guerra Fria”, cujos recortes estruturais e conjunturais se prenderam com fatores que classificáramos de catalisadores: A ainda recente instauração do Regime Democrático e a sua consolidação; (...) o anátema do Estado Securitário e a memória da PIDE/DGS; (...) o terrorismo interno (...) e terrorismo transnacional” (Matos, 2016, p. 69).

As políticas de segurança, implementadas em Portugal, nas últimas décadas têm sido “caracterizadas, em geral, pelo seu gradualismo, descontinuidade e centralidade, pela sua natureza segmentada, micro e normativa” (J. Oliveira, 2006, p. 285) faltando uma estratégia global, normalmente têm-se constituído como “políticas de segurança efémeras e conjunturais, assentes em meras convicções de oportunidades ou em experiências alheias, nem sempre conciliáveis com o país real” (M. Dias, 2001, p. 6).

Verificação das hipóteses:

Tendo dado como terminadas as etapas de recolha, análise dos dados e da interpretação dos resultados obtidos, encontramos-nos na altura de fazer o ponto de verificação das hipóteses levantadas, que procuramos que fossem respostas provisórias para que se tornassem aceites ou rejeitadas depois de testadas.

Hipótese nº. 1. A presença da segurança pessoal junto a esses dignitários mitigou o impacto dos atentados.

Primeiro ângulo de análise, a presença:

Durante a investigação dos quatro casos de estudos, em três e de forma direta registou-se a presença de polícias da segurança pessoal junto aos Protegidos. Tais referências estão plasmadas na documentação judiciária e em entrevistas posteriores concedidas aos OCS.

A exceção foi o estudo de caso do ex. delegado da OLP, Sartawi. Na consulta quer da documentação judiciária quer na interpretação de entrevistas dada aos OCS e em duas das entrevistas que constam em anexo encontramos evidências de que esse Protegido não dispunha de tal dispositivo policial.

Ainda assim, assinalamos que o ex. delegado da OLP, veio a Portugal no âmbito da realização de um grande evento internacional e apesar da não atribuição da segurança pessoal pelos serviços competentes da República, outros dignitários presentes nesse evento tiveram a medida securitária aplicada nomeadamente;

- a) O presidente da IS, Willy Brandt, era protegido pelo segurança pessoal, Francisco Velhinho;
- b) O secretário-geral do PS Libanês, Walid Jumblatt, protegido pelo segurança pessoal, Casemiro M. David;
- c) O responsável do PS da Turquia, Bulent Ecevit, protegido pelo segurança pessoal, Joaquim M. Caetano Santos;
- d) O Primeiro-ministro da Finlândia Kalevi Sorsa, protegido pelo segurança pessoal, José M. Santos;
- e) O Primeiro-ministro de Itália, Bettino Craxi, protegido pelo segurança pessoal, Alfredo Januário.

A todos os dignitários supramencionados nada aconteceu! Nenhum deles foi alvo de qualquer ato violento. Podemos pressupor que o atentado terá sido seletivo e apenas dirigido ao ex. enviado da OLP, logo todos os outros dignitários ali presentes mesmo com segurança pessoal nada sofreriam, dado não serem destinatários do ataque, mas seria apenas uma especulação e, por conseguinte, não provada.

Segundo ângulo de análise, a mitigação do impacto:

No que respeita à mitigação dos impactos aqui abordada apuramos que no caso de ataque ao embaixador de Israel, embora ferido com gravidade, o diplomata sobreviveu ao atentado. No ataque ao Papa João Paulo II o sumo pontífice nunca chegou a ser atingido pelo sabre empunhado pelo padre Krohn. Na embaixada da Turquia embora o assalto à instalação fosse materializado, o encarregado de Negócios, que há altura representava o Embaixador, sobreviveu ao ataque e a representação diplomática foi rapidamente libertado dos seus agressores.

Esta hipótese é assim por nós validada.

Hipótese nº. 2. A atuação da segurança pessoal maximizou a dimensão externa da segurança interna.

Na nossa argumentação e para validação desta hipótese acoramo-nos em De Becker et al., (2008) e em estudos por si elaborados que retratam ataques com e sem sucesso ocorridos fora dos EUA dirigidos a dignitários, chefes de Estado, líderes religiosos, chefes de governo.

Infra explanamos alguns dos dados recolhidos:

Ataques com sucesso ocorridos fora dos EUA.

Total de ataques analisados: trezentos e setenta e um.

Período temporal de estudo: 9 de abril de 1960 a 21 de novembro de 2006.

Taxa de mortalidade registada: 74%.

Taxa de ferimentos registada: 26%.

Número de atacantes, leia-se Perpetradores:

um em 41% dos casos.

mais que um registado em 59% dos casos.

Material utilizado:

Armas de fogo, curtas e longas, leia-se pistolas e espingardas, registada em 46% dos casos.

Material explosivo, registado em 27% dos casos.

Armas brancas, registado em 5% dos casos.

Tempo de duração dos atentados:

Em duzentos e sessenta e cinco casos, 71% dos mesmos tiveram uma duração inferior a de cinco segundos.

Os remanescentes tiveram uma duração superior a cinco segundos.

Localização dos atentados:

Em 82% dos ataques ocorreram “*outdoors*”, enquanto 18% se verificaram “*indoors*”.

47% ocorreram quando o Protegido viajava de carro.

37% ocorreram quando o Protegido se encontrava em casa ou no seu local de trabalho.

18% ocorreram em ato de “embarque e ou desembarque”.

Fonte: (De Becker et al., 2008, p. 202).

Ataques sem sucesso ocorridos fora dos EUA.

Total de ataques analisados; cento e sessenta e cinco.

Período temporal de estudo: 8 de setembro de 1961 a 20 de outubro de 2006.

Taxa de mortalidade: 0%.

Taxa de ferimentos: 0%.

Número de atacantes, leia-se Perpetradores:

um em 53% dos casos.

mais que um registrado em 47% dos casos.

Material utilizado: Armas de fogo, curtas e longas, leia-se pistolas e espingardas, registrada em 40% dos casos.

Material explosivo, registrado em 48% dos casos.

Armas brancas, registrado em 5% dos casos.

Tempo de duração dos atentados:

Em oitenta e um casos, 62% mesmos tiveram uma duração inferior a cinco segundos.

Os remanescentes tiveram uma duração superior a cinco segundos.

Localização dos atentados:

Em 91% dos ataques ocorreram “*outdoors*”, enquanto 18% se verificaram “*indoors*”.

51% ocorreram quando o Protegido viajava de carro.

29% ocorreram quando o Protegido se encontrava em casa ou no seu local de trabalho.

4% ocorreram em ato de “embarque e ou desembarque”.

Fonte: (De Becker et al., 2008, p. 209).

Nos referidos estudos o autor atribui uma classificação materializada na forma de “STARS”, um acrónimo para designar (*Successful Tactics, Action, or Response on the Scene*) face à proficiência dos Protetores durante os ataques contra os seus Protegidos.

Infra mencionamos da língua original - seguido de uma tradução de cariz tático - os critérios valorativos afetos a cada um;

- a) 4 STARS - *Protector action during the attack entirely prevented injury.* (Reação elevada ao ataque que impediu as ofensas ao Protegido).
- b) 3 STARS - *Protector action during the attack favorably influenced safety/survival.*

(Reação elevada ao ataque que mitigou as ofensas ao Protegido).

- c) *2 STARS - Protective Strategies or Resources at the scene favorably influenced safety/survival (e.g., effective positioning, an armored car, advance arrangements, weapons detection, deterrence).* (Reação adequada ao ataque auxiliada por ações securitárias previamente realizadas).
- d) *1 STARS - Management of the incident immediately after the attack favorably influenced safety/survival.* (Reação mitigada ao ataque que ainda garantiu a sobrevivência do Protegido).

Adaptado de (De Becker et al., 2008).

Enquadremos a atuação dos polícias da segurança pessoal, face à classificação do Autor.

No que respeita à intervenção da segurança pessoal no atentado ao embaixador de Israel, consideramos que o fator surpresa da ação foi a nota dominante. No movimento do desembarque do diplomata, argumentamos que o guarda Ildefonso não teve hipótese de reagir à ação dos Perpetradores para lá de se ter tornado num escudo humano, face aos disparos das armas de fogo e ao lançamento da granada de mão. A sua ação foi essencialmente de natureza preventiva. O fato de não ter utilizado a sua arma de fogo contra os atacantes, corrobora o nosso argumento, não teve tempo de efetuar uma resposta armada contra os agentes da ameaça. Ainda assim com a sua ação de interposição face ao perigo, possibilitou a fuga da viatura do diplomata do local e a sobrevivência quer do mesmo quer do seu motorista. Não tendo conseguido preservar na totalidade a integridade física do seu Protegido, o guarda Ildefonso conseguiu, no entanto, com a sua ação mitigar as ofensas causadas ao diplomata. A sua ação é assim enquadrada na variável de três estrelas.

No caso da embaixada da Turquia, a ação do guarda Túlio foi diferente tendo já sido por nós classificada como híbrida. Teve uma vertente preventiva quando no dia precedente ao atentado suspeitou quer da viatura, quer do homem que pedira informações no local e da forma como o fizera, tendo dado desse fato conhecimentos aos seus superiores hierárquicos. A vertente reativa ocorreu no dia do ataque quando sinalizou a iminência do mesmo após a aproximação da viatura suspeita, dando o alerta e acionando o botão de alarme no seu rádio de serviço ao mesmo tempo que fez uso efetivo da sua arma de fogo contra os terroristas. Não tendo conseguido preservar na totalidade a integridade física do seu Protegido, o guarda Túlio, com a sua ação mitigou as ofensas causadas ao mesmo e permitiu à posteriori a resolução do incidente tático - policial. A sua ação é assim enquadrada na variável de três

estrelas.

No que respeita à intervenção dos polícias da segurança pessoal no atentado ao Papa apuramos que o sistema policial se encontrava perfeitamente ciente do enquadramento da sua missão. Existia o antecedente de um ataque no ano antes, que acabou por ser a causa da vinda a Portugal do Papa e os polícias da segurança pessoal estavam alertas. Fizeram uma série de círculos protetivos em redor de Sua Santidade e foi esse mesmo dispositivo que permitiu numa primeira fase sinalizar as tentativas de padre Krohn, numa segunda fase colocar o mesmo sob vigilância e numa fase final desarmá-lo, manietá-lo e proceder à sua detenção. Com a ação desenvolvida os Protetores conseguiram preservar na totalidade a integridade física do seu Protegido. Esta ação é assim enquadrada na variável de quatro estrelas.

Garantir que um dignitário estrangeiro (embaixador de Israel em Portugal), sobrevivesse a um atentado terrorista.

Assegurar que um dignitário estrangeiro (encarregado de negócios turco em substituição do embaixador em Portugal) sobrevivesse a um atentado terrorista e que uma instalação diplomática permanecesse ocupada por agentes hostis durante pouco tempo.

Garantir que um dignitário estrangeiro (líder religioso e chefe de Estado), sobreviesse a um atentado pela intervenção de polícias da segurança pessoal é argumento mais que justificável para considerar que a atuação da segurança pessoal, maximizou a dimensão externa da segurança interna de Portugal de 1974 a 1985.

Resposta à pergunta de partida

Estando verificadas as hipóteses e respondidas as perguntas derivadas, consideramos ter reunido informação suficiente para apresentarmos uma resposta à pergunta de partida, tendo presente que pretendíamos saber se a Segurança Pessoal de dignitários estrangeiros em Portugal foi o fator embrionário da dimensão externa da segurança interna.

Com o fim da II Grande Guerra, Branco (2010) considera que “renasceu o sonho de segurança coletiva, aguardando-se que a ação diplomática e a negociação conduzissem a uma resolução pacífica dos conflitos” (p.119).

O papel que a recém-criada ONU em 1945 passou a partilhar nomeadamente na participação ações de Paz seria o suficiente. Nada mais ilusório.

Na Europa, o entretanto assinado tratado de Roma, em 25 de março de 1957 pelos pais fundadores da Europa Comunitária que eram “essencialmente animais políticos sabiam que os problemas económicos não eram apenas problemas económicos” (Costa, 2004, p. 14)

“propuseram-se, pela via da integração do sector do carvão e do aço com base numa organização pós-vestefaliana, garantir a paz franco-germânica, condição da paz europeia” (A. P. Brandão, 2010, p. 51).

Uma ideia de Europa que começou por ser apenas um “sonho de filósofos e visionários antes de se tornar um verdadeiro projeto político” (Fontaine, 2006, p. 3) permitiu iniciar a reunificação europeia no pós grande conflito. Entre espaços e para os que desejavam que a Europa, ela própria tinha de tornar-se num *player* em termos securitários no panorama internacional, emergiu a França, que defendeu a criação da Comunidade Europeia de Defesa. O Tratado embora aprovado pelo Parlamento alemão, belga, luxemburguês e holandês “seria rejeitado pela Assembleia Nacional Francesa a 30 de agosto de 1954, o que resultou num determinante fracasso para o projeto de defesa europeia” (A. Martins, 2007, p. 8) e adiaram a incorporação da agenda securitária” (A. P. Brandão, 2010, p. 51) no espaço europeu. A pluralidade de países europeus habituados a prosseguir uma política externa independente e quase sempre em competição entre si ou até em conflito, inviabilizou os objetivos comuns de uma política externa e de defesa. Se a diversidade europeia sempre foi uma riqueza cultural, ela por vezes potenciou uma dificuldade política e um desastre estratégico (Sacchetti, 2004, pp. 70–71).

Em Graça (2017, p. 1) considera-se que o “paradigma realista vestefaliano, assente no Estado e na geografia das fronteiras, suportado pelo poder militar, fundamentou ao longo dos anos a separação entre o que é a segurança interna e a segurança externa”. Enquanto a “segurança interna estava a cargo das Forças e dos Serviços de Segurança, a segurança externa era da responsabilidade das Forças Armadas.

Bigo (2006) identifica esta clara separação de atribuições no domínio de dois reinos, um concentrado em combater o crime internamente enquanto o outro se centrava na problemática da guerra. Se a nível interno a sobrevivência do Estado não se colocava no segundo a questão era mais séria.

Mais consensual na visão de (Tomé, 2018, p. 74) é “que nas últimas décadas praticamente tudo se alterou no domínio da segurança, incluindo a tradicional dicotomia entre as dimensões interna e externa”. Assim e como bem nos ensina (Moreira, 2005) a “principal lição traduz-se em reconhecer que a segurança é um tema transnacional, que afeta todas as sociedades civis e que não consente uma distinção operacional entre segurança interna e segurança externa” (prefácio).

Na década de 1970, o crescendo da atividade terrorista (de incidência internacional) na Europa Ocidental (A. P. Brandão, 2010, p. 45), entroncou num processo de globalização

mundial que potenciou a chamada '*globalisation of insecurity*' (Mosaddeq Ahmed, 2004) e que tornou obsoleta a distinção entre o domínio interno e externo. A segurança interna deixou de ser um fenómeno geograficamente assente, tornando-se possível argumentar que o vetor internacional (ou externo) “passa a constituir uma dimensão construtiva e explicativa da dimensão interna da segurança” (L. F. Fernandes, 2005, p. 145). Os Estados para “garantirem a segurança interna, têm de recorrer a um complexo sistema de acordos e convenções internacionais” (L. F. Fernandes, 2005, p.144) a cooperação internacional tornou-se o caminho a trilhar.

A cooperação entre instituições policiais, segundo Bigo é “historicamente tão antiga quanto a sua criação enquanto corpos organizados” (Bigo, 1996, p. 58, in Farinha 2004:391), uma cooperação que se baseia na “colaboração entre os polícias é técnica e não política, sendo um processo natural que transcende clivagens ideológicas” (Farinha, 2004, p. 393) motivo pelo qual “a sua implementação foi mais célere de que uma cooperação entre Estados” (Magalhães, 2018, p. 87).

Na Europa, este processo foi uma forma de “cooperação informal fora do Tratado de Roma e das instituições comunitárias”(A. P. Brandão, 2011, p. 45) como também já tinha sido a criação do Clube de Berna, um grupo informal que pretendia trocar informações essencialmente sobre terrorismo e subversão (Carrapiço, 2006), bem como o Grupo Kilowatt, muito centrado em questões israelitas - tendo sido impulsionado pelo atentado ocorrido nos Jogos Olímpicos de 1972.

Em Portugal a instabilidade política no pós-revolução de 1974 que potenciou que o país fosse governado por seis Executivos todos provisórios até à aprovação da nova Constituição da República Portuguesa, não obstaculizou a que no domínio da segurança pessoal processos formativos ocorressem nomeadamente em território da recém independente Republica de Angola e em Portugal acolhendo polícias oriundos da Republica de Cabo-Verde.

Entre julho de 1976 com a posse do I Governo Constitucional e novembro de 1985, com o fim do IX Governo o país assistiu a Executivos de duração variável entre os três meses do III Governo e aos trinta e quatro meses do IX e onde nenhum dos Governos concluiu a sua legislatura. Ainda assim o programa do I Governo Constitucional³⁵⁸ em funções 23 de julho de 1976 a 23 de janeiro de 1978 sinalizou que a internacionalização dos fenómenos era cada vez maior e por isso a entrada e a participação de Portugal nos organismos

³⁵⁸ Publicado no 1º. Suplemento ao nº. 17 de 3 de agosto de 1976.

internacionais era irrecusável, mesmo que não fosse desejável.

Apesar de já em regime democrático, Portugal esteve largamente ausente da participação internacional inclusive em operações de manutenção de paz da ONU (M. do C. Pinto, 2014, p. 390) este denominado “*low profile in European cooperative structures (with such few exceptions as involvement in NATO, EFTA and the Organization for European Economic Cooperation), impelled national representatives to strive for credibility and respectability in the eyes of its European peers*” (Ferreira-Pereira, 2022, pp. 5–6).

A evolução do sistema internacional a partir de 1989 e o impacto das mudanças que produziu, na arquitetura securitária com o fim da ordem bipolar, com desmoronamento do Muro de Berlim e a implosão da URSS potenciou a criação de um amplo conjunto de novos Estados - diferentes uns dos outros e veio permitir o reacender de velhos conflitos étnicos, territoriais e religiosos no coração da Europa (A. Guedes & Elias, 2010, pp. 49–50).

A Agenda para a Paz do então Secretário-geral das Nações Unidas identificava que desde 1945 mais de cem conflitos tinham eclodido pelo mundo causando a morte a mais de vinte milhões de pessoas. Com o fim da Guerra Fria era assim chegada a hora de se identificar os conflitos o mais rápido possível e solicitar aos países um grau de preparação adequado para assistirem num “*peace - building in its differing contexts*” (Ghali, 1992, p. 8).

Portugal reviu a sua participação em operações de Paz e passou a considerá-las como um instrumento fundamental para adquirir prestígio e influência na esfera das organizações internacionais (M. do C. Pinto, 2014, p. 391). Não foi coincidência que o país assumisse esta nova visão estando em exercício da sua primeira presidência do Conselho da União Europeia em janeiro de 1992 numa altura em que o “Velho Continente ainda recuperava do abalo estrutural causado pelo fim da Guerra Fria, do qual a desintegração da República Federal da Jugoslávia se tornou um subproduto” (L. F. Pereira, 2008, p. 131).

A posição de não intervencionismo alterou-se a partir dos anos noventa do século XX quando “Portugal assumiu politicamente perante a comunidade internacional uma nova postura nacional em termos de política externa e de defesa” (M. Santos, 2010, p. 496).

A fórmula escolhida não privilegiou tão só a vertente militar, mas a vertente de Polícia para que em território europeu, polícias portuguesas integrarem a Missões de Paz em março de 1992, na componente de polícia civil das nações Unidas (UN CIVPOL) no território da ex-Jugoslávia, à qual se juntou a participação da GNR em 1995. O trabalho que esses polícias desempenharam passou por apoiarem ações de apoio humanitário em curso e supervisionarem a implementação de acordos. Restaurarem a confiança das populações e garantirem um ambiente seguro para as mesmas. Promoverem e protegerem os direitos

humanos e participarem na formação das Polícias locais, auxiliando as mesmas em processo de reestruturação ou construção de academias. Prestarem assessoria técnica aos responsáveis e comandantes de Polícia bem como participarem no controlo de armas nas mãos de civis e supervisionarem movimentos de deslocados internos e de refugiados (Elias, 2011, p. 308). Este empenhamento na visão do autor “reafirmou a importância do vetor da segurança interna na política externa de Portugal, pois contribuiu para uma maior visibilidade do nosso país ao nível da importante componente de Polícia da ONU” (Elias, 2010, p. 242).

No domínio do envolvimento de Portugal nas operações internacionais de manutenção de Paz desde 1992, este passou a ser consistente por todos os Governos nacionais não apenas pela pertença do país a diversas organizações internacionais como pelo fato de ser considerado como um veículo que maximiza os interesses do Estado português além-fronteiras (M. do C. Pinto, 2014, p. 410).

Elias (2011) defende “o início da participação das forças de segurança em operações de apoio à paz da ONU (a primeira missão foi a UNPROFOR, cumprida pela PSP a entre 1992 e 1995 no território da ex-Jugoslávia) no fundo, a génese de uma maior afirmação da dimensão externa da segurança interna” (p. 142). Este autor “defende é que a partir de 1992 passou a haver (de forma imparável) uma maior afirmação da cooperação policial internacional (ou da dimensão externa da segurança interna) fruto da globalização, das ameaças e riscos terem hoje uma vertente eminentemente transnacional e dado que foram desenvolvidos novos mecanismos de cooperação policial e de troca de informações no seio de organizações e de agências internacionais”³⁵⁹.

Corroboramos integralmente com esta visão (uma maior afirmação, de forma imparável) pois quando esse primeiro contingente de polícias em março de 1992 iniciou a sua missão em território não nacional, já polícias da segurança pessoal da PSP, contavam com mais de dezassete anos de atividade na proteção de dignitários estrangeiros em Portugal como de dignitários nacionais no estrangeiro.

As provas dadas pelos Protetores na reação aos atentados por nós estudados e retratadas na presente investigação, permitem-nos afirmar que a génese da dimensão externa da segurança interna tinha ocorrido *avant la lettre* logo após o 25 de Abril de 1974.

³⁵⁹ Cfr. Elias (2025). Apreciação prévia de tese realizada em 24 de fevereiro 2025 na qualidade de comentador externo na tese de doutoramento, A Segurança Pessoal de Dignitários Estrangeiros em Portugal, Fator Embrionário da Dimensão Externa da Segurança Interna, na UAL.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Conclusões

No início da presente investigação propusemos-mos aferir se a segurança pessoal de dignitários estrangeiros em Portugal foi o fator embrionário da dimensão externa da segurança interna.

Delimitamos o âmbito temporal da investigação ao pós-revolução de Abril de 1974 e à adesão do país à C.E.E., alicerçamo-nos num quadro teórico de análise de natureza Realista e de uma estratégia de investigação ancorada na análise de estudos de caso. Estudo de quatro ações criminógenas dirigidas a dignitários estrangeiros onde se encontravam polícias da segurança pessoal.

Assinalamos que a História tem sido marcada pela violência entre os homens e que a morte de líderes políticos aparece nos primeiros anais da Humanidade e se perpetua na hodiernidade na maioria de Estados.

Registamos que no domínio securitário, a segurança pessoal dos líderes políticos tem sido determinante para manter ou alterar o equilíbrio político em determinadas regiões do globo bem como potenciar o início de conflitos armados.

Contextualizamos que a atividade da proteção de dignitários é assumida pela esmagadora maioria dos Estados, sendo os serviços garantidos por forças de Polícia com subordinação hierárquica ao respetivo ministério do Interior ou da Administração Interna no caso europeu e a Agências Federais nos EUA.

Apresentamos um enquadramento histórico da atividade em Portugal no pós “Revolução dos Cravos” e enquadramo-la numa atividade de Polícia com princípios consagrados na Constituição e na Lei.

Caracterizamos os intervenientes no sistema securitário ao consagrar um Protegido, o polícia Protetor e como fonte de ameaça, um Perpetrador.

Desmistificamos conceitos e ou ideias erróneas amiúde mencionadas pela comunicação social sobre a atividade ao mesmo tempo que discurremos sobre a obrigatoriedade ou faculdade da aceitação da medida securitária.

Reconhecemos a falta de consenso na dicotomia; inteligência e informações e discurremos sobre as ameaças e riscos em Portugal após o 25 de Abril, não deixando de registar os avanços, recuos, e a ausência de uma perspetiva global sobre esta temática por parte do legislador.

Revisitamos uma perspetiva história nacional sobre eventuais perceções erróneas por parte de Protegidos desde a morte do rei, D. Carlos I, do Presidente da República Sidónio

Pais e do ex. diretor dos serviços prisionais, Gaspar Castelo Branco.

Assinalamos de que forma foi a revolução de Abril de 1974 percecionada pela comunidade internacional e pela sociedade nacional e fizemo-lo referenciando períodos distintos que marcaram fases importantes no processo de consolidação democrática desde o 25 de Abril de 1974 ao pós 25 de Novembro de 1975

Registamos que durante a fase de consolidação democrática o ceticismo esteve presente nomeadamente quanto ao posicionamento da Portugal no contexto internacional se seria mais europeísta e atlantista ou pelo contrário mais próximo da filosofia da URSS.

Ilustramos que apesar da nova legitimidade política obtida por via das eleições de 1975, a situação interna portuguesa complicou-se de uma forma exponencial, em especial durante o chamado "Verão Quente" fruto de visões políticas diametralmente opostas e onde o recurso à violência se tornou rotineiro.

Assinalamos que a autoridade do Estado era amiúde enfraquecida nomeadamente com o roubo de armas de fogo, com a circulação rotineira de matérias explosivas, com a existência de barricadas nas ruas feitas por populares, com assaltos a residências e a fábricas e quando era necessário materializar a autoridade do Estado, eram as forças militares que a asseguravam dado o desprestígio das Polícias conotadas com o antigo regime.

Argumentamos que a luta armada vivida em território nacional se inseriu, numa dimensão europeia mais vasta onde registamos situações análogas vividas quer em Espanha, França, Itália, Alemanha e Irlanda com grupos violentos internos e externos que pela força das armas espalharam o terror e conseguiram a atenção da comunidade internacional nomeadamente atuando em eventos de dimensão mundial ou atentando seletivamente contra a vida ou interesses de representantes de Estados estrangeiros.

Analizamos com rigor e método os quatro estudos de caso dirigidos contra dignitários estrangeiros em Portugal e incorporamos uma visão analítica e explicativa dos mesmos.

Registamos a data, o local e a hora de cada um. Identificamos ou pelo menos assim tentamos, o Quem? o Que? e o Como? ocorreram. Abordamos a contenção ou gestão inicial dos atentados bem como a intervenção tática ou a resposta da segurança pessoal. Narramos as etapas mais importantes da investigação desde a tomada de declarações de Perpetradores de polícias ou de testemunhas, bem como o estudo de exames forenses, relatórios de autópsias, ou de armamento. Assinalamos as primeiras ações de cooperação internacional em termos judiciais e em cada estudo de caso argumentamos a nossa visão. Nos atentados que foram a Tribunal estudamos depoimentos, analisamos novos relatórios e exames forenses, e sumariamos acórdãos e posteriores recursos judiciais. Complementamos este

exercício metodológico com o estudo e leitura de inúmeros jornais nacionais e estrangeiros bem como a visualização de inúmeros documentários em suporte de imagem.

Caracterizamos Portugal como ator securitário no pós-revolução de 1974 no espaço europeu e identificamos algumas das ameaças percecionadas durante esse período a nível interno e externo.

Assinalamos as garantias securitárias conferidas aos dignitários estrangeiros que visitavam Portugal e contribuímos para uma possível resposta sobre o impacto dos atentados para a sociedade nacional quando o país se preparava para aderir à C.E.E.

Sustentamos ainda que não integralmente a escolha de Portugal para palco da materialização dos atentados, bem como dos impactos daí resultantes e da perceção a nível internacional.

Sumariamos como Portugal se redefiniu em termos securitários no pós ataques e comprovamos as duas hipóteses de investigação arguidas inicialmente.

Finalmente respondemos à pergunta de investigação e comprovamos que a Segurança Pessoal de dignitários estrangeiros em Portugal foi o fator embrionário da dimensão externa da segurança interna.

Portugal na visão de F. J. Cardoso (2022) “é um país europeu e atlântico, por imperativos geográficos, históricos e de interesse estratégico e de Estado. E assim continuará a ser, o Atlântico e a Europa são as vertentes identificadoras da sua matriz nacional” (p.120).

Com o fim do regime autoritário que perdurou durante mais de quatro décadas e com o processo de transição democrática que se iniciou com 25 de Abril de 1974 a República experienciou uma profunda mudança no seu regime político. A “Revolução dos Cravos” potenciou a abertura do país ao mundo e permitiu retirar Portugal do isolamento internacional em que se encontrava.

Porém, para o país, esta abertura ao mundo potenciou que uma criminalidade mais violenta e dirigida a dignitários estrangeiros em território nacional atuasse e tornasse os mesmos em alvos de ações violentas que causaram feridos e mortes.

Para fazer face a tal, o frágil regime democrático e as periclitantes instituições securitárias dispuseram desde o início de um corpo de polícias para protegerem os enviados dos Estados estrangeiros a Portugal.

Na génese foram estes os pioneiros nacionais da dimensão externa da segurança interna no pós 25 de Abril.

Linhas futuras de investigação

No final deste percurso académico é nossa intenção deixar à comunidade académica as seguintes propostas de investigações vindouras sobre a temática;

O Perfil do atacante de um dignitário;

O impacto financeiro face à morte de um dignitário em Portugal.

Bibliografia

- Abreu, P. de. (1983). *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro - Memória do Tempo Perdido*. Intervenção.
- Afonso, J. J. (2015). *A Privatização de Funções de Segurança Pública Interna: Funções Inalienáveis do Estado de Direito Democrático e Novo Paradigma de Descentralização do Exercício de Poderes de Polícia*. [Universidade Autónoma de Lisboa]. http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2617/1/TESE_DOUTORAMENTO_João_Afonso_VF_15-02-2016.pdf
- Agrell, W. (2002). When Everything is intelligence-Nothing is Intelligence. *The Sherman Kent Center for Intelligence Analysis Occasional Papers*., 1(4), (pp.1–6).
- Aitch, R. (2012). *Close Protection. A Closer Observation of the Protection Equation*. Close Protection Publications.
- Almeida, J. F. (2011). *Antigo Testamento* (2ª. Edição). Sociedade Bíblica do Brasil.
- Almeida, Leandro., & Freire, Teresa. (1997). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra. Lusografe.
- Al-Saadi, H. (2014). Demystifying Ontology and Epistemology in Research Methods. PhD Research Student. University of Sheffield. *ResearchGate*, February, (pp.1–11). file:///C:/Users/Romeo_Ankisiwai/Downloads/DemystifyingOntologyandEpistemologyinresearchmethods.pdf
- Ângelo, F. C. (2020). *Dinfi a Queda do Último Serviço Secreto Militar*. Casa das Letras.
- Anjos, D. (2014). *Fiscalização dos Serviços de Informações em Portugal. O Estigma da Secreta*. Universidade Nova de Lisboa.
- Avante. (1977). *Dossier Terrorismo*. Edições Avante.
- Aven, Terje. (2003). *Foundations of risk analysis : A Knowledge and Decision-Oriented Perspective*. John Wiley & Sons, Ltdª.
- Avillez, J. M. (1996). *Soares Ditadura e Revolução*. Círculo de Leitores.
- Bachoud, A. (1997). *Franco*. Edições Fayard.
- Bigelow, J. (2005, October). The Psychology of Close Personal Protection. *Protection News*, (pp.4–6).
- Bigo, D. (2006). Internal and External Aspects of Security. *European Security*, 15(4), (pp.385–404). <https://doi.org/10.1080/09662830701305831>
- Bispo, A. (2004). A Função de Informar. In *Informações e Segurança - Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 77–104). Prefácio.

- Blaikie, N. (2010). *Designing Social Research* (2ª. Edição). Polity Press.
- Bloch, M. (2002). *Apologia da História ou o Ofício de Historiador* (3ª. Edição). Zahar.
- Boniface, P. (2015). *Compreender o Mundo* (3ª. Edição). Papelmunde SGM.
- Bossong, R., & Rhinard, M. (2013). The EU Internal Security Strategy : Towards a More Coherent Approach to EU Security? *Studia Diplomatica*, LXVI(2), (pp.45–58).
- Branco, C. M. (2010). O que são operações de Paz? Conceitos e Taxinomia. In *Portugal e as Operações de Paz* (pp. 115–144). Prefácio.
- Brandão, A. P. (2004). Segurança: Um Conceito Contestado em Debate. In *Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 37–56). Prefácio.
- Brandão, A. P. (2010). *O Tratado de Lisboa e a Security Actorness da UE*.
- Brandão, A. P. (2011). Os Gaps da União Europeia. *Relações Internacionais*, 31, (pp.45–54).
- Brandão, A. P. (2015a). O Nexo Interno - Externo na Narrativa Securitária da União Europeia. *Observare - Universidade Autónoma de Lisboa*, 6, (pp.1–20).
- Brandão, A. P. (2015b). PCSD- Política Comum de Segurança e Defesa: Europa a várias velocidades e / ou em desaceleração? *Revista Janus*, (pp.110–111).
- Brandão, J. (1990). *A Noite Sangrenta, Coleção testemunhos contemporâneos*. Alfa.
- Braun, A. (2015). “Caution, Herr Buback!” *The Attorney General in the Mist of the Interests of the Four Powers*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.1836.7129>
- Brito, B. (2021). *Manual de Técnicas de Recolha de Dados - Inquérito por Questionário - Entrevista* (p. 34). Universidade Autónoma de Lisboa.
<https://doi.org/10.7868/s0367676513090172>
- Brito, W. (2016). *Responsabilidade de Proteger - No Direito Internacional*. Almedina.
- Brower, K. (2016). *O Mundo Privado dos Presidentes dos Estados Unidos*. Happer Collins Publishers.
- Brown, J. (2007). *The Bodyguard's Bible - The Definitive Guide to Close Protection*. Bible Publications.
- Brown, V. (2011, February). *The Reflectivist Critique of Positivist IR Theory*. <https://www.e-ir.info/2011/02/27/the-reflectivist-critique-of-positivist-ir-theory/>
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4ª. Edição). Oxford University Press.
- Bunge, M. (1993). Realism and Antirealism in Social Science. In *Theory and Decision* (Vol. 35, pp. 207–235). Kluwer Academic Publishers.
- Buzan, B., & Hansen, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge University Press. <http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>

- Cabrita, F. (2011). *Passos Coelho um Homem Invulgar* (2ª. Edição). Esfera dos Livros.
- Caetano, M. (1969). *Manual Direito Administrativo tomo II* (8ª. Edição). Coimbra Editora.
- Caetano, M. (1973). *Manual de Direito Administrativo Tomo I* (10ª. Edição). Coimbra Editora.
- Caetano, M. (1977). *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo* (Forense, Ed.).
- Cameron, R. (2000). *História Económica do Mundo*. Publicações Europa América.
- Cardini, F. (1989). O Guerreiro e o Cavaleiro. In *O Homem Medieval* (pp. 57–78). Editorial Presença.
- Cardoso, F. J. (2022). Revisão da Estratégia de Defesa Nacional: Enquadramentos Geopolíticos. *Revista Janus*, (pp.120–121).
- Cardoso, P. (1980). *As Informações em Portugal*. Nação e defesa.
- Carmo, I. (2017). *Luta Armada*. D. Quixote.
- Carr, E. (1946). *Twenty Years Crisis 1919 - 1939 an Introduction to the Study of International Relations*. Macmillan & Company Ltd.
- Carrapatoso, M. (2024). *Na Cabeça de Montenegro*. Zigurate.
- Carrapiço, H. (2006, June). As informações na União Europeia. *Política Internacional* n.º 30, (pp.100–111).
- Carrilho, L. (2007). Doutrina Tática e Estratégica na Gestão da Atividade Operacional: a Segurança Pessoal. In *Revista Segurança e Defesa n.º 4, Agosto - Outubro* (pp. 120–125).
- Carroll, R. (2023). *There Will be Fire: Margaret Thatcher the IRA and Two Minutes That Changed History*. Putnam's Sons.
- Carvalho, J. (2016). *A Geração de Cenários no Planeamento de Operações Policiais, uma reflexão metodológica*. ISCPSI.
- Carvalho, M. (2017). *Quando Portugal Ardeu*. Oficina do Livro.
- Castanheira, G. (2018). “Conflito” e “humanidade”: as antropologias históricas de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen. *Diálogos*, (pp.166–185).
<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3>
<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3.421>
- 31
- Castro, F. (2002). A CEE e o PREC. *Penélope, Revista de História e Ciências Sociais* n.º 26, (pp.123–157).
- Cerezales, D. (2021). *Portugal à Coronhada*. Tinta da China.
- Cervelló, J. (1993). *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na transição Espanhola, (1961-1976)*. Assírio & Alvin.

- Cervelló, J. (1994). *Cronologia das Organizações de Direita (1973-1976)*.
- Chando, J. (2020). *Anwar Sadat, O Assassinato do Símbolo do Realismo no Oriente Médio*. Edição portuguesa.
- Chartrand, R., & Turner, G. (2013). *French Musketeer 1622-1775*. Osprey Publishing.
- Clemente, P. (1998). *Da Polícia da Ordem Pública*. Governo Civil de Lisboa.
- Clemente, P. (2016). *Ética Policial - da eticidade da coação policial*. ISCPSI.
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2000). *Research Methods in Education* (5ª. Edição.). Routledge.
- Colliver, R. (2011). *Principal Protection , Lessons Learned*. Terrapin Group Publishing.
- Consterdine, Peter. (2000). *The modern bodyguard*. Protection Publications.
- Cooper, H. (1991). Operational intelligence Profiling your Principal. *Executive Protection* (pp. 29–47). Providing Executive Protection.
- Costa, C. G. (2004). *Economia e Política da Construção Europeia*. Terramar Lda.
- Coutinho, L. P. (2018). *Relações Internacionais - Breve história da disciplina; a disciplina em Portugal; programa, conteúdos, métodos, métodos de ensino e bibliografia*. Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Creswell, J. (2014a). *Investigação Qualitativa & projeto de Pesquisa* (3ª. Edição.). Penso.
- Creswell, J. (2014b). *Research Design* (4ª. Edição.).
- Crozat, M. (2010). *Service de Protection des Hautes Personnalités* (Crépin-Leblond).
- Cruz, M. F. (2010). A participação da Guarda Nacional Republicana em Operações de Paz. In *Portugal e as Operações de Paz* (pp. 319–372). Prefácio.
- Cunhal, Á. (2016). *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*.
- Dagios, M. (2011). As insuficiências do neorealismo nas relações internacionais. *Semana Acadêmica Do PPG Em Filosofia Da PUCRS, VII Edição*, (pp.275–285).
- De Becker, G., Taylor, T., & Marquart, J. (2008). *Just 2 Seconds - Using Time and Space to Defeat Assassins*. Edição de autor.
- De la Calle, L., & Sánchez-Cuenca, I. (2011). The quantity and quality of terrorism: The DTV dataset. *Journal of Peace Research*, 48(1), (pp.49–58).
<https://doi.org/10.1177/0022343310392890>
- Deatherage, R. (2008). *Security Operations*. Turtle Press.
- Del, Q. W. (2011). *Rawhide Down: The Near Assassination of Ronald Reagan*. Henry Holt and Company.
- Dias, M. (2001). O Modelo de Concentração Policial - Caracterização. In *Modelos de*

- Policiamento* (vol. 128, pp. 4–6). PSP.
- Dias, V. H. (2017). *A Polícia Líquida: Uma Tarefa Administrativa em Debate e em Reconstrução*. Universidade Nova de Lisboa.
- Dooley, L. M. (2002). Case Study Research and Theory Building. In *Advances in Developing Human Resources* (Vol. 4, Issue 3, pp. 335–354). Sage. <https://doi.org/10.1177/1523422302043007>
- Drake, R. (1995). *The Aldo Moro Murder Case*. Harvard University Press.
- Dugos, C. (1975). *Comunismo? O Povo é quem mais ordena*. Acrópole.
- Dugos, C. (1976). *MDLP - ELP: O que são?* Acrópole.
- Dunne Tim, Kurki Milja, S. S. (2013). International Relations Theories - Discipline and Diversity. In *Oxford University Press* (Third). Oxford University Press.
- Durães, L. P., & Eugénio, A. B. (2010). A Força Aérea nas Missões de Paz. In *Portugal e as Operações de Paz* (pp. 193–232). Prefácio.
- Elias, L. (2010). A Polícia de Segurança Pública e as Operações de Paz: Evolução da Sua Participação e Perspectivas de Futuro. In *Portugal e as Operações de Paz* (pp. 233–318). Prefácio.
- Elias, L. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização*. Universidade Nova de Lisboa.
- Elias, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna - Desafios e Prospetiva*. ISCPSI. ENPPF, 4 (2002).
- Esteves, F. (2014). *Jorge Coelho - O Todo-poderoso*. Esfera dos Livros.
- Etheredge, L. S., Alker, H., Axekod, B., Berman, P., George, A. L., Graebner, N., Heck, C., Holsti, O., Kanter, A., Lane, R. E., McConahay, J., McVicar, K., late Conrad Morrow, the, Rothberg, D., Sprague, D., Bradford, H., Lasswell, H. D., Barber Gail Lopata, J. D., Gregorie, L., & Woolford, L. (1978). *Personality Effects on American Foreign Policy, 1898-1968: A Test of Interpersonal Generalization Theory*.
- Faria, L. (1996). *Sociedade e Cultura Inglesas*. Universidade Aberta.
- Farinha, L. (2004). *Cooperação Policial Internacional: Vol. Separata*. Almedina.
- Farinha, L. (2013). *Operações Especiais na PSP*. (pp.1–32). in Apresentação da 24ª Sessão Nacional de Segurança e Justiça, no ISCPSI, em 15 de maio de 2013. Disponível em <http://www.iscpsi.pt/> [2018-12- 05]
- Fernandes, A. J. (2005). Poder Político e Segurança Interna. In *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 23–37). Almedina.
- Fernandes, L. F. (2004). As sociedades contemporâneas e a ameaça terrorista. In Almedina

- (Ed.), *Terrorismo* (pp. 460–481).
- Fernandes, L. F. (2005). As Novas Ameaças como Instrumento de Mutação do Conceito Segurança. In *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 123–152). Almedina.
- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. ISCPSI.
- Fernandes, L. F. (2023). *A prevenção do Crime Teorias, Estratégias e Técnicas*. Edição de Autor.
- Fernandes, R. (2022). A Plasticidade na Investigação: Controvérsias e Complexidades Epistemológicas. *Revista Mátia XXI n.º 11*, (pp.365–392).
- Ferrão, B., & Figueiredo, C. (2015). *Quem Disse Que Era Fácil, Os caminhos de António Costa para chegar ao poder*. Livros d’hoje.
- Ferrara, E. (1991). Threat Assessment in Personal Protection. In *Providing Executive Protection* (pp. 22–28). Berryville.
- Ferreira, J. M. (2004). O 25 de abril no Contexto Internacional. *Relações Internacionais*, (pp.143–158).
- Ferreira-Pereira, L. C. (2022). *Portugal in the European Union: Chronicling a Transformative Journey*.
- Fetzer, A. (1998). *The Unlikely Bodyguard*. Silhouette Books.
- Fletcher, G., Simpson, J., Campbell, L., & Overall, N. (2013). *The Science of Intimate Relationships* (2ªed.). Wiley Blackwell.
- Fontaine, P. (2006). *European Commission Directorate-General for Communication Manuscript*.
- Frankel, M. (2011). The ABCs of HVT: Key lessons from high value targeting campaigns against insurgents and Terrorists. *Studies in Conflict and Terrorism*, 34(1), (pp.17–30). <https://doi.org/10.1080/1057610X.2011.531456>
- Freire, M. R. coord, & Vinha, L. (2011). Política Externa: Modelos, Atores e Dinâmicas. In *Política externa: as relações internacionais em mudança* (pp. 13–53). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0086-4>
- Gaspar, C. (2013). Waltz, Morgenthau e Aron. *Relações Internacionais*, 39, 005–013.
- Gaspar, G. (2018). *ESTRUTURAS EUROPEIAS DE SEGURANÇA ESTRUTURAS FEDERAIS E O GRUPO TREVI*. Universidade Aberta.
- Ghali, B. B. (1992). *An Agenda for Peace Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping*.
- Giddens, A. (2002). *O Mundo na era da globalização* (4ª. Edição). Editorial Presença.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª. Edição). Atlas.

- Gil, P. (1976). *25 de Novembro - Anatomia de um Golpe* (Editus, Ed.).
- Gilbert, S., Sylwester, K., & Gao, W. (2011). *Leader Assassination and Economic Growth*.
- Gillham, B. (2000). *Case Study Research Methods*. Continuum.
- Gomes, B., & Sá, T. M. (2008). *Carlucci vs. Kissinger*. Publicações Dom Quixote.
- Gomes, P. V. (2007). A Prevenção Criminal Através do Ordenamento do Espaço Urbano: Subsídios Para uma Agenda Nacional. In *Urbanismo. Segurança e Lei- Tomo I, M. Valente (Coord.)*, (pp. 61–80). Almedina.
- Gouveia, A. P. (1978). A Reestruturação da Política de Defesa Portuguesa . In *Política Externa* (Julho-Setembro, Vol. 1, pp. 27–48). Inova - Artes Gráficas.
- Graça, P. B. (2009). *Estudos de Intelligence*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Graça, P. M. (2017). *EXTERNALIZAÇÃO DA SEGURANÇA INTERNA E A DIMENSÃO INTERNA DA SEGURANÇA INTERNACIONAL*. Instituto Universitário Militar.
- Grix, J. (2002). Introducing Students to the Generic Terminology of Social Research. *Politics*, 22(3), 175–186. <https://doi.org/10.1111/1467-9256.00173>
- Guedes, A., & Elias, L. (2010). *Controlos Remotos Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Almedina.
- Guedes, A. M. (2003). Sobre a União Europeia e a Nato. In *Nação e Defesa n.º. 106 – 2ª Série: Vol. outono-inverno* (pp. 33–76). Nação e Defesa.
- Guerra, J. P. (1983). *Polícias e Ladrões*. Caminho.
- Guerreiro, R. (2017). *A Evolução das Informações em Portugal: da Ditadura à Democracia*. ISCSP - U Lisboa.
- Guinote, H. (2009). As Origens do Policiamento. Da pré-história ao primeiro corpo policial. In *Estudos comemorativos dos 25 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em homenagem ao superintendente-chefe Afonso de Almeida* (pp. 263–298). Almedina.
- Gundersen, K. (2016). Muscle memory and a new cellular model for muscle atrophy and hypertrophy. In *Journal of Experimental Biology* (vol. 219, Issue 2). Company of Biologists Ltd. <https://doi.org/10.1242/jeb.124495>
- Hay, C. (2002). Political Analysis. In *Saudi Arabia*. Palgrave. <https://doi.org/10.4324/9781003074571-2>
- Herman, M. (1996). *Intelligence power in peace and war*. Cambridge University Press.
- Hickman, T. (2005). *Churchill's Bodyguard - The Authorized Biography of Walter H. Thompson*. Headline.
- Hipp, T. (2012). *Executive Protection. The Essentials* (Autor).

- Holder, P., & Hawley, D. (1998). *The Executive Protection Professional's Manual*. Elsevier.
- Homeland Security Department. (2009). *United States Secret Service*.
- Huntington, S. P. (1991). Democracy's Third Wave. *Journal of Democracy*, 2(2), (pp.12–34). <https://doi.org/10.1353/jod.1991.0016>
- Immelman, A. (2003). Personality in Political Psychology. In *Handbook of Psychology* (pp. 599–625). Wiley. <https://doi.org/10.1002/0471264385.wei0524>
- Iribarren, F. (1998). *ETA : Estrategia Organizativa y Actuaciones 1978-1992*. Universidade del País Vasco.
- Jackson, A. (2003). *Bodyguard*. Edição Genesis, Press Inc.
- Jackson, R., & Sorensen, G. (2013). *Introduction to International Relations - Theories and Approaches* (5ª. Edição). Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1002/9781118574362.ch8>
- Jane, R., Jane, L., Nicholls, C., & Rachel, O. (2014). *Qualitative Research Practice A Guide for Social Science Students and Researchers* (2ª. Edition). Sage Publications.
- Jesus, J. M. (2013). *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado - Maior do Exército para o CEMGFA de 5 de novembro de 1974 a 11 de junho de 1975*. Almedina.
- Jones, & Olken. (2005). Do Leaders Matter? National Leadership and Growth Since World War II. *The Quarterly Journal of Economics*, 120(3), (pp.835–864).
<https://doi.org/10.1093/qje/120.3.835>
- Jones, & Olken. (2009). Hit or Miss? The Effect of Assassinations on Institutions and War. *American Economic Journal: Macroeconomics*, 1(2), (pp.55–87).
<https://doi.org/10.1257/mac.1.2.55>
- Jones, T. (2000). *A história do Guarda - Costas*. Bertrand Editora.
- Kahn, D. (2001). An historical theory of intelligence. *Intelligence and National Security*, 16(3), (pp.79–92). <https://doi.org/10.1080/02684520412331306220>
- Kapeliouk, A. (1996). *Rabin um Assassínio Político*. Campo das Letras.
- Laqueur, W. (1999). *The New Terrorism - Fanaticism and The Arms of Mass Destruction*. University Press.
- Lara, A. de S. (2015). *As Portas de Dante*. MGI (Portugal).
- Laureano, A. (2013). Um esboço a evolução da segurança e defesa no processo de integração europeia. *Revista Científica Sensus: Direito*, v. 1, n.º, 6, (p.77).
http://www.ena.lu/declaration_rene_pleven_creation_armee_europeenne_24_octobre_1950-
- Laville, C. (1999). A guerra das narrativas : debates e ilusões em torno do ensino de História.

- In *Revista Brasileira de História*. Vol. 19 (pp. 125–138).
- Leal, C. M. (2013). *A Polícia Externa Norte-Americana - Principais Marcos, Principais Doutrinas* (1ª.Edição). Tribuna.
- Libicki, M. C., Chalk, P., & Sisson, M. (2007). *Exploring Terrorist Targeting Preferences*. www.rand.org
- Lima, F. (2016). *Na Sombra de Presidência*. Porto Editora.
- Loureiro, J. C. (2010). O Exército Português e as Operações de Paz. In *Portugal e as Operações de Paz* (pp. 165–192). Prefácio.
- Lowenthal, M. (2006). *Intelligence: From Secrets to Policy* (4ª. Edição). CQ Press.
- Lucas, P. (2005). *As Medidas de Polícia e a Atuação da Polícia de Segurança Pública* [Curso de Direção e Estratégia Policial]. ICSPSI.
- Luci Oliveira, F. DE, & Virgínia Ferreira Silva, E. DA. (2005). Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. *Sociologias*, (pp.244–259).
- Lupton, D. (2006). *Sociology and risk*.
- Machiavelli, N. (2009). *The Prince* (Penguin Classics, Ed.).
- Macnamara, P. (2012). *Sentinel*. Universe Inc.
- Madeira, J. (2013). *O Atentado a Salazar*. Esfera dos Livros.
- Magalhães, C. (2018). *Segurança Pessoal e Segurança Interna*. ISCPSI.
- Magalhães, C. (2022a). A segurança Pessoal do Presidente Americano, direito ou obrigação? *Revista Janus*, (pp.60–61).
- Magalhães, C. (2022b). *A Segurança pessoal em Portugal - das origens ao Corpo de Segurança Pessoal* (Serviços Sociais PSP). Encontro da Escrita.
- MAI. (2002). *Resolução do Conselho de Ministros n.º. 37* (pp. 1–5).
- Maltez, J. (2012). Descodificando a Falsa Ideia Clara de Segurança Nacional . In *O Poder Político e a Segurança* (pp. 145–173). Fonte da Palavra.
- Manuel, P. (2015). *A Luta contra o Terrorismo em Portugal (Modelo no Período 1974-2011)*. Universidade de Lisboa.
- Marchi, R. (2012). AS DIREITAS RADICAIS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA PORTUGUESA (1974-1976). *Ler História n.º. 63*, (pp.75–91).
- Marchi, R., & Silva, R. (2022). Extreme-Right Violence in the Portuguese Transition to Democracy Portugal's Liberation Army (1974-1976). *Fascism Journal of Comparative Fascist Studies*, 11(1), (pp.87–108). <https://doi.org/10.1163/22116257-bja10037>
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª. Edição). Atlas. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100005>

- Marinho, A., & Carneiro, M. (2015). *1975 o ano que terminou em Novembro*. Círculo de Leitores.
- Marinho, A., & Carneiro, M. (2018). *Portugal à Lei da Bala*. Temas e Debates e Círculo de Leitores.
- Marsh, D., & Furlong, P. (2002). A Skin, not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science. In *Theory and Methods in Political Science* (pp. 17–41). Palgrave.
- Marta, R. (2018). Acordo Schengen. *Revista Janus*, (pp.96–97).
- Martins, A. (2007). *European Union Battlegroups*. Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Martins, M. L. (2018). *DA SEGURANÇA NA EUROPA O PARADIGMA SECURITÁRIO NA UNIÃO EUROPEIA*. ISCPSI.
- Mateus, R. (1996). *CONTOS PROIBIDOS MEMÓRIAS DE UM PS DESCONHECIDO*. Publicações Dom Quixote.
- Matos, H. (2016). *Terrorismo & Contraterrorismo Sistemas de Segurança Interna* (Caleidoscópio).
- Maxwell, K. (1995). *A Construção da Democracia em Portugal*. Cambridge University Press.
- Mcdowell, D. (2009). *Strategic Intelligence : a Handbook for Practitioners, Managers, and Users*. The Scarecrow Press, Inc.
- Medeiros, R. (2001). *Estudo Exploratório das Informações na PSP*. ICSPSI.
- Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O Estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER, Revista de Educação*, vol. 2 (2), January 2010.
- Merari, A., & Kurz, A. (1985). *Asala: Irrational Terror or Political Tool*. Avalon.
- Meter, K. (2010). *Trusting the Bodyguard*. Harlequin Books.
- Milhazes, J. (2013). *Cunhal e Brejnev e o 25 de abril* (1ª.Edição). D. Quixote.
- Mitsilegas, V., Monar, J., & Rees, W. (2003). *The European Union and Internal Security - Guardian of the People?* Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230504387>
- Molesworth, B. (1841). *The English Works of Thomas Hobbes: Vol. II*.
- Molina, J. G. (2017, May). Ciencia Y Doctrina Policial. *Ciencia Policial Revista Técnica Des Cuerpo Nacional de Policía*, (pp.7–35).
- Monteiro, B. (2015). *O Príncipe Vermelho e o Setembro Negro, a guerra nas sombras*. Edição de autor.
- Monteiro, R. L. (2004). Subsídios para a História recente das Informações em Portugal. In *Informações e Segurança Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 459–469). Prefácio .

- Moreira, A. (2005). Prefácio. In *I Colóquio de Segurança Interna*. Almedina.
- Morgenthau, H. J. (1946). *Politics Among Nations - The Struggle for Power and Peace*. Higher Education.
- Morgenthau, H. J. (1948). *Politics among nations - the struggle for power and peace* (1st ed.). Alfred A. Knopf.
- Mosaddeq Ahmed, N. (2004). THE GLOBALIZATION OF INSECURITY: HOW THE INTERNATIONAL ECONOMIC ORDER UNDERMINES HUMAN AND NATIONAL SECURITY ON A WORLD SCALE. *Historia Actual Online*, 5, (pp.113–126).
- Neves, M., & Gonçalves, L. (2007). *A greve académica de 1907. Suas repercussões políticas e educacionais*.
- Nijdam, Ms., Olff, M., Vries, M., Martens, Ms., & Gersons, B. (2008). *Psychosocial effects of threat and protection. Commissioned report for the National Coordinator for Counterterrorism*. <https://www.researchgate.net/publication/320201337>
- Nolasco, C. (2016). *Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias*. <https://www.researchgate.net/publication/309547207>
- Nordstrom, B. (2000). *Scandinavia Since 1500*. University of Minnesota Press.
- North, J. (2015). *Napoleon's Mameluke: The Memoirs of Roustam Raza*. North Enigma Books.
- O'Connor, R. (1996). *Bodyguards*. Cassel Group Wellinton House.
- Oatman, R. (2006). *Executive Protection: New Solutions for a New Era*. Noble House.
- Obama, M. (2019). *Becoming A minha história*. Penguin Random House- Grupo Editorial Unipessoal .
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Edições Almedina.
- Oliveira, J. F. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. ISCPSI.
- Oliveira, P. (2009). Flanco Sul sob Tensão. *Relações Internacionais*, 21, (pp.61–78).
- ONU. (1973). *Convention on the Prevention and Punishment of Crimes Against Internationally Protected Persons, Including Diplomatic Agents*. General Assembly resolution 3166. <https://doi.org/10.1080/10576108308435550>
- ONU. (2012). Section Security Management - Close Protection Operations. In *United Nations Security Management System* (Issue IV Section G, pp. 2–5).
- O'Reilly, P., & Dugard, M. (2013). *O Assassinato de Lincoln*. Texto Editores.
- Parenti, M. (2006). *O Assassinato de Júlio César*. Editora Record.

- Patton, M. (2002). *Qualitative Research & Evaluation Methods* (3ª. Edição). Sage Publications.
- Pereira da Silva, V. (2003). *Em Buscado Ato Administrativo Perdido* (2ª. Edição). Almedina.
- Pereira, L. F. (2008). *Portugal e a presidência da União Europeia (1992-2007)*.
- Pereira, R. (2012). Política e Segurança: Antinomia ou Compatibilidade. In *O Poder Político e a Segurança* (pp. 11–22). Fonte da Palavra.
- Peres, S. (2018). *Não Há Sonhos Impossíveis*. Matéria-prima.
- Pinto, F. (2011). *A Integração de Portugal nas Comunidades Europeias*. Universidade de Coimbra.
- Pinto, M. do C. (2014). A Small State's Search for Relevance: Peace Missions as Foreign Policy. *International Peacekeeping*, 21(3), (pp.390–405).
<https://doi.org/10.1080/13533312.2014.938580>
- Pinto, R. (2004). Os Militares e as Informações. In *Informações e Segurança - Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 471–489). Prefácio.
- Plano PCCCOFSS, 1 (2010).
- Poças, N. (2021). *Presos por um Fio, Portugal e as FP-25 de Abril* (4ª. Edição). Casa das Letras.
- Pocinho, M. (2014). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lidel.
- Praça, A., Antunes, A., Amorim, A., Borga, C., & Cascais, F. (1974). *25 de abril - documento*. Lisgráfica.
- Proc. 928. (1979). *Polícia Judiciária*.
- Proc. 971. (1983). *Polícia Judiciária*.
- Prodanov, C., & Freitas, E. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2ªEdição). Universidade Feevale.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Quadros, F. de. (1978). Problemas Políticos e Constitucionais do Alargamento da Comunidade Europeia. In *Política Externa - Estudos e Documentos* (vol. 2, pp. 33–42). Inova / Artes Gráficas.
- Querela 196. (1982). *Tribunal Judicial de Vila Nova de Ourém*.
- Querela 710. (1983). *Tribunal Judicial de Albufeira*.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª. Edição). Gradiva.
- Raimundo, F. (2018). *Ditadura e Democracia, legados da memória*. Fundação Francisco

- Manuel dos Santos.
- Ramos, S., & Naranjo, E. (2014). *Metodologia da Investigação Científica*. Escolar Editorial - Angola.
- Rapoport, D. (2013). The Four Waves of Modern terror: International Dimensions and Consequences. *An International History of Terrorism: Western and Non-Western Experiences*, 1–319. <https://doi.org/10.4324/9780203093467>
- Reis, S., & Silva, M. (2007). O Sistema de Informações da República Portuguesa. *Ordem Dos Advogados, Separata*, (pp.1251–1304).
- Rémond, René. (1994). *Introdução à História do Nosso Tempo*. Gradiva.
- Ribeiro, A. S. (2004). *Organização Superior de Defesa Nacional - Uma visão estratégica 1640-2004*. Prefácio.
- Romana, H. B. (2004). O novo framework do Terrorismo internacional de matriz islâmica: Desafios ao modelo de análise em informações estratégicas. In *Informações e Segurança - Estudos em Honra do general Pedro Cardoso* (pp. 257–270). Prefácio.
- Rothschild, E. (1995). What is Security? *The MIT Press on Behalf of American Academy of Arts & Sciences*, 124(3), (pp.53–98). <https://doi.org/10.1016/b978-159749168-6/50005-x>
- Royo, S. (2006). Portugal, Espanha e a União Europeia. *Relações Internacionais - Março*, 91–113.
- Sá, T. M. (2007). *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa* [Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa]. <http://foia.state.gov/searchcolls/collssearch.asp>
- Sacchetti, A. F. (2004). A Conjuntura Estratégica Mundial. In *Informações e Segurança - Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 57–76). Prefácio.
- Sánchez, A. (2017). Entre solidariedade e Realpolitik. A social democracia alemã e o socialismo português da ditadura à democracia. In *O socialismo e o PS em Portugal* (Âncora, pp. 93–145).
- Santos, G. (2020). *Polícia e Segurança Pessoal*. Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito.
- Santos, M. (2010). Portugal nas Operações de Paz, A participação nacional do processo de tomada de decisão internacional. In *Portugal e as Operações de Paz* (pp. 495–524). Prefácio.
- Saraiva, J. (2021). *História Concisa de Portugal* (26ª. Edição) Contraponto.
- Saramago, M. M. (2010). A Participação da Marinha em Missões Internacionais de Paz. In

- Portugal e as Operações de Paz* (pp. 145–163). Prefácio.
- Schneider, G. (2005). *An Examination of the Required Operational Skills and Training Standards for a Close Protection Operative in South Africa* (Issue March).
- Séneca, L. (1965). *L. ANNAEI SENECAE AD LUCILIUM EPISTULAE MORALES* (2ª.Edição). Oxford University Press.
- Serra, P. (1998). *Dinfo - Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares* (1ª.Edição). Dom Quixote.
- Shenon, P. (2013). *Anatomia de um Assassinato*. Companhia das letras.
- Shulsky, A., & Schmitt, G. (2002). *Silent Warfare - understanding the world of intelligence* (3ª. Edição). Potomac Books.
- Simonton, D. K. (1986). Presidential Personality: Biographical Use of the Gough Adjective Check List. In *Journal of Personality and Social Psychology* (Vol. 51, Issue 1).
- Soares, M. (1978). Portugal e a Comunidade Europeia. In *Politica Externa* (Julho-Setembro, Vol. 1, pp. 7–17). Inova - Artes Gráficas.
- Socialista, P. (1983). *Congress of the Socialist International, o Mundo em Crise, a resposta Socialista*. SI, (p.83).
- Sousa, A. (2003). Prevenção e Repressão como Função da Polícia e do Ministério Público. *Revista Do Ministério Público, n.o 94, II Trimestre Abril/Junho*, (pp.49–73).
- Sousa, A. D. de C. (1849). *Origem da Guarda Real dos Alabardeiros hoje Archeiros no Paço*. Imprensa Nacional.
- Sousa, R. (2017). Relações Internacionais e o Estudo da Paz e Conflito, o Contexto da Resolução de Conflitos. In *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos* (pp. 48–98). Universidade Autónoma de Lisboa: OBSERVARE.
- Spínola, A. (1974). *Portugal e o Futuro* (3ª. Edição). Arcádia.
- Spínola, A. (1978). *País Sem Rumor, Contributo para a História de uma Revolução*. SCIRE.
- Sprout, H., & Sprout, M. (1965). *The Ecological Perspective on Human Affairs*. Princeton University Press.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos* (2ª. Edição). Morata.
- Stake, R. E. (2006). *Multiple case study analysis*. Guilford Press.
- Sun Tzu. (2000). *The Art of War - Translated from the Chinese by Lionel Giles (1910)*. Allandale Online Publishing.
- Sutch, P., & Elias, J. (2007). *International Relations - The Basics*. Routledge.
- Tavares, R., & Samara, A. (2008). *O Regicídio*. Tinta da China.
- Teixeira, N. S. (2017). A Europeização da Democracia Portuguesa. In *Portugal e a*

- integração europeia, 1974-2015* (ICS, pp. 19–34). Universidade de Lisboa.
www.ics.ul.pt/imprensa
- Tellis, W. (1997). Introduction to Case Study. *The Qualitative Report*, 3(2), (pp.1–14).
<https://doi.org/10.46743/2160-3715/1997.2024>
- Telo, A. (2011a). *Primeira República, - Como Cai um Regime, Vol. II*. Editorial Presença.
- Telo, A. (2011b). *Primeira República Vol. II - Como Cai um Regime*. Editorial Presença.
- Terziev, V., Petkov, M., & Krastev, D. (2018). Pumps for the Action on the European Union in the Scope of the European Agenda on Security. *5th International Conference on Education, Social Sciences and Humanities, July*, (pp.497–500).
<https://doi.org/10.2139/ssrn.3838629>
- Thales, C. (2012). Teoria das Relações Internacionais. In *Boletim Meridiano 47* (vol. 15). Fundação Alexandre de Gusmão. <https://doi.org/10.20889/10160>
- Thompson, L. (2003). *The Bodyguard Manual*. Greenhill Books.
- Thurmond, S., Carolina, S., CHARLES McC MATHIAS, C., Joseph Biden, M. R., Paul Laxalt, D., Edward Kennedy, N. M., Orrin Ha, M. G., Robert Byrd, U. C., Virginia ALAN SIMPSON, W. K., Howard Metzenbaum, W. M., John East, O. P., Carolina DENNIS DECONCINI, N., Charles Grassley, A. E., Patrick Leahy, I. J., Jeremiah Denton, V., Howell Heflin, A., Shedd, D. W., Denton, J., Orrin Hatch, C. G., Director, S. (1985). *Terrorism in Italy - 1983-1985*.
- Tomé, L. (2010). Segurança e Complexo de Segurança: Conceitos Operacionais. *Revista Janus.Net e-Journal of International Relations*, 1, (pp.33–49).
- Tomé, L. (2017). Poder e Segurança Internacional. In *Olhar o Mundo*. Editorial Presença.
- Tomé, L. (2018). Sobre a Dimensão Externa da Segurança Interna. *Revista Janus*, (pp.74–75). <http://www.igi-global.com/book/handbook->
- Torres, J. (2015). *Gestão de Riscos no Planeamento, Execução e Auditoria de Segurança*. ISCPSI.
- Torres, J. (2018). Terrorismo do Séc. XXI. In *Segurança e Defesa no. 38* (pp. 14–31).
- Tucídides. (1987). *História da Guerra do Peloponeso* (Universidade de Brasília, Ed.; 4ª. Edição). Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- UE - Comissão Europeia. (2005). Carta Europeia do Investigador. Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores. In *Comissão Europeia*.
http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2015/01/eur_21620_en-pt.pdf
- Ullman, R. (1983). Redefining Security. *The MIT Press*, 8(1), (pp.129–153).
- Unicri. (2007). *O Manual de Segurança de Grandes Eventos*.

- United States Department of State. (2011). *History of the Bureau of Diplomatic Security of the United States Department of State*.
- Valente, M. (2005). Contributos para uma Tipologia de Segurança Interna. In *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 69–95). Almedina.
- Valente, M. (2017). *Teoria Geral do Direito Policial* (5ª.Edição). Almedina.
- VanWynsberghe, R., & Khan, S. (2007). Redefining Case Study. *International Journal of Qualitative Methods*, 6(2), (pp.80–94). <https://doi.org/10.1177/160940690700600208>
- Varela, R. (2009). A revolução portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição espanhola para a democracia vista através da imprensa clandestina espanhola. *Espacio, Tiempo Y Forma, V*, (pp.267–287).
- Vattel, E. (2004). *O Direito das Gentes* (Brasília : Editores, Ed.). IPRI.
- Vieira, J. (2017). *Francisco Pinto Balsemão*. Bertrand.
- Vieira, J. (2022). *Mário Soares Uma Vida*. Sábado.
- Vilela, A. J. (2005). *Viver e Morrer em nome das FP-25, toda a história de um processo polémico que marcou o país no pós-25 de abril*. Casa das Letras.
- Wallraff, G., & Schlumberger, H. (1976). *A Descoberta de uma conspiração - A Acção - Spínola* (Livraria Bertrand, Ed.).
- Warner, M. (2002). Wanted: A Definition of “Intelligence” Understanding Our Craft. *Studies in Intelligence*, 46(p.3).
- Wharfe, K. (2003). *Diana um segredo bem guardado*. Editorial Estampa.
- Wilber, Q. (2011). *Rawhide Down - The Near Assassination of Ronald Reagan*. Henry Holt and Company.
- Willis, H. H. (2006). *Guiding Resource Allocations Based on Terrorism Risk*.
- Willis, H., Morral, A., Kelly, T., & Medgy, J. (2005). *Estimating Terrorism Risk*. www.rand.org
- Yin, R. (2003). *Case Study Research Design and Methods*. Sage Publications.
- Zainal, Z. (2007). Case study as a research method. In *Jurnal Kemanusiaan* (Vol. 9, Issue bill 9).

Bibliografia consultada não citada

- Almeida, Sónia. (2002). Novos olhares sobre o terreno. Etnografia das campanhas de dinamização cultural e acção cívica do movimento das Forças Armadas, (pp. 25-38) *in* Arquivos da Memória, Portugal 1974-1976, coordenador Jorge Crespo, Universidade de Lisboa.
- Bédoyère, Guy De la. (2017). Praetorian: The Rise and fall of Rome's Imperial Bodyguard. Yale University Press.
- Cony, Carlos Heitor. (2012). Os 80 anos de Portella. Academia Brasileira de Letras.
Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/os-80-anos-de-portella>.
Consultada em 04 de dezembro de 2023
- Magone, José. (1998). Portugal e a unificação europeia. Penélope: Revista de história e ciências sociais, n. 18, (pp. 123-163).
- Portas, Paulo. & Valente, Pulido. (1990). O Primeiro-ministro: estudo sobre o poder executivo em Portugal - Análise Social Terceira Série, vol. 25, nº. 107, (pp. 333-349). Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Rezola, Maria Inácia. (2002). Uma Epidemia de Planos: O projeto Político do MFA no “Verão Quente “de 1975, (pp. 43-60) *in* Arquivos da Memória, Portugal 1974-1976, coordenador Jorge Crespo, Universidade de Lisboa.
- Roa, Sebastian. (2019). Inimigos de Esparta. Edição B de Bolsillo.

Legislação Nacional

- Código Penal, (64ª versão dada pela) Lei nº. 26/2025 de 29 de março
- Código Processo Penal, (49ª versão dada pela) Lei nº. 52/2023 de 28 de agosto
- Constituição da Monarquia Portuguesa de 1822
- Constituição da República Portuguesa de 1976
- Decreto-lei n.º 32/2024, de 10 de maio
- Decreto-lei n.º 133/2023, de 28 de dezembro
- Decreto-lei n.º. 243/2015 de 19 de outubro
- Decreto-lei nº. 12/2012 de 20 de janeiro
- Decreto-lei n.º 321/94 de 29 de dezembro
- Decreto-lei nº. 151/85 de 9 de maio

Decreto-lei n.º 325/79 de 23 de agosto

Decreto-lei n.º 368/72 de 30 de setembro

Decreto-lei n.º 49401 de 24 de novembro de 1969

Decreto-lei n.º 44447 de 4 de julho de 1962

Decreto-lei n.º 43582 de 04 de abril de 1961

Decreto-lei 16489 de 5 de fevereiro de 1929

Decisão do Conselho da União Europeia n.º 2009/796/JAI de 04 de junho

Decisão do Conselho da União Europeia n.º 2002/956/JAI, de 28 de novembro

Deliberação do Conselho de Ministros n.º 140/2010, de 25 de março

Deliberação do Conselho de Ministros n.º 230/2006, de 18 de maio

Despacho n.º 08/CG/86 do Comando-Geral da PSP

Despacho n.º 24/CG/83 do Comando-Geral da PSP

Despacho conjunto dos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna, n.º 61/2005, 17 de janeiro de 2005

Lei n.º 22/2024 de 15 de fevereiro

Lei n.º 4/2014 de 13 de agosto

Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, com as sucessivas alterações sendo a mais atual
a Lei n.º 46/2019 de 08 de julho

Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto

Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto, com sucessivas alterações
dadas pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro e Lei n.º 53/2023, de 31 de agosto

Lei n.º 40/2006 de 25 de agosto

Lei n.º 93/99, de 14 de julho, com as sucessivas alterações sendo a mais atual
a Lei n.º 2/2023 de janeiro de 2023

Lei n.º 5/99 de 27 de janeiro

Lei n.º 7/96 de 29 de fevereiro

Lei n.º 7/93 de 01 de março alterada pela 17ª vez sendo a mais atual
a Lei n.º 58/2021 de 18 de agosto

Lei n.º 20/87 de 12 janeiro

Lei n.º 31/84 de 6 de setembro

Lei n.º 18/81 de 08 de agosto

Lei n.º 3/74 de 14 de maio

Portaria n.º 613/79 de 24 de novembro

Regulamento da EU n.º 679/2016 de 4 de maio

Recomendação do Conselho da União Europeia (2001/C 356/01) de 6 de dezembro de 2001

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2024, de 24 de abril

Resolução Conselho de Ministros n.º 37/2002 de 28 de fevereiro

Resolução da Assembleia da República n.º 20/94 de 5 de maio

Legislação Internacional

Homeland Security Act Of 2002 [Public Law 107–296; Approved November 25, 2002]

U.S. Code Title 18, Part II Chapter 203, § 3056.

Ley Orgánica n.º. 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal. Reino de España

Programas de Governo Constitucionais

Programa do IX Governo Constitucional, publicado no Diário da Assembleia da República, III Legislatura, II Série – suplemento ao n.º. 6 de 21 de junho de 1983

Programa do I Governo Constitucional, publicado no Diário da Assembleia da República no 1.º. Suplemento ao n.º. 17 de 3 de agosto de 1976

Audiovisuais

ABC News. (2022). Interviewed. The man who tried to assassinate President Reagan speaks about his remorse. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=bzRF3KjdCUA&t=13s&ab_channel=ABCNews

CBS. (1981). Behind The Scenes of History: Covering the President on March 30, 1981

Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/behind-the-scenes-of-history-covering->

[the-president-on-march-30-1981/](#)

CNN. (1990). King Larry. Interviewed the former US President Ronald Reagan Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IJKgXz_hOjI&ab_channel=TheCoach

Documentário Banijay History. (2020) - The Shooting of Ronald Reagan (Crimes of The Century) | Reel Truth History Documentary. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KvuMpse1xbQ&ab_channel=BanijayHistory

Documentário. (2017). Issam Sartawi is Assassinated. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AAy8O7j1e4w&ab_channel=WebOfStoriesLifeStoriesOfRemarkablePeople

Documentário. (2015). Behind Closed Doors. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vfgd5N_MFFs&t=4s&ab_channel=JoanLunden

Ecclesia. (2022). Programa 70x7. 40 anos da visita do Papa João Paulo II a Portugal. Disponível em: <https://agencia.ecclesia.pt/porta/40-anos-da-visita-do-papa-joao-paulo-ii-a-portugal/>

National Geographic. (2015) - Inside the US Secret Service. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PiZ0zoNx94&t=626s&ab_channel=brainrichman.

RTP Arquivo. (2010). Juan Fernandez Krohn. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/juan-fernandez-krohn/>

RTP Arquivo. (1982). Visita de Sua Santidade o PAPA João Paulo II a Portugal. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-sua-santidade-o-papa-joao-paulo-ii-a-portugal/>

RTP Arquivo. (1980). Programa Anos 70: Imagens de uma década – episódio 4. O 28 de setembro e a maioria silenciosa. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-28-de-setembro-e-a-maioria-silenciosa/>

RTP Arquivo. (1977). O golpe do 25 de novembro. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-golpe-do-25-de-novembro/>

RTP Arquivo. (1975). Nacionalização da Banca e dos Seguros. Disponível em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/nacionalizacao-da-banca-e-dos-seguros/>.

RTP Arquivo. (1975). Costa Gomes participa na cimeira e Helsínquia. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/costa-gomes-participa-na-cimeira-de-helsinquia/>

RTP. Arquivo. (1975). Desvio de Armas em Beírolas. Disponível em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/desvio-de-armas-em-beirolas/>

RTP Arquivo. (s.d.). Memórias da Revolução. Disponível

em:<https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/o-significado-do-assalto-a-embaixada-de-espanha/>

RTP Ensina. (2017). Os dias de História - O assassinato do Arquiduque Francisco Fernando. Disponível em:<https://ensina.rtp.pt/artigo/assassinato-do-arquiduque-francisco-fernando/>

RTP Play. (2022). Padre Krohn, 40 anos depois de tentar matar o Papa. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p10879/padre-krohn-40-anos-depois-de-tentar-matar-o-papa>.

SIC. (2008). Perdidos e Achados. Ataque terrorista à Embaixada Turca em Lisboa 1983. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=5Pg2OmT9MXI&ab_channel=VirgilioSantos.

SIC. (1995). À Lei da Bomba FP25 de Abril Disponível em : https://www.youtube.com/watch?v=MY716Ff7tjc&t=32s&ab_channel=ManuelCasteloBranco

Testimony, (2007), TBA Group, Pawel Pitera. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DEIecFs6EHc&ab_channel=Cat%C3%B3licocommunitoorgulho.

Uri Avnery. (2017). Issam Sartawi is Assassinated. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AAy8O7j1e4w&ab_channel=WebofStoriesLifeStoriesofRemarkablePeople.

II Jornadas de Direito Criminal da Comarca de Santarém. (2022). Colóquio. 40 anos do processo-crime do atentado de 12 de maio de 1982 contra o PAPA João Paulo II. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=cMaHCErqa0k&t=1363s&ab_channel=Munic%C3%ADpiodeOur%C3%A9m-Portugal.

Podcast do Jornal, Observador. (2024). Matar o Papa. Disponível em: <https://observador.pt/programas/matar-o-papa/estreia-matar-o-papa-episodio-1-o-anticristo-em-fatima/>

Jornais e Revistas nacionais em suporte de papel ou microfilmados

Jornal, **A Capital**

Edição de 24 de fevereiro de 1984

Edição de 13 abril de 1983

Edição de 11 de abril de 1983

Edição de 13 de novembro de 1979

Jornal, **A Tarde**

Edição de 6 de janeiro de 1984

Jornal, **Correio da Manhã**

Edição de 10 de janeiro de 2007

Jornal, **Diário de Lisboa**

Edição de 29 de janeiro de 1985

Edição de 10 de dezembro de 1984

Edição de 30 de outubro de 1984

Edição de 24 de fevereiro de 1984

Edição de 6 de janeiro de 1984

Edição de 28 de julho de 1983

Edição de 12 de abril de 1983

Edição de 11 de abril de 1983

Edição de 16 de agosto de 1982

Edição de 16 de novembro de 1979

Edição de 13 de novembro de 1979

Edição de 18 de setembro de 1973

Jornal, **Diário de Notícias**

Edição de 20 agosto de 2005

Edição de 11 de maio de 1985

Edição de 25 de abril de 1985

Edição de 23 de abril de 1985

Edição de 18 de abril de 1985

Edição de 9 de março de 1984

Edição de 10 janeiro de 1984

Edição de 28 de julho de 1983

Edição de 17 de novembro de 1979

Edição de 16 de novembro de 1979

Edição de 15 de novembro de 1979

Edição de 14 de novembro de 1979

Edição de 13 de novembro de 1979

Edição de 25 de abril de 1974

Jornal, **Expresso**

Edição de 1 de fevereiro de 2013

Coleção «25 anos inesquecíveis», volume «Crimes, Atentados e Massacres» 1997

Edição de 22 de fevereiro de 1986

Jornal **O Diário**

Edição de 5 de abril de 1984

Jornal, **Independente**

Edição de 11 de agosto de 1989

Jornal, **Jornal de Notícias**

Edição de 3 de julho de 2013

Edição de 27 de outubro de 1984

Edição de 5 de abril de 1984

Edição de 26 de fevereiro de 1984

Edição de 19 de janeiro de 1984

Edição de 7 de janeiro de 1984

Edição de 6 de janeiro de 1984

Edição de 4 de janeiro de 1984

Edição de 11 de abril de 1983

Edição de 13 de setembro de 1980

Edição de 4 de junho de 1975

Jornal, **O Dia**

Edição de 5 de janeiro de 1984

Edição de 14 de novembro de 1979

Jornal **O Diário**

Edição de 5 de janeiro de 1984

Jornal **O Tempo**

Edição de 28 de julho de 1983

Edição de 14 de abril de 1983

Edição de 13 de abril de 1983

Jornal, **Público**

Edição de 21 de março de 2004

Jornal, **Tal & Qual**

Edição de 23 de março de 1989

Jornal **24 Horas**

Edição de 6 de junho de 2006

Revista, **Focus**

Edição n.º 167 de 2002

Revista, **Sábado**

Edição de 7 de fevereiro de 2008

Jornais e revistas internacionais em suporte de papel ou microfilmados

Jornal, ***La Van Guardia***

Edição de 14 de maio de 1982

Jornal, ***Asbarez***

Edição de 30 e julho de 1987

Jornais e revistas nacionais em suporte *On Line*

Jornal, **Diário de Notícias**

Edição *on line* de 4 de maio de 2018

Jornal, **Expresso**

Edição *on line* de 7 de maio de 2017

Edição *on line* de 16 de abril de 2016

Jornal, Público

Edição *on line* de 6 de maio de 2017

Edição *on line* de 22 de setembro de 2001

Jornais e revistas internacionais em suporte *On Line*

Jornal, *El País*

Edição *on line* de 27 de outubro de 2020

Edição *on line* de 28 de julho de 1983

Edição *on line* de 12 de abril de 1983

Edição *on line* de 14 de maio de 1982

Edição *on line* de 14 de novembro de 1979

Jornal, *Le Monde*

Edição *on line* de 29 de julho de 1983

Edição *on line* de 12 de abril de 1983

Edição *on line* de 14 de maio de 1982

Edição *on line* de 14 de novembro de 1979

Jornal, *New York Times*

Edição *on line* de 11 de abril de 1983

Edição *on line* de 14 de novembro de 1979

Jornal, *Washington Post*

Edição *on line* de 18 de julho de 1998

Edição *on line* de 11 de abril de 1983

Revista, *Time*

Edição *on line* 25 de abril de 1983

Edição *on line* de 15 de setembro de 1975

Blogs

Behind The Scenes Of History: Covering The President On March 30, 1981

By Hillary Profita.

<https://www.cbsnews.com/news/behind-the-scenes-of-history-covering-the-president-on-march-30-1981/>

Filmes e séries e Televisão

1. Meet The Cast of Bodyguard, Mini- série britânica. (2018). De Jed Mercurio's, realizada pela BBC com Richard Madden
2. In The Line of Fire. (1993). De Wolfgang Peterson com Clint Eastwood;
3. The Bodyguard. (1993). De Mick Jackson com Kevin Costner,

Anexos

(Página intencionalmente deixada em branco)

Anexo 1

AUDITOR EXTERNO

Rui Filipe Melo Coelho de Moura, é diretor do Departamento de Sistemas de Informação e Comunicações da Polícia de Segurança Pública, mestre em Administração e Gestão Pública (Universidade de Aveiro), e Doutor em Gestão, com especialização em Recursos Humanos e Comportamento Organizacional (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa).

Estimado Superintendente Moura boa tarde.

Espero que se encontre bem.

Encontro-me atualmente a desenvolver uma investigação académica sobre a importância da atividade da segurança pessoal a dignitários estrangeiros em Portugal no período compreendido entre o pós-revolução de 1974 e a adesão de Portugal à CEE no início de 1986.

Nessa investigação em termos metodológicos optei pelo estudo de quatro casos de estudo, conforme defendem (Dooley, 2002; Gillham, 2000; Tellis, 1997; VanWynsberghe & Khan, 2007; Yin, 2003) a saber;

- a. O atentado ao Embaixador de Israel em Portugal, Efhraim Eldar ocorrido no dia 13 de novembro de 1979;
- b. O ataque do padre espanhol Juan Fernández Krohn ao Papa João Paulo II no Santuário de Fátima no dia 12 de maio de 1982;
- c. O atentado ao dirigente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Issam Sartawi no hotel Montechoro no Algarve no dia 10 de abril de 1983;
- d. O ataque à embaixada da Turquia em Lisboa no dia 27 de julho 1983.

Estes casos foram escolhidos, embora tivessem ocorrido em contextos temporais e geográficos diferentes, depois de sinalizados como representativos e claramente identificados no escopo investigatório.

Ainda assim não se descarta o aparecimento de eventuais referências de viés do investigador, pois ao escolhê-los podemos ainda que não intencionalmente sermos acusados de falta de rigor. Critica que aceitaremos. Neste sentido e para mitigarmos a mesma, acolhemos como necessária a verificações de auditores externos como sugere Cohen et al. (2000) para corroborar a nossa visão.

É nesta senda que tomei a liberdade de lhe enviar esta missiva no sentido de auscultar a sua visão sobre a matéria e se no seu entendimento considera os mesmos como representativos

das ações criminosas perpetradas contra dignitários estrangeiros em Portugal durante o período em referência.

Com os meus melhores cumprimentos

Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão” – Estratégia PSP
23/25

Carlos Alberto Sousa Magalhães
Comissário | Chief Inspector

Grupo Operacional de Segurança
Pessoal a Entidades Estrangeiras

Tel: +351 219 802 020
Mov: +351 961 031 559

Email: uep.csp@psp.pt
calmagalhaes@psp.pt

 [policiasegurancapublica](https://www.facebook.com/policiasegurancapublica)



Unidade Especial de Polícia | Special Police Unit
Corpo de Segurança Pessoal | Close Protection Unit
Quinta das Águas Livres 2605-197 | Belas, PORTUGAL
www.psp.pt



De: Rui Filipe Resende Melo Coelho De Moura
Enviada: sexta-feira, 1 de dezembro de 2023 14:29
Para: Carlos Alberto Sousa Magalhães
Assunto: RE: Pedido académico - Comissário Magalhães do CSP

Boa tarde.

Se o estudo fosse de outro âmbito, designadamente atos executados por grupos de pessoas que poderão ser classificados de terroristas, os casos não seriam representativos.

No âmbito do estudo em apreço, e após consultar algumas fontes abertas de informação, sou de opinião que os 4 casos referidos são uma representação relevante para o estudo.

Bom trabalho!

Com os melhores cumprimentos,

“Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão” – Estratégia PSP
2023-2025

Rui Filipe R. M. Coelho de Moura
Superintendente | Superintendent

Departamento de Sistemas de Informação e Comunicações
Communications and Information Systems Department

T: +351 964 347 582

 [PSPPortugal](https://www.facebook.com/PSPPortugal)

E: rfmoura@psp.pt

 [policiasegurancapublica](https://www.instagram.com/policiasegurancapublica)



Direção Nacional da PSP
Largo da Penha de França, n.º1 | 1199-010 Lisboa | PORTUGAL
www.psp.pt



Anexo 2

AUDITOR EXTERNO

Luís José Rodrigues Leitão Tomé, é diretor do Departamento de Relações Internacionais, diretor do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores e Professor Catedrático na Universidade Autónoma de Lisboa.

From: Carlos Alberto Sousa Magalhães <calmagalhaes@psp.pt>
Sent: 2 de dezembro de 2023 07:50
To: Luis Tome <ltome@autonoma.pt>
Subject: Pedido de parecer académico - Comissário Magalhães CSP

Estimado Professor Luís Tomé. Bom dia.

Espero que se encontre bem.

Como é do seu conhecimento, encontro-me atualmente a desenvolver uma investigação académica doutoramento em Relações Internacionais, Geopolítica – Geoeconomia, sobre a importância da atividade da segurança pessoal a dignitários estrangeiros em Portugal no período compreendido entre o pós-revolução de 1974 e a adesão de Portugal à CEE no início de 1986.

Nessa investigação em termos metodológicos optei pelo estudo de quatro casos de estudo, conforme defendem (Dooley, 2002; Gillham, 2000; Tellis, 1997; VanWynsberghe & Khan, 2007; Yin, 2003) a saber;

- a. O atentado ao Embaixador de Israel em Portugal, Ephraim Eldar ocorrido no dia 13 de novembro de 1979;
- b. O ataque do padre espanhol Juan Fernández Krohn ao Papa João Paulo II no Santuário de Fátima no dia 12 de maio de 1982;
- c. O atentado ao dirigente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Issam Sartawi no hotel Montechoro no Algarve no dia 10 de abril de 1983;
- d. O ataque à embaixada da Turquia em Lisboa no dia 27 de julho 1983.

Estes casos foram escolhidos, embora tivessem ocorrido em contextos temporais e geográficos diferentes, depois de sinalizados como representativos e claramente identificados no escopo investigatório.

Ainda assim não se descarta o aparecimento de eventuais referências de viés do investigador, pois ao escolhê-los podemos ainda que não intencionalmente sermos acusados de falta de rigor. Crítica que aceitaremos. Neste sentido e para mitigarmos a mesma, acolhemos como

necessária a verificação de auditores externos como sugere Cohen et al. (2000) para corroborar a nossa visão.

É nesta senda que tomei a liberdade de lhe enviar esta missiva no sentido de auscultar a sua visão sobre a matéria e se no seu entendimento considera os mesmos como representativos das ações criminógenas perpetradas contra dignitários estrangeiros em Portugal durante o período em referência.

Com os meus melhores cumprimentos

Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão” – Estratégia PSP
23/25

Carlos Alberto Sousa Magalhães
Comissário | Chief Inspector

Grupo Operacional de Segurança
Pessoal a Entidades Estrangeiras

Tel: +351 219 802 020
Mov: +351 961 031 559

Email: uep.csp@psp.pt
calmagalhaes@psp.pt

 [policiasegurancapublica](https://www.facebook.com/policiasegurancapublica)



Unidade Especial de Polícia | Special Police Unit
Corpo de Segurança Pessoal | Close Protection Unit
Quinta das Águas Livres 2605-197 | Belas, PORTUGAL
www.psp.pt



De: Luis Tome [<mailto:ltome@autonoma.pt>]

Enviada: segunda-feira, 11 de dezembro de 2023 11:18

Para: Carlos Alberto Sousa Magalhães

Assunto: RE: Pedido de parecer académico - Comissário Magalhães CSP

Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Caro Carlos Magalhães,

Folgo em saber que está a avançar na sua tese de doutoramento.

O que solicita coloca-me numa posição delicada, uma vez que tem um orientador (creio, o Professor Fernando Jorge Cardoso) e é sempre com o orientador que devem articular e delinear a tese, incluindo eventuais “estudos de caso” – como cada um tem a sua visão e abordagem, outros pareceres podem atrapalhar, em vez de ajudar, o programa de trabalhos e o acordado entre orientando e orientador.

Feita esta ressalva, e para não deixar de responder ao que solicita, entendo que os quatro casos que indica são representativos e apropriados aos objetivos e objeto de estudo da sua tese. Penso, aliás, que já os aflorou, pelo menos, alguns, no trabalho que realizou no âmbito

do Seminário de geopolítica e segurança internacional. De qualquer maneira, confirme com o seu orientador se concorda com estes propostos estudos de casos ou se terá alguma sugestão distinta.

Abraço e bom trabalho,

LUIS TOMÉ

Professor Catedrático / *Full Professor*

Diretor do Departamento de Relações Internacionais

Diretor do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores

Director, International Relations Department

Director of OBSERVARE-Observatory of Foreign Relations

Universidade Autónoma de Lisboa

OBSERVARE - UAL

ltome@autonoma.pt | 213 177 600

<https://observare.autonoma.pt/investigador/luis-tome/>

(Página intencionalmente deixada em branco)

Anexo 3

AUDITORA EXTERNO

Ana Paula Lima Pinto de Oliveira Almeida Brandão, é doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais, Professora Auxiliar da Escola de Economia e Gestão e Membro Integrado do CICP, da Universidade do Minho.

De: Carlos Alberto Sousa Magalhães <calmagalhaes@psp.pt>

Enviado: 2 de dezembro de 2023 08:04

Para: Ana Paula Lima Pinto Oliveira Almeida Brandão <abrandao@eeg.uminho.pt>

Assunto: Pedido de parecer académico - Comissário Magalhães do Corpo de Segurança Pessoal da PSP

Exm^a. Senhora Professora Ana Paula Brandão.

Bom dia.

Permita-me que brevemente me apresente.

Chamo-me Carlos Magalhães, sou comissário da PSP, presto serviço no Corpo de Segurança Pessoal e encontro-me atualmente a desenvolver uma investigação académica, doutoramento em Relações Internacionais, Geopolítica – Geoeconomia, sobre a orientação do Professor Fernando Cardoso na UAL, respeitante á importância da atividade da segurança pessoal a dignitários estrangeiros em Portugal no período compreendido entre o pós-revolução de 1974 e a adesão de Portugal à CEE no início de 1986.

Nessa investigação em termos metodológicos optei pelo estudo de quatro casos de estudo, conforme defendem (Dooley, 2002; Gillham, 2000; Tellis, 1997; VanWynsberghe & Khan, 2007; Yin, 2003) a saber;

- a. O atentado ao Embaixador de Israel em Portugal, Efhraim Eldar ocorrido no dia 13 de novembro de 1979;
- b. O ataque do padre espanhol Juan Fernández Krohn ao Papa João Paulo II no Santuário de Fátima no dia 12 de maio de 1982;
- c. O atentado ao dirigente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Issam Sartawi no hotel Montechoro no Algarve no dia 10 de abril de 1983;
- d. O ataque à embaixada da Turquia em Lisboa no dia 27 de julho 1983.

Estes casos foram escolhidos, embora tivessem ocorrido em contextos temporais e geográficos diferentes, depois de sinalizados como representativos e claramente identificados no escopo investigatório.

Ainda assim não se descarta o aparecimento de eventuais referências de viés do investigador,

pois ao escolhê-los podemos ainda que não intencionalmente sermos acusados de falta de rigor. Crítica que aceitaremos. Neste sentido e para mitigarmos a mesma, acolhemos como necessária a verificação de auditores externos como sugere Cohen et al. (2000) para corroborar a nossa visão.

É nesta senda que tomei a liberdade de lhe enviar esta missiva no sentido de auscultar a sua visão sobre a matéria e se no seu entendimento considera os mesmos como representativos das ações criminosas perpetradas contra dignitários estrangeiros em Portugal durante o período em referência.

Com os meus melhores cumprimentos

Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão” – Estratégia PSP
23/25

Carlos Alberto Sousa Magalhães
Comissário | Chief Inspector

**Grupo Operacional de Segurança
Pessoal a Entidades Estrangeiras**

Tel: +351 219 802 020
Mov: +351 961 031 559

Email: uep.csp@psp.pt
calmagalhaes@psp.pt

 [policiasegurancapublica](https://www.facebook.com/policiasegurancapublica)

 **POLÍCIA**
SEGURANÇA PÚBLICA



Unidade Especial de Polícia | Special Police Unit
Corpo de Segurança Pessoal | Close Protection Unit
Quinta das Águas Livres 2605-197 | Belas, PORTUGAL
www.psp.pt



De: Ana Paula Lima Pinto Oliveira Almeida Brandão <abrandao@eeg.uminho.pt>

Enviado: 15 de dezembro de 2023 19:31

Para: Carlos Alberto Sousa Magalhães

Assunto: RE: Pedido de parecer académico - Comissário Magalhães do Corpo de Segurança Pessoal da PSP

Prezado Senhor
Comissário Carlos Sousa Magalhães,

Espero que se encontre bem.

Desde já, felicito-o pela relevância do tema, com potencial inovador aplicado ao caso português.

Considero que os casos são representativos. Importa garantir que tem acesso a fontes secundárias e primárias, bem como a possibilidade de *field work*, que lhe permitam a exequibilidade da investigação.

Uma sugestão bibliográfica: J. C. Barker, The Protection of Diplomatic Personnel, T&F,

2016.

Votos de investigação sucedida!

Com os melhores cumprimentos,

Ana Paula Lima Pinto de Oliveira Almeida Brandão

Escola de Economia e Gestão (Gabinete 0.20) | School of Economics and Management
(Office 0.20)

Universidade do Minho | University of Minho

Campus de Gualtar | 4710-057 Braga | Portugal

E-mail: abrandao@eeg.uminho.pt

https://www.eeg.uminho.pt/pt/_layouts/15/UMinho.PortaisUOEI.UI/Pages/userinfo.aspx?p=890

<http://cicp.eeg.uminho.pt/investigadores/ana-paula-brandao/>

(Página intencionalmente deixada em branco)

SOCIALIST INTERNATIONAL NEWS

1983 CONGRESS

List of participants

Congress of the Socialist International
Albufeira, Portugal, 7-10 April 1983

Socialist International

Willy Brandt
Bernt Carlsson

SI Secretariat

Robin Sears
Luis Ayala

Fraternal Organisations

IFM/SEI

International Falcon
Movement/Socialist
Educational International
Nic Nilsson
Jacqu Cottyn
Robert Bernard
Evan Rusten
Saara-Maria Paikinen

IUSY

International Union of
Socialist Youth
Milton Colindres
Bengt Ohlsson
Robert Kredig
Walter Marossi
Victor Rebollo

SI Women

Socialist International
Women
Lydie Schmitt
Imttraut Leier
Alicia Redel
Elena Marinucci
Monika Kramme

Member Parties

Australia

Australian Labor Party, ALP
Joan Taggart
Barbara Wiese

Austria

Socialist Party of Austria,
SPÖ
Walter Hacker

Barbados

Barbados Labour Party
O'Brien Trotman

Belgium

Socialist Party, PS
Guy Spitaels
Irene Petry
Guy Sokay
Etienné Godin
Ernest Glinne

Socialist Party, SP

Karel van Miert
Willy Claes
Oscar Debunne
Jos van Eynde

Canada

New Democratic Party,
NDP/INPD
Edward Broadbent
Tony Penkett

Gerry Caplan

John Brewin
Hilda Thomas
Eldon Richardson

Chile

Radical Party, PR
Anselmo Sule
Olaf Liendo
Nora Maluenda
Carlos Morales
Camilo Salvo
Ricardo Navarrete

Costa Rica

National Liberation Party,
PLN
Daniel Oduber
Julio Jurado
Edgar Ugaldes
Carlos Villalobos
Alejandro Montesino
Gaetano Matteucci
Hernan Garron
Victor Hugo Alfaro

Denmark

Social Democratic Party
Anker Joergensen
Ejner Hovgaard Christiansen
Inge Fischer Moeller
Knud Heinesen
Knud Christensen
Lasse Budtz
Lis Benfeldt
Jan Petersen
Peer Carlsen
Steen Christensen

Dominican Republic

Dominican Revolutionary
Party, PRD
Jose Francisco Pena Gomez
Abraham Bautista Alcantara
Tiburcio Perdomo
Cotubanama Dipp
Fulgencio Espinal

Ecuador

Democratic Left Party, PID
Rodrigo Borja
Nicolas Isa
Pablo Andrade

El Salvador

National Revolutionary
Movement, MNR
Guillermo Ungo
Hector Oqueli
Francisco Marroquin
Julietta Otera

Finland

Social Democratic Party of
Finland
Kalevi Sorsa
Erkki Liikanen
Pentti Vaananen
Jaakko Lensu

France

Socialist Party, PS
Lionel Jospin
Jacques Huntzinger
Jean-Bernard Curial
Axel Queval
Pierre Bana
Martine Buron

Federal Republic of

Germany
Social Democratic Party of
Germany, SPD
Johannes Rau

Hans-Juergen Wischnewski
Friedrich Halstenberg
Egon Behr
Inge Wettig-Dahleimer
Karsten D. Voigt

Hans-Eberhard Dingels
Otto Georg
Klaus Wettig
Siegfried Bangert
Peter Hengstenberg
Heiga Ernst

Great Britain

Labour Party
Michael Foot
Alex Kitson
Ian Mikardo
Jenny Little

Grenada

New Jewel Movement
Fennis Augustine
Chris De Riggs
Merle Collins
Vincent Noel
Linwell Purcell Thomas

Guatemala

Democratic Socialist Party,
PSD
Carlos Gailardo Flores
Haroldo Rodas Melgar
Juan Alberto Fuentes

Ireland

Labour Party
Dick Spring
Tony Brown

Israel

Israel Labour Party
Shimon Peres
Nava Arad
Israel Gat
Yossi Beilin
Aaron Barnia

United Workers' Party,

MAPAM
Dov Zakim
Gadi Yatziv
Anish Yaffe

Italy

Italian Democratic Socialist
Party, PSDI
Pietro Longo
Ivanka Corti
R. Massan
Carlo Vizzini
G. Gioia
G. Manzolini
Enzo Collio
Guido Pavanello
Fernanda Parrini

Italian Socialist Party, PSI

Bettino Craxi
Valdo Spini
Margherita Boniver
Giorgio Gangi
Paolo Vittorelli
Michele Achilli
Francesco Forte
Giorgio Benvenuto

Agostino Marianetti
Giuseppe Attene
Umberto Dragone
Giuseppe Scanni
Carlo Ripa di Meana
Jini Pelikan
Mario Zagari
Tiziana Gibelli
Daniele Cantore

Jamaica

People's National Party,
PNP
Michael Manley
Paul Miller

Japan

Democratic Socialist Party,
JOSP
Roo Watanabe
Sachiko Taguchi

Socialist Party of Japan,

SPJ
Noboru Yagi
Eiji Yasui

Lebanon

Progressive Socialist Party,
PSP
Walid Jumblatt
Janine Rubelz
Ghazi Andi
Enna Walle

Luxembourg

Luxembourg Socialist
Workers' Party, LSAP-POSL
Lydie Schmitt

Malta

Malta Labour Party
Leo Bincat
Mike Borg

Mauritius

Mauritius Labour Party
Harry Booluck
James Burly David

Netherlands

Labour Party, PvdA
Joop den Uyl
Max van den Bergh
Maarten van Traa
Geke Werkman
Ria Meijvogel
Relus ter Beek
Kees Stapper
Liesbeth den Uyl

New Zealand

New Zealand Labour Party
Helen Clark

Norway

Norwegian Labour Party,
DNA
Gro Harlem Brundtland
Reulf Steen
Torbjorn Jagland
Thorvald Stoltenberg

Paraguay

Reberista Revolutionary
Party, PFR
Alanco Quinones Cabral
Juan G. Granada
Oscar Brites

Portugal

Socialist Party, PS
Mario Soares
Rui Mateus
Luis Filipe Madeira
Manuel Alegre
Jaime Gama
Torres Couto
Walter Rosa
Almeida Santos

Maria Barroso
Bernardino Gomes
Manuel Tito de Moraes
Henrique Coelho

Senegal

Socialist Party of Senegal
Leopold Sedar Senghor
Moustapha Niasse
Joseph Mathiam

Spain

Spanish Socialist Workers'

Party, PSOE
Felipe Gonzalez
Francisco Lopez Real
Elena Flores
Jose Maria Benegas
Manuel Chaves
Federico Manero
Eneko Landaburu
Carmen Rodriguez
Emilio Menendez del Valle

Sweden

Swedish Social Democratic
Party, SAP
Olof Palme
Maij-Lis Loow
Evert Svensson
Gunnar Stenarv
Bengt Save Soderberg
Bo Toresson

Switzerland

Social Democratic Party
Heinrich Buchbinder
Rudolf H. Strahm
Jean Ziegler

Turkey

Republican People's Party,
CHP
(party officially dissolved)
Bulent Ecevit
(privately invited guest)

USA

Democratic Socialists of
America, DSA
Michael Harrington
Barbara Ehrenreich
Maxine Phillips
Mott Zelmanowicz

Social Democrats USA,

SDUSA
Rita Freedman
Joel Freedman
Velma Hill
Emmanuel Muravchik
Don Saiman
Irwin Suall

Venezuela

Democratic Action, AD
Carlos Andres Perez
Beatriz Rangel Mantilla

Consultative Parties

Curacao NA

New Antilles Movement,
MAN
Marco J. de Castro

Cyprus

EDEK Socialist Party of
Cyprus
Vassos Lyssarides
Takis Hadjemetriou

Guyana

Working People's Alliance,
WPA
Rupert Roopnaraine

Peru

Aprista Party of Peru, APRA
Armando Villanueva del
Campo

Puerto Rico

Puerto Rican Independence
Party, PIP
Ruben Berrios
Fernando Martin
David Noriega

SOCIALIST INTERNATIONAL NEWS

1983 CONGRESS

Bulgaria <i>Bulgarian Social Democratic Party (SUCEE)</i> Stefan Tabakoff Stamenov Dobrin Czechoslovakia <i>Czechoslovak Social Democratic Party (SUCEE)</i> Viem Bernard Estonia <i>Estonian Socialist Party (SUCEE)</i> Johannes Mikhelson Heinz Raudsepp Ursula Wallberg Hungary <i>Social Democratic Party of Hungary (SUCEE)</i> Andor Bolcsfoldi Latvia <i>Social Democratic Party of Latvia (SUCEE)</i> Bruno Kalinins Poland <i>Polish Socialist Party (SUCEE)</i> Tadeusz Prokopowicz Stefan Trzonski Stanislaw Wasik Yugoslavia <i>Yugoslavia Socialist Party (SUCEE)</i> Marko Milunovic Mirko Gjurkovecki Associated Organisations APSO <i>Asia-Pacific Socialist Organisation</i> Roo Watanabe CSIT <i>Labour Sports International</i> Maurice Deveen CSPEC <i>Confederation of the Socialist Parties of the European Community</i> Mauro Gallombardi IFSDP <i>International Federation of Social Democratic Press</i> Umberto Giovine H.G. Schmidt Peter Graf Gian Paolo Segala Christine Fontana King Enrique Gomariz JLB <i>Jewish Labor Bund</i> Cecile Steingart Abraham Finesilver WLZM <i>World Labour Zionist Movement</i> Roger Asoot Gideon Kuts Observers ETUC <i>European Trade Union Confederation</i> Bjorn Pettersson	FIET <i>International Federation of Commercial, Clerical, Professional and Technical Employees</i> Heribert Maier ICF <i>International Federation of Chemical, Energy and General Workers' Unions</i> Alfredo Morgado Matilde Fernandez ICFTU <i>International Confederation of Free Trade Unions</i> John Vanderveken IUF <i>International Union of Food and Allied Workers' Associations</i> Nelson Guedes ALDHU <i>Latin America Human Rights Association</i> Cesar Verduga Velez European Parliament <i>Socialist Group</i> Ernest Glinne Paolo Falcone IAH <i>International Labour Welfare Organisation</i> Kurt Partzsch IAS <i>Socialist InterAfrica</i> M. Moncef Labi IFN <i>International Friends of Nature</i> Werner Werder Afghanistan <i>Afghan Social Democratic Party</i> Amin Wakman National United Front of Afghanistan Abdul Gayoum Sayed Hashem Same ulah Safi Algeria <i>National Liberation Front</i> Tefridj Abdelkrim Ahmed Attaf Sliman Hoffmann Angola <i>MPLA/PT</i> Sebastian Isata Venancio Moura Fernando Van-Dunem Argentina <i>Mesa de Unidad Socialista</i> Guillermo Estevez Boero Oscar Anibal Lopez Blanco Stella Maris Nadal Popular Socialist Party Oscar Borgonovo Beatriz Gini Bolivia <i>Revolutionary Movement of the Left, MIR</i> Antonio Arambar Quiroga Franz Barrios Villegas Susana Selemé Hector Chavez	National Revolutionary Movement of the Left, MNIR Ricardo Angel Cardona Botswana <i>Botswana Democratic Party</i> A.M. Mogwe Benjamin T. Motlhamme Brazil <i>Democratic Movement Party of Brazil, PMDB</i> Ruth Escobar Democratic Workers' Party, PDT Sebastian Atarde Saturnino Braga Clemir Ramos Canada <i>Parti Quebecois</i> Sylvain Simard Nadia Assimopoulos Cape Verde <i>Parti Africain pour l'Independence du Cap Vert, PAICV</i> Jose Araujo Carlos Lopez Pereira Czechoslovakia <i>Listy Group</i> Zdenek Hejzlar Dominica <i>United Dominica Labour Party</i> Rosie Douglas East Timor <i>FRETILIN</i> Roque Rodriguez Jose Luis Guterres Egypt <i>National Democratic Party</i> Mohamed Abdella Progressive Nationalist Unionist Party, PNUP Abdusse Youssef El Salvador <i>Democratic Revolutionary Front, FDR</i> Salvador Samayoa Equatorial Guinea <i>National Alliance for the Restoration of Democracy, ANRD</i> C.M. Eya Nchama Martin Nazon Okomo Eritrea <i>Eritrean Liberation Front</i> Glados Idins Suleiman Oman Eritrean People's Liberation Front Ermas Debesai Jibril Abdi Eritrean Liberation Front <i>People's Liberation Forces</i> Zegai Kahsai Taha M. Noor Guatemala <i>National Revolutionary Unity of Guatemala, URNG</i> Belisario Aldana Fernando Ortiz Guinea Bissau <i>African Party of Independence, PAIGC</i> Leonel Vieira Filipe Barros	Haiti <i>Democratic Movement for the Liberation of Haiti, MODELH</i> Louis Eugene Athis Rassemblement Democratique National des Progressistes Haitiens, RDNP Jean-Claude Bajoux Leslie Manigat Union des Forces Patriotiques et Democratiques Haitiennes, UFPADA Serges Gilles Alberte Sorel Jacques Dorcean Iran <i>National Council of Resistance</i> Kassem Rajavi Ahmad Salamati Republic of Korea <i>Union of Overseas Koreans for Democracy and Unification, UOKDU</i> Bae Dong Ho Kwak Soo-Ho Chung Sung Beh Choi KHwan Yun Isang Lim Min Shik Mexico <i>PR/COPPPAL</i> Alfonso Zegbe Morocco <i>Socialist Union of Popular Forces, USFP</i> Abderrahim Bouatid Mehdi Alaoui Mozambique <i>Mozambique Liberation Front, FRELIMO</i> Pascoal Mocumbi Pedro Comissano Francisco Eria Manuel Cujar New Caledonia <i>Independent Front</i> Yann Celene Uregei Jean-Marie Tjibaou Nicaragua <i>Sandinista National Liberation Front, FSLN</i> Bayardo Arce Castano Julio Lopez Orlando Castillo Jose Pasos Maroiaq Antonio Jarquin PLO <i>Palestine Liberation Organisation</i> Isam Sartawi Anwar Abu Eiseh Peru <i>Revolutionary Socialist Party</i> Fernando Sanchez Albavera Philippines <i>Pilipino Democratic Socialist Party</i> Alberto Cruz Raul Daza Somalia <i>Revolutionary Socialist Party</i> Aden Mohamed Ali Mohamed Abdi Salam South Africa <i>African National Congress, ANC</i> Thabo Mbeki Tony Seedat	Tanzania <i>Chama Cha Mapinduzi</i> E. Weidi N. Mwasafyuka Tunisia <i>Destourien Socialist Party, PSD</i> Sadok Ben Jomaa Ridha Hejri Kamel Sassi Popular Unity Movement, MUP Hassen Mansouri Abdelkader Zouari Social Democratic Movement, MDS Ahmed Mestiri Dali Jazi Uruguay <i>Democratic Convergence, CDU</i> Juan Raul Ferreira Marta Vilario Socialist Party of Uruguay, PSU Jose Enrique Diaz Artigas Melgares O. USA <i>American Political Foundation</i> Joseph Crowley Bikder Center for Western Hemisphere Studies Ronald G. Hellman Democratic Party John P. Lovello Western Sahara <i>Polisario</i> Suleiman Tayeb Fadel Ismail Ahmed Boujari Zambia <i>United National Independent Party, UNIP</i> Daniel M. Lisulo Geoffrey S. Akafekwa Alick T. Mpungula Individual guests Argentina Juan Carlos Rubinstein Austria Hans Janitschek Canada Paul Willox Guatemala Ana Colom Argueta Indonesia Iman Yudotomo Sao Tome and Principe Miguel Trovoata Tunisia Ahmed Ben Salah UNCTAD Jan Pronk
---	---	--	--	--

Fonte: The Socialist International, n°. 3/83. Socialist International Congress 1983 – The World in Crisis, the Socialist Response

Nota informativa quanto aos entrevistados.

Túlio Rosado, guarda da PSP, que integrou a segurança pessoal em 1975. Depois do seu desempenho no atentado à embaixada da Turquia, foi promovido por distinção ao posto de subchefe.

Integrou diversas equipas de segurança pessoal a dignitários nacionais e estrangeiros tendo-se reformado na década de noventa do século XX.

Faleceu em Lisboa a 9 de agosto de 2024, ao seu funeral compareceu o atual embaixador turco em Portugal, Haldun Koç.

Francisco Velhinho, guarda da PSP que integrou a segurança pessoal em 1980. Integrou diversas equipas de segurança pessoal a dignitários nacionais e estrangeiros e no evento da Internacional Socialista encontrava-se a proteger o Presidente da organização Willy Brandt. Foi um dos polícias que depois dos disparos contra Sartawi, encetou perseguição ao autor do crime.

Encontra-se atualmente reformado da PSP.

Borges de Azevedo, ingressou na segurança pessoal em 1974 na condição de aluno dos formadores britânicos dos SAS.

Chefiou inúmeros serviços de segurança pessoal e esteve presente em dois dos atentados, retratados nesta investigação, no ataque ao Papa João Paulo II e no atentado em Albufeira como comandante operacional.

Encontra-se atualmente reformado da PSP.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Anexo 5

CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO

A presente entrevista surge no âmbito de um estudo realizado para a obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, na Universidade Autónoma de Lisboa, orientado pelo Professor Catedrático Fernando Jorge Cardoso.

O estudo tem por objetivo aferir a importância da segurança pessoal prestada a dignitários estrangeiros em Portugal durante os anos de 1974 a 1985 em alguns atentados que ocorreram em solo nacional.

As entrevistas a realizar terão a duração aproximada de 40 minutos (o tempo será ajustado de acordo com a realização e no decurso das mesmas), de forma presencial e serão gravadas, caso não exista oposição do entrevistado.

Na construção científica da tese alguns dos dados recolhidos poderão ser transcritos, devidamente citados e garantindo o princípio da minimização de exposição do entrevistado. A gravação efetuada será destruída até 6 meses após a prestação de provas públicas de doutoramento.

Por favor, leia com atenção a seguinte informação e, queira assinar este documento.

Assinatura de quem pede consentimento.

Nome: Carlos Alberto Sousa Magalhães

Assinatura: _____



Data: 24/maio/2023

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações que me foram fornecidas. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade que me são dadas pelo investigador.

Nome: Túlio Rosado

Assinatura:



Data: 24/maio/2023

Questão nº. 1. O chefe Túlio estava de serviço na embaixada da Turquia em Portugal no dia 27 de julho de 1983?

Resposta: Sim estava. O embaixador da Turquia não estava em Portugal quem o substituíra era o encarregado de negócios, mas a nossa missão continuava como sempre. Eu encontrava-me a trabalhar já há uns dias seguidos na embaixada.

Questão nº. 2. Nesse dia os acontecimentos foram todos muito rápidos. Faça-nos uma descrição sumária do mesmo.

Resposta: Estava num momento da minha pausa durante o meu turno de serviço e através da vedação da embaixada, reparei numa viatura branca, de marca Ford que se aproximou e parou junto à mesma. Ocorreu-me à lembrança o que se tinha passado no dia anterior.

Do interior da viatura saiu um homem empunhando uma pistola metralhadora com dois carregadores colados um ao outro com fita cola de cor amarela e azul e em posição de ataque. Tive tempo de sacar a minha arma de serviço, disparar em direção ao mesmo e fugir para o interior da embaixada enquanto gritava, terroristas, e começava a ouvir tiros na minha direção.

A partir daí foi a confusão geral.

Questão nº. 3. O Túlio referiu que: Ocorreu-lhe à lembrança o que se tinha passado no dia anterior. Densifique por favor.

Resposta: No dia anterior eu também estava de serviço à embaixada. Não era normal fazermos dois dias seguidos de serviço, mas aconteceu e nesse dia a viatura que mencionei parou junto à embaixada e dela saiu o mesmo homem que veio ter connosco. Quando chegamos à fala com ele a perguntar o que queria, respondeu num português que não se percebia bem “visar passaporte”.

Quando o meu colega da segurança turco lhe pediu então o passaporte, o mesmo foi embora em direção ao carro.

O mais estranho é que enquanto estive a falar connosco do lado de fora do portão, nunca tirou a mão direita dentro do seu blusão.

Por ter achado tudo isto muito estranho, eu decorei a matrícula da viatura e fui falar com o encarregado de negócios que ficou muito assustado com o que lhe tinha contado e perguntou-me se podiam ser terroristas. Também dei conhecimento aos meus superiores hierárquicos do que se tinha passado na embaixada.

Questão nº. 4. Regressemos ao atentado. Depois do impacto inicial o que se passou?

Como já disse a confusão foi geral. Depois deles nos terem atacado, vi o meu colega da segurança turco a disparar para um terrorista que caiu logo no chão.

Ao mesmo tempo corri para o gabinete do encarregado de negócios que era no primeiro andar do edifício e continuei a ouvir tiros de armas de fogo e agora também explosões. Já junto a ele dei-lhe conhecimento do que se passava. O homem estava em pânico. Ainda consegui falar pelo meu rádio de serviço a dizer que estávamos a ser atacados na embaixada. Depois fiquei junto ao encarregado de negócios que, entretanto, começou a atender telefonemas falando em turco creio que com os terroristas lhe diziam que a Polícia que, entretanto, tinha chegado e cercado o edifício se retirasse caso contrário fariam explodir um engenho explosivo.

Pouco tempo depois ouviu-se uma forte explosão que rebentou com portas, janelas e vidros e começou a arder tudo.

Questão nº. 5. Túlio, na sua ação face à invasão da embaixada, recorreu à sua arma de fogo. Quantos disparos afetou?

Resposta: A minha pistola tinha um carregador com oito munições e eu disparei-as todas.

Questão nº. 6. Resultados desses disparos pode precisar?

Resposta: Não! Não tenho a certeza de ter acertado em alguém.

Questão nº. 7. Durante 4 anos de 1979 e 1983, Portugal foi escolhido para a realização

de quatro atentados contra dignitários estrangeiros. Este onde o Túlio esteve envolvido foi o último. Consegue dar uma razão para o que aconteceu?

Resposta: É difícil responder, já tinham ocorrido esses atentados e andávamos todos muito mais atentos, pois sabíamos que poderia acontecer a qualquer um. Aqui na embaixada já no ano antes tinham matado a tiro o adido comercial em Linda a Velha e a nossa atenção era muita a tudo o que fosse suspeito.

Questão nº. 8. Quais eram as ameaças internas e externas (1974-1985) percebidas por Portugal?

Resposta: Havia muito medo. Para além dos atentados que referiu tínhamos também as FP-25.

Questão nº. 9. Que garantias de segurança (1974-1985) tinham os dignitários estrangeiros em território nacional?

Resposta: Não consigo responder bem a essa pergunta. Nós tomávamos conta das entidades estrangeiras desde que chegavam até ao momento de irem embora. Mas andávamos sempre com o coração nas mãos.

Questão nº. 10. O que significou para Portugal a ocorrência destes atentados (ao embaixador de Israel, ao PAPA João Paulo II, a Issam Sartawi e à Embaixada da Turquia) quando o país se preparava para aderir à CEE?

Resposta: Não sei. Mas não significava nada de bom.

Questão nº. 11. Depois do atentado como foi a sua vida?

Resposta: Depois de todos os procedimentos judiciais tirei uns dias de férias mais a minha família. Refleti muito sobre tudo o que se tinha passado e decidi continuar na segurança pessoal.

Anexo 6

CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO

A presente entrevista surge no âmbito de um estudo realizado para a obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, na Universidade Autónoma de Lisboa, orientado pelo Professor Catedrático Fernando Jorge Cardoso.

O estudo tem por objetivo aferir a importância da segurança pessoal prestada a dignitários estrangeiros em Portugal durante os anos de 1974 a 1985 em alguns atentados que ocorreram em solo nacional.

As entrevistas a realizar terão a duração aproximada de 40 minutos (o tempo será ajustado de acordo com a realização e no decurso das mesmas), de forma presencial e serão gravadas, caso não exista oposição do entrevistado.

Na construção científica da tese alguns dos dados recolhidos poderão ser transcritos, devidamente citados e garantindo o princípio da minimização de exposição do entrevistado. A gravação efetuada será destruída até 6 meses após a prestação de provas públicas de doutoramento.

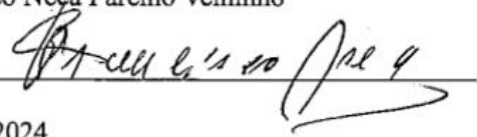
Por favor, leia com atenção a seguinte informação e, queira assinar este documento.

Assinatura de quem pede consentimento.

Assinado por: **Carlos Alberto de Sousa Magalhães**
Num. de Identificação: 07399031
Data: 2024.04.17 11:55:51+01'00'

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações que me foram fornecidas. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade que me são dadas pelo investigador.

Nome: Francisco Neca Parelho Velhinho

Assinatura: 

Data: 07/maio/2024

Questão nº. 1. Se participou na segurança do evento da Internacional Socialista que decorreu em Albufeira de 7 a 10 de abril de 1983? Em caso afirmativo que papel desempenhou.

Resposta: Sim participei. Estava integrado numa equipa de três técnicos de segurança pessoal adstrita ao Presidente da Internacional Socialista Willy Brandt.

Questão nº. 2. Nesse evento, quem eram os outros Protegidos que tinham segurança pessoal?

Resposta: Lembro-me de para além do meu, de colegas meus trabalharem com o secretário-geral do PS libanês, de um convidado especial turco, do Primeiro-ministro da Finlândia, do Primeiro-ministro de Itália e do secretário-geral do PSOE espanhol.

Questão nº. 3. O enviado da OLP, Issam Sartawi tinha segurança pessoal?

Resposta: Não! Não tinha segurança pessoal. Achei estranho não ter ninguém a protegê-lo quando outras entidades se encontravam protegidas. Esta situação foi inclusive tema de conversa entre colegas. Estar ali alguém da Palestina apenas acompanhado por um secretário.

Questão nº. 4. Se presenciou o atentado? Em caso afirmativo faça uma descrição sumária do mesmo.

Resposta: Sim, presenciei quase na totalidade. Tinha ido embarcado a minha entidade (Willy Brandt) ao aeroporto e regresssei ao hotel. Quando vi no hall do mesmo, o acusado passar perto de mim dirigindo-se a Sartawi. Em ato contínuo ouvi um estampido que me pareceu um tiro e vi Al Awad, apontar-me a arma com que tinha disparado.

Em reflexo lancei-me ao solo para trás de um balcão ali existente tentando proteger-me e sacar da minha pistola o que consegui quando vi o autor dos disparos a fugir o hotel.

Encetei de imediato perseguição ao mesmo juntamente com o seu colega David tendo recorrido à minha arma de fogo com a qual efetuei alguns disparos.

Ainda vi o fugitivo cair quando saiu do hotel tendo perdido o mesmo de vista. Fazendo recurso a uma viatura da polícia que ali se encontrava tentei localizá-lo, mas tal já não foi

possível.

Questão nº. 5. Porquê a escolha de Portugal para o atentado’

Resposta: Talvez porque fosse o país mais seguro para o fazer. O país que menos resistência oferecia a ações desta natureza.

Questão nº. 6. Como foram as audiências em julgamento?

Resposta: Este caso foi muito mediatizado e a projeção que teve com coberturas constantes da comunicação social foi algo apenas visto aquando do julgamento do Padre Krohn no ataque ao Papa. Mas neste julgamento pairava uma certa ameaça de terrorismo no ar, as pessoas sentiam isso, eu próprio senti isso.

Em tribunal relatei o que tinha presenciado, a certeza do que tinha visto, mas a rapidez do atentado e as declarações contraditórias entre alguns dos depoentes contribuíram para que o autor apenas fosse condenado e punido pela posse de documentos falsos.

Questão nº. 7. Quais eram as ameaças internas e externas (1974-1985) percecionadas por Portugal?

Resposta: Andávamos sempre atentos. O perigo podia vir de qualquer lugar.

Questão nº. 9. Que garantias de segurança (1974-1985) tinham os dignitários estrangeiros em território nacional?

Resposta: Tinham a nossa segurança para os proteger. Para chegarem a eles primeiro tinham de passar por nós.

Questão nº. 10. O que significou para Portugal a ocorrência destes atentados (ao embaixador de Israel, ao PAPA João Paulo II, a Issam Sartawi e à Embaixada da Turquia) quando o país se preparava para aderir à CEE?

Resposta: Era mau para o país ter estes atentados, mas passava-se o mesmo em outros países

(Página intencionalmente deixada em branco)

Anexo 7

CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO

A presente entrevista surge no âmbito de um estudo realizado para a obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, na Universidade Autónoma de Lisboa, orientado pelo Professor Catedrático Fernando Jorge Cardoso.

O estudo tem por objetivo aferir a importância da segurança pessoal prestada a dignitários estrangeiros em Portugal durante os anos de 1974 a 1985 em alguns atentados que ocorreram em solo nacional.

As entrevistas a realizar terão a duração aproximada de 40 minutos (o tempo será ajustado de acordo com a realização e no decurso das mesmas), de forma presencial e serão gravadas, caso não exista oposição do entrevistado.

Na construção científica da tese alguns dos dados recolhidos poderão ser transcritos, devidamente citados e garantindo o princípio da minimização de exposição do entrevistado. A gravação efetuada será destruída até 6 meses após a prestação de provas públicas de doutoramento.

Por favor, leia com atenção a seguinte informação e, queira assinar este documento.

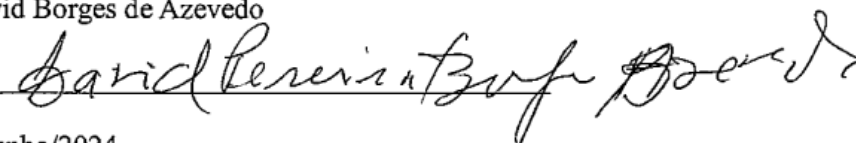
Assinatura de quem pede consentimento.

Assinado por: **Carlos Alberto de Sousa
Magalhães**
Num. de Identificação: 07399031
Data: 2024.04.17 11:55:51+01'00'

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações que me foram fornecidas. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade que me são dadas pelo investigador.

Nome: David Borges de Azevedo

Assinatura:



Data: 03 /junho/2024

Questão nº. 1. Se participou na segurança do evento da Internacional Socialista, que decorreu em Albufeira de 7 a 10 de abril de 1983? Em caso afirmativo que papel desempenhou.

Resposta: Sim! Participei. Tomei conhecimento prévio da vinda de alguns dignitários estrangeiros para esse evento em Portugal e como a organização do mesmo pertencia ao Partido Socialista, desloquei-me à sede do mesmo. Contactei com um dirigente do Partido alertando o mesmo para os aspetos securitários do evento e ficou acordado que protegeríamos um determinado número de entidades mais ameaçadas. Tornei-me assim o responsável pela segurança pessoal de alguns participantes e dispúnhamos de equipas da GNR a assegurar o perímetro exterior.

Questão nº. 2. Nesse evento, quem eram os Protegidos que tinham segurança pessoal?

Resposta: Não consigo precisar em detalhe, mas lembro-me que o Willy Brandt, Presidente da IS, Jumblatt, o secretário-geral do PS libanês, Bulent Ecevit, dirigente Turco, o Kalevi Sorsa, Primeiro-ministro da Finlândia, Bettino Craxi, Primeiro-ministro de Itália e Shimon Peres de Israel tinham elementos de segurança pessoal com eles.

Questão nº. 3. O enviado da OLP, Issam Sartawi tinha segurança pessoal?

Resposta: Não! Não tinha.

Questão nº. 4. Em caso negativo porque não?

Resposta: O mesmo nunca constou de uma lista de entidades a proteger. Eventualmente porque a chegada dele a Portugal foi algo clandestina.

Questão nº. 5. Se presenciou o atentado? Em caso afirmativo faça uma descrição sumária do mesmo.

Resposta: Não! Não presenciei. Vinha a descer o elevador do hotel e lembro-me de alguém que entro no mesmo ter dito “já houve um tiro lá em baixo”. Pensei inclusive que tivesse

sido um dos meus polícias que tivesse dado um tiro sem querer. Quando cheguei ao átrio já o vi caído bem como o elemento que o acompanhava.

Questão nº. 6. Se participou na segurança da visita a Portugal do Papa João Paulo II? Em caso afirmativo que papel desempenhou.

Resposta: Sim! Participei. Era o coordenador da segurança pessoal do Papa durante a visita a Portugal. Participei em ações de reconhecimento dos locais com polícias do Vaticano e cheguei inclusivamente a viajar com ele no mesmo helicóptero durante o percurso para Fátima.

Questão nº. 7. Se presenciou o atentado? Em caso afirmativo faça uma descrição sumária do mesmo.

Resposta: Sim! Presenciei. Durante as deslocações do Papa no Santuário, tínhamos um cordão de segurança composto por policias meus de mãos dadas para tentar impedir algum incidente. E recordo-me do padre Krohn proferir diversas vezes “eu quero beijar el Papa” ao mesmo tempo que acompanhava a deslocação do Papa em direção ao altar. O facto de ele ser padre não nos despertou nenhuma suspeita. Vi-o lançar-se sobre o Papa e depois já no chão. Os meus homens retiraram-lhe o sabre e até fui eu que o mandei guardar dentro de um carro nosso da segurança.

Questão nº. 8. O Cardeal Stanislaw Dziwisz, em 2007 escreveu um livro passado a filme em que afirmou que no pós atentado em Fátima e quando chegaram a casa da Nossa senhora do Carmo havia sangue nos paramentos do Papa. O Papa foi atingido ou o sangue era do subchefe Moura?

Resposta: Não! O Papa nunca foi atingido. Admito que algumas gotas de sangue pertencessem a um dos meus polícias que o desarmou.

Questão nº. 9. Depois do atentado porque é que a visita do Papa não foi anulada?

Resposta: Não. As condições de segurança estavam reunidas, mas não colocamos de parte que o atentado pudesse fazer parte de algo maior.

Questão nº. 10. Durante 4 anos de 1979 e 1983, Portugal foi escolhido para a realização de quatro atentados contra dignitários estrangeiros, com recursos a armas de fogo, explosivos e com impactos humanos, materiais e políticos. Porquê?

Resposta: No caso do atentado ao Papa, foram causas religiosas. Quanto aos restantes e para mim foram causas políticas. Em termos de segurança os nossos responsáveis políticos não estavam sensibilizados para este tipo de fenómenos.

Questão nº. 11. Quais eram as ameaças internas e externas (1974-1985) percecionadas por Portugal?

Resposta: Vivia-se um clima de insegurança e de agitação.

Questão nº. 12. Que garantias de segurança (1974-1985) tinham os dignitários estrangeiros em território nacional?

Resposta: Tinham a nossa segurança para os protegerem.

Questão nº. 13. Que tipo de relatório de informações recebiam para prepararem as missões de segurança pessoal?

Resposta: Não recebíamos qualquer tipo de informações para preparar os serviços. Nós trabalhávamos muito as cegas e era muito por carolice. Ninguém estava mentalizado para isto.

Questão nº. 14. O que significou para Portugal a ocorrência destes atentados (ao embaixador de Israel, ao PAPA João Paulo II, a Issam Sartawi e à Embaixada da Turquia) quando o país se preparava para aderir à CEE?

Resposta: Seria um problema grande.